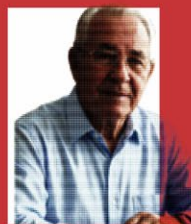
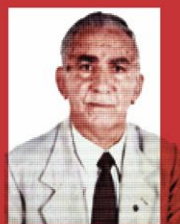


Carmen Lilia da Cunha Faro



CAMINHOS FORMATIVOS
DO PRIMEIRO CORPO DOCENTE
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARÁ
(1950-1970)



CAMINHOS FORMATIVOS
DO PRIMEIRO CORPO DOCENTE
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARÁ
(1950-1970)



Universidade do Estado do Pará

Reitor

Clay Anderson Nunes Chagas

Vice-Reitora

Ilma Pastana Ferreira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Luanna de Melo Pereira Fernandes

Pró-Reitora de Graduação

Acylena Coelho Costa

Pró-Reitor de Extensão

Higson Rodrigues Coelho

Pró-Reitor de Gestão e Planejamento

Carlos José Capela Bispo



Editora da Universidade do Estado do Pará

Coordenador e Editor-Chefe

Nilson Bezerra Neto

Revisão

Marco Antônio da Costa Camelo

Design

Flávio Araujo

Web-Page e Portal de Periódicos

Bruna Toscano Gibson

Livraria

Arlene Sales

Bibliotecária

Rosilene Rocha

Selma Cristina de Oliveira

Conselho Editorial

Francisca Regina Oliveira Carneiro

Hebe Morganne Campos Ribeiro

Luanna Melo Pereira Fernandes (Presidente)

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar

Josebel Akel Fares

José Alberto Silva de Sá

Juarez Antônio Simões Quaresma

Lia Braga Vieira

Maria das Graças da Silva

Marília Brasil Xavier

Núbia Suely Silva Santos

Robson José de Souza Domingues

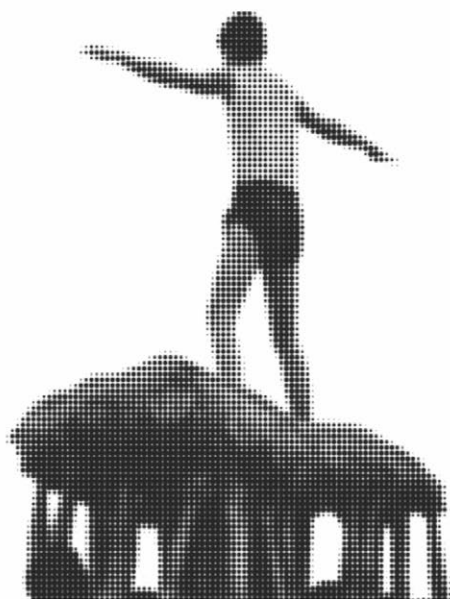
Pedro Franco de Sá

Tânia Regina Lobato dos Santos

Valéria Marques Ferreira Normando

Carmen Lilia da Cunha Faro

CAMINHOS FORMATIVOS
DO PRIMEIRO CORPO DOCENTE
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARÁ
(1950-1970)



Realização

Universidade do Estado do Pará - UEPA
Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE/UEPA
Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA



Revisão

Marco Antônio da Costa Camelo

Normalização

Rosilene Rocha

Designer Gráfico /Capa

Flávio Araujo

Diagramação

Odivaldo Teixeira Lopes

Apoio Técnico

Bruna Toscano Gibson

Arlene Sales Duarte Caldeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EDITORA DA UEPA - EDUEPA

F237c Faro, Carmen Lília da Cunha

Caminhos formativos do primeiro corpo docente da Escola Superior de Educação Física do Pará (1950-1970) / Carmen Lília da Cunha Faro. – Belém: EDUEPA, 2026.

340 p.: il.

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-8458-083-5

1. Educação física. 2. Escola Superior de Educação Física do Pará.
3. ESEFPA – Gênese. 4. ESEFPA – Memória. 5. Formação docente. 6.
ENEFD – disciplinas. 7. IEP – Formação de auxiliar de educação física. I.
Título.

CDD 371.12 – 22.ed.

Ficha Catalográfica: Rosilene Rocha CRB-2/1134.

Editora filiada



Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA

Travessa D. Pedro I, 519 - CEP: 66050-100

E-mail: eduepa@uepa.br

Telefone: (91) 3284-9112



@eduepaoficial



Editora da UEPA

AGRADECIMENTOS

Ao papai do céu!

À mamãe do céu (minha vovó Lili e mamãe Ida)!

Ao professor Coriolano, que deu rumo à minha vida quando me permitiu sonhar. O responsável por esta nova etapa da minha formação profissional, que me fez alçar voo à concretização de um sonho. Obrigada pelos ensinamentos e pela paciência. Sou imensamente grata.

Aos professores Eni, Alberto, Von-Grap e Vera, pela credibilidade em me conceder as entrevistas, sem as quais jamais seria viável a concretização deste trabalho. Ao compartilharem suas lembranças comigo, me permitiram viajar no tempo com eles. “Foi muito lindo, você ter vindo, sempre ajudando, sorrindo, dizendo que não tem de quê” (Vinicius de Moraes e Edu Lobo). Um agradecimento carinhoso. Minha eterna admiração!

Ao meu marido, Lauro Lino, fundamental na minha vida, que teve paciência para aguentar meu estresse e entender minha ausência que foi necessária ao desenvolvimento e execução deste trabalho.

Aos meus filhos, Lairson, Liandro e Luana, razão da minha vida. Obrigada pela solidariedade, fraternidade e muita amizade.

Agradeço aos professores Carlos Cunha Junior, Cleverson Silva, Roberto Pires e a professora Cecília Silva, por me ensinarem novos caminhos a partir de seus apontamentos.

Ao José Augusto, pelo apoio, colaboração, disponibilidade e interesse em contribuir com este trabalho. Por ter aceitado ler e tecer contribuições. Amigo que norteou rumos com seus comentários.

À Céres Cemírames, amiga de todas as horas que a Ginástica Rítmica me deu de presente e que vou levar para a vida toda. Obrigada pela colaboração e contribuições valiosas e generosas e pela disponibilidade em me auxiliar em várias etapas deste trabalho. “Amigo é coisa para se guardar no lado esquerdo do peito” (Milton Nascimento).

Ao Alan, que durante esse um ano e meio foi uma ponte que Deus colocou em meu caminho, pelas quais eu pude transpor abismos profundos que jamais conseguiria atravessar sozinha. Obrigada pela ajuda inestimável no levantamento das fontes e de transcrição das entrevistas. Obrigada pelo apoio e ajuda incansável. Valeu muito, Alan!

À professora Eunice Ferreira dos Santos, que fomentou em mim o amor pela pesquisa histórica.

À professora Julia Nogueira, pelas contribuições na revisão e correção gramatical do texto. Um agradecimento carinhoso.

À Ana Glória (“Glorinha”), minha amiga da Ginástica Rítmica que através da iniciativa em apoiar meu trabalho, proporcionou as condições necessárias para intermediar, com a família da professora Sônia Guimarães da Costa, suas fotos.

À Eduarda Matni, por ceder documentos históricos sobre a trajetória do professor Nagib Matni.

Ao Carlos Ubiratan, pela sua clássica obra “Histórico da Escola Superior de Educação Física do Pará 1970-1985”.

Obrigada pelo apoio!

Dedico e ofereço

À minha família

Aos meus onze grandes amores

Minha Avó Lili (*In memoriam*), meu marido Lauro,
meus filhos Lairson, Liandro e Luana, noras Elizângela e
Roberta, genro Guto e meus queridos netos Duda, Miguel,
Cecília e Catarina.

Ao Alberto Duarte de Oliveira,

à Eni do Perpétuo Socorro Corrêa,

à Vera Nazaré Cardoso de Souza,

ao Armando Alcântara Von-Grap (*In Memoriam*),

ao Augusto Rodrigues Corrêa (*In Memoriam*),

à Joana D'Arc Guimarães de Oliveira (*In Memoriam*)!

à Joventina Cardoso (*In Memoriam*),

Com amor e carinho!

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

PANORAMA HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	47
---	----

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARÁ NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940: UM MERGULHO NO PASSADO.....	88
---	----

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARÁ NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960.....	123
---	-----

CAPÍTULO IV

MEMÓRIAS DO PERCURSO FORMATIVO DO PRIMEIRO CORPO DOCENTE DA ESEFPA: DO ENSINO PRIMÁRIO AO ENSINO SUPERIOR	192
---	-----

EPÍLOGO	300
---------------	-----

ANEXOS	337
--------------	-----

PREFÁCIO

Com imensa alegria e satisfação, recebi o convite poder prefaciar esta obra que se apresenta adiante para quem vai se deleitar com a leitura que virá.

Este contentamento se deve ao fato de ter podido, como Professor e Orientador, e antes disso, como companheiro de jornadas, ter tido o mérito de acompanhar a trajetória de Carmen Lília, autora, como intelectual.

Sempre dedicada as suas atividades, séria com suas tarefas, serena em seus contatos e dedicada em suas relações, Carmen se construiu como pessoa e como Professora, tendo por base um compromisso para consigo, com as outras pessoas, com sua comunidade e com seu trabalho. Carmen se fez social e, academicamente, se pautando por valores e compromissos que aparecem em seus sonhos e em suas realizações.

Conhecendo Carmen já de longa data, pude observar seu sonho e sua labuta pela afirmação acadêmica, mesmo já sendo ela uma Professora de Educação Física reconhecida e valorizada em várias frentes, não só em seu estado, o Pará, mas mesmo no Brasil.

Em seu percurso de vida, Carmen experimentou papéis sociais diferentes que renderam experiências

variadas, dando-lhe a chance de se construir como uma pessoa que, mesmo diante do acúmulo, sempre se mostrou ávida pelo novo e em todas as situações possíveis, se colocou aberta a desafios, mesmo que para isso tivesse que se reconstruir, começar de novo. Enfim, sua entrega ao inédito se fez possível por todas as bases que construiu em sua vida.

Foi desta forma, com esta ânsia por sempre buscar mais que Carmem procurou o doutorado, curso que sempre esteve ali, ao seu lado, como um desejo. Mais do que a busca por um título, Carmen buscava um sonho, não apenas pela ritualidade acadêmica, mas por crer que podia se fazer melhor, que poderia, com isso, ser ainda mais qualificada em seu papel social, o de Professora. Foi por isso que Carmen voou de Belém para Salvador em busca de um sonho/desejo/compromisso.

Desde sua entrada como estudante de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal da Bahia, Carmen foi plena, se colocando para viver toda os tipos de experiências possíveis que a cidade, o curso e essa nova fase da vida poderiam lhe ofertar. E claro, isto tudo se ofereceu a ela, que pode desfrutar as alegrias, as dores, as aproximações, os distanciamentos, enfim, o novo a ela se ofereceu com todas as inconstâncias e inconsistências daquilo que é a vida, com todos os sabores e dissabores, mas ela sempre soube ser ativa e, por isso, ao final da trajetória, pode olhar para trás e dizer eu vim, vi e venci, e comigo venceram todas as pessoas que ao meu lado estiveram, e todas as que estarão.

Falando sobre a obra que se abre adiante, vemos uma investida acadêmica competente, que resulta de mui-

to esforço e dedicação. Ao mesmo tempo, afirma um novo, mesmo inédito e ela o faz com a serenidade de quem soube olhar para trás e ver/ler/entender as construções de um tempo que não foi o seu.

O texto se construiu sob a perspectiva histórica, com o cuidado de seguir o necessário rigor metodológico, movimento que exigiu esforço e apurado cuidado com o tema da obra. A seleção das leituras de apoio, das fontes de pesquisa e o recorte do tempo do texto, também, são mostras de um refinado trato com o saber científico.

A obra que se abre adiante coloca a pessoa que a lê imersa num universo temporalmente distante, específico e peculiar da realidade paraense, mas que, ao mesmo tempo, dialoga com a cena nacional e guarda aquilo que é típico do local, mas que também se carrega de sentidos que são exteriores ao vivido no estado do Pará. Sendo assim uma amostra daquilo que é essencialmente humano, a educação formal, no caso, a educação superior.

Estudar a formação de professores, no caso, de Educação Física, não se faz sem ter um olhar sobre aspectos variados que tocam o cotidiano desta formação e da função docente. Assim, os diálogos abertos, também os velados precisaram ser trazidos à tona e interpretados, para que fosse possível construir uma leitura sobre esta cena. Sendo, com isso, possível identificar fatores e personagens novos e também reforçar os já sabidos.

A pessoa que se dedicar a leitura deste livro vai se bater com informações que foram levantadas diante de diversas fontes. Fontes que foram tratadas com cuidado e sabedoria, na intenção de revelar interpretações acerca da construção da Educação Física no Pará, já que se trabalhou com aquele que se marcou como o Curso

primeiro no estado. Esta existência passou a influenciar a área, em seu tempo inicial e por todos os outros que vieram e virão.

Assim, esta obra é um marco nos estudos históricos em áreas diferentes, como a Educação e a Educação Física. E este marco se dá por ser inédita, por ter sido construída com base em dados fundantes dos campos, e por ter dado voz e vez às pessoas que compuseram esta História. Só por isso, já seria digna de nota o teor do texto, por demonstrar respeito, por dar valor a quem construiu aquilo que se vive hoje.

Em toda a construção do texto, Carmen demonstrou respeito, carinho e soube valorizar as trajetórias, saberes, valores e vivências das pessoas com as quais lidou, mas não apenas estas, também, os documentos e textos variados foram lidos, tratados com apuro e zelo, resultando num texto que se afirma como fundamental.

O que aqui será lido dialoga com aquilo que vem sendo produzido país afora, colocando o Pará no mesmo passo. Isto se faz procurando ver aquilo que é característico do Pará, mas sempre reconhecendo as interfaces possíveis com outros contextos.

A você que tem este livro em mãos, meu desejo de que possa usufruir da leitura e de todas as informações e análises aqui contidas. Que possa saber enxergar uma realidade que hoje faz você olhar para outro tempo, mas que também faz mirar a cena paraense em sua generalidade. Isto, a partir da construção de uma autora, Carmen Lilia, que soube viver a sua produção com esmero e carinho, entregando uma obra que a reflete como pessoa, que a espelha em seu desejo de um melhor para todas as pessoas.

Eu que tive o prazer de com ela viver, tendo sido orientador, na verdade, afirmo que pude aprender a querer

sempre buscar um melhor fazer, melhor querer, melhor ser. Tudo isto por poder sentir que um texto, como este que le-
rão, não se constrói com arranjos de palavras e frases, mas
sim com sentimentos, gostos e real contentamento.

Que possam ter – e terão – a mesma alegria que tive
ao acompanhar a elaboração desta obra, seus resultados,
mas, centralmente, que possam e consigam saber ver Car-
men em sua plenitude. Meus mais valiosos desejos de que
saibam usufruir, aprender e viver um saber que foi vivido,
sentido e que é a marca de sua autora.

Abraços à terra paraense, às pessoas dessa terra mi-
nha gratidão por ter podido estar ao lado desta construção.
Que venham outras, e virão. A você Carmen meus efusivos
parabéns por toda sua vida. Beijos no coração!

Salvador, Primavera de 2022
Prof. Dr. Coriolano P. da Rocha Junior

APRESENTAÇÃO

Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (Marx; Engels, 2007, p. 33).

Não há como pensarmos em escrever a História da Educação Física brasileira, com o seu capítulo paraense, especialmente o da formação de Professoras e Professores, sem a existência física de mulheres e homens que construíram e constroem essa área do conhecimento. Portanto, Carmen Lilia precisou, ao longo de sua vida, manter as suas condições materiais de existência cotidianas para chegar até o atual momento, rompendo a segunda década do Século XXI, e ser a grande fonte para nos contar sobre essa História.

São 50 anos de vivências (e histórias!) permanentes no interior da Educação Física brasileira com uma intervenção que se amplia para o mundo da Ginástica, em sua porção essencial e transmutada como esporte. O ato necessário de “olhar para traz”, com a devida ação teleológica do seu resultado em direção a saltos na organização da Educação Física, só nos é possível pelo fato de que existiram indivíduos que destinaram tempo de suas vidas para intervir sobre a história, certamente, não do modo que queriam ou idealizaram, mas da forma que foi possível.

A Obra de Carmen Lilia, caro leitor, que agora se apresenta à público, revela o envolvimento da autora com o seu objeto de pesquisa, não de maneira formal, como parte do *métier* de uma pesquisadora, mas sim como elemento que está contido na vida da autora e, ao mesmo tempo, configura-se como parte de sua história de vida na Educação Física paraense.

Desde a sua aproximação com o mundo das práticas corporais em seu processo de escolarização básica por meio da Ginástica Moderna, expressando a estética e a plasticidade do que existiu e ficou demarcado na História da Educação Física brasileira, estampado nas demonstrações e nas competições pela capital paraense, nos idos da década de 1960, até a sua intervenção como Professora de Educação Física e Técnica de Ginástica Rítmica Desportiva, nas décadas de 1970 e 1980, ela fez parte e foi construtora da História da Educação Física.

A sensibilidade a ser observada nestas linhas é do nível de atentar para fotos, certificados, jornais, portarias, decretos, leis, diplomas, regulamentos, medalhas, troféus, assim como, na oralidade, nas expressões faciais do entrevistado, nos silêncios, como partes do material interpretado como “fontes históricas do passado” e que assumem a condição de “relíquias no presente”.

Ainda que o rigor para com a produção científica se encontre capilarizado nesta obra, a sua autora dá voz àqueles que foram permitidos ao reavivamento de suas lembranças, para reconstruir o passado de forma dinâmica, ao modo de cada um e de cada uma, na reescrita da origem do primeiro corpo docente da Escola Superior de Educação Física do Pará.

Portanto, tecer a história a partir do tecido social que se constituiu por meio da história oral, como memórias de

um passado que passeia e, por vezes, apresenta-se vívido na mente, é o principal conteúdo que será encontrado nos capítulos que estruturam essa obra. Mesmo sabendo do “distanciamento entre o corpo vivido e o corpo rememorado”, Carmen Lilia soube recuperar por meio dos relatos orais um capítulo central na História da Educação Física paraense.

Assim como Carmen Lilia foi estimulada a se inserir no mundo da história oral para realizar o devido resgate da Educação Física paraense pela Professora Eunice Santos, durante as suas experiências desafiadoras proporcionadas pelas aulas no Curso de Especialização em Metodologia do Ensino da Educação Física Escolar, na Universidade Federal do Pará, em meados da década de 1990, espera-se que novas professoras e novos professores sejam estimulados e desafiados a continuar no resgate dessa história.

Por fim, aqui está presente mais uma das valiosas contribuições que a Professora/Atleta/Técnica/Pesquisadora Carmen Lilia destinou à Educação Física paraense. Que todas e todos possam se conectar com as suas histórias!

Belém, Pará, Amazônia, Brasil, outubro de 2022

Prof. Dr. Emerson Duarte Monte

INTRODUÇÃO

Esta obra se pauta originalmente em Tese de Doutorado em Educação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, em 2021, e tem como objeto as memórias de formação dos professores que constituíram o primeiro corpo docente da Escola Superior de Educação Física do Pará (ESEFPA), todos bolsistas da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), da Universidade do Brasil (UB), na década de 1960.

A ESEFPA foi a primeira instituição de ensino a abrigar curso superior na área da Educação Física no Estado do Pará; entretanto, os professores que fizeram parte do seu primeiro corpo docente são pouco (re)conhecidos na história da instituição. A ESEFPA é um marco histórico do ensino superior no Pará e, buscar entender suas raízes, de certa forma, pode nos levar a uma maior compreensão da formação dos professores de Educação Física no Estado.

A ESEFPA teve, no final da década de 1960, o início de sua constituição e edificação. No contexto do Brasil, nessa década, pudemos observar algumas mudanças institucionais, como a crise do governo João Goulart e o consequente movimento político-militar de 1964, além

da reforma universitária de 1967-1968 (Brasil, 1968). Os debates relativos à universidade foram desenvolvidos para além do meio acadêmico e mobilizaram vários setores sociais. Segundo Ferreira (2013, p. 55), os debates pertinentes à academia estavam pautados em temas como “[...] a democratização do ensino superior; a ampliação e a expansão dos cursos; e a diversificação das funções do ensino universitário”.

No setor da educação, o quadro de colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos teve início nos anos de 1950. No entanto, essa parceria só veio se fortificar com o governo militar de 1964, que deixou de lado projetos de desenvolvimento autônomo seguidos por seus antecessores e optou por um desenvolvimento associado, encabeçado por grupos internacionais localizados, majoritariamente, nos Estados Unidos (Costa, 2015).

No período de 1967-1968, discutia-se muito a respeito de um projeto de reforma universitária proposto por meio de uma parceria entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency of International Development* (USAID), que era constituída por uma comissão de especialistas em educação: professores brasileiros recomendados pelo MEC e americanos indicados pela USAID (Costa, 2015). O projeto visava à reforma do ensino, desde o primário até o ensino superior, abrangendo, também, o ensino agrícola, o ensino veterinário e a formação de professores para a escola de nível médio (Brasil, 1968).

Essa conjuntura histórica era muito favorável à reforma das universidades e podemos dizer que daí advém a fundação da ESEFPA, que ocorreu, principalmente, em decorrência da reforma universitária de 1968. Uma das fina-

lidades com a criação desta escola era formar e aperfeiçoar pessoal técnico em Educação Física no Pará que pudesse atender às demandas sociais ora colocadas (Pará, 1970). A emergência de criação da ESEFPA foi, portanto, fundamental para formar os primeiros professores de Educação Física no âmbito do Estado do Pará, bem como para contribuir, efetivamente, com o desenvolvimento do ensino superior na Região Amazônica (Santos, 1985).

O interesse pessoal para empreender esta pesquisa remete à minha própria trajetória profissional no Curso Superior de Educação Física da Universidade do Estado do Pará (CEDF/UEPA), como professora da disciplina Fundamentos Históricos da Educação Física, do Esporte e do Lazer. Nesse atuar, uma questão sempre esteve bem presente e percebida nas aulas e eventos da disciplina: os meus limites para discutir a respeito da história da Educação Física no Estado do Pará, especialmente, da ESEFPA, dos seus idealizadores e do primeiro corpo docente dessa escola.

No CEDF, após uma reforma na estrutura do prédio em que foram designadas salas com os nomes dos primeiros professores, fui chamada para auxiliar, na condição de docente da disciplina Fundamentos Históricos da Educação Física, do Esporte e do Lazer, na identificação de cada professor e professora. Nesse momento, percebi que conhecia os nomes dos professores e das professoras que compuseram o primeiro corpo docente e, superficialmente, suas histórias, parecendo-nos inconsistentes, bem como suas contribuições para o ensino superior e para Educação Física paraense.

Atualmente, as histórias desses professores pioneiros encontram-se no esquecimento e silenciadas, devido à ausência de registros documentais. Esta investigação bus-

ca trazer à tona as memórias desses atores que se mantiveram ocultos, subalternos, sem reconhecimento e destituídos da condição de sujeitos históricos ao longo da história da ESEFPA e da história da Educação Física paraense.

Articular historicamente o passado dos professores não significa conhecê-lo exatamente como ele foi, porque tal situação é impossível. Entretanto, podemos sim ter “[...] uma possibilidade de reconstruir esse passado a partir das fontes que nos permitimos buscar e do olhar que sobre elas debruçamos” (Goellner; Melo, 2001, p. 116).

Reconhecemos a relevância da temática em voga, por ser estimulante e desafiadora, principalmente, devido à escassez de pesquisas históricas acerca da ESEFPA. Há um reduzido número não somente de publicações, de acervos documentais e de fontes primárias, bem como de informações sobre os arquivos onde esses documentos podem ser encontrados. A obscuridade de fontes oficiais sobre a referida instituição pode resultar desinteresse de pesquisadores pela temática. A investigação do acesso às fontes documentais que contam essa história faz-se urgente e necessária pois, com o passar do tempo, maiores dificuldades surgirão na busca de tais informações.

O convívio com a comunidade acadêmica do CEDF/UEPA me fez perceber a dimensão do meu próprio desconhecimento, a partir de fatos ignorados, não registrados, sobretudo do contexto de origem da instituição e dos diversos personagens que fizeram parte da sua criação e consolidação. Isto ficou mais perceptível quando iniciamos a presente investigação, por meio de um levantamento na Biblioteca “Prof. Jonathas Pontes Athias” do CEDF/UEPA. Em visitas a essa biblioteca, indagamos

a respeito dos documentos sobre a ESEFPA e a bibliotecária nos indicou uma sala ao lado da biblioteca, com livros, revistas, vídeos etc., que não são mais consultados e um “Arquivo Morto”¹, onde poderíamos buscar as informações que procurávamos.

No caso específico dos documentos do “Arquivo Morto”, que guardam a história da ESEFPA, a maioria encontra-se deteriorada, sem possibilidade de uso, devido às condições climáticas e pela falta de cuidados necessários à preservação. Nesse conjunto de possíveis fontes, acha-se registrada boa parte da história da ESEFPA, e referências aos nomes de sujeitos e/ou testemunhas envolvidos historicamente com a instituição. As condições de acesso e as imposições sanitárias dificultaram o acesso às informações, situações essas que, em nossa opinião, tendem a piorar, sugestionando a urgência em se extrair dali dados de pesquisas.

Causou-nos grande inquietação o fato dos arquivos encontrados na biblioteca, como documentos, retratos, experiências, registros, projetos e estudos estarem, muito deles, dispersos e/ou engavetados. Neste momento, percebemos a necessidade de sistematizá-los e socializá-los com a comunidade acadêmica e científica.

Uma vez procurada pelos alunos para orientação sobre as temáticas da disciplina Fundamentos Históricos da Educação Física, do Esporte e do Lazer, senti a necessidade de fazer uma busca de aportes teóricos sobre a pesquisa histórica em Educação Física, pois “ensinar exige pesquisa” (Freire, 1996, p. 32). Com isso em mente, fomos buscar apoio em Betti (1991), Ferreira Neto (1998; 1999; 2000; 2001); sobre a história de cursos de

¹ Arquivo Morto é uma nomenclatura que remete a algo indesejado e inútil, podendo ainda ser entendido, conforme conceitua Vidal (2007, p. 64): “[...] como um depósito da documentação que já perdeu sua validade legal e, portanto, não dispõe de valor”.

Educação Física nos fundamentamos em Grunennvaldt (1997), Melo (1996), Vilela e Rocha Junior (2006); e sobre a História Oral e Memória dialogamos com Alberti (1989; 2004; 2013), Meihy (1996), Meihy e Ribeiro (2011), Thompson (1992), Halbwachs (2003), Delgado (2006) e Santhiago e Magalhães (2015).

Reconheço, a partir desses referenciais teórico-metodológicos, a importância dos estudos históricos, visto que são eles que:

[...] nos ajudam a captar as minúcias, semelhanças, diferenças, especificidades e singularidades de cada instituição escolar, como também a compreender que os agentes educacionais produzem, reproduzem, criam, recriam, modificam, acrescentam, transformam saberes (Silva; Galvão, 2015, p. 213).

Meu interesse em estudar a história da ESEFPA continuou e ganhou força quando fiz parte do Grupo de Pesquisa em História da Educação na Amazônia (GHEDA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da UEPA, junto às atividades da linha de pesquisa “História das Instituições Educativas”, cujo objetivo é o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a história das instituições educativas, de seus intelectuais e impressos.

Atualmente, faço parte do Grupo de Pesquisa “Experiências Inovadoras na Formação de Professores e Práticas Pedagógicas em Educação Física” (RESSIGNIFICAR/UEPA), junto às discussões da linha de pesquisa “História das Práticas Pedagógicas na Educação Física, Corpo e Movimento”, que desenvolve estudos sobre a origem e o desenvolvimento das manifestações corporais e o trato pedagógico no campo da Educação Física, do Esporte e do Lazer.

Também participo do Grupo Corpo, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), dialogando na linha “História do Esporte, das práticas corporais e do lazer”, que tem por objetivo desenvolver estudos históricos sobre o esporte, práticas corporais e lazer. Esse grupo propiciou instantes de reflexões e debates, além de ter fomentado a nossa participação em eventos científicos. Junto a esse grupo, esta tese de doutorado foi desenvolvida.

A participação nesses grupos contribuiu para aguçar meu interesse pela investigação científica sobre pesquisa histórica e formação de professores. Além disso, na busca por pesquisas que abordassem a história da ESEFPA, identificamos 7 (sete) estudos na biblioteca “Prof. Jonathas Pontes Athias”, vinculada ao CEDF/UEPA, em Belém do Pará.

Um dos trabalhos consultados foi a tese de Vander-son Cunha do Nascimento (2010), intitulada “Escola Superior de Educação Física do Estado do Pará: uma análise das concepções pedagógicas em sua gênese (1960-1970)”, cujo objetivo foi analisar as concepções de Educação Física que orientavam a criação e a implantação da ESEFPA. Como resultado, é evidenciado que a gênese curricular da ESEFPA foi influenciada pelas concepções dos Métodos Ginásticos e da Educação Física Desportiva Generalizada, bem como por um processo embrionário orientado pelo sistema das Federações Esportivas e a lógica da concepção do Pensamento Pedagógico Técnico Esportivo.

Outro estudo pesquisado foi a tese intitulada “Rizoma da ginástica: histórias de vidas dos professores da Escola Superior de Educação Física do Estado do Pará na década de 1970”, de Marco Antônio Barros dos Santos (2013), cujo objetivo era o de analisar a história da disciplina Ginástica, como instrumento para compreender sua reconfiguração

na ESEFPA. Como resultados, são desvelados quais eram os personagens envolvidos no processo de fundação e estruturação administrativa da Escola; quais eram os professores pioneiros da disciplina Ginástica; suas atuações no campo de trabalho; como foram envolvidos no ensino da instituição; e sua participação naquele contexto educacional.

Além das teses supracitadas, foram consultadas dissertações de mestrado que discutem sobre a ESEFPA. Uma delas é intitulada “Formação do professor de educação física no Pará: o que revela a história do currículo do curso de educação física da Universidade do Estado do Pará?”, de autoria de Anahy Garcia Treptow (2008). O objetivo desse trabalho foi analisar a história do currículo do curso de formação de professores de Educação Física da ESEFPA/UEPA, nos anos de 1970 a 2007. Em conclusão, é observado que o curso de formação de professores de Educação Física, por meio de seus currículos, apresenta, antes do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de 1999, uma concepção de formação docente tecnicista e, após o PPP de 1999, assume uma outra concepção, na qual o profissional tem caráter ampliado, generalista, humanista, crítico e reflexivo, tendo por base princípios éticos, políticos, pedagógicos e científicos.

Outra dissertação considerada foi a de Pedro Paulo Maneschy (1996), cujo título é “Educação e corporeidade: o vivido e o pensado na ESEFPA”. O objetivo dessa pesquisa foi, a partir de suas experiências pessoais vividas no processo de formação profissional na ESEFPA, discutir questões de educação e corporeidade. Como conclusão, o autor sugere que a formação de professores seja crítica, criativa, vislumbrando uma dimensão profissional, política e epistemológica.

Além das teses e dissertações citadas há, também, um Trabalho de Conclusão de Curso de Raí Medeiros Veiga (2016), sob nossa orientação, cujo título é “Os significados que emergem da formação do primeiro corpo docente da ESEFPA: entre memória e a história”. O objetivo desse estudo foi analisar os sentidos e significados que emergem da formação do primeiro corpo docente da ESEFPA, no contexto de sua criação. Como resultado, são reveladas as características socioeconômicas dos professores; particularidades do processo de seleção para o ingresso no curso da ENEFD; detalhes do processo de concessão de bolsas pelo governo; e questões relacionadas à infraestrutura, ao currículo e ao ensino de Educação Física.

Na biblioteca do CEDF/UEPA, ainda encontramos o livro de Carlos Ubiratan Santos (1985), intitulado “Histórico da Escola Superior de Educação Física do Pará: 1970-1985”, o qual destaca a origem da escola; atos legais e normativos; estrutura organizacional; corpo docente, administrativo e técnico; organização didático-pedagógica e estrutura curricular da instituição, durante o seu funcionamento inicial e no transcorrer da década de 1980.

O sétimo estudo bibliográfico encontrado, também considerado de grande relevância para nossa pesquisa, foi o de Nagib Coelho Matni e Carlos Ubiratan Santos, intitulado “A formação do docente de Educação Física e sua realidade local”, do ano de 1984. O texto dá ênfase à relação do currículo pleno, à estruturação curricular e ao regime de crédito e regime seriado, tendo como pano de fundo os anos de 1976-1977 e o período de 1980 a 1985.

Os trabalhos encontrados no levantamento são pioneiros na discussão sobre a história da ESEFPA e dotados de relevantes referências, sobretudo para pesquisas que pre-

tendem investigar temáticas como concepções pedagógicas, currículo, formação docente, história da Educação e da Educação Física no Estado do Pará, entre outras temáticas.

O quantitativo de estudos sugere a necessidade de desenvolvimento de novas investigações, envolvendo temáticas ainda pouco exploradas sobre as histórias e as memórias de professores e professoras, formação, instituições de ensino, os esportes, o lazer, a ginástica, a dança, etc.

Nesta pesquisa, buscamos também discutir acerca da ESEFPA, assim como pudemos perceber nos 7 (sete) trabalhos consultados; entretanto, diferentemente, abordamos o processo de rememoração do percurso formativo dos professores que fizeram parte do primeiro corpo docente da instituição desde os anos de 1950 até 1970.

Para firmar um melhor entendimento quanto ao período considerado na pesquisa, buscamos informações em períodos anteriores ao recorte temporal. Quanto à Educação Física no Brasil, detendo-nos, mais amiúde, no recorte temporal que compreende as décadas de 1950, 1960 e 1970.

A década de 1950 abrangeu espaços decisivos de formação docente que aconteceram a partir da reorganização do Serviço de Educação Física do Pará, da formação de auxiliares de Educação Física, por meio do Instituto de Educação do Pará (IEP) (antiga Escola Normal), de cursos de formação de professores para atuarem nos Jogos Paraenses Ginásio-Colégiais (JOPAGICOS), que foram os primeiros cursos de aperfeiçoamento técnico e pedagógico, e exames de suficiência, promovidos no Estado pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (DEF/MEC).

A década de 1960 foi englobada por ser um período em que os professores que fizeram parte do primeiro cor-

po docente da ESEFPA se deslocaram para o Rio de Janeiro, na condição de bolsistas, em busca de formação superior na ENEFD. O movimento, no Brasil, de criação de escolas superiores de Educação Física, com intenções à formação de professores, começou pela cidade do Rio de Janeiro, com a gênese da ENEFD.

A década de 1970 foi incorporada por ser o período de fundação e consolidação da ESEFPA e, principalmente, por ser um período de constituição do primeiro corpo docente desta instituição.

Frisamos que são reduzidas as fontes e pesquisas contínuas e sistemáticas nesse tempo historiográfico, quando comparamos a outros períodos, o que acaba por tornar urgente e necessário o estímulo à produção de estudos, a fim de preencher uma lacuna neste conhecimento histórico específico. Diante do que foi mencionado, dizemos que ainda há muito o que se dizer sobre a ESEFPA, a partir de mais olhares em espaços acadêmicos.

Desse modo, motivados pelas experiências e vínculos acadêmicos apresentados, esta obra busca desvelar a presente pergunta: como se deu o processo de formação dos professores que constituíram o primeiro corpo docente da ESEFPA? A partir desta questão central, outras apareceram, servindo-nos como guias aos nossos estudos:

- a. Qual a realidade da formação de professores de Educação Física no Pará nas décadas de 1930 e 1940?
- b. Quais os cursos de formação em Educação Física existentes no Pará nas décadas de 1950, 1960 e 1970?
- c. Quais experiências relacionadas à Educação Física vivenciaram os primeiros docentes, quando estudavam no ensino primário até o ensino secundário?

- d. Quais os percursos formativos vividos pelos docentes durante e depois da ENEFD?
- e. Quais as contribuições desses professores para a formação docente em Educação Física no Pará e para a gênese da ESEFPA?

Dessa forma, o objetivo geral dessa obra é o de reconstruir os caminhos formativos dos primeiros professores da ESEFPA, desde o ensino primário até o ingresso na instituição. Desdobrando-se em objetivos complementares que contribuem para o processo expositivo da obra, quais sejam: I) Identificar a realidade da formação de professores paraenses de Educação Física durante as décadas de 1930 e 1940; II) Mapear os cursos de formação docente em Educação Física no Pará entre as décadas de 1950, 1960 e 1970; III) Identificar as experiências formativas dos docentes relacionadas à Educação Física, desde o ensino primário até o ensino secundário; IV) Verificar os percursos formativos vividos pelos docentes durante e depois da presença na ENEFD; V) Averiguar as contribuições desses professores à formação docente em Educação Física no Pará e à criação da ESEFPA.

Esta obra fundamentada em estudos sobre a história da Educação Física e de Cursos de Educação Física nas ideias de Betti (1991), Cunha (2017), Melo (1996), Grunnenvaldt (1997), Figueiredo (2016), Lima (2012), Lyra (2013), Nascimento (2010), Santos (1985), Silva (2017), Silva (2015), Vilela e Rocha Junior (2006), e de formação de professores nos estudos de Tardif (2000), Moita (2000), Cavaco (1999), Azevedo (2013), Faria Junior (1972, 1987), Pires (2007, 2008) e Treptow (2008). Sem a contribuição de todos esses referenciais teóricos, entre outros, não teríamos conseguido consolidar nossa investigação.

Os caminhos percorridos foram traçados a partir da pesquisa histórica para interpretar como se deu o processo de formação dos professores que constituíram o primeiro corpo docente da ESEFPA. Nesse sentido, usamos como fonte de dados documentos originais, artigos de jornais, fotografias, relatos históricos e entrevistas com quatro pessoas que tiveram conhecimento do tempo e do lugar que foi investigado, como sugerem Moreira e Caleffe (2008). Samara e Tupy (2007) reforçam esta assertiva, dizendo que os documentos que dão base aos estudos históricos assumem distintas formas, abordam diversos conteúdos e podem ser encontrados em diferentes lugares.

Dessa forma, fontes orais e documentais complementam-se e têm como função tornar o objeto da pesquisa mais acessível e compreensível. Delgado (2006) pontua que a relação história oral e pesquisa documental é bidirecional e complementar, pois ambas fornecem, ao mesmo tempo, subsídios e informações, uma à outra, o que torna o processo de construção de fontes orais muito desafiante e rico.

No que diz respeito ao levantamento de fontes documentais, acessamos diferentes acervos locais e nacionais, nos quais encontramos artigos de jornais, decretos, leis, portarias, resoluções, fontes iconográficas, etc. A partir disso, realizamos o cruzamento das diferentes fontes, o que possibilitou entender o contexto histórico e social da formação de professores de Educação Física no Pará.

Na mobilização de fontes documentais para a pesquisa, buscamos consultar bibliotecas e arquivos públicos na tentativa de desvendar os papéis que pudessem nos servir, ou seja, documentos que pudessem fundamentar a presente pesquisa. Nessa perspectiva, inicialmente, seis lugares se constituíram pertinentes e foram visitados no período

de agosto de 2019 a março de 2020, antes da pandemia de COVID-19². Os lugares visitados foram os seguintes: o Arquivo Público do Estado do Pará; a Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA); a Biblioteca “Prof. Jonathas Pontes Athias”, do CEDF/UEPA; a Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará (FCP); a Biblioteca “Prof. Inocêncio Machado Coelho” da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); e o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Durante a pandemia, por meio da internet, no período de abril a agosto de 2020, ainda consultamos a Memória Documental da ENEFD; a Revista de Educação Física do Exército Brasileiro da Escola Superior de Educação Física do Exército (ESEFEx); e a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) da Fundação Biblioteca Nacional. Recorremos à internet após o fechamento dos lugares onde iniciamos a presente pesquisa documental, que fecharam para atender às medidas preventivas para reduzir a propagação da COVID-19. Além disso, reconhecemos, em conformidade com Samara e Tupy (2007) que, ao nos conectarmos com a internet, foi possível romper os limites do espaço físico e ter acesso às fontes originais, secundárias e/ou levantamentos bibliográficos, armaze-

² Em 2020, o mundo foi marcado pela pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019, a COVID-19 (do inglês *coronavirus disease 2019*), a qual apresenta em seus sintomas mais graves a síndrome respiratória aguda severa, que pode levar a óbito. O primeiro caso de COVID-19 foi identificado em Wuhan, na China, no segundo semestre de 2019, e logo se disseminou pelo mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a pandemia no dia 11 de março de 2020. Os efeitos da pandemia foram diversos: isolamento social, distanciamento, mudanças comportamentais, desemprego. Todas suas consequências sobre a saúde, a economia, a educação e a sociedade, de modo geral, não podem ser estimadas até o momento.

nados à distância, em inúmeras bibliotecas, arquivos e centros de pesquisa acadêmica.

Ainda durante a pandemia, com a reabertura dos arquivos públicos locais a visitas presenciais, voltamos à Biblioteca Pública Arthur Vianna no período de setembro de 2020 a março de 2021. O retorno ocorreu por meio de agendamentos feitos, em sua maioria, uma ou até duas vezes por semana e tomando medidas cabíveis de prevenção à COVID-19, como o uso de: álcool em gel, máscara, luvas, óculos e touca.

A partir de todas essas fontes supracitadas, no esforço de tentar constituir uma compreensão histórica, foi possível acessar os seguintes acervos: jornais, fotografias, decretos, resoluções, portarias, leis, certificados, teses, dissertações, artigos e livros.

O primeiro lugar visitado nesta pesquisa foi a Biblioteca “Prof. Jonathas Pontes Athias”, do CEDF/UEPA. Conforme apresentado anteriormente, no acervo da biblioteca encontramos duas teses, duas dissertações e um trabalho de conclusão de curso. Além desses trabalhos, ainda encontramos alguns documentos oficiais, fotos e um DVD da missa de 26 anos da ESEFPA, com discurso de um dos principais personagens na história da instituição, o professor Nagib Coelho Matni.

A Imprensa Oficial do Estado do Pará, que contém múltiplos documentos que se referem à Educação no Estado, foi o segundo lugar que visitamos no levantamento. Como fontes relevantes para a pesquisa, entre outros documentos, encontramos, nesse órgão governamental, decretos e portarias relacionados: 1. à criação do Departamento de Educação Física, em 1933; 2. ao regulamento e interrupção do Curso de Educação Física de 1934; 3. à

criação e extinção da Escola de Educação Física do ano de 1942; 4. à criação, extinção e reorganização do Serviço de Educação Física.

O terceiro lugar visitado foi o Arquivo Público do Estado do Pará onde encontramos diversos arquivos de diferentes instituições do Estado, das décadas do recorte temporal da pesquisa, principalmente relativos às seguintes instituições: do próprio Arquivo Público do Estado do Pará; da Diretoria Geral de Educação e Cultura do Estado do Pará; e da Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Entretanto, apesar das buscas, não identificamos nesse *lôcus* acervos relevantes para a nossa pesquisa.

A quarta visita foi à Biblioteca Pública Arthur Viana na qual realizamos buscas em jornais físicos e em microfiches, com o intuito de encontrar publicações relativas à formação de professores de Educação Física no Estado, das décadas de 1950, 1960 e 1970. Os jornais pesquisados foram os seguintes: Folha do Norte, O Estado do Pará e O Liberal. Como acervo, encontramos mais de 100 publicações que versam sobre: a Educação no Estado, a Educação Física, a ESEFPA, os cursos de preparação e atualização docente na área da Educação Física, edições dos JOPAGICOS, o Serviço de Educação Física, a Inspetoria Seccional de Educação Física, a CADES, a DEF/MEC, o Departamento de Educação Física, Recreação e Esporte (DEFRE) e sobre as demonstrações de ginástica que ocorriam durante a Semana da Pátria.

A Biblioteca “Prof. Inocêncio Machado Coelho”, da SUDAM, foi o quinto lugar por nós visitado. Os arquivos que localizamos e consultamos nesse *lôcus* foram referentes ao I e II Colóquio Regional de Educação (1970; 1971), ao III Encontro Regional de Educação (1972) e ao livro “Histó-

rico da Escola Superior de Educação Física do Pará (1970 – 1985)”, de Carlos Ubiratan Santos (1985).

Consultamos, ainda, os acervos do Centro de Memória da Educação Física da UFMG, no qual encontramos arquivos sobre a ENEFD, boletins de Educação Física, publicações da Revista Brasileira de Educação Física e acerca das Jornadas e Estágios de Educação Física (1955-1965). No acervo da coleção intitulada “Fernando Campos Furtado”, encontramos textos: da I Jornada de Estudo de Educação Física (Belo Horizonte - 1957); da V Jornada Internacional de Educação Física (Belo Horizonte - 1962); das turmas, professores e disciplinas da ENEFD, principalmente da década de 1960; e sobre o II Estágio Internacional de Educação Física (Rio de Janeiro - 1958). Além disso, encontramos três teses e uma dissertação sobre formação de professores e métodos de ensino adotados no Brasil.

Na hemeroteca Memória Documental da ENEFD, disponibilizada na internet, também encontramos documentos e textos pertinentes à pesquisa, versando sobre a instituição: quadro de professores da escola; relatórios; atas das primeiras congregações, entre outros. No acervo encontramos, também, um relatório sobre o contexto da Educação Física no Pará, na década de 1940, e uma ata da sessão solene da Congregação da ENEFD, confeccionada para registrar a entrega de diplomas aos alunos concluintes da escola, da turma em que Nagib Coelho Matni era integrante.

Nas publicações da Revista de Educação Física do Exército Brasileiro, da ESEFEx, disponibilizadas por meio digital, identificamos dados relevantes para a pesquisa, dentre os quais destacamos um discurso de Orlando Mo-

reira Torres³ sobre o contexto da formação de professores de Educação Física, na década de 1930, no Pará e um telegrama dele que versava sobre a criação do Departamento de Educação Física, emitido em 1933.

Arquivos pessoais também fizeram parte desta pesquisa. A família da professora Sônia Guimarães da Costa, primeira diretora da ESEFPA, disponibilizou-nos 15 (quinze) fotografias da professora em aulas e cursos no Centro de Educação Física, Recreação e Esporte (CEFRE), no seu baile de formatura, na sua colação de grau na ENEFD, na Semana da Pátria em que foi homenageada e de quando foi diretora da ESEFPA.

Os professores entrevistados também nos disponibilizaram documentos: o professor Alberto Duarte de Oliveira concedeu seu currículo; o professor Armando Alcântara Von-Grap nos disponibilizou seu currículo, diploma da ENEFD e texto não publicizado sobre sua história de vida; e a professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa forneceu fotografias e livros de sua época de estudante e de quando atuava como professora.

Por serem consideradas relevantes, foram usadas, do nosso acervo pessoal, entrevistas realizadas por nós, no ano de 2004, com professores que relataram e rememoraram sobre a Educação Física no Pará, nas décadas de 1950 e 1960. Os professores entrevistados, nessa ocasião, foram: Augusto Rodrigues Corrêa, Joana D'Arc Guimarães de Oliveira e Joventina Cardoso.

O professor de Educação Física e bailarino, Augusto Rodrigues Corrêa (1928-2016) foi precursor do balé clás-

³ Orlando Moreira Torres foi oficial de engenharia do Exército Brasileiro. Na década de 1930, foi nomeado pelo interventor Magalhães Barata como diretor do Departamento de Educação Física, para coordenar, orientar e controlar a Educação Física no Pará.

sico em Belém-PA e participou do Curso Intensivo de Educação Física promovido na capital paraense, pela CADES, em 1956. A professora Joana D'Arc Guimarães (1935-2020) participou do Curso Intensivo de Educação Física promovido pela CADES, em Belém-PA, no ano de 1958. Na década de 1960, a professora Joana D'Arc se destacou na formação de professores de Educação Física paraense, trabalhando com a temática Recreação e, ao longo da década de 1970, após graduar-se na primeira turma, atuou por muitos anos como docente da ESEFPA. Joventina Cardoso, atualmente aposentada, foi professora de Educação Física no final da década de 1960 e durante a década de 1970, trabalhou com a ginástica olímpica e rítmica no contexto escolar paraense.

A escolha dos sujeitos a serem entrevistados nesta pesquisa se deu após a leitura do livro de Santos (1985), no qual identificamos os nomes de todos aqueles que constituíram o primeiro corpo docente da ESEFPA. Como critério optamos pelos docentes bolsistas que foram estudar na ENEFD, na década de 1960, pois esses tiveram a incumbência de promover a implantação da ESEFPA. Os sujeitos escolhidos, inicialmente, para fazer parte desta investigação foram 6 (seis) professores; entretanto, duas professoras não aceitaram participar do estudo, sendo que uma delas, com quem conseguimos entrar em contato antes da pandemia, em fevereiro de 2020, inicialmente aceitou participar, mas, posteriormente, após o contexto da pandemia, não respondeu mais aos nossos contatos.

Dessa forma, foram realizadas entrevistas com 4 (quatro) professores que foram bolsistas da ENEFD e fizeram parte do coletivo que envolveu os 14 (quatorze) primeiros docentes da ESEFPA. Foram eles: Armando Alcântara Von-Grapp, Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, Alberto Duarte de Oliveira e Vera Nazaré Cardoso de Souza.

O professor **Armando Alcântara Von-Grap**, filho de Carlos Von-Grap e Carmen de Alcântara Von-Grap, é natural da cidade de Belém no Estado do Pará, nasceu em 17 de maio de 1937. Passou sua infância e adolescência no bairro da Pedreira e sua infância foi marcada por muitas brincadeiras. Estudou o primário no Grupo Escolar Dr. Justo Chermont, e secundário no Colégio Estadual Paes de Carvalho. Licenciou-se em 1966 pela ENEFD, foi professor de Educação Física, fisicultor e gestor. Durante sua trajetória profissional, recebeu várias condecorações e homenagens. Aposentou-se na década de 1990, pela UEPA.

A professora **Eni do Perpétuo Socorro Corrêa** nasceu em dois de julho de 1943, na cidade de Belém do Pará. Passou sua infância e adolescência residindo entre a Rua Benjamin Constant, a ilha do Mosqueiro e a Rua Dom Romualdo de Seixas. Fez seu primário no Instituto Suíço Brasileiro. Kursou o ensino superior em Educação Física na ENEFD, no triênio de 1964, 1965 e 1966, sendo assim contemporânea do professor Armando Alcântara Von-Grap. Foi gestora, professora e inspetora de Educação Física. O seu primeiro contato com a Dança em Belém foi com o professor Augusto Rodrigues. Em finais da década de 1960, junto com o professor Marbo Gianaccinni criaram e coordenaram o Grupo Coreográfico da UFPA em Dança. Aposentou-se pela UEPA na década de 1990.

O professor **Alberto Duarte de Oliveira** nasceu em Belém do Pará, onde passou sua infância alegre e com muitas brincadeiras. Realizou o curso primário na Escola Agrícola Manoel Barata – EAMB (Outeiro/PA) e o secundário no Colégio Estadual Magalhães Barata. Kursou a ENEFD no triênio 1965, 1966 e 1967. Deixou de trabalhar na ESEFPA em finais da década de 1970. Participou de várias competições de atletismo como atleta e técnico e muitas

vezes medalhista em várias competições na área do esporte de rendimento. Foi técnico do atleta Agberto Conceição Guimarães, 4º lugar nas Olimpíadas de Moscou, em 1980, e medalhista de ouro nos 800m e 1.500m nos jogos Pan-Americanos de Caracas, em 1983. Foi professor e inspetor de Educação Física em Belém.

A professora **Vera Nazaré Cardoso de Souza** nasceu em 9 de outubro de 1943, na cidade de Belém do Pará. Passou sua infância em uma casa no município de Ananindeua, cujo terreno ao redor lhe propiciava uma infância alegre, brincando em árvores, comendo frutos no pé das árvores e tomando banho de igarapé. Fez seu primário na Escola Nossa Senhora de Anunciação, uma escola confessional dirigida por freiras, na qual foi influenciada para ser freira, mas com o decorrer do tempo e com os conselhos de seu pai, declinou da ideia. Jogou basquete pelo Paysandu Sport Clube, em Belém, e pelo Flamengo, Vasco e Botafogo no Rio de Janeiro. Fez a ENEFD no triênio 1963, 1964 e 1965.

Na coleta de dados optamos pela entrevista temática que se refere à experiência ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados (Delgado, 2006). Esse tipo de entrevista tem sempre um tema central como foco de pesquisa a partir de versões interpretativas organizadas pelos sujeitos da pesquisa, os quais, segundo Alberti (1989), são escolhidos por terem participado ou possuírem conhecimentos sobre a temática estudada.

Delgado (2006) aponta, em seus estudos, que as entrevistas temáticas podem fornecer informações, versões e interpretações testemunhadas por um determinado grupo acerca de um objeto de estudo abordado em pesquisas como as de formação de professores de Educação Física.

Quanto ao tipo de pergunta, adotamos a entrevista semiestruturada a qual parte de um roteiro pré-estabelecido e, na sua aplicação, o entrevistador tem a possibilidade de formular outras perguntas, conforme o teor da narrativa do entrevistado (Marcondes; Teixeira; Oliveira, 2010).

Para reconstruir o caminho formativo dos docentes que fizeram parte do primeiro quadro de professores da ESEFPA, elaboramos 6 perguntas norteadoras, a saber:

1. O que você recorda sobre sua infância e adolescência?
2. Quais suas lembranças sobre a Educação Física desde o primário até o secundário?
3. Em que momento você decidiu escolher a Educação Física como profissão?
4. Como foi sua experiência formativa durante o período que estudou na ENEFD?
5. Quais as experiências de formação que você vivenciou após o retorno da ENEFD?
6. Quais experiências formativas você acumulou enquanto docente da ESEFPA?

As entrevistas com os professores e as professoras foram realizadas a partir de um protocolo de pesquisa compartilhado nos estudos de Alberti (1989, 2004, 2013), Meihy (1996), Meihy e Ribeiro (2011) e Meihy e Seawright (2020). Esse protocolo é pautado na responsabilidade do entrevistador no momento da interpretação das narrativas dos entrevistados.

A História Oral requer planejamento, preparação teórica e competência técnica na organização/coleta dos dados, na transcrição e na análise dos dados. Por esse motivo, para executar as entrevistas, realizamos um pré-agen-

damento e suas aplicações ocorreram, individualmente, durante dois ou três momentos, em locais que buscaram garantir a espontaneidade e o não constrangimento dos entrevistados.

Nesta pesquisa, fizemos o contato inicial por telefone e presencialmente apresentamos o tema, os objetivos e a metodologia adotada no processo investigativo. As datas e os locais de cada entrevista foram definidos com os entrevistados, sempre levando em consideração suas disponibilidades e a escolha do local. Os professores Von-Grap, Eni e Vera optaram por serem entrevistados em suas residências e o professor Alberto preferiu ser entrevistado na Biblioteca “Prof. Jonathas Pontes Athias” do CEDF/UEPA. Explicamos aos professores os trâmites a serem cumpridos durante e após as entrevistas, que se referiam à conferência do texto de transcrição das entrevistas e a assinatura da carta de cessão de direitos sobre entrevista para serem utilizadas integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações.

As entrevistas foram realizadas individualmente, consentidas e assinadas pelos professores, gravadas em áudio, transcritas e orientadas com base nos autores supracitados que estudam a especificidade e o tratamento das entrevistas no uso da História Oral.

Elegemos a História Oral como método de pesquisa, por compreendermos que a memória é componente fundamental para a construção de uma narrativa histórica, tomando por base as falas dos professores que fizeram parte do quadro docente inicial da ESEFPA. Reconhecemos que os sujeitos entrevistados estão propensos a rememorar, esquecer e reconstruir fatos e dados, pois suas falas trouxeram interpretações pessoais e não, necessariamente, o

que efetivamente foi realizado, tendo em vista que reproduzir a história em seus meandros, da forma como os fatos realmente aconteceram, é tarefa considerada impossível (Alberti, 2004).

Meihy e Seawright (2020) afirmam que a História Oral se inicia com a preparação de um projeto, o qual deve conter planejamento das gravações, da escolha de locais, da conferência da transcrição da entrevista e da sua autorização para uso com a definição das pessoas a serem entrevistadas. Para Alberti (2013, p. 24), a História Oral pode ser considerada “[...] método de investigação científica, fonte de pesquisa ou como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados”. Ela privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam um acontecimento e, assim, aproxima-se do objeto de estudo. Segundo a autora, o método da História Oral produz fontes de consultas – as entrevistas – que podem ser utilizadas para outros estudos e, quando reunidas, tornam-se um acervo aos pesquisadores.

Uma das suas principais características não se baseia no ineditismo de uma informação e nem no preencher lacunas de arquivos; ela favorece a recuperação do vivido conforme as recordações compreendidas por quem viveu (Alberti, 2013). Segundo a mesma autora, as recordações variam de pessoa para pessoa, conforme o que se ressalta a respeito do acontecimento que ocorreu e no momento da recordação.

Não podemos pensar em História Oral sem levar em consideração a biografia e a memória, uma vez que ela é uma fonte de informação derivada do trabalho de registro inerente à experiência de ouvir e de registrar um conhecimento histórico que passou e ficou nas memórias. Traz, em

si, de acordo com Delgado (2006), um duplo ensinamento: o tempo passado, que diz respeito ao período enfocado no depoimento, e o tempo presente, período no qual o depoimento foi produzido.

Desse modo, podemos perceber que a História Oral não é a história em si mesma, mas um dos possíveis registros do que passou e ficou nas memórias, posto que os pesquisadores, os sujeitos e as testemunhas da história, constroem suas falas influenciadas pelo tempo no qual estão inseridos.

A História Oral também pode ser o elo entre os pesquisadores e as suas comunidades, uma vez que materializa esse diálogo. As lembranças constituem parte da memória e da identidade de um grupo que, por alguma razão, se reconhece que deve ser preservada. Afinal, por meio dos relatos de quem testemunhou e viveu experiências que merecem ser contadas, a História Oral reforça laços entre pessoas, gerações, comunidades e tempos (Santhiago; Magalhães, 2015, p. 7).

Além dessas importantes características do método adotado, cabe ressaltar que a experiência de ouvir desenvolve o pensamento crítico na formação da cidadania, pois propicia a tolerância e a compreensão diante de pessoas diferentes, ensinando a conviver com a diversidade de maneira respeitosa. É fundamental, nesse sentido, entender que “[...] valorizar a escuta pode cooperar para uma diversificação nas formas de sentir, vivenciar e entender a realidade” (Santhiago; Magalhães, 2015, p. 15). Ao ouvir as histórias, percebemos vários aspectos da comunidade (sociedade) e de suas experiências e, assim, possibilita-nos compreender e explicar os fatos e a realidade.

A História Oral trouxe para o centro da História pessoas que, anonimamente, deixaram sua marca, visível ou invisível, no tempo em que viveram, no cotidiano da comunidade, cujas memórias e experiências foram esquecidas pelo domínio de outros grupos. Assim, ela “[...] se consagrou por ser não somente a história dos grandes homens, dos heróis, dos líderes, dos grandes políticos, mas, principalmente, por ser a história das pessoas comuns” (Santhiago; Magalhães, 2015, p. 25). Nesses termos, podemos entender que os sujeitos construtores da história são vários, plurais e de origens sociais diversas.

A História Oral nos permite, por meio da fala, da escuta, do registro de histórias narradas, entrar em contato com a memória. Segundo Halbwachs (2003), a memória é composta pelos fatos lembrados em comunhão com o grupo e sobrevive enquanto houver pessoas que a mantenham. A memória é, ao mesmo tempo, individual, pois é única, e coletiva, em razão das múltiplas experiências sociais. É a fonte que abastece as lembranças e essas fundamentam as histórias contadas. Os acontecimentos da vida em comunidade, e mesmo das experiências individuais, são estímulos para o afloramento de lembranças, que constituem o eixo da memória: individual, local, comunitária, regional, nacional ou mesmo internacional (Delgado, 2006).

Para Montenegro (2013, p. 20), “A memória coletiva ou individual, ao reelaborar o real, adquire uma dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente”. Por este motivo, consideramos como necessário o esforço de apropriação das memórias, que nos permite construir uma versão da história, a partir do imaginário. A memória coletiva representa determinados fatos, acontecimentos e si-

tuações, que são reelaborados a todo instante e, com isso, propiciam transformações.

Nesse cenário, reconhecemos que as memórias dos professores são importantes e peças-chave para compreender de que maneira se deu a formação de cada docente, a construção da ESEFPA e, ainda, como e porque esses diferentes profissionais compuseram essa história. Assim, talvez seja possível reconhecer que várias lembranças reapareçam porque os outros nos fazem recordá-las (Halbwachs, 2003).

Além dos professores de Educação Física, médicos também faziam parte do primeiro corpo docente da ESEFPA, que não foram entrevistados por não terem entrado no critério de escolha de sujeitos, ou seja, serem bolsistas da ENEFD, na década de 1960. O coletivo de professores assumiu o processo de constituição desta que foi a primeira instituição a oferecer Curso Superior de Educação Física no Estado do Pará e que, portanto, são referências bases para a construção da própria identidade profissional da Educação Física no Estado.

O intuito foi descortinar o passado desses professores pioneiros e trazê-lo à tona para ser conhecido. No movimento de conhecer parte das experiências vivenciadas pelos sujeitos investigados, esperamos conhecer mais particularidades dos seus percursos formativos. Ressaltamos que não há pretensão de fazer um julgamento a respeito desse passado e nem sobre a atitude dos professores e das professoras, mas sim, (re)conhecer o passado para buscar compreender o presente.

A memória é objeto de estudo da geografia, da história, da sociologia, da Educação Física, entre outras áreas do conhecimento. Vários pesquisadores brasileiros se beneficiaram desse tema, como Antônio Torres Montenegro

(2013), Lucília de Almeida Neves Delgado (2006), Ecléa Bosi (1994), Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães (2015) e, ainda, instituições como: o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas; O CEMEF da UFMG; o Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO) da Universidade de São Paulo (USP); e o Centro de Memória do Esporte (CEME) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na presente obra, compreendemos ser impossível retratar e interpretar o passado de uma maneira integral, visto que toda fonte sempre nos aparece como uma interpretação do seu tempo. Para esta reconstrução, fez-se necessário captar alguns traços dos acontecimentos vividos e remontá-los, como peças de um grande quebra-cabeça, reconhecendo que, por vezes, algumas delas já não nos estavam disponíveis, foram repintadas ou avivadas, em cores diferentes de sua base original.

O presente livro, oriundo do relatório de Tese Doutoral realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, no período de 2017 a 2021, está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Panorama histórico da formação de professores de Educação Física no Brasil”, discutimos sobre a formação de professores de Educação Física no Brasil, tendo por base uma síntese das leis, decretos e resoluções.

O segundo capítulo, intitulado “A formação de professores de Educação Física no Pará: um mergulho no passado”, tem como objetivo identificar a realidade da formação de professores paraenses de Educação Física, durante as décadas de 1930 e 1940. As fontes utilizadas para construir o capítulo foram documentais.

O terceiro capítulo, sob o título “A formação de professores de Educação Física no Pará nas décadas de 1950 e 1960”, objetiva mapear os cursos de formação docente em Educação Física no Pará, entre as décadas de 1950 e 1960. Esse capítulo está estruturado a partir de fontes documentais e fontes orais.

O quarto capítulo, “Memórias do percurso formativo do primeiro corpo docente da ESEFPA: do ensino primário ao ensino superior”, busca trazer à tona as memórias dos professores entrevistados sobre suas experiências formativas relacionadas à Educação Física, desde o ensino primário até o ensino secundário, os percursos formativos vividos pelos docentes durante e depois da ENEFD e averiguar suas contribuições à formação de professores de Educação Física no Pará e à criação da ESEFPA. O capítulo está estruturado tendo por base fontes orais e fontes documentais.

CAPÍTULO I

PANORAMA HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo discutir os primórdios da formação de professores de Educação Física no Brasil com o intuito de compreender como as questões ligadas a essa formação se insere na área. Para refletirmos sobre a formação de professores, devemos entender que ela se dá em múltiplos espaços e tempos, ou seja, não se dá em espaços e tempos únicos. À luz disso, o recorte temporal estabelecido nesta investigação compreende as décadas de 1950, 1960 e 1970; todavia, fez-se necessário abranger um período anterior ao recorte definido na tentativa de buscar maior compreensão do que será apresentado. Nesse sentido, consideramos indispensável apresentar uma síntese das leis, decretos, resoluções e textos especializados. É necessário compreendermos o papel e a importância que tiveram esses atos oficiais, pois:

Nesse período, surgiram as primeiras tentativas de formação profissional sistematizada, identificada no trabalho desenvolvido pelos mestres de armas, instrutores, treinadores, assim denominados em função do seu escalão de origem (Souza Neto *et al.*, 2004, p. 115).

A leitura e o tratamento conceitual desses atos oficiais e de outras documentações, como livros, revistas e artigos, nos permitiu entender o desenvolvimento de projetos interessados na formação de professores de Educação Física, considerando a agenda de diferentes governos,

as influências internacionais e as mudanças ocorridas na sociedade brasileira. Lembramos que a Educação Física no Brasil foi construída, ao longo do tempo, com conhecimentos teóricos e práticos e por muitas ações incorporadas ao modo de ser e fazer de outras pessoas e instituições.

No século XX, a Educação Física foi alvo de problematização por parte de médicos, militares, esportistas e intelectuais, compondo um complexo jogo de interesse de “[...] caráter utilitário, eugênico e higiênico [...]” (Souza Neto *et al.*, 2004, p. 114) e/ou como “[...] sinônimo de saúde física e mental, como promotora da saúde, como regeneradora da raça, das virtudes e da moral” (Soares, 1994, p. 86). Esses interesses eram voltados para a intervenção pública desta prática na população e tinham como objetivo a transformação dos comportamentos dos brasileiros, moral e físico, em busca de construir um novo homem “saúdável”, “disciplinado” e “moralizado”. Nesses embates, os discursos enfatizavam as teorias e conhecimentos do modelo europeu que influenciou o pensamento militar e médico brasileiro ao idealizar a Educação Física no meio militar e civil. Conceber a Educação Física dessa forma é considerar, positivamente, que, ao participar dela, são assegurados, para a população, a saúde, a ordem e o progresso.

Ao trazer à memória uma síntese sobre a herança da formação de professores de Educação Física no Brasil, buscamos apresentá-la em momentos diferenciados, mas cada um desses momentos será visto “[...] como um conjunto de traços predominantes, não totalmente isentos dos traços dos outros” (Brás, 1996, p. 48). Acreditamos que é preciso voltar ao passado e às fontes em vários momentos para distinguir os períodos históricos da formação de professores de Educação Física no contexto brasileiro, mostrando que não seria possível analisá-los de forma dicotômica.

1.1 MAPEANDO PROPOSTAS OFICIAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O mapeamento das fontes é um dos importantes passos da pesquisa histórica. A correta identificação das fontes em um acervo documental pode contribuir indubitavelmente para a investigação. Neste trabalho, apesar do recorte estabelecido compreender as décadas de 1950, 1960 e 1970, realizamos inicialmente uma revisão bibliográfica abrangendo períodos anteriores, retrocedendo, inclusive, ao século XIX. Esses documentos de cunho oficial configuram a base formal e legal da organização de formação de professores de Educação Física no Brasil. Realizar leitura e reflexão sobre essas fontes não foi tarefa fácil, mas necessária para a ampliação das discussões e entendimento do período estudado.

Antecedendo ao recorte temporal desta pesquisa aconteciam ações isoladas sobre o tema Educação Física, como os trabalhos⁴ apresentados pelos doutorandos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, nas conferências da Escola Normal, algumas até presididas por D. Pedro II, e as atividades praticadas, que eram natação, remo, esgrima, pelota, equitação e ciclismo. Esse período abrange os primeiros projetos e as ideias defendidas como tentativas de formação de professores de Educação Física, de forma sistematizada no país, ainda que muitos tenham sido engavetados. Em 1823, lançou-se uma proposta para estimular os “gênios brasileiros” na elaboração de um tratado sobre Educação e nesse existia uma emenda sugerindo premia-

⁴Antônio Francisco Gomes. *Influência da educação física do homem*. 1852; Manoel Pereira da Silva Abatuba. *Algumas considerações sobre a Educação Física*. 1845; Amaro Ferreira das Neves Armonde. *Da Educação Física, intelectual, e moral da mocidade do Rio de Janeiro e sua influência sobre a saúde*. 1874.

ção para quem apresentasse um plano de Educação Física, Moral e Intelectual (Accioly; Marinho, 1956).

No meio militar, surgiram as primeiras tentativas de formação de professores em Educação Física, identificadas a partir de atos oficiais da Escola Militar⁵ como a nomeação, em 8 de março de 1858, de Antônio Francisco da Gama para mestre de esgrima e, em 14 de maio de 1860, de Pedro Guilherme Meyer para contramestre de ginástica. Outra tentativa foi o surgimento das primeiras aulas de Ginástica no Depósito de Aprendizes de Artilheiros do Forte de São João, situado na praia vermelha da cidade do Rio de Janeiro, ministradas pelo capitão José Ferreira Costa. O programa dessa Escola tinha, além da prática de ginástica e esgrima, a natação em que os alunos participavam dos exames das suas modalidades (Marinho, 1943; Ramos, 1944).

No final do século XIX, período considerado, aproximadamente, como o início da história da Educação Física no Brasil (Oliveira, 2006), aconteciam ações isoladas sobre o tema Educação Física, incluindo propostas para formar professores.

A primeira tentativa no Brasil para a criação de cursos especializados com a finalidade de preparar professores de Educação Física data do Império, de 1882, e seu autor foi Ruy Barbosa [...]. (Marinho, 1952, s/p).

No meio civil, eram muitas as preocupações demonstradas entre os intelectuais brasileiros acerca da Educação Física nas escolas do período imperial, pois estas não pro-

⁵ A Escola Militar foi criada pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, com o nome de Academia Real Militar, dois anos após a chegada de Dom João VI ao Brasil. Situada no Rio Janeiro, teve seu regulamento estabelecido no Decreto Nº 2.116, de 1 de março de 1858 (Marinho, 1943).

porcionavam motivações para os exercícios físicos. Essa problemática foi discutida na Câmara dos Deputados, por Rui Barbosa, ao defender o Parecer nº 224, de 12 de setembro de 1882, sobre a reforma do ensino primário e de várias instituições complementares de instrução pública.

Ramos (1944), afirma que Rui Barbosa enfatizou em seu discurso a introdução da Educação Física no ensino primário e a organização de escolas próprias para a formação de professores especializados. Após longa e fundamentada exposição, Accioly e Marinho (1956, p. 163) alegam que se reduziu, desta forma, o pensamento do projeto:

1º Instituição de uma seção especial de ginástica em cada escola normal;

2º Extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos, na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade futura;

3º Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.

4º Equiparação em categoria e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas.

Em seu discurso, Rui Barbosa ainda sugeriu a introdução do Método de Ginástica Sueca⁶ nas escolas, por con-

⁶ O início do século XX registra a consolidação, no Brasil, da ginástica criada por Pier Henrik Ling, a chamada ginástica sueca. Racional e científica, apoiava-se nos conhecimentos que seu criador possuía sobre Anatomia. A adoção de movimentos com uma estrutura analítica e o seu inconfundível aspecto de ordem e disciplina a tornavam intensamente autoritária. Este modelo ginástico popularizou-se bastante, haja vista que muitos afirmavam – quando praticavam ginástica – estarem fazendo uma “sueca” (Oliveira, 2010).

ter uma proposta pedagógica em sua estrutura (Moreno, 2003). Segundo essa mesma autora, a ginástica sueca era pedagógica, pois educava o indivíduo, o que significava educar seu caráter, seu modo de ser. O Método Sueco atuava na “atenção” e na “vontade” e, conseqüentemente, podia ter ação direta no desenvolvimento do caráter.

Nesse mesmo período, um significativo número de intelectuais tem reações assumidas sobre o movimento da Educação Física no Brasil. Pessoas importantes na Instrução Pública, como Joaquim Borges Carneiro, Martins Pacheco, Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, Vítorio Costa e Pedro Manoel Borges, defenderam com entusiasmo a Educação Física. Este último, publicou em 1886 o “Manual theorico-pratico de gymnastica escolar”, no qual pontuou, pela primeira vez, o ensino escolar de Educação Física pelo país. Além de Pedro Manuel Borges, outros intelectuais atuaram na escrita de manuais e livros sobre Educação Física e Ginástica. Accioly e Marinho (1956) registram que era atribuído a Pedro Manuel Borges e a Rui Barbosa o pioneirismo da campanha pela obrigatoriedade da prática da Educação Física nas escolas.

A formação de professores também ocorria pela prática, como no caso de alunos que se destacavam em Educação Física, na escola, os quais, ao término dos estudos, eram convidados por seus mestres para ministrar aulas tendo por base as experiências e vivências na área. Foi o caso de Arthur Higgins, aluno de Ataliba Fernandes, na Escola Normal da Corte. Os dois eram adeptos da oficialização e obrigatoriedade do ensino de Educação Física no Brasil (Ramos, 1944).

De acordo com os estudos de Melo (1996), desde o surgimento das escolas militares brasileiras, destaca-se a

formação de grupos militares para ministrar o ensino de práticas ligadas aos exercícios físicos. Segundo esse mesmo autor, as escolas militares valorizavam as experiências de uma prática sistematizada de exercícios físicos, provavelmente pela sua utilidade na manutenção da boa forma física do combatente e pela crença de que era útil à disciplinarização da tropa. Diversos foram os registros apontando a forte influência do Método de Ginástica Alemão⁷ como o método que formava oficialmente o exército brasileiro.

A historiografia da Educação Física brasileira registra que a implantação da ginástica alemã, nesse período, deve-se ao grande número de imigrantes alemães que aqui se instalaram, e que tinham, naquela ginástica, um hábito de vida. Sua implantação também é atribuída aos soldados da guarda imperial que eram de origem prussiana e que, ao deixarem o serviço militar, não mais regressavam ao país de origem, preferindo permanecer no Brasil (Soares, 1994, p. 70).

No Brasil, os alemães também atuaram no meio civil como instrutores do sistema escolar da época. Nesse contexto, foram influenciados pelo modelo do “Novo Guia para O Ensino da Ginástica nas Escolas Públicas da Prússia”, traduzido em 1870, por determinação do governo imperial. Para uma melhor compreensão da relação entre as escolas brasileiras e o método alemão com a Educação Física, é fundamental ressaltar que no país existiam professores alemães contribuindo com aulas de sua língua-mãe. Pos-

⁷ Segundo Oliveira (2010), a chamada Ginástica Alemã, com raízes no trabalho de Jahn, repercutiu nas escolas civis do período Imperial, através das Forças Armadas, após a sua adoção em 1860 pelo Exército Brasileiro. A Ginástica Alemã agregava um fundamento patriótico-social e havia ficado resumida a movimentos acrobáticos..

sivelmente, a influência dessa língua foi importante para a difusão do Método Alemão (Melo, 1996). De acordo com Soares (1994), o Método Alemão permaneceu como oficial da Escola Militar até o ano de 1912, quando foi substituído pelo Método Francês⁸.

Accioly e Marinho (1956) apontam que, no início do século XX, a Missão Militar Francesa, contratada para ministrar instrução à Força Pública do Estado de São Paulo, inaugura neste local uma Sala de Armas com o propósito de praticar esgrima. Mais tarde, esta sala deu origem à criação da primeira escola de formação de instrutores de Educação Física: a Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, (hoje Polícia Militar do Estado de São Paulo); que foi a mais antiga escola especializada no Brasil. A formação oferecida por essa instituição, em 1909, diplomou em seu curso regular os primeiros mestres de ginástica e mestres de esgrima. Na formação oferecida por essa instituição, parecia haver uma integração de conteúdo do Método Sueco e esgrima, tanto para a Escola como para os civis. Nos anos seguintes, mais especificamente em 1922, é criado o Centro Militar de Educação Física no Estado do Rio de Janeiro, que contratou militares para serem professores/instrutores de ginástica nas escolas.

Destacamos, nesse período, o projeto do Deputado Dr. Jorge de Moraes (Manaus, 1872 – Rio de Janeiro, 1947).

⁸ A década de 1920 assinala a introdução do Método Francês no Brasil, que, de acordo com Oliveira (2010), foi umas das maiores influências à Educação Física brasileira, e teve origem na escola de Joinville-le-Pont, sendo traduzido por militares franceses que vieram servir o país em missão militar. Adotado nas forças armadas, sua obrigatoriedade foi estendida às escolas civis. Conforme esse mesmo autor, o regulamento de Educação Física de Joinville-le-Pont (ou Método Francês), foi a bíblia da Educação Física brasileira durante mais de duas décadas. As principais características do Método Francês eram um espírito militar e preocupações de ordem fisiológica..

Era uma de suas preocupações a formação dos professores que iam ministrar aulas de Educação Física nas escolas. O artigo 1º, do projeto de 21 de dezembro de 1905, tinha o seguinte texto: “[...] ficam criadas duas escolas de Educação Física, sendo uma militar e outra civil” (Marinho, 1971, p. 65). No texto do projeto verifica-se, ainda, uma comissão de pessoas idôneas para instalar as escolas, a aquisição de terrenos para a prática de jogos ao ar livre e a instituição de práticas de Ginástica Sueca. Alguns deputados não foram favoráveis ao projeto.

É evidente que existia uma preocupação em sistematizar a formação do professor de Educação Física. Uma forte aposta para essa formação, tanto no meio civil quanto militar, aos poucos vai se configurando na perspectiva da fundação de ligas desportivas no Exército e na Marinha, e pela fundação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD, transformada em CBF a partir de 1979) pelo “chanceler” Lauro Müller (Ramos, 1944, p. 45), em 20 de agosto de 1914, com a missão de fomentar a prática esportiva no Brasil. Em outras palavras, quanto mais se desenvolviam as atividades esportivas, mais se precisava de formação de professores de Educação Física. Salientamos que a escola de preparação de monitores, mantida pela Liga de Esportes da Marinha, diplomou, em dezembro de 1927, a sua primeira turma de monitores, cujo curso aconteceu no período de dois anos.

Aos poucos, o ensino da Educação Física foi se tornando obrigatório em vários estados brasileiros e, com isso, cresce a preocupação em formar professores. Vários intelectuais começaram a publicar trabalhos sobre o assunto. O intelectual Fernando de Azevedo (1894-1974) alçou um lugar de notoriedade nesse campo, por meio de suas publicações. Seus estudos foram usados, a título de exemplo,

na reforma e regulamentação do ensino de Educação Física no Distrito Federal. Nessa perspectiva, vão se alterando as expectativas sobre a formação de professores no Brasil e, assim, surgem diversas iniciativas propondo métodos e técnicas próprias para o ensino da Educação Física.

Em 1912, contratado pelas Associações Cristãs de Moços da América do Sul, veio ao Brasil o primeiro Diretor de Educação Física da associação, Maurício Salassa, para promover formação sobre Calistenia⁹ aos professores da Associação Cristã de Moços (ACM) do Rio de Janeiro. Ramos (1944) identificou que as ACMs muito contribuíram para o desenvolvimento físico no Brasil por intermédio da Calistenia e por intervenção de seus agentes, tais como: Sims, Andrade, Clark, Lyon, Henna e Wood.

Nos anos seguintes, propostas para construir uma formação de professores de Educação Física, pautadas nas concepções higienista, eugênica e de segurança nacional, presentes nos discursos de estadistas, médicos e pedagogos brasileiros, começaram a ser fortemente discutidas e instauradas. Em 1929, entrou em funcionamento, no Rio de Janeiro, o Curso Provisório de Educação Física, tendo como modelo uma entidade que não estava em pleno funcionamento, o Centro Militar de Educação Física (CMEF), e contou com a participação de militares, monitores e professores primários, elevando, assim, a sua importância e o seu prestígio.

⁹ Oliveira (2010) afirma que a calistenia começou a ser efetivamente divulgada nas escolas a partir de 1947, ano em que passou a fazer parte dos currículos das escolas de educação física. O autor pontua ainda que a calistenia atendia prioritariamente aspectos anatômicos e fisiológicos e seu modelo dividia a aula em parte que atendiam a determinados segmentos do corpo humano. Dessa forma, os seus exercícios também eram construídos sobre uma estrutura analítica de movimento. Havia oito grupos de exercícios, que eram ministrados na seguinte ordem: preliminares de braços e pernas, pósterio-superiores, pósterio-inferiores, laterais de tronco, equilíbrio, abdominais, estafantes e calmantes.

Após ser reestruturado, o CMEF, nos anos de 1930, certificou 21 oficiais do exército como instrutores, 5 oficiais como médicos especializados e 91 sargentos do exército como monitores, totalizando 117 pessoas especializadas para trabalhar com a Educação Física. Não podemos ignorar a contribuição dos formados por essa instituição para a criação de escolas de Educação Física pelo Brasil. Em 1933, de acordo com Marinho (1953), o CMEF, a partir do engajamento de figuras como João Barbosa Leite, Jair Dantas Ribeiro e Inácio de Freitas Rolim, foi transformado em Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), por meio do Decreto nº 23.252, de 19 de outubro de 1933, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas.

Nessa mesma década, havia em vários estados “[...] escolas especializadas para formação de professores, técnicos, massagistas etc. [...]” (Ramos, 1944, p. 46). Constatamos, ainda, a oferta do curso da Liga de Esportes da Marinha, com duração de dois anos, que diplomou turma de monitores entre as décadas de 1920 e 1930 (Accioly; Marinho, 1956; Marinho, 1943). Isso demonstrou como os militares estiveram presentes e interferiram na Educação Física brasileira.

Neste contexto, podemos dizer que o início da história da Educação Física no Brasil, em termos de institucionalização, teve grande influência dos círculos militares, refletindo, posteriormente, nos cursos civis de Educação Física que surgiram a partir de 1930. Com o advento do Governo Provisório e do movimento revolucionário de 1930, o Governo Federal criou o Ministério dos Negócios de Educação e Saúde Pública e aprovou a Reforma Francisco Campos, em 18 de abril de 1931, a partir da assinatura do Decreto nº 19.890 que, em seu art. 9º, estabelecia a obrigatoriedade da Educação Física nas instituições de ensino secundário.

Na década de 1930, surgiram os primeiros currículos de formação superior em vários estados, como São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Entretanto, o primeiro currículo reconhecido e divulgado como padrão nacional foi, segundo Costa (1998), o do curso superior da ENEFD, criada no Rio de Janeiro, em 1939, que tinha duração de dois anos, em conformidade com a tradição da formação curta, advinda de instituições militares.

Além disso, a Reforma Francisco Campos, por meio da Portaria nº 70, de junho de 1931, oficializa os programas de Educação Física para o curso fundamental do ensino secundário e determina que seriam aplicadas nas escolas as mesmas normas e diretrizes que eram utilizadas no CMEF, o que, para Grunennvaldt (1997), nada mais foi do que a utilização do Método Francês no ambiente escolar. A Associação Brasileira de Educação (ABE) se colocou contrária a essa indicação, justificando que a ginástica francesa não deveria ser mais utilizada, pois a cultura física das crianças ficava sob a dependência de pessoas que se especializaram no adestramento de adultos, sujeitos a uma disciplina de grupo especial. A ABE questionou que o Método Francês surgiu para reparar deficiências verificadas em recrutas do Exército Francês e foi aplicado tanto na escola como na caserna, objetivando a defesa nacional. O Método Francês representava o espírito e a tendência militar (Grunennvaldt, 1997).

No que pese os questionamentos em contrário, o Método Francês serviria de orientação metodológica aos programas de Educação Física indicado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, vindo a servir como uma unidade de doutrina ao trabalho que se desenvolveu em alguns estabelecimentos de ensino secundário, tendo em vista que a orientação das aulas estava entregue “[...] aos caprichos e

extravagâncias de cada professor, quase sempre autodidata e de conhecimentos rudimentares” (MEC, 1967, p. 85). Além disso, por meio do Método Francês, a proposta era:

Proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico do seu valor e de suas responsabilidades (Marinho, 1971, p. 67).

Mesmo diante das críticas da ABE, a força do Estado Varguista, com a manutenção ainda das perspectivas higienista, eugênica e de segurança nacional, impôs, por meio do Decreto nº 21.324, de 27 de abril de 1932, o Método de Educação Física oficial, o Regulamento Geral de Educação Física (Regulamento nº 7), que designava como método ginástico o Método do Exército Francês ou Método Francês. Dessa forma, podemos visualizar o interesse político-pedagógico do Estado em impor o Método Francês nos cursos de Educação Física e nas escolas secundaristas, o que vigorou até 1944, sem sofrer qualquer modificação.

Ao mapear os primeiros cursos e instituições de formação de professores de Educação Física, destacamos os órgãos especializados no país que mantinham cursos de formação, ao longo dos anos de 1930. No início do século XX, havia uma constante preocupação em aperfeiçoar a formação dos professores no âmbito civil e militar, devido à intenção de aprimorar as aulas de Educação Física nas escolas e à incipiente e frágil formação de professores/instrutores. As preocupações com a formação profissional eram manifestadas no âmbito civil e militar que “[...] alinhados, mas não sem tensões, civis e militares parecem constituir uma trama que tinha como uma de suas finali-

dades instruir e formar professores ao longo da década de 1930” (Figueiredo, 2016, p. 75).

O ano de 1931 é importante para a Educação Física brasileira, pois tornou-se obrigatório o seu ensino nos cursos secundários e foram criados os Departamento de Educação Física em Estados como Sergipe, Paraná, São Paulo e Espírito Santo, que propuseram, a partir de decretos e portarias, cursos de Educação Física destinados a escolas civis para a formação de professores de Educação Física e instrutores de exercícios físicos.

No Decreto nº 4.855, do dia 27 de janeiro de 1931, que criou o Departamento de Educação Física de São Paulo, subordinado à Secretaria de Negócios da Educação e Saúde Pública, havia uma demanda pela formação de professores capacitados a ministrar aulas de Educação Física, o que pode ser visto no § 1º do seu Art. 2º, que assegurava: “[...] organizar uma escola de Educação Física para a formação de professores técnicos” (Marinho, 1953, p. 21). Diante da medida decretada, surge uma das primeiras providências do Departamento referente à formação de professores: a organização de dois cursos de Educação Física, um de curta duração e outro mais desenvolvido, elementares a professores da capital paulista.

Somando-se a esse fato, o Estado do Espírito Santo, a partir do Decreto nº 1.366, de 26 de junho de 1931, cria o seu Departamento de Educação Física. No mesmo ano, em 15 de julho, o Decreto nº 1.450 apresenta as instruções para o funcionamento no Estado, do curso de Educação Física, cujo artigo 1º desse decreto mostrava, conforme Marinho (1953, p. 24), o seguinte registro: “[...] o curso especial de Educação Física que se destina ao professorado do estado e aos oficiais do Regimento Policial Militar, tem por fim: a)

preparar professores de Educação Física; b) preparar instrutores de exercícios físicos”. Esse curso de 1931 diplomou 23 professoras e 3 professores especializados em Educação Física no Estado. Em meados de 1934, o governo do Espírito Santo, por meio do Decreto nº 5.207, de 24 de agosto, cria a Escola de Educação Física em substituição ao Curso Especial que existia, com a alegação de manter cursos de instrutores, professores e monitores (Marinho, 1953).

Vários estados do país buscaram seguir os exemplos de São Paulo e Espírito Santo, tidos como pioneiros na busca da organização do ensino e/ou formação de profissionais da Educação Física, ao estabelecerem seus departamentos, suas inspetorias e suas escolas de formação de professores. Nesta mesma linha, o Governo Federal estava fazendo os devidos estudos para pensar a formação em Educação Física, apontando que cada Faculdade que se instalasse deveria possuir salas adequadas para o ensino intelectual e um estádio completo de Educação Física para, dessa forma, tornar “[...] muito mais eficiente o desenvolvimento físico dos brasileiros e a formação real de um povo são e forte” (Ramos, 1944, p. 46).

Toda essa movimentação, que gerou uma formação mais especializada e sistematizada na Educação Física, teve repercussão em diversos campos. Dentre eles, na própria produção de conhecimento científico. As publicações especializadas começaram a proliferar e, inclusive, em 1932, surgem duas revistas científicas intituladas “Revista de Educação Física” (1932-1960) e “*Educação Physica*” (1932-1945), inicialmente organizadas pelos senhores Paulo Lotufo e Osvaldo Murgel Rezende.

Na década de 1930, ainda foram oficializadas ou criadas instituições para a formação docente em Educa-

ção Física, além da organização de cursos intensivos e de aperfeiçoamento. Uma das instituições que se consolidou, nessa época, como grande incentivadora da Educação Física brasileira, foi a EsEFEx, criada em 1922. Essa instituição formou muitas pessoas especializadas em Educação Física. Um exemplo disso foi a realização dos Cursos de Emergência, em 1938 que, de acordo com Marinho (1943), foram organizados pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde Pública, patrocinado pelo Departamento Nacional de Educação e com a colaboração do Ministério da Guerra, por intermédio da EsEFEx e da prefeitura municipal do Rio de Janeiro. Conforme afirma esse mesmo autor, os cursos funcionaram durante cinco meses e habilitaram 165 professores de ambos os sexos, além de 9 médicas e 69 médicos especializados em Educação Física. Como ressaltado por Melo (1996, p. 29), esse fato nos faz refletir que “[...] mesmo nos meios ditos ‘civis’, os militares estavam a participar e a influenciar os rumos da Educação Física brasileira, até porque eram normalmente os que possuíam algum grau de especialização [...]”.

Com o estabelecimento das políticas varguistas e a consolidação da EsEFEx, os professores buscaram legitimar um programa mais consistente para a Educação Física nacional, especialmente para seu ensino nas escolas, contemplado com a publicação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937 que, em seu Art. 131¹⁰, a tornou obrigatória nas escolas. Nesse contexto, a ABE realizou o VII Congresso Nacional de Educação no Rio de Janeiro, no período de 23 de junho a 7 de julho de

¹⁰ O artigo previu: “A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.” (Brasil, 1937b).

1937, dedicado aos problemas da Educação Física (Acioly; Marinho, 1956).

Esse congresso possibilitou o encontro de aspirações e interesses contraditórios; de um lado, parece ter atendido às expectativas da sociedade civil que ansiava há muitos anos por uma Escola de Formação de Profissionais ligada a uma Universidade; por outro lado, os militares que desenvolveram 'know how' na Escola de Educação Física do Exército e agora dispostos a difundi-la em todas as esferas da sociedade (Grunennvaldt, 1997, p. 77).

Nesse evento, surgiram várias propostas em nível de Governo Federal sobre como desenvolver a organização de institutos e escolas de Educação Física para a formação de professores. Havia preocupação em desenvolver a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde Pública, e ainda pensar a criação da ENEFD. Nesse contexto, por meio do Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939, cria-se na Universidade do Brasil (UB) a ENEFD. Conforme o Art. 2º do referido decreto, a Escola ministrava os seguintes cursos:

- a. curso superior de educação física;
- b. curso normal de educação física;
- c. curso de técnica desportiva;
- d. curso de treinamento e massagem;
- e. curso de medicina da educação física e dos desportos.

O Curso Superior de Educação Física tinha um caráter técnico e poderia ser concluído em até dois anos; os de-

mais tinham duração de um ano. Essa escola foi criada para dar conta da demanda de formar professores civis de nível superior. O intuito era oferecer uma formação docente de qualidade que fosse como um padrão para as demais escolas do país, conforme detalha um trecho da carta de Gustavo Capanema, transcrita na obra de Lenk (1943, p.31):

É preciso também e, sobretudo, que existam professores, não professores quaisquer, improvisados no preparo e errados no saber, pois estes, ao invés de aprimorar a infância e a juventude com a educação física, com esta não raramente levam a deformação ou lesão irreparável, mas ao contrário professores instruídos, possuidores da ciência e da técnica dos exercícios físicos, e capazes de os empregar como meios eficientes de melhorar a saúde e dar ao corpo solidez, agilidade e harmonia.

Nesse contexto de demandas à construção de uma Educação Física nacional, foram surgindo e disseminando cursos especializados pelo país, até mesmo em estados que não possuíam um órgão estadual especializado em Educação Física, como em Pernambuco onde, em 1940, foi criado o Curso Especial de Educação Física por meio do Decreto nº 487, de 25 de abril de 1940, denominado Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco, regulamentado pela Portaria nº 207, de 7 de maio de 1940, e subordinado ao Departamento de Educação do Estado (Lenk, 1943). Durante o seu funcionamento, esse curso contou com 19 alunos matriculados.

Também na década de 1940, a Escola Superior de Educação Física do Espírito Santo foi reconhecida pelo Decreto Federal nº 6.412, de 30 de outubro, que mantinha o

Curso Normal de Educação Física. No ano seguinte, foram estendidas, aos alunos do curso, as regalias dos licenciados em Educação Física, por meio do Decreto-Lei nº 3.384, de 3 de julho de 1941.

Como podemos observar, propostas para criar cursos pautados em decretos governamentais estavam na ordem do dia. Nesse cenário, a Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo também foi criada (Decreto nº 6.583, de 1 de agosto de 1934), regulamentada (Decreto nº 10.034, de 4 de março de 1939) e reconhecida (Decreto nº 5.723, de 28 de maio de 1940.). A escola solicitou, com base no Art. 2º do Decreto nº 421, de 11 de maio de 1938, autorização para o funcionamento dos seguintes cursos: Curso Superior de Educação Física, Curso Normal de Educação Física, Curso de Medicina Aplicada à Educação Física e Desportos, Curso de Técnica Desportiva e Curso de Treinamento e Massagem.

A Escola de São Paulo era a única a manter todos os cursos previstos pelo Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939 e, assim, estava em igualdade de condições com a ENEFD (Lenk, 1943). Como a ENEFD, a Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo tinha característica de curso técnico, “[...] pois não se exigia o certificado do secundário complementar” (Souza Neto *et al.*, 2004, p. 118), e o tempo de duração do curso era menor em comparação a outros cursos de licenciatura da época. Nos anos seguintes, a duração do curso de formação do professor passou de dois para três anos.

Ao longo da década de 1940, a Divisão de Educação Física intensificou sua atuação, por meio de propostas constantes de reformas na legislação sobre Educação Física, transformando em decreto e decreto-lei seus projetos, como

também por meio de cursos, congressos e conferências para professores. No ano de 1940, aconteceu o 1º Congresso Especializado em Educação Física no Brasil, realizado entre os dias 20 e 22 de julho, na cidade de São Paulo, com 112 congressistas oriundos do Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais, e funcionários da Divisão de Educação Física e do Instituto de Educação do Distrito Federal. No evento, foram apresentados 29 trabalhos, envolvendo os temas Educação Física no ensino, ensino de Educação Física, assuntos científicos e assuntos gerais. Accioly e Marinho (1956) ressaltam a presença da EsEFEx, da ENEFD e da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo.

No ano seguinte, o Departamento Nacional de Educação Física promoveu, no período de 12 a 25 de março, um Curso de Informações para professores de Educação Física, médicos especializados, técnicos desportivos, treinadores e massagistas. Esse curso contou com 205 inscrições de professores especializados e constou de dez conferências. Um aspecto que chamou atenção foi que, de acordo com Accioly e Marinho (1956), já nessa época as pessoas do auditório formulavam perguntas e questionavam quaisquer falas após cada conferência.

Na década de 1940, outros movimentos com consequências educacionais ocorreram no país, com destaque para a Reforma Capanema. Em junho de 1941, diante das medidas decretadas pela nova política educacional, iniciou-se a implementação do reconhecimento do Curso Normal de Educação Física e do Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí, bem como do Curso Normal de Educação Física e do Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina, reconhecido pelo Decreto nº 7.366, de 10 de junho de 1941. Nesse mesmo ano, em 21 de agosto, foram promovidas, pela ABE, 12 conferências sobre

Educação Física e sobre outros assuntos de interesses para professores dessa e de outras áreas. As conferências foram proferidas por docentes da Universidade do Brasil e pessoas das áreas da educação, jurídica e social.

Em 1943, a Divisão de Educação Física organizou, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Panamericano de Educação Física com a participação do Brasil, Uruguai, Peru, México e Chile, com o propósito de discutir a Educação Física. Em maio de 1944, foram reconhecidos todos os cursos que a Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul vinha mantendo sob o regime de autorização desde 1941¹¹: Curso Superior de Educação Física, Curso Normal de Educação Física, Curso de Medicina Especializada em Educação Física e Desportos, Curso de Técnica Desportiva, e Curso de Treinamento e Massagem.

Em 1945, observa-se uma revisão no currículo dos cursos superiores de Educação Física existentes no Brasil, expressa no Decreto-Lei nº 8.270, de 3 de dezembro de 1945, que alterou a duração do curso superior de Educação Física de dois para três anos. As mudanças abarcaram o desenho dos cursos em relação à área dos saberes que fundamentavam a profissão, ao redimensionar a organização da base de conhecimento da proposta curricular até as exigências prévias para a sua realização. De acordo com Souza Neto *et al.* (2004, p. 118):

[...] as modificações ficaram por conta da exigência de diploma, como pré-requisito para os cursos de educação física infantil, técnica desportiva e medicina aplicada à educação física e

¹¹ O Decreto nº 7.219, de 27 de maio de 1941, concedeu autorização para o funcionamento da Escola Superior da Educação Física, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

desportos. Porém, o pré-requisito para se concorrer a uma vaga para ingresso no curso continuará a ser o ensino secundário fundamental (antigo ginásio), caracterizando a educação física, até 1957, como um curso técnico, pois não se exigia o certificado do secundário complementar.

Esse retorno sugestivo à década de 1930 e à década de 1940 supõe que a Educação Física se estruturou profissionalmente na perspectiva da formação de professores. Ao olhar para o passado, acreditamos que a formação de professores sofreu mudanças e teve seu desenvolvimento consolidado nessas décadas, pois é “[...] nesse período que se amplia consideravelmente o número de publicações, decretos e instituições dedicadas à formação em Educação Física” (Figueiredo, 2016, p. 211).

Podemos perceber que o período de 1882 a 1940 foi basilar pela riqueza das ideias que eram defendidas para encontrar soluções adequadas para o problema estabelecido, que era formar professores de Educação Física no Brasil. Realizada tanto na patente militar como na vida civil, essa formação teve duração questionável, porém era o que se tornava possível consolidar dentro da realidade existente. Ademais, podemos inferir que, dentro desse período, intensas mudanças foram acontecendo para implementação e consolidação de uma formação superior na Educação Física brasileira, dentre as quais, a instalação da ENEFD.

1.2 UNIVERSIDADE DO BRASIL: ENEFD E FORMAÇÃO DOCENTE

Embora se considere que a educação superior brasileira tenha iniciado com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, foi somente no início do século XX que algumas instituições de ensino superior passaram a se denominar universidades (Barreto; Filgueiras, 2007) – Universidade de Manaus, 1909; Universidade de São Paulo, 1911; e Universidade do Paraná, 1912. Essas denominações foram extintas a partir do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 – conhecido como Lei Maximiliano, que reorganizou o ensino secundário e o superior no Brasil.

Das universidades que nasceram e que sobreviveram à Primeira República, a precursora foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, pela junção da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e de uma Faculdade de Direito Livre (Souza, 1996). A principal razão da criação dessa universidade, segundo alguns estudiosos, teria sido “[...] a necessidade diplomática de conceder o título de doutor ‘honoris causa’ ao rei da Bélgica em visita ao país” (Souza, 1996, p. 51), não tendo, portanto, razões acadêmicas.

Conforme visto anteriormente, desde o início do século XX até 1920, aconteciam múltiplos movimentos educacionais em vários estados brasileiros, embora incipientes em relação à educação superior. Somente a partir da década de 1930 que reflexões e discussões entre educadores e outros intelectuais brasileiros, sobre a educação nacional, alcançam o debate universitário. Eram muitas as discussões que se realizaram sob o incentivo da ABE sobre as limitações do sistema universitário, naquele momento. Os debates giravam em torno da ampliação dos cursos superiores e, também, sobre o

fato do projeto universitário não recomendar atividades de pesquisa ou qualquer investigação científica e pedagógica. Deste modo, as solicitações de criação de uma universidade permaneciam presentes entre as elites intelectuais do país (Ferreira, 2013).

Podemos, então, considerar que as universidades brasileiras foram formalmente criadas a partir dos anos de 1930, reunindo um conjunto de faculdades e institutos; uns, tendo estruturas do século XIX e outros, estruturados a posteriori. Isso, porque não existia uma ampla valorização e investimentos no processo educacional. Nas faculdades as atividades acadêmicas não eram consideradas relevantes, os professores eram contratados segundo os padrões do favoritismo e os empregos eram assumidos mais para aquisição de status. Não era importante a formação científica, deixando de lado a pesquisa e os alunos que faziam parte eram da classe privilegiada (Costa, 2015). Tais características relacionavam-se às questões sociais amplas, como o próprio sistema econômico vigente no país.

Costa (2015) nos diz que até esse momento era reduzido o desenvolvimento industrial e a predominância era do sistema agrário. Segundo a autora, a pessoa que não conseguia emprego no sistema agrícola ia trabalhar no comércio, no serviço público, nas profissões liberais, nas forças armadas ou na igreja. Somente um reduzido número de pessoas ia trabalhar no setor industrial. Assim, a demanda de conhecimento e formação para a lógica da vida, presente neste momento, pouco favorecia o reconhecimento da necessidade de uma educação que abarcasse toda a população. Menos ainda, no que se referia a uma formação em nível superior em Educação Física.

Esse panorama começou a ser modificado a partir do dia 3 de outubro de 1930, com o início da revolução que levaria ao governo de Getúlio Vargas, encerrando o período da República Oligárquica no Brasil e preocupando-se com o problema da educação nacional. Os líderes do movimento conferiam à educação uma função primordial na transformação da sociedade, acreditando na renovação do país pela mudança da consciência nacional. Seu objetivo central, conforme Fausto (2019), era o de formar uma elite intelectualmente mais bem preparada.

Foram efetivadas várias providências tendo, como primeira, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930, com vistas a promover um programa de reforma nessas áreas. Na época, a política educacional era dirigida por Francisco Campos, ministro da educação, entre 1930 e 1932, e Gustavo Capanema que o substituiu, entre 1934 e 1945. Fausto (2019) afirma que Francisco Campos viabilizou ações enquanto ministro, cuidando principalmente do ensino secundário e ensino superior e assinou dois decretos em abril de 1931, que estabeleciam o Estatuto das Universidades Brasileiras e organizou a Universidade do Rio de Janeiro, buscando instituir as bases do sistema universitário.

Apesar de ter determinado que o ensino superior teria de ser lecionado de preferência em universidades, o então ministro Francisco Campos não tomou iniciativas reais para a estruturação de um novo sistema universitário. Por esse motivo, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que deveria fazer parte da Universidade do Rio de Janeiro, não chegou a ser organizada (Ferreira, 2013). Consequentemente, nenhuma entidade específica foi credenciada a viabilizar a formação profissional de professores secundários (Fávero, 1980).

Posteriormente, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, surge a Universidade do Brasil, organizada a partir da Universidade do Rio de Janeiro, com as finalidades de desenvolver a cultura filosófica, científica, literária e artística e a formação de professores para o magistério, bem como preparar profissionais para exercer altas funções na vida pública e para exercer atividades em estudos superiores, o que se tornou realidade com a Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, sancionada por Getúlio Vargas. Em manifestação pública, o ministro Gustavo Capanema estabelece, entre os objetivos fundamentais da Universidade do Brasil, o de se constituir como padrão de ensino superior de todo o país (Bomeny, 1994).

No interior da Universidade do Brasil foram criadas, com uma distância de dias, duas unidades universitárias para a formação de professores para o ensino secundário. A primeira, foi a Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), organizada pelo Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que serviu de referência para a criação de outros cursos nos demais estados brasileiros (Ferreira, 2013).

Por força desse Decreto-Lei, a FNF teve sua organização definida em quatro seções fundamentais e uma seção especial: a seção de Filosofia; a seção de Ciências (Curso de Matemática, Curso de Física, Curso de Química, Curso de História Natural, Curso de Geografia e História, e Curso de Ciências); a seção de Letras; a seção de Pedagogia; e a seção especial de Didática. Aos alunos que finalizassem o curso, com duração de três anos, seria concedido o título de Bacharel e ao Bacharel que concluísse a seção especial de Didática, seria outorgado o diploma de Licenciado. O diploma de Licenciatura habilitaria o professor a ensinar no secundário.

A FNFi agregava diversas licenciaturas, menos a de Educação Física, que foi contemplada com a criação da segunda unidade universitária, a ENEFD, por meio do Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939 (Melo; Rocha Junior, 2004). A ENEFD foi a primeira Escola de Educação Física do país responsável pela formação civil, em nível superior, de profissionais na área da Educação Física associada a uma universidade (Figueiredo, 2016; Azevedo, 2013), que trouxe com ela a incumbência e a competência de introduzir, em caráter civil, o primeiro curso de Licenciatura em Educação Física em terras brasileiras.

A ENEFD preconizava, em seu projeto universitário, o Curso Superior de Educação Física; o Curso Normal de Educação Física; o Curso de Técnica Desportiva; o Curso de Treinamento e Massagem; e o Curso de Medicina de Educação Física e Desportos. A proposta dos cursos foi, inicialmente, para durar um ou dois anos. O Curso Superior de Educação Física seria de dois anos e tinha um ano a menos em relação as outras licenciaturas da FNFi, que eram de três anos. Era exigido, para entrada no Curso Superior de Educação Física, o certificado de conclusão do curso secundário fundamental. Na FNFi, a entrada exigia o secundário complementar¹².

A justificativa para as diferenças entre os cursos superiores baseava-se nas finalidades de criação de cada curso. O grupo que estudou a criação da FNFi tinha visões voltadas para “[...] preparar candidatos ao magistério do ensino secundário” (Brasil, 1939a). Enquanto na ENEFD, a comissão, que se dedicou ao projeto de sua criação, tinha

¹² O ensino secundário compreendia dois cursos seriados: fundamental e complementar. O secundário fundamental acontecia no período de cinco anos; já o secundário complementar era realizado no período de dois anos, e era obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior na época (Brasil, 1931a).

pensamento que permeava a concepção do Estado Novo¹³, detentor de uma perspectiva tecnicista, conforme consta no Art. 1º do seu decreto de criação: “formar pessoal técnico em Educação Física e Desportos” (Brasil, 1939b).

Além disso, na comissão que encabeçou o projeto de criação da ENEFD, estavam, principalmente, militares simpatizantes e apoiadores do Estado Novo, imbuídos de uma visão tecnicista. Desse modo, o projeto de criação da ENEFD não se diferenciava na criação de escolas e cursos de formação de professores de Educação Física pelo país, cuja referência central eram os militares.

Faria Junior (1987) nos diz que a diferenciação entre o projeto da ENEFD e o da FNFi se deu por dois motivos. O primeiro, sugere que os grupos trabalharam independentes sob um mesmo tema: a formação de professores. O segundo motivo admite que dentro do projeto do Estado Novo a Educação Física teria funções diferentes dos componentes curriculares da FNFi, que formava professores para as escolas secundárias. A finalidade do pensamento da ENEFD fazia parte da apresentação dos motivos expostos ao presidente Getúlio Vargas, pelo ministro Gustavo Capanema, ao projeto de criação da Escola. Esse projeto foi em parte vitorioso, considerando que a ENEFD estava afinada com a orientação do Estado Novo e deixava claro que:

[...] ela será, antes do mais, um centro de preparação de todas as modalidades de técnicos ora reclamados pela educação física e pelos desportos. Funcionará, além disso, como um padrão para as demais escolas do país e, finalmente, como um estabelecimento destinado a realizar pesquisas sobre o problema

¹³ Terceira e última fase da Era Vargas que durou de 1937 a 1945.

da educação física e dos desportos [...] (Lenk, 1943, p. 31-32).

Esse silogismo é absolutamente justificável, visto que a criação da ENEFD foi o coroamento que há muito vinha fazendo a Divisão de Educação Física (Marinho, 1943), que já possuía um ‘plano de ação’ que recomendava normatizar os procedimentos de formação de professores instalados em vários estados brasileiros e que, conforme alega Figueiredo (2016), apresentava vários itens, entre eles, a urgência de formação técnica e especialização para instrutores e professores bem como a organização e o controle do ensino de Educação Física em vários estabelecimentos e a criação da ENEFD.

A ENEFD desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento do ensino superior em Educação Física no país. Melo (1996) pesquisou a ENEFD com o objetivo de escrever a sua história como primeira escola de formação de professores na Educação Física brasileira conectada a uma universidade, a Universidade do Brasil, e chegou a algumas conclusões elementares em seu estudo: a criação da ENEFD estava ligada ao projeto político do Estado Novo; seu processo de criação foi similar ao de outras escolas e cursos de formação de professores, ressaltando-se a presença central dos militares; a ENEFD deteve maior status no momento em que os médicos ocuparam a direção; e teve um importante papel na produção e divulgação de novos conhecimentos.

Grunennvaldt (1997) também pesquisou a ENEFD e considerou que a demanda de sua criação, e seus primeiros passos, foi favorecida pelas experiências já desenvolvidas pela EsEFEx:

Coube aos militares a decisiva *colaboração* na ‘leitura’ do Decreto-Lei n. 1212,

que propôs um currículo para a ENEFD, sistematizando toda a experiência que vinha sendo acumulada pela EsEFEx. O destaque dos militares se dá por uma questão essencialmente estratégica, eles eram os diretores [...], militares, médicos e esportistas, sustentados pelo amplo respaldo que tiveram na estrutura corporativa do Estado Novo, viabilizou a ENEFD como uma formulação orgânica de influências duradouras para a Educação Física brasileira (Grunennvaldt, 1997, p. 169-170).

As razões apresentadas pelos estudos de Melo (1996) e Grunennvaldt (1997), para a criação da ENEFD, mostram alguns pontos em comum, como a influência dos militares na origem da instituição, que contribuiu para uma formação de professores pautada no modelo da EsEFEx, identificada com o paradigma da hierarquia, disciplina, civismo e amor à pátria. Esse olhar orientou o tipo de professor de Educação Física da época, considerado diferente dos demais professores do magistério. Os autores também apontam que a escola pretendia ser padrão e responsável pela produção e divulgação dos conhecimentos que direcionariam a formação de professores de Educação Física no Brasil, por um período prolongado.

Este cenário prevaleceu até o fim do Estado Novo, com o afastamento de Getúlio Vargas, em 1945. No governo de José Linhares (1945-1946), a primeira mudança relativa à formação de professor de Educação Física foi a proposta de revisão do currículo, que estabelecia uma formação de três anos, ao invés de dois (Brasil, 1945). Tal modificação igualou o tempo de formação ao dos demais professores do magistério.

Ocorreu, também, uma nova configuração no sistema educacional e, conseqüentemente, na Educação Física, apresentando semelhanças em relação à implantação da proposta de 1939, mas também com modificações radicais. Uma nova reformulação foi direcionada com o propósito de diferenciar as configurações e exigências na estruturação dos cursos.

Em 1945, é estabelecida uma proposta de revisão de currículo através do decreto-lei nº 8.270, que por assim dizer, repetindo alguns aspectos ou deixando-os muito semelhantes; outros, porém, sofrem uma mudança radical dando uma configuração própria para cada um dos cursos, principalmente no que se refere à área dos saberes que fundamentam a profissão. A base de conhecimento da nova proposta curricular segue a mesma sequência da proposta anterior, reordenando em sua organização (Pires, 2007, p. 45).

Os cursos foram modificados em seus formatos: o de primeira e segunda séries passou a ser de primeiro, segundo e terceiro anos, enquanto o curso anual promoveu importantes modificações no programa, principalmente de ordem quantitativa, com o aumento da carga horária das disciplinas que já compunham o currículo. É importante destacarmos outra mudança, agora em relação aos alunos, cujo ingresso passou a depender da apresentação do certificado do ensino secundário complementar, assim como se fazia em outras escolas e faculdades, a exemplo da FNF. Segundo Figueiredo (2016), o acréscimo de um ano no curso de dois anos assegurava um espaço mais acadêmico.

Os alunos, oriundos de diversos estados do Brasil, para adentrar na ENEFD passavam por um vestibular muito exigente, o que com certeza “[...] modificou profundamente a característica dos alunos, que passaram a chegar mais maduros e capazes teoricamente, muitos até oriundos de outras faculdades” (Melo, 1996, p. 70). A oferta de bolsas de estudos se fazia presente e o bolsista deveria responsabilizar-se com o comprometimento de, ao final do curso, retornar ao seu estado de origem para trabalhar na organização da Educação Física, disseminando, assim, o conhecimento nacional dessa disciplina.

Seguindo na linha do tempo, ao findar 1946, uma nova constituinte foi promulgada, em 18 de setembro. No seu capítulo sobre educação, estava prescrito o debate necessário à elaboração de um estatuto legal para todo o ensino do país. Isso possibilitou aos educadores o encaminhamento do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) à Câmara dos Deputados, em 1948, que não foi aceito e ali ficou até 1952, quando a comissão de Educação da Câmara dos Deputados reabriu as discussões e várias ideias básicas foram retomadas, ouvindo os educadores brasileiros a respeito desse projeto.

Por consequência, foram tomadas algumas providências procurando efetuar “[...] a equivalência dos cursos profissionais ao secundário, para efeito de progressão no sistema escolar” (Faria Júnior, 1987, p. 19). A Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, que dispunha sobre o regime de equivalência entre os cursos de grau médio para efeito de matrícula nos cursos superiores, ficou conhecida como segunda lei de equivalência, mudou o ingresso no ensino superior e, com isso, a ENEFD passou a exigir, para realizar seu exame vestibular, o diploma do 2º ciclo do ensino médio. Segundo Faria Junior (1987), isso acabou represen-

tando substancial contribuição no sentido da elevação do status do profissional de Educação Física.

O principal entrave para que a segunda lei de equivalência atingisse o objetivo de alterar a estrutura universitária da ENEFD, provinha da Escola de Educação Física de Minas Gerais que, de acordo com o Parecer nº 88, de 14 de abril de 1955, apresentado por Faria Junior (1987), solicitou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em 1954, a suspensão por dois anos da execução da Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, e do Decreto nº 34.330, de 21 de outubro de 1953, que a regulamentava, para efeito de ser permitido o aproveitamento de candidatos portadores apenas de certificado do 1º ciclo do Curso Secundário. O autor afirma que o CNE acatou a solicitação da Escola e a exigência ficou sendo o certificado de conclusão de curso secundário fundamental.

A década de 1950 trouxe novas perspectivas para a formação de professores. Até 1955, a formação de professores da ENEFD havia sofrido poucas alterações em relação ao momento de sua criação. No contexto de grandes transformações e debates em torno da LDB, enfim teve lugar a discussão das exigências para ingresso nas Escolas de Educação Física. Essa necessidade apontada se manifesta nas reivindicações dos estudantes do Centro Acadêmico Ruy Barbosa, da Escola de Educação Física de São Paulo, que assumiram uma postura crítica em relação ao Parecer nº 88/55 do CNE, que continuava permitindo o aproveitamento de candidatos portadores apenas de certificado do 1º ciclo do Curso Secundário (Faria Júnior, 1987).

Os estudantes paulistas, além de terem apontado esse descompasso – a exigência para ingresso no ensino superior era o certificado de conclusão do secundário fun-

damental e não a apresentação do certificado do secundário completo – reivindicaram e conseguiram, da Diretoria de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a apresentação do certificado de conclusão de curso clássico ou científico (ou seja, do curso secundário completo), como exigência para ingresso no curso superior de Educação Física (Faria Júnior, 1987).

Nos finais dos anos de 1950, as grandes transformações que aconteciam na sociedade brasileira reanimaram os debates acerca da educação e da sua função na luta contra o subdesenvolvimento na consciencialização da população. Deste modo, em 1958, foi impulsionada a Campanha pelas Reformas de Base que incluía a reforma educacional, retomando o projeto da LDB que tramitava no Congresso Nacional desde 1948.

Ferreira (2013) argumenta que, até a promulgação da Lei nº 4.024, em 1961, travou-se intenso debate no âmbito do estado e da sociedade civil. Essas discussões envolviam diferentes segmentos da sociedade brasileira, associações profissionais, entidades culturais, sindicais, organizações religiosas, imprensa e entidades estudantis, em especial os estudantes universitários, que tinham como órgão máximo de representação a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Um dos focos dos referidos debates diz respeito à Reforma Universitária que foi debatida em seminários proporcionados pela UNE, por volta de 1961 a 1963 (Ferreira, 2013). O professor Faria Junior, a partir de suas memórias, narra em entrevista para Melo (1996, p. 191), acerca dessa discussão:

Nós frequentávamos a UNE, o prédio da UNE na Praia do Flamengo. Tinham várias atividades que faziam com que a gente fosse para lá [...] a gente tinha orgulho de ser de uma Escola que tinha

um diretório que participava de um DCE e que tinha ligação com a UNE [...].

Os estudantes defendiam o aumento de suas participações nos processos decisórios das instituições de ensino. A ENEFD e a UNE, ao se aproximarem, ampliaram a mobilização política e estabeleceram outras novas relações entre o passado e o presente ao se engajarem nas causas “[...] pela conquista de espaço do profissional de educação física dentro de sua própria área” (Melo, 1996, p. 95).

No processo de tramitação da LDB de 1961, foram acirrados os debates a respeito da educação do país. Nessa nova fase, a formação de professor começou a ocupar um lugar de destaque, bem como havia a exigência legal de um currículo mínimo que passou a privilegiar um núcleo de matérias que demandasse assegurar formação cultural e profissional adequadas ao egresso. Também surgiu a proposta de assegurar a formação pedagógica dos cursos de licenciatura com um percentual de $\frac{1}{8}$ de carga horária para, desse modo, fortalecer a formação do professor e imbuir nele o papel de educador.

É importante destacar que a formação do professor de Educação Física permaneceu inalterada até o início da década de 1960. Nessa época, Pires (2007) enfatiza que durante essa formação não era exigida a disciplina Didática; contudo, a partir da LDB de 1961 e dos pareceres nº 292-62 e nº 627-69, emitidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que pretendiam instituir os currículos mínimos dos cursos de licenciatura, o destaque veio no “o que ensinar” e depois no “como ensinar”. Deste modo, permitiu organizar um núcleo de matérias pedagógicas.

Todo esse debate teve uma reviravolta com a escalada dos militares ao poder, a partir do Golpe Militar de

1964, quando a educação foi alvo de uma grande reforma que planejava ampliar o acesso ao ensino, erradicar o analfabetismo e disseminar valores morais e nacionalistas (Castro; Andrade, 2009). No contexto dessas mudanças, efetivaram-se duas importantes reformas que proporcionaram profundas transformações na política educacional: a Reforma Universitária de 1968, Lei nº 5.540, de 28 de novembro, que pretendia conter as mobilizações estudantis e afastar as resistências ao Regime, no interior das universidades, e a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Tais reformas, possibilitaram modificações relativas “[...] à estrutura do ensino, à profissionalização do Ensino Médio e também interferiu nos aspectos constitutivos de diferentes disciplinas e na formação dos professores” (Castro; Andrade, 2009, p. 18).

É nesse contexto de intensas discussões e necessidade de mudanças que o diretor da Divisão de Educação Física monta uma equipe de trabalho para assessorar o CFE em sua revisão de currículos das Escolas de Educação Física e Desportos do Brasil (Brasil, 1968). Segundo os dados desse grupo, os cursos paralelos aos de professor de Educação Física e de técnico desportivo, na realidade, não eram viáveis.

Foi constatado ainda, que na formação do professor não havia matérias pedagógicas e no curso de Técnica Desportiva muitas escolas não estavam preparadas para a manutenção de cursos regulares e, por causa disso, a formação docente neste setor estava sendo insuficiente tanto em quantidade quanto em qualidade, “[...] permitindo que ex-atletas continuassem a ocupar o lugar dos profissionais formados por uma escola superior” (Souza Neto *et al.*, 2004, p. 119).

Em 1969, o CFE, por intermédio do parecer nº 894/69 e resolução nº 69/69, determinou uma nova alteração na formação de professores de Educação Física, e estabeleceu, segundo Pires (2007), que o curso de graduação concedesse o título de Licenciado em Educação Física e Técnico de Desporto, com três anos de duração, carga horária mínima de 1.800 hora-aula e redução das matérias de fundamentação científica.

Lembramos que, no período de 1965 a 1968, a universidade brasileira foi movimentada por debates sobre a reforma universitária proposta pelo regime militar. A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior no Brasil e sua articulação com a escola média, foi bastante difundida, debatida e encontrou resistência nos meios universitários. O projeto da referida Lei seria uma parceria entre o MEC e a *United States Agency of International Development* (USAID). Costa (2015) afirma que esse projeto resultou de uma série de acordos visando à reforma do ensino em várias esferas, desde o primário até o ensino superior, abrangendo o ensino agrícola e veterinário e a formação de professores do ensino médio. Em razão dos objetivos desta pesquisa e da exiguidade do tempo para dissertar sobre nosso tema, não nos alongaremos no debate dessa problemática, concentrando nossas observações no nosso foco de interesse que é a formação de professores de Educação Física.

Na vigência da Lei nº 5.540, vários professores de Educação Física foram realizar cursos de pós-graduação nos Estados Unidos, na área esportiva (Pires, 2007), o que foi definitivo para garantir uma forte influência do esporte na formação dos novos profissionais de Educação Física nas décadas seguintes.

Betti (1991, p. 100), ao se referir à relação entre a Educação Física e o esporte, no período de 1969 a 1979, destaca:

O período assinalou a ascensão do esporte à razão de Estado e a inclusão do binômio Educação Física/Esporte na planificação estratégica do governo. Ocorreram também profundas mudanças na política educacional e na Educação Física escolar, que subordinou-se ao sistema esportivo e a expansão e sedimentação do sistema formador de recursos humanos para a Educação Física e o Esporte.

Conforme assinala Azevedo (2013), as discussões acerca das alterações curriculares sobre a questão de Educação Física reapareceram de forma mais central no ano 1969, por determinação da reforma universitária e do currículo mínimo. Essas alterações basearam-se pela inclusão e exclusão de disciplinas nas universidades, levando em conta o modelo ordenado pela reforma do currículo mínimo referente à inclusão de matérias pedagógicas.

Um fato interessante sobre as mencionadas disciplinas revela que a seleção delas para compor a grade curricular de uma universidade era definida pela sua importância no processo histórico e pelo poder de argumentação e prestígio profissional dos professores que as defendiam. Elas eram selecionadas a partir de uma tradição, produto do planejamento de sujeitos com olhares de um determinado grupo que, mediante disputas, tinham legitimidade para elegê-las. É necessário entender que “[...] não se trata de uma legitimidade dada, mas conquistada em dado momento histórico por grupos hegemônicos a partir de relações de poder [...]” (Selles; Santos, 2019, p. 68).

Esse movimento de repensar o currículo da Educação Física estava, a todo tempo, relacionado com o momento político que vivenciávamos no país. Como argumentam Selles e Santos (2019, p.67-68):

Entender a reforma curricular é um movimento que requer um olhar mais apurado para o processo, não só para os elementos patentes de uma reformulação, o que há de oficial nas instituições, mas também para o que não se mostra, o que não se registra no projeto curricular de um curso, que são as negociações para o estabelecimento de um “novo” projeto, todas as tensões que envolvem sua elaboração, os conflitos e disputas, bem como as forças que pressionam essa mudança, considerando-se, é claro, os projetos em disputa no processo de reformulação curricular.

Todo o movimento político de 1964 em diante refletiu, como já apontamos, na política educacional para o ensino de Educação Física. Um dos reflexos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, foi a prescrição, no seu Art. 7º, da obrigatoriedade de inserção da Educação Física nos currículos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus. Meses depois, esse artigo foi alterado pelo Art. 1º do Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, que integrava a Educação Física como atividade regular no currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino. Isso acabou por acelerar o processo de implantação das licenciaturas em Educação Física.

Isto posto, sublinhamos que a formação de professores de Educação Física, no decorrer desse período, agregava fundamentos voltados para formar um profissional habilita-

do tecnicamente para ensinar algum tipo de esporte, sem a aplicação do dispositivo teórico de filosofia, e de sociologia, independentemente das disciplinas pedagógicas. Era uma formação que focava mais na prática do que no desenvolvimento de um pensamento crítico, por assim dizer. Esta assertiva é corroborada por Bracht (2007, p. 29), quando afirma que na formação de professores de Educação Física, nas décadas de 1960 e 1970, as disciplinas se preocupavam com os estudos sobre o corpo/movimento humano ou de suas “[...] objetivações culturais como o esporte”.

Nessa conjuntura, a análise da ENEFD nos indica as dificuldades e limitações enfrentadas por essa primeira geração de professores universitários de Educação Física, não só no processo de sua criação, mas devido à luta no processo de formação de professores. Entre tantos debates, consideramos que o ensino de Educação Física se favoreceu de todo esses movimentos que podem ter levado a ENEFD a iniciar a discussão sobre os caminhos de formação de professores de Educação Física no Brasil.

Destacamos que os debates e encaminhamentos ocorridos no período aqui enfocado são fundamentais para se compreender os movimentos sucessivos que tiveram ampliação de espaços de formação acadêmica com a constituição de novos cursos vinculados às instituições de ensino superior públicas e privadas (Vilela; Rocha Júnior, 2006).

Investigarmos influências e confrontações, quando se construíram modelos de projetos curriculares para a formação de professores de Educação Física no Brasil, foi fundamental para que pudéssemos compreender a emergência dessa formação no ensino superior paraense – lócus de nosso estudo –, a importância da ENEFD e o peso que tiveram na formação de professores paraenses.

A relação de proximidade do primeiro corpo docente da Escola Superior de Educação Física do Pará (ESEFPA) com a ENEFD representa uma motivação sem igual na possibilidade de compreender as circunstâncias e práticas da primeira geração de professores universitários de Educação Física paraense e a oportunidade de pesquisa sobre suas memórias. Ao recordarmos os fatos do passado ou os acontecimentos recentes, é a ela que recorremos: à memória (Santhiago; Magalhães, 2015). É, portanto, revisitando a memória dos professores que poderemos compreender os sentidos que eles atribuem ao processo de formação do primeiro corpo docente da ESEFPA. Isso significa dizer que, ao mesmo tempo que essa instituição pública de ensino superior do Estado do Pará se projeta como cenário e palco onde esses atores integraram o primeiro corpo docente, ela também se torna um privilegiado *lócus* com imbricações educacionais entre memória e história.

Neste escopo, além de investigarmos as memórias dos professores, recorremos a uma memória documental que possibilitou mapearmos e descrevermos a respeito dos primeiros cursos de formação docente em Educação Física no Pará. Esses cursos estão cronologicamente situados no período de 1930 a 1970.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARÁ NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940: UM MERGULHO NO PASSADO

Este capítulo tem como objetivo identificar a realidade da formação de professores paraenses de Educação Física durante as décadas de 1930 e 1940. As fontes que utilizamos para construir o texto foram documentais, tais como: decretos, leis e artigos de jornais. Nas décadas de 1930 e 1940, houve intensa discussão a respeito da criação de cursos de Educação Física, em Belém do Pará. Estes cursos, que teriam como intuito capacitar professores para trabalhar no ensino primário, entraram em funcionamento durante um ano letivo, mas acabaram interrompidos.

Na década que antecede os anos de 1930, pudemos identificar a incorporação e fortalecimento da Educação Física no espaço escolar. A Ginástica Sueca foi possivelmente a disciplina na instrução pública primária, na educação de meninos e meninas, como também, na instrução militar e no escotismo.

O Método Sueco de Ginástica, proposto no século anterior, vigorou no Pará até o início da década de 1930, quando foi interrompido pelo interventor Magalhães Barata que, em conformidade com o governo federal, considerou que o método não correspondia aos conceitos de uma Educação Física científica e, por esse motivo, deveria ser mudado pelo Método Francês (Silva, 2015). Os governantes da época, no Pará, ainda apontavam a falta de “vida ao ar livre” e de exercícios que auxiliassem no desenvolvimento dos alunos nas escolas. Esta troca assinalaria não

apenas uma mudança de método, mas também uma nova concepção doutrinária.

Com estas preocupações e objetivos, o Pará e o governo federal, sob a direção da Missão Militar Francesa, estabeleceram o Método Francês, com uma concepção pautada pela anatomia e pela fisiologia, e colocaram-no em ampla execução (Soares, 1994). Assim sendo, a preocupação com a formação de professores foi no sentido da formação do homem nacional, que estava presente tanto em debates nacionais como locais.

A temática sobre a necessidade de formação específica de professores de Educação Física se manifestou em diversas ocasiões e por diferentes governos. Na década de 1930, a educação escolar paraense apareceu como tema importante nos discursos dos seus dirigentes locais. Nesses discursos, proclamavam uma educação eficiente e asseguravam que assim seria se estivesse vinculada ao desenvolvimento de aspectos intelectuais, morais e físicos. Ao longo desse período, o ensino primário também emergiu nos debates, a fim de propor melhorias nas aulas dos grupos e escolas (Pará, 1933).

A partir disso, intensificaram-se os debates em torno de como trabalhar com os métodos e processos pedagógicos e colocá-los em prática pelos professores nas escolas. Para a realização dessas melhorias, foi estabelecida uma formação ao professorado que pudesse instruí-los a desempenhar melhor suas funções e ajudá-los na aplicação regular de métodos e processos pedagógicos das aulas. Desse modo, foi “[...] creado o curso propedêutico de aperfeiçoamento” (Pará, 1933, p. 10).

É nesse movimento que se produz a necessidade de formação do professorado de Educação Física, no Pará,

ou seja, para que se aplicassem os processos pedagógicos e os métodos de uma Educação Física científica nos estabelecimentos de ensino do Estado, visando, assim, à saúde, à manutenção de um organismo resistente, com maior rendimento ao trabalho, e para tornar os estudantes fortes e saudáveis, corroborando com o que Soares (1994) afirmou em seus estudos sobre os objetivos da Educação Física do período.

Diante dessa constatação, há uma tentativa de organização da Educação Física, na década de 1930, na Interventoria do Major Joaquim Cardoso de Magalhães Barata que, por nomeação legal do chefe do governo Provisório da República, no uso de suas atribuições, criou o Departamento de Educação Física do Pará, subordinado diretamente à Diretoria geral da Educação e Ensino Público do Estado (Pará, 1933). Além disso, o Major Magalhães Barata tratou especialmente de criar a Secretaria de Educação e Saúde Pública, bem como fez uma reforma curricular pautada na formação cívica e em práticas educativas da pedagogia moderna. Azevedo (1960) afirma que na concepção moderna de Educação Física o professor:

[...] deve atender não já somente à escolha de um sistema adequado, mas também ao conhecimento, o mais perfeito possível, do organismo de seus educandos, e à execução dos exercícios, que por sua vez, depende de três fatores: da quantidade e duração dos exercícios, do prazer com que os alunos os executam e da precisão, que é a adaptação perfeita dos movimentos a um exercício dado. Se a ginástica escolar dos meninos, sobretudo até aos 14 anos, deve ter por objeto 1) modi-

ficar-lhes o temperamento, as diáteses mais ou menos mórbidas, que a maior parte dêles deve à sua hereditariedade, 2) ampliar-lhes o peito e assegurar-lhes assim uma caixa largamente ventilada e 3) obter-lhes uma boa atitude física, corrigindo-lhes os desvios escolares da coluna vertebral, facilmente se compreende a necessidade da individualização do ensino e da competência do professorado, sem as quais nunca se poderiam alcançar pela ginástica os efeitos salutareos que dela espera a educação física moderna (Azevedo, 1960, p. 92-93).

No dia 8 de março de 1934, o Departamento de Educação Física foi instalado em uma cerimônia que contou com a presença do interventor Magalhães Barata, do Comandante da região militar Coronel Costa Araújo Filho, do prefeito Ildefonso Almeida, bem como de outras autoridades federais, estaduais, municipais e, ainda, de professores (Silva, 2015).

Um telegrama de Belém do Pará à imprensa da capital do país, localizada, na época, no Rio de Janeiro, uma comunicação direta à Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), levou a informação sobre a criação do Departamento de Educação Física do Pará. O decreto de criação da instituição, assinado pelo Interventor Magalhães Barata, consta ter sido um ato grandioso para a Educação Física, na época também conhecida como educação corporal. Nesse período, já podíamos identificar a presença de várias manifestações esportivas organizadas no contexto paraense, que apontavam para um fortalecimento da área, no Estado.

UM DIA GRANDIOSO PARA OS QUE TRABALHAM PELA EDUCAÇÃO FÍSICA

Um telegrama de Belém do Pará à imprensa desta Capital e uma comunicação direta à Escola de Educação Física do Exército trouxeram a boa nova da criação do Departamento de Educação Física daquele grande Estado equatorial.

O decreto do Interventor Magalhães Barata, simples na sua elaboração, é grandioso nas suas consequências.

A educação corporal no Pará não é uma coisa nova; ao contrário, existem lá associações desportivas antigas, conceituadas e bem organizadas. A educação física não vai ser agora introduzida naquela terra.

O Departamento recém-criado irá coordenar, orientar e controlar o que existe, e criar e desenvolver o que ainda não existe, todo debaixo do mais rigoroso critério científico, onde o serviço médico aparece em primeira plana, mikime na educação infantil.

Este ato do Interventor, coincidindo com as aspirações dos parenses, dado o júbilo com que foi recebido pelo povo, — é mais uma pedra colocada para a reconstrução eugênica do nosso país.

A responsabilidade da direção de tão importante Departamento do Governo coube, por decreto de 12 do corrente, ao Sr. Capitão Orlando Moreira Torres, oficial de engenharia do nosso Exército.

Felicitemos o Estado do Pará, o interventor Barata e o Cap. Orlando Torres, pelo futuro Departamento de Educação Física e pela escolha de um oficial tão dedicado e tão zeloso, para a sua direção.

E fazemos sinceros votos para que os parenses prosigam, sem emnoecimentos, nesta campanha ora iniciada e que se tornem adeptos fervorosos desta causa nacional.

Fonte: UM DIA... (1934, p. 18).

Conforme o telegrama, o Departamento teria como função coordenar, orientar, controlar, o que existia de práticas corporais e criar e desenvolver o que ainda estava por ser construído, a partir de critérios científicos, dentre os quais, o serviço médico que tinha um papel fundamental na educação infantil. O surgimento dessa instituição contribuiu para alcançar estratégias políticas locais e nacionais vigentes na época, tais como a eugenia¹⁴: “[...] dado o júbilo com que foi recebido pelo povo, é mais uma pedra colocada para a reconstrução eugênica no nosso país” (UM DIA..., 1934, p. 18).

O Departamento estava sob à responsabilidade do oficial de engenharia do Exército, Capitão Orlando Moreira Torres e tinha a função de difundir, regulamentar e fiscalizar a Educação Física nos estabelecimentos de ensino paraenses e manter um curso especial, a fim de habilitar professo-

¹⁴ Para Camargo (2010), é consenso entre os estudiosos que o movimento higienista e eugenista caminharam de mãos dadas principalmente nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Segundo o autor, o intuito era construir um novo homem brasileiro, civilizado, livre de doenças que o impediavam de trabalhar e almejar a tão sonhada civilidade, minimizando assim as consequências da miscigenação.

res do estado à instrução da Educação Física, ou seja, para ministrarem aulas pelo método moderno (Pará, 1933).

No decreto nº 1.138, de 30 de dezembro de 1933, identificamos o termo “moderno” relacionado às mudanças dos processos pedagógicos nas aulas, tão desenvolvido como era em outros países. O método moderno dizia respeito ao Método Francês, pois era um método de outro país inserido no Brasil. Na época, “[...] parece que tudo o que vinha de fora, o que era produzido em outros países, era bom, “moderno”, “evoluído” (Lima, 2015, p. 185), ou como diz um trecho da letra da música do Mosaico de Ravena (Banda paraense de 1986 até 1994), criticando a falta de valorização da nossa cultura: “[...] chega das coisas da terra que o que é bom vem lá de fora”.

Segundo Silva (2015), o Departamento de Educação Física era composto por uma sala de aula, uma secretaria e um laboratório biométrico, instalado no prédio da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, localizado na Avenida Tito Franco, hoje Avenida Almirante Barroso. A composição administrativa desse Departamento era formada por um diretor técnico habilitado, um médico-ajudante, mais dois médicos, um secretário técnico, um auxiliar, um datilógrafo, um contínuo servente e um monitor técnico. Alguns desses funcionários exerceram funções administrativas e de ensino no Curso de Educação Física de 1934, o qual apresentaremos nas linhas seguintes.

2.1 O CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE 1934

Por meio do Curso de Educação Física de 1934, o Governo do Pará realizou, pela primeira vez, uma tentativa institucionalizada de formar professores de Educação Física no Estado. O Regulamento foi assinado pelo Major Interventor Magalhães Barata e aprovado pelo Decreto nº 1.164, de 8 de janeiro de 1934.

O Curso estava empenhado em preparar docentes e instrutores de Educação Física, cuja orientação era privilegiar a formação de professores, de oficiais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Estadual, como também difundir, unificar e intensificar o ensino da Educação Física nos estabelecimentos de ensino do Estado. O funcionamento do curso de 1934 se deu no Departamento de Educação Física, situado na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária¹⁵, com instalações adaptadas ao ensino. Esta escola pode ser visualizada na figura 2.

Figura 2 – Prédio da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária.



Fonte: Laboratório Virtual da FAU/ITEC/UFGA (<https://fauufpa.org/>).

¹⁵ Prédio que hospedou o Centro Propagador das Ciências, a Sociedade Civil de Agronomia e Medicina Veterinária do Pará, a Escola Normal Visconde de Souza Franco, a Escola Técnica de Agrimensura do Pará e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará; bem como o Ginásio Souza Franco, escola de aplicação da FFCL (FAUITEC, 2011).

Segundo uma publicação do Diário Oficial do Estado do Pará, do dia 17 de junho de 1934, o curso foi orientado pela EsEFEx, instituição que servia de modelo e que se encarregava de disseminar, por todo o país, o seu método de ensino – o Método Francês – que já era oficializado pelo Governo Federal.

O curso de 1934 preconizava uma duração de 4 meses, incluindo o período de realização dos exames de admissão e fora regido pela Diretoria Geral da Educação e Ensino Público e subordinado ao Departamento de Educação Física, tanto nos elementos de ensino quanto na organização administrativa e obediência ao regulamento do curso (Pará, 1934a).

Além disso, o Curso de Educação Física de 1934 era dividido em **Ensino Geral Teórico-Prático**, composto pelas disciplinas Anatomia, Higiene, Fisiologia, Fisioterapia, Antropometria, Socorros de Urgência, Pedagogia e História da Educação Física, e em **Ensino Prático**, com as disciplinas Demonstração prática e execução do método, Estudo do Regulamento Geral de Educação Física, Composições de aulas para as diferentes idades, Organizações de reuniões desportivas, e Organização do ensino de Educação Física, além do **Estágio**. No quadro 1, podemos visualizar as disciplinas com a designação dos respectivos professores.

Quadro 1 – Disciplinas do Curso de Educação Física de 1934 e seus respectivos professores.

ENSINO	DISCIPLINA	PROFESSOR
Ensino geral Teórico-Prático	Anatomia (Noções de ginástica ortopédica)	Dr. Osvaldo Medrado
	Higiene	
	Fisiologia e noções de mecânica dos movimentos	Dr. Acelino de Leão
	Fisioterapia	
	Antropometria e Noções de Morfologia	Dr. Djalma Chanstinet
	Socorros de Urgência	
	Pedagogia da Educação Física e Pedagogia aplicada	Capitão Orlando Torres
	História da Educação Física	
Ensino Prático	Demonstração prática e execução individual e coletiva de todos os elementos do método.	Capitão Orlando Torres; Sargento-monitor Pedro Furtado; e Candido Oliveira.
	Estudo geral pedagógico e anátomo-fisiológico dos diferentes elementos do Regulamento geral de Educação Física.	
	Composição das lições para os diferentes graus das idades fisiológicas.	
	Organizações de reuniões desportivas.	
	Organização do Ensino de Educação Física nos estabelecimentos de ensino e corporações.	
	Estágio	Capitão Orlando Torres; Sargento-monitor Pedro Furtado; e Candido Oliveira.

Fonte: Elaboração da autora.

Mediante a implementação desse curso, ficavam evidentes alguns objetivos do governo estadual direcionados à Educação Física, como nos mostra uma publicação do Diário Oficial do Estado do Pará, do dia 17 de junho de 1934:

[...] será uma das maiores obras do Governo Magalhães Barata, que não tem medido esforço para que a Educação Física atinja no Estado o lugar que lhe compete e dando ao nosso caboclo os elementos necessários a conquista ou conservação da saúde, único bem do qual não podemos prescindir (Pará, 1934, p. 13).

Os trabalhos letivos iniciaram em 1º de fevereiro de 1934 e terminaram em 30 de maio do mesmo ano. Para a matrícula, era necessário o diploma de professor obtido por estabelecimento de ensino oficial ou oficializado pelo Estado ou União; ser oficial de corporação militar ou militarizada, com o curso profissional militar ou com certificados de exames finais de Português, Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Física, Química, História Natural e História do Brasil ou, na falta destes, certificado de exame de admissão; ter entre 16 e 35 anos; e boa forma física.

Com relação ao método adotado pelo curso, em princípio foi mantida a linha estabelecida no Decreto nº 21.324, de 27 de abril de 1932, do Governo Federal, predominando uma concepção de formação baseada no Regulamento nº 7 de Educação Física (1ª e 3ª parte), ou seja, no Método Francês. O Regulamento Geral de Educação Física era composto por três partes e quatro anexos. A primeira parte era constituída por Bases Fisiológicas, Pedagógicas e Pedagogia Aplicada. A segunda parte era integrada por Esportes Individuais e Esportes Coletivos. A terceira parte era composta pela Educação Militar e Reeducação. A figura 3 ilustra a capa do livro que continha os conhecimentos referentes a esse regulamento.

Figura 3 – Regulamento nº 7 de Educação Física.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O método francês foi o método adotado durante a implantação do Curso de Educação Física de 1934. A figu-

ra 4 apresenta as alunas do curso em uma demonstração prática de execução do Método Francês, realizada nas dependências da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Segundo Oliveira (2010), o Método Francês foi umas das maiores influências para a Educação Física brasileira e foi a sua bíblia durante mais de duas décadas, incluindo a década de 1930.

Figura 4 – Alunas do Curso de Educação Física de 1934 em uma aula prática.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará (1934, p. 13).

Oliveira (2010), em uma análise do Método Francês, pontua que a aula, baseada nesse método, era dividida em três momentos assim denominados: sessão preparatória, sessão propriamente dita e volta à calma. O primeiro momento iniciava com “evoluções”, em que eram realizados exercícios de disciplina coletiva e era seguido da realização dos “flexionamentos” (ginástica analítica). A segunda parte começava com “aplicações”, feitas com exercícios ditos naturais (andar, correr etc.) executados sequentemente, seguindo uma curva fisiológica de esforço. Em seguida, as alunas praticavam uma atividade sob a forma de jogo. Por fim, o último momento da aula consistia na realização de

marcha lenta com exercícios respiratórios, marcha com canto ou assobio e exercícios de ordem.

Nas ações desenvolvidas pelo Departamento de Educação Física do Pará, na década de 1930, publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará, no dia 17 de junho de 1934, adotou-se a aplicação do Método Francês:

[...] o Estado do Pará abraçando oficialmente a Cruzada da Educação Física iniciada e orientada pela 'Escola de Educação Física do Exército', dá um atestado da cultura do seu povo e da compreensão perfeita de um método científico (Pará, 1934, p. 13).

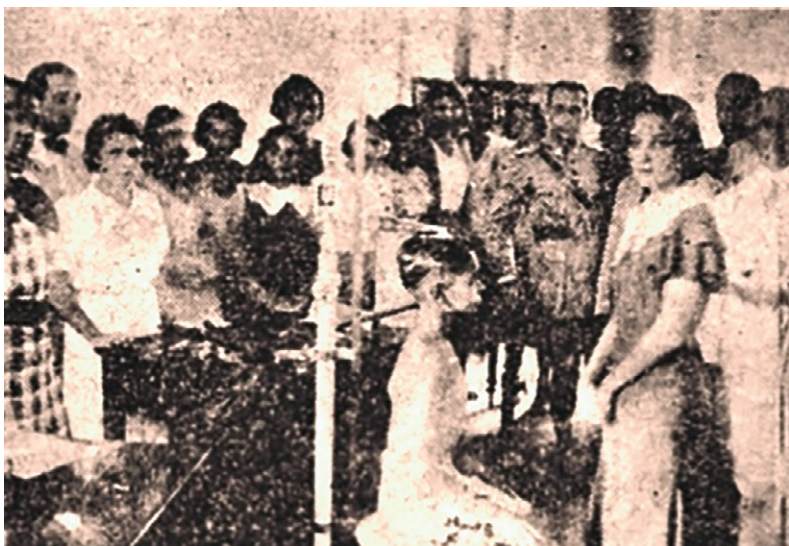
Matricularam-se no curso 54 professoras diplomadas pela Escola Normal do Estado e, com permissão do Interventor Federal, uma farmacêutica e uma acadêmica em direito, totalizando 56 matrículas. No decorrer do curso, foram desligadas, por motivos diversos, 10 professoras e a farmacêutica, reduzindo o número de alunas para 45.

Na figura 5, podemos visualizar as alunas do curso num momento de aula da disciplina Antropometria e Noções de Morfologia que era ministrada pelo professor Dr. Djalma Chanstinet. Especificamente podemos verificar a realização de um exame antropométrico em uma criança que era avaliada por meio de provas de “[...] capacidade vital, permeabilidade nasal, dinamometria etc.” (Diário Oficial do Estado do Pará, 1934, p. 13).

No exame antropométrico, a criança era classificada por idade fisiológica, sendo que as meninas realizavam os mesmos exercícios que os meninos até a idade de nove anos. A partir disso, eram “[...] separados [...], em virtude das diferenças de ordem anátomo-fisiológicas que começam a se

distinguir a partir dessa idade” (Diário Oficial do Estado do Pará, 1934, p. 13). Após três meses de exercícios, a criança era submetida a um novo exame antropométrico, com o intuito de verificar os resultados obtidos. Nas aulas que envolviam este exame, as alunas em formação poderiam aprender, portanto, a prescrever exercícios físicos, tendo por base, como visto, a teoria da idade anátomo-fisiológica.

Figura 5 – Exame antropométrico no Curso de Educação Física de 1934.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará (1934, p. 13).

O aproveitamento dos participantes do curso foi verificado por meio de provas orais, escritas e práticas e o ensino era teórico-prático. No ensino prático, eram realizados, mensalmente, trabalhos de direção e execução, sempre que possível, individuais. Conforme o aproveitamento das notas, o aluno era qualificado como “Regular”, “Bem” e “Muito Bem”. Para os instrutores e professores de Educação Física formados, havia um diploma e, para os monitores, um certificado de aptidão (Pará, 1934a).

O aluno que concluísse o curso com a qualificação “Muito Bem”, teria Menção Honrosa e poderia obter um cargo de direção ou auxiliar na instrução de matérias do curso de sua especialidade no Departamento, nos estabelecimentos de ensino civis e militares e nas agremiações desportivas do Estado. Caso não tivesse aluno com qualificação de Menção Honrosa, seria aproveitado o aluno que apresentasse a qualificação “Bem” (Pará, 1934a).

Apesar dos esforços iniciais e das iniciativas tomadas, no final do ano de 1934, o governo Magalhães Barata interrompeu o funcionamento do curso, pois apontou a necessidade de sua reorganização, sob a alegação de que havia uma falta de aparelhamento para as aulas, a necessidade de reestruturação em seu regulamento e a necessidade de construção de um estádio (Pará, 1934c).

O texto do decreto de suspensão do curso ainda previa que o número de professoras diplomadas, no primeiro período letivo de 1934, preenchia as necessidades inadiáveis da Educação Física nos grupos e escolas do Estado, podendo, assim, sem prejuízo, ser adiada a abertura da matrícula do segundo período letivo do curso, de modo que viesse a funcionar, posteriormente, com segura eficiência.

Sobre a interrupção do curso de 1934, o Capitão Orlando Moreira Torres¹⁶ fez o seguinte discurso:

Infelizmente dificuldades materiais não permitiram ao Governo Estadual manter em funcionamento o Departamento de Educação Física, cujo curso somente funcionou em 1934, tendo sido diplomadas 45 professoras nesse ano. À sua falta se faz sentir.

¹⁶ Professor de Pedagogia, Pedagogia Aplicada e História, do Curso de Educação Física de 1934 e diretor-técnico do Departamento de Educação Física.

Estamos certos, no entanto, que, diante dos resultados já colhidos, o Governo Estadual dará amplo desenvolvimento à educação física com a reabertura do Departamento, a fim de que o Pará possa levar os seus benefícios aos mais afastados rincões do seu solo.

Às destemerosas professoras paraenses, cujas responsabilidades atuais aumentaram, apenas repetiremos as palavras dos nossos representantes em seu discurso de encerramento do ano letivo: 'Os nossos ombros não se esmagarão ao peso de tamanha responsabilidade, porque a vossa tẽmpora (ou tempere) de caráter está bem alicerçada, pois foi molhada com argila do Brasil. Não nos atemorizes com os obstáculos que encontrardes, com os insucessos do início, com os detratores da educação física, porque a verdade está convosco. A semente está lançada e germinara, pois estarei atento' (Torres, 1936, p. 11).

É interessante atentar ao fato de que a legislação vigente, na época, preocupava-se com a necessidade legal de formar professores de Educação Física especializados com expedição de diploma e capacitados a ministrar seu ensino com eficiência em todo o Estado. Diante disso, em fevereiro de 1934, o Major Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do chefe do Governo Provisório da República, concedeu vantagens no que diz respeito à contratação, às professoras estaduais que foram diplomadas pelo Departamento de Educação Física (Pará, 1934b, p. 1), nos termos do decreto transcritos abaixo em *ipsis litteris*:

Art. 1.º - Em igualdade de condições, terá sempre preferência à promoção, a professora que possuir o diploma do Curso de Educação Física, subordinado ao Departamento de Educação Física.

Art. 2.º - Terão preferência para o preenchimento de lugares interinos no professorado estadual, as professoras que se habilitarem com o diploma do Curso mencionado no artigo anterior.

§ único. Gosarão dessas vantagens, já no decorrer do presente ano, as professoras que se matricularem agora no curso de Educação.

Art. 3.º - As professoras que obtiverem o referido diploma, dentro destes três primeiros anos, ficarão dispensadas da exigência do mínimo de um ano com exercício do magistério no interior, para o seu aproveitamento nas vagas a se darem na capital, Mosqueiro e Pinheiro.

Apesar da interrupção do funcionamento do Curso de Educação Física de 1934, ainda havia a preocupação com a formação docente. Dessa forma, após alguns anos, o Interventor Federal José Carneiro da Gama Malcher, determinou a reabertura do Curso de Educação Física do Estado, em 1939. O motivo estava atrelado à necessidade de formar profissional habilitado para o ensino de Educação Física (Pará, 1939), que era obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e privado, nos termos da Constituição Federal vigente na época (Brasil, 1937b).

O curso seria realizado na sede do Clube do Remo, que apresentava instalações adequadas para o seu funcionamento e, tudo isso, sem ônus para o Estado (Pará, 1939).

A organização do curso ficaria sob a administração da Diretoria Geral de Educação e Cultura. Conforme discurso do Capitão Orlando Moreira Tôrres, pudemos perceber que o Clube do Remo ofereceria um espaço apropriado para o curso em razão de conseguir agregar mais de 500 alunas em práticas de exercícios e mais de mil alunos durante as festas cívicas. Entretanto, o curso não chegou a entrar em funcionamento.

2.2 A ESCOLA PARAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE 1942

O início da década de 1940 foi marcado por ações dinamizadoras na área de Educação Física. Em 1941, por meio da Portaria do dia 16 de maio, o interventor federal interino Deodoro de Mendonça designava o Dr. Armando Bordallo da Silva, médico do Departamento de Saúde, diplomado pela Universidade do Brasil, para assumir a direção dos serviços de Educação Física em todas as escolas públicas da capital paraense.

Em 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.046, de 9 de junho, foi organizada a criação da Escola de Educação Física do Estado, subordinada ao Departamento de Educação e Cultura, a qual tinha como parâmetro o regulamento da ENEFD. Era reconhecida a necessidade de formar professores, devido à Constituição Federal de 1937 que, em seu artigo 131, considerava a Educação Física, o ensino cívico e os trabalhos manuais obrigatórios nas escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma instituição escolar funcionar sem essas exigências.

De acordo com o Decreto-Lei nº 4.046, de 9 de junho de 1942, a função gratificada de diretor, secretário e dos 15 professores da Escola de Educação Física do Pará faziam parte do quadro único do funcionalismo civil do Estado. Todos esses cargos eram escolhidos e designados pelo Di-

retor Geral do Departamento de Educação e Cultura. Para a criação da Escola de Educação Física, foram orçadas despesas no valor de cinquenta contos de réis (50:000\$0) que seriam distribuídos em pessoal fixo (funções gratificadas); pessoal variável (os contratados e diaristas); material permanente, material de consumo e despesas diversas.

A Escola de Educação Física do Estado do Pará foi criada como um estabelecimento de ensino especializado. Sua base legal surgiu a partir do Decreto nº 4.053, de 19 de junho de 1942, que aprovou o seu Regulamento e determinou que a Escola teria como funções: formar um corpo de professores de Educação Física capaz de orientar, difundir e unificar a sua prática em todo Estado; difundir os conhecimentos necessários à prática da Educação Física e dos Desportos; e realizar, em parceria com a ENEFD, pesquisas que se relacionassem com os problemas da Educação Física, de modo a colaborar para o melhor conhecimento do “biotipo brasileiro”.

A Escola manteve o Curso Normal de Educação Física, com duração de um ano, constituído das seguintes disciplinas: Anatomia, Fisiologia Humana, Cinesiologia, Higiene, Socorros de Urgência, Fisioterapia, Biometria, Metodologia de Educação Física, História da Educação Física e dos Desportos, Organização da Educação Física e dos Desportos, Ginástica Rítmica, Educação Física Geral, Desportos Aquáticos, Desportos Terrestres Individuais, Desportos Terrestres Coletivos, Desportos de Ataque e Defesa.

Tais disciplinas correspondiam às mesmas que constituíam o Curso Normal de Educação Física da ENEFD, estabelecidas pelo Art. 4 do Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. O corpo docente da Escola foi composto por professores e médicos diplomados pela ENEFD, mas caso alguém não quisesse ou não pudesse assumir o cargo, seria

designado pessoal especializado pela EsEFEx, o que ocorreria por indicação do diretor da Escola. As disciplinas e seus respectivos professores são apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 2 – Disciplinas e professores do Curso Normal de Educação Física de 1942.

DISCIPLINA	PROFESSOR
Biometria	Dr. Armando Bordallo da Silva
Cinesiologia	
História da Educação Física e dos Desportos	
Organização da Educação Física e dos Desportos	
Anatomia	Dr. Atahaulpa Lobato Fernandes
Fisiologia Humana	
Higiene	
Socorros de Urgência	
Fisioterapia	
Metodologia de Educação Física	Professora Eugênia Souza Filho
Educação Física Geral	
Ginástica Rítmica	
Desportos Terrestres Individuais	
Desportos de Ataque e de Defesa	
Desportos Terrestres Coletivos	Professora Luiza de Souza Filho
Desportos Aquáticos	

Fonte: Elaboração da autora.

As disciplinas possuíam tendência do modelo social, político e econômico da época, tendo por base a medicina, o conhecimento dos médicos e a busca pela formação de um corpo saudável.

Entendemos que a organização das disciplinas, ou cadeiras, não se dava (no currículo) de forma inocente e neutra, pois a ordenação das mesmas sempre implicou relações de poder, transmitindo visões de homem, mundo e sociedade, além de interesses particulares. Isso justifica porque esses conhecimentos e não outros foram selecionados (Silva, 2007).

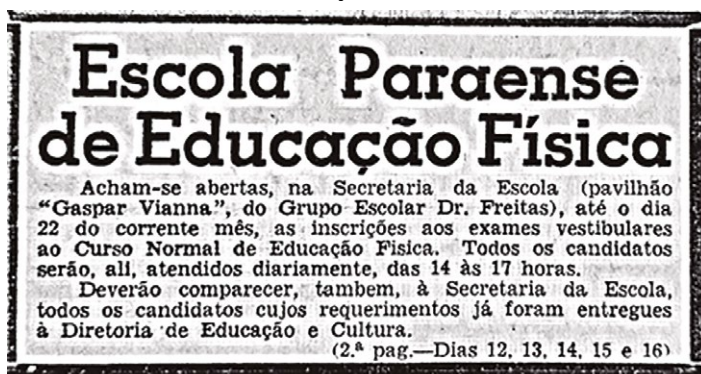
Segundo o Regulamento do Curso, aprovado pelo Decreto nº 4.053, de 10 de junho de 1942, o ensino ocorria sob a forma de aulas teóricas, aulas práticas e de exercícios físicos. O ensino das disciplinas “Organização da Educação Física e dos Desportos” ocorria por meio de aulas teóricas; as disciplinas “Educação Física Geral”, “Desportos” e “Ginástica Rítmica” eram ensinadas por meio da prática dos exercícios físicos e os professores dessas cadeiras eram do sexo feminino, sempre que possível. As demais disciplinas eram trabalhadas em aulas teóricas e práticas.

Em cada ano escolar, existia um período suplementar destinado aos exames de segunda época (atualmente denominado de segunda chamada) e aos exames de admissão (seleção).

As primeiras inscrições aos exames vestibulares do curso foram realizadas na Secretaria do Grupo Escolar Dr. Freitas, pavilhão Gaspar Vianna¹⁷, até o dia 22 de junho de 1942, no horário das 14h às 17h, conforme podemos visualizar na figura 6.

¹⁷ Gaspar de Oliveira Vianna, médico paraense (1885-1914), pioneiro na história da microbiologia médica, inscrito em uma lista dos dez maiores nomes da medicina brasileira no século XX e é considerado Mártir da Ciência (Suassuna, 2006).

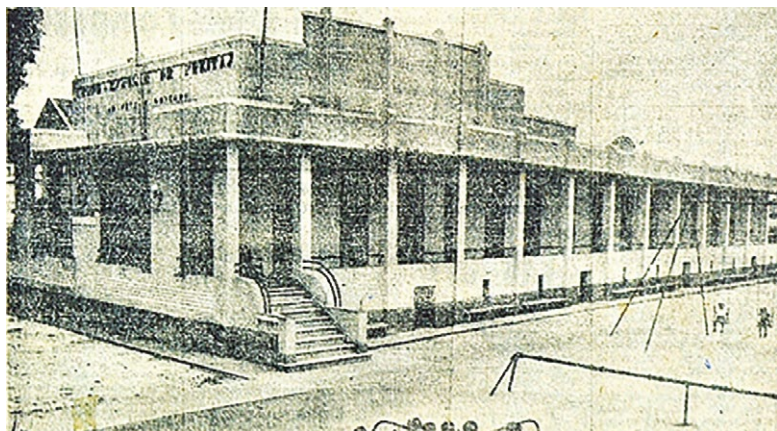
Figura 6 – Inscrições aos exames vestibulares do Curso Normal de Educação Física.



Fonte: Folha do Norte (1942, p. 2).

Conforme a Portaria de 27 de janeiro de 1942, a Escola de Educação Física do Pará começou a funcionar no próprio local de inscrições do processo seletivo, ou seja, no Grupo Escolar Dr. Freitas (figura 7), utilizando o pavilhão Professora Anésia, o pavilhão Gaspar Viana, a piscina Genésio Alves Leão, o ginásio Gustavo Capanema e duas casas desapropriadas que foram remodeladas e eram anexas ao grupo escolar.

Figura 7 – Grupo Escolar Dr. Freitas em 1943.



Fonte: Folha do Norte (1943, p. 9).

O Curso Normal de Educação Física tinha a duração de um ano letivo, compreendendo nove meses, com início em 1º de março e término em 30 de novembro, sendo distribuído da seguinte forma: dois períodos letivos, ambos com a duração de três meses e meio; dois períodos de exames, ambos com a duração de quinze dias; e um período de quinze dias, destinado à visita das instalações desportivas da cidade, após o último período letivo.

Para as aulas práticas, o estádio da Força Policial do Estado ficava à disposição, bem como a provedoria da Santa Casa de Misericórdia, onde funcionava o gabinete de radiologia, utilizado para trabalhos radiológicos. Estavam à disposição da Escola de Educação Física os professores doutores Luiz Tito de Castro Leão, Hélio Vecchio Mauricio, Raymundo Ferro e Silva e Hermógenes Ferreira de Carvalho.

A matrícula no curso era limitada à capacidade dos recursos gerais da Escola. O candidato deveria apresentar o diploma de professor normalista, devendo, ainda, ter entre 18 e 28 anos, apresentar prova de identidade e sanidade, submeter-se a uma rigorosa inspeção de saúde e, finalmente, prestar exame de admissão. Com relação aos diplomas, a Escola forneceu aos alunos, que terminaram o curso com aproveitamento, o título de Professor Normalista Especializado em Educação Física, conforme constava no Capítulo VII do seu Regulamento (Pará, 1942b).

Em suas disposições gerais, o Regulamento da Escola pontua a utilização de uniformes para uso interno e desportivo. Fora da escola, esses uniformes não podiam ser utilizados, com exceção de seu uso em representações cívicas ou desportivas. Assinala, ainda, que o Diretor Geral da Educação e Cultura poderia autorizar a matrícula na Escola de professores de outros Estados, mediante a solicitação

dos respectivos governos. O curso de Educação Física funcionou apenas em 1942. Apesar de sua suspensão, a Escola chegou a formar uma turma de 25 professoras de Educação Física. As atividades de encerramento do curso e colação de grau podem ser visualizadas na figura abaixo:

Figura 8 – Encerramento do Curso Normal de Educação Física de 1942.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARÁ
Encerramento do curso e colação de grau

ação Física do Pará, comemorando o encerramento do curso e colação de grau das professoras normalistas de educação física de 1942, realizará pela manhã, no seu ginásio e campo de esportes, à trav. D. Romualdo de Seixas, um festival esportivo, constante deste programa:

- Hino Nacional, cantado pelo corpo discente, com acompanhamento da banda de música da Polícia Militar do Estado.
- Ginástica rítmica — Movimentos preparatórios e dança expressiva.
- Atividades atléticas, condicionadas à contribuição feminina.
- Lançamento do dardo; lançamento do disco; salto em altura com impulso.
- Aulas práticas pelas alunas — para o ciclo primário.
- Lição completa para o ciclo secundário — executada pelas alunas.
- Voleibol — Escola de E. Física x Bandeirantes.

À noite se realizará a cerimônia da colação de grau, no salão nobre da Associação Comercial, das novas normalistas Beatriz Fraia Lima, Cimólia Malcher, Dinorah Bezerra, Enaida Araújo, Elza de Jesus Silva, Ilza Raimunda O. de Sousa, Jozefa Blanco Carri, Luci Cordeiro dos Santos, Licia Ponte e Sousa, Lourdes Martins Marta, Mirian Rofé Zaguri, Maria Elena Tavares, Maria Celina Antunes, Maria Luiza Barbalho, Olga Maria Coeli de Moraes, Oneregelina Oneide de Moraes, Olga de Gaia Bastos, Raimunda Fernandes, Risoleta Mendes Granjense, Sílvia Braga Seixas, Tuicema Nogueira de Sousa, Tereza da Silva Leite, Zulneida de Almeida Sousa, Lourdes Martins Marta e Ilza Raimunda de Oliveira Sousa, obedecendo ao seguinte programa:

- Abertura da sessão pelo exmo. sr. interventor federal, coronel Magalhães Barata.
- “Bandeirantes da Educação Física” — Hino, letra de Eugénia Souza Filho.
- Apresentação da Escola, pelo seu diretor, major João de Almeida Freitas.
- Compromisso — Afirmção solene pelas diplomandas.
- Discurso da oradora da turma, senhorinha Maria Elena Tavares.
- Cerimônia do recebimento dos diplomas.
- Discurso da professora paraninfa à turma, senhorinha Eugénia Souza Filho.
- Hino Nacional.

Fonte: Folha do Norte (1943, p. 8).

A seguir, apresentamos alguns excertos do discurso da professora paraninfa da turma, Eugénia Souza Filho:

É a segunda vez que em Belém do Pará se comemora, de maneira dignificante e condizente, a colação de grau de

Professoras Normalistas especializadas em Educação Física: é a segunda vez que noveis preceptoras paraenses, aliam, ao seu mister de cinzeladoras da inteligência, o cargo de didatas da saúde. A primeira vez se deu a quando da diplomação das especializadas, pelo “Departamento de Educação Física”, de 1934, criado pelo então major Barata e dirigido pelo capitão Orlando Moreira Torres. E nenhum fato, senhores, mais significativo que o que hoje se repete; nenhum gesto mais acertado que o dessas normalistas, que não se quiseram contentar com um papel de semi-educadoras, aprendendo a ciência da formação do espírito e desprezando a do aperfeiçoamento moral do corpo como si, enquanto vida houver; corpo não seja alma, e alma não seja corpo. [...] nós, as primeiras diplomadas, moças, hostilizadas e injustiçadas – não por parte dos Poderes constituídos de que sempre só recebemos o maior carinho e o melhor apoio – tivemos de lançar mão de todos os recursos da paciência, da boa vontade, e do entusiasmo sem desfalecimento, para manter sempre vivido o fogo sagrado do Ideal! [...] E assim, meus senhores, eu vos afirmo, que, no Pará, a tarefa dos professores de Educação Física tem, ainda, como limites bem definidos, de um lado, o desconhecimento criminoso de muitos, do outro, a tristíssima e desprezível maledicência... Por isso é que, sem falsas modéstias nem orgulhos descabidos, ao prescrutar a estrada percorrida meu coração palpita de justificado júbilo: pois a campanha ingente em prol do ensino da E. Física em nossa terra, é uma pagina de

bravura, de dedicação e trabalho cívico, sobre a qual, um dia, a História da Civilização no Pará, fará justiça! [...] Ide, enfim, minhas corajosas companheiras executar o nosso 'compromisso' [...] 'Pela devoção infinita ao nosso Deus', lutar pelo Brasil ou pelo Brasil, morrer! (Souza Filho, 1943, p. 3).

No discurso, a professora enfatiza que o Curso Normal de Educação Física de 1942 representa uma segunda investida para formar professores de Educação Física no Pará, sendo a primeira investida o Curso de Educação Física de 1934, do Departamento de Educação Física, dirigido pelo capitão Orlando Moreira Torres, ambas iniciativas com uma única turma de professoras formadas em Educação Física.

Ainda a respeito do discurso, a professora Eugênia Souza Filho tece uma crítica de como a sociedade concebia as professoras de Educação Física nesse período, que eram desconhecidas profissionalmente e caluniadas. Por esses motivos, entre outros, se consideravam hostilizadas e injustiçadas. A professora agradece às diplomadas por não terem desistido, por terem tido paciência, boa vontade e entusiasmo para se manterem até o final do curso. Diz, também, que o Brasil precisava de professores de Educação Física aliando educação e saúde, capazes de revigorar o homem brasileiro mental e fisicamente.

As professoras normalistas aprovadas e formadas pelo Curso Normal de Educação Física foram Beatriz Fraia Lima, Cimélia Malcher, Dinorah Bezerra, Eneida Araujo, Elza de Jesus Silva, Ilza Raimunda O. de Souza, Josefa Blanco Carril, Luci Cordeiro dos Santos, Licia Ponte e Souza, Lourdes Martins Marta, Mirian Rofé Zaguri, Maria Elena Tavares, Maria Celina Antunes, Maria Luiza Barbalho, Olgarina Coeli de Moraes, Onergelina Oneide de Moraes, Olga de Gaia

Bastos, Raimunda Fernandes, Risoleta Mendes Granjense, Silvia Braga Seixas, Tuicema Nogueira de Souza, Tereza da Silva Leite, Zulneida de Almeida Souza, Lourdes Martins Marta e Ilza Raimunda de Oliveira Souza.

Mesmo com as diversas iniciativas tomadas para a criação da Escola de Educação Física do Pará de 1942, sua extinção ocorreu no ano seguinte ao seu surgimento. O interventor Magalhães Barata justificou que a Escola não atendia às ações legais determinadas no art. 34 do Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939, no qual consta que “Nenhum estabelecimento de ensino ou qualquer outra instituição poderá expedir os diplomas de que trata o art. 32 desta lei, nem outros títulos de significação equivalente sem que esteja reconhecido pelo governo federal” (p. 5).

O governador levou em consideração a dificuldade que o governo federal tinha em ampliar a divulgação das normas e ensinamentos da Educação Física nas escolas primárias em vários interiores do Pará, pois se limitava apenas à capital, causando um “exclusivismo odioso e impatriótico”, inviabilizando o objetivo de melhoria e fortalecimento da raça, um dos postulados básicos do Estado Nacional (Pará, 1943).

A Educação Física no Brasil significava um componente importante para a obtenção dos objetivos nacionais. Ela foi entendida como importante na direção de “[...] forjar aquele indivíduo ‘forte’, ‘saudável’, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país” (Castellani Filho, 2006, p. 39) e, aos seus professores, foi dada a incumbência, ao mesmo tempo, de ser o modelo e o formador deste feito. Assim, a Educação Física e os professores tornam-se indissociáveis e se conjugam no esforço em assumir considerável importância no Estado Nacional.

A Escola de Educação Física do Pará de 1942 foi extinta por intermédio do Decreto-Lei nº 4.313, de 4 de maio de 1943, o mesmo que criou o Serviço de Educação Física do Estado, subordinado ao Departamento de Educação e Cultura, o qual compreenderia, conforme seu regulamento, o ensino de Educação Física nos grupos escolares, nos cursos de ensino normal e secundário, serviço médico e a Escola de Educação Física do Estado. Assim como o curso de 1934 e a Escola de Educação Física, o Serviço de Educação Física também foi interrompido. Ambas as situações representaram um retrocesso para a formação de professores de Educação Física no Pará.

O Serviço de Educação Física foi interrompido pelo governador do Estado, o Major Luiz Geolás de Moura Carvalho – utilizando-se de seus direitos por meio da Portaria nº 197, de 19 de agosto de 1947 – recomendou a saída das professoras que atuavam no órgão e designou a lotação em Grupos Escolares da Capital, em conformidade com as exigências do ensino. Orientava, também, os outros funcionários a retornarem para as suas respectivas repartições de origem.

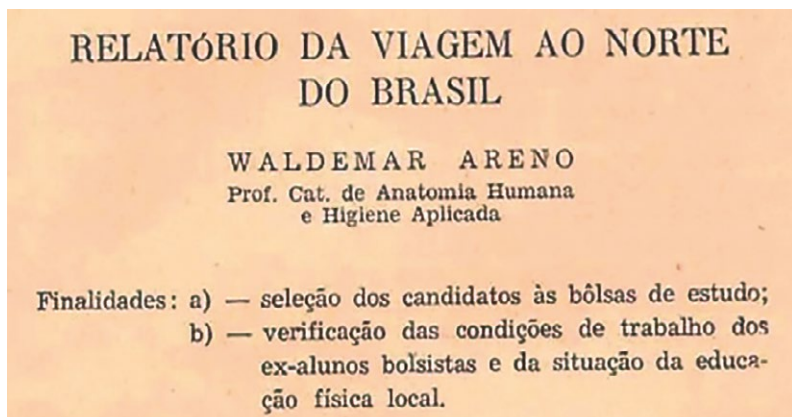
Mediante a efetivação do Curso de Educação Física de 1934 e do Curso Normal de Educação Física de 1942, foram habilitadas 70 professoras para trabalharem no ensino primário, as primeiras habilitadas em Educação Física cuja formação ocorreu em território paraense. A formação obtida por esses cursos, associada às experiências de ensino que essas professoras possuíam, possibilitaram o trabalho no ensino primário, como sugere Matni (1985, p. 7): “É possível que o aproveitamento de candidatos com essa formação deve ter sido levado em consideração não só a formação pedagógica, mas também, pelo trabalho exercido nas escolas primarias”.

Tais cursos representam as primeiras tentativas institucionalizadas de formar professores de Educação Física no Pará. Mesmo com funcionamento interrompido, ambos os cursos contribuíram para o desenvolvimento da Educação Física no ensino primário no Estado.

2.3 OLHARES INQUIETOS DE WALDEMAR ARENO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA PARAENSE NO FINAL DA DÉCADA DE 1940

Um relatório elaborado no final da década de 1940, pelo então diretor da ENEFD, professor Waldemar Areno, em visita ao Pará aponta que, nesse período, a Educação Física paraense não tinha uma estrutura definida e que isso representava uma “atuação lamentável e irregular”.

Figura 9 – Relatório da viagem de Waldemar Areno.



Fonte: Arquivos da ENEFD (1948).

Segundo Pires, Rocha Junior e Marta (2013), o então diretor iniciou uma viagem ao Norte e ao Nordeste do Brasil para compreender como estava sendo organizada a seleção dos candidatos às bolsas de estudo (que até então era realizada pelo próprio estado). Outro ponto abordado foi a verificação das condições de trabalho dos ex-alunos

bolsistas e o cenário da Educação Física local.

Até então, havia uma Divisão de Educação Física subordinada à Diretoria de Educação Física e Cultura, cujo dirigente era um médico especializado. Em todo caso, independentemente de a Educação Física estar numa situação precária, era ministrada nos grupos e escolas conforme a orientação da Divisão e por professores diplomadas no Instituto de Educação do Pará (IEP), antiga Escola Normal¹⁸. Areno (1948) situa que a Divisão de Educação Física, no ano de 1939, determinou a reabertura do Curso de Educação Física do Estado, mas “[...] infelizmente não teve sequência que seria de desejar, depreciando-se assim o ótimo material existente e perdendo-se o élan que movimentava aqueles educadores” (p. 40).

Areno (1948), ainda situa que a realidade da Educação Física no ensino secundário no Pará, encontrava-se da mesma forma que a maioria dos estados brasileiros. No Pará, a fiscalização das escolas e colégios era precária e a Educação Física era inexistente em alguns desses espaços, com raras exceções, e só demonstravam interesse pela mesma quando a Secretaria de Educação local determinava a aplicação da lei.

O autor do relatório afirma que a Educação Física foi interrompida nos grupos escolares e as professoras especializadas foram transferidas para o ensino das letras e as atividades do órgão que administrava a Educação Física no Estado foram suspensas. Tais circunstâncias foram motivadas por “ordem econômica”.

Essa medida, pouco simpática e errada
em face dos modernos roteiros educacio-

¹⁸ Segundo França (2017), em 28 de agosto de 1946 a Escola Normal passou a se chamar Instituto Paraense de Educação. Cinco meses depois, mais precisamente em 24 de janeiro de 1947, recebeu a denominação de Instituto de Educação do Pará (IEP).

nais, não parece ter o proveito econômico que a pudesse justificar, e houve, como é natural um desvio de interesse e uma impressão de desprestígio das professoras que tinham perdido tempo, e algumas consumido bolsas de estudo, num curso de especialização que não estava sendo aproveitado (Areno, 1948, p. 40).

Em sua fiscalização, Waldemar Areno completou que nesse período, no Estado do Pará, era possível visualizar 21 professores especializados pela ENEFD, os quais trabalhavam no estado e no Serviço de Educação Física, interrompido em 1947. Em seu relatório escreveu que o Pará enviou 2 candidatos que não foram aprovados no vestibular da ENEFD e 3 das professoras que chegaram a ser diplomadas não exerceram a profissão, “[...] casos flagrantes de bolsas mal aplicadas, por desinteresse das professoras ou do próprio Estado em aproveitá-las para o serviço a que se propunham” (Areno, 1948, p. 40). Destacamos o trecho do relatório que nos permite conhecer essa realidade:

A observação vem mostrando que os resultados não têm sido satisfatórios no que concerne ao aproveitamento desses bolsistas e o consequente cultivo e difusão da Educação Física nos Estados. Até então, o recrutamento dos candidatos às bolsas era feito sem qualquer seleção, por simples vontade do indivíduo e com a aquiescência da autoridade local do ensino. Não se consideravam as exigências mínimas que um curso desta natureza requer e não se observavam na maioria dos casos as aptidões de cada qual para a especialidade a que se pretendiam (Areno, 1948, p. 27).

Em sua visita a Belém-PA, Waldemar Areno conversou com a Diretora de Educação e Cultura, professora Maria Luiza Costa Rego, aluna do curso de 1942, realizado em Belém, como também visitou o governador Major Moura Carvalho, antigo “cultor” da Educação Física, e sugeriu reorganizar o Serviço de Educação Física interrompido, com “[...] um novo feitio, diferente do até então seguido, que fazia da Educação Física quase exclusivamente uma atividade funambulesca” (Areno, 1948, p. 40).

Com base nesse ponto de vista, o mencionado autor questiona se era possível reorganizar o Serviço de Educação Física em 1949, pois a apatia pela Educação Física predominava no ambiente administrativo e estava impregnada entre os profissionais, que se sentiam inseguros e desiludidos da profissão que elegeram. Mesmo sob esse ambiente, ao que parece adverso à Educação Física no Estado, que registram exemplos de insatisfação com as políticas para a área, o autor traz a possibilidade de reorganização do Serviço de Educação Física nos anos seguintes, bem como a realização anual do curso de formação de professoras especializadas para futura ação dentro do setor primário, no interior do Estado e, provavelmente, na capital.

No relatório ainda constam as visitas feitas aos estabelecimentos de ensino de Belém-PA, apontando aspectos negativos e positivos da prática da Educação Física:

Visita ao Instituto de Educação do Pará (IEP) – Instalações para educação física precárias; uma área pequena, pistas e caixas de saltos, piso de terra, terreno irregular; há algum material armazenado e sem uso.

Visita ao ginásio Paes de Carvalho – educação física por aqui igual a zero; há uma área retangular que informaram servir para basquetebol, porém, as

tabelas estão no depósito e os postes de sustentação quase caindo. Terreno mal cuidado e o gabinete biométrico se resume numa sala mal iluminada com uma mesa e nada mais.

Colégio Santo Antônio – impressão melhor; área regular para educação física, que é dirigida por uma professora especializada.

Escola Técnica Industrial – pequena área para educação física, campo de basquetebol regular e gabinete biométrico satisfatório; há um professor, porém não há médico especializado. (Areno, 1948, p. 41).

As visitas aos grupos escolares ocorreram na companhia da Secretária de Educação e Cultura, professora Maria Luiza Costa Rêgo:

Visitamos os grupos escolares na companhia da Secretária de Educação e Cultura. O grupo escolar Dr. Freitas é o melhor de todos, com instalações admiráveis, como realmente deve ser construído um grupo escolar. Piscina 25 metros x 10m, fundo em rampa suave, servindo assim para a natação recreativa dos menores; campo de voleibol e basquetebol, boa área livre, material fixo ótimo, ‘play ground’ bem planejado, 4 grupos de chuveiros e vestiário. Há ainda um bom terraço e um galpão para atividades ginásticas nos dias chuvosos. É de lastimar que tudo isso não esteja sendo utilizado.

Visitamos ainda os grupos Vilhena Alves, Barão do Rio Branco e Camilo

Salgado, todos com áreas livres para educação física, porém sem material e no momento abandonados, porque a educação física no Pará ainda aguarda melhores dias (Areno, 1948, p. 41-42).

Ao analisar as visitas aos grupos e escolas e constatar uma Educação Física com muitas dificuldades no âmbito estadual, Waldemar Areno convocou uma reunião na sede do Pará Clube, convidando professores e médicos especializados de Belém com a intenção de apresentar a avaliação sobre o quadro apresentado e almejado na visita, após “[...] sentir e compreender melhor a verdadeira situação da Educação Física no Estado” (Areno, 1948, p. 42).

Em retrospectiva ao relatório, foi possível percebermos que existia em Belém, nesse período, um Curso de Educação Física particular, dirigido por três professores diplomados pela ENEFD, com aulas de ginástica, natação, voleibol e ginástica rítmica. Esse curso era dirigido ao público feminino e seu funcionamento era em instalações cedidas. Outro ponto que foi ressaltado foi o valor e o significado dessa iniciativa do curso particular, cujo ideal e o prazer era servir à Educação Física paraense. Após a palestra realizada no Pará Clube, Waldemar Areno diz que não seria enviadas bolsas de estudo da ENEFD para candidatos do Pará.

Nas conclusões do relatório, é recomendado ao Pará e a outros estados visitados, a necessidade de permanecer, pelos Serviços de Educação Física, os cursos locais para a formação de monitores ou professores destinados a exercer a atividade nas cidades e municípios no interior. Os cursos deveriam ser dirigidos por professores e médicos especializados pela ENEFD e, assim, preparar um maior número de professores que pudessem atuar com conhecimentos suficientes para ministrar e difundir a Educação Física.

Em suma, o relatório do professor Waldemar Areno desvela o cenário precário em que se encontrava a Educação Física estadual, o que movimentou uma necessidade de repensá-la. Era necessário formar professores com conhecimentos da área que pudessem atuar nas escolas. Embora o relatório apresente observações que as escolas eram precárias quanto a espaços e materiais, há uma ênfase na necessidade de continuar formando professores no Pará naquele período. Em vista disso, na década seguinte, o Serviço de Educação Física foi reorganizado e diferentes iniciativas foram estruturadas para formar professores de Educação Física no Estado do Pará.

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARÁ NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Este capítulo teve como objetivo mapear os cursos de formação docente em Educação Física no Pará entre as décadas de 1950 e 1960. As fontes que utilizamos para construir o texto foram documentais, tais como decretos, leis e artigos de jornais e fontes orais (entrevistas). A partir disso, realizamos a interpretação dos dados dialogando com autores que discutem formação de professores e história oral. Os dados coletados nos levaram a destacar momentos históricos que fizeram emergir ações formativas na área da Educação Física no Pará, durante as décadas de 1950 e 1960. Nesse período, “Uma série de concepções e práticas passaram a circular e a se estabelecer como a mais atual Educação Física, estendendo para diferentes estados e cidades com o propósito de consolidar um projeto de renovação da área” (Cunha, 2017, p. 81).

Acerca dos anos de 1950, destacamos momentos de formação constituídos a partir da reorganização do Serviço de Educação Física do Estado, do processo de criação, organização e execução dos JOPAGICOS, dos primeiros Cursos Preparatórios a Exames de Suficiência em Educação Física promovidos pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e pela Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da iniciativa do Instituto de Educação do Pará (IEP), antiga Escola Normal, de formar professores auxiliares de Educação Física. Encontramos, também, vestígios de formação de professores paraenses em outras capitais do país.

Na década de 1960, alguns fatos históricos, como o movimento político-militar de 1964 e a reforma universitária de 1967-1968 (Ferreira, 2013), criaram um novo quadro cujos reflexos também se fizeram sentir na formação de professores no Brasil. Além disso, é importante destacarmos que nessa década foi promulgada a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, em seu artigo 22, manteve obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização. Esse fato suscitou maior preocupação com a formação de professores de Educação Física no Brasil, inclusive no Pará, em destaque nesta pesquisa.

Na referida década, evidenciamos que a formação de professores no Pará continuou a ser estimulada pelos cursos preparatórios a exames de suficiência promovidos pela CADES, pela DEF/MEC, pelo Serviço de Educação Física, pela Inspeção Seccional de Educação Física de Belém-PA, pela Associação dos Professores de Educação Física do Pará (APREFEP) e pelo Departamento de Educação Física, Recreação e Esportes (DEFRE¹⁹). Além disso, destacamos mais uma tentativa de implantação de uma Escola de Educação Física no Pará, em 1963, com a concessão de bolsas de estudos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), da Universidade do Brasil.

¹⁹ Em 12 de junho de 1964, o governador interino, presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dionísio Bentes de Carvalho assinou o Decreto nº 4.419, promovendo o Serviço de Educação e Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, à categoria de departamento, com denominação de Departamento de Educação Física, Recreação e Esportes (DEFRE). O DEFRE possuía como atribuições, entre outras: organizar a prática de Educação Física, recreação e esportes nos estabelecimentos de ensino primário, médio, oficiais e particulares (Imprensa Oficial do Estado, 2012).

3.1 A REORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARÁ

Mesmo com os entraves ocorridos na década de 1940, a necessidade de formação de professores de Educação Física continuava representada pelas autoridades locais. A década de 1950 assinalou transformações na área e trouxe novas perspectivas para a formação de professores. Com o Decreto nº 683, de 21 de março de 1951, o governador general Zacarias de Assunção reativou e reorganizou o Serviço de Educação Física do Estado, que passou a funcionar em um local anexo ao Departamento de Educação e Cultura, como mostra a figura abaixo.

Figura 10 – Reorganização do Serviço de Educação Física do Pará.

**Vai Ser Reorganizado
O Serviço De Educação Física**

Em virtude do decreto de n. 683, baixado pelo governador, vai ser reorganizado o Serviço de Educação Física do Estado, anexo ao Departamento de Educação e Cultura.

Com esse decreto, baixou o respectivo Regulamento, que é o seguinte:

CAPÍTULO I

Conselho Técnico, os torneios e demonstrações, previstas nas alíneas f e g do art. 2.º.

Art. 10. — As professoras de Educação Física compete:

- a) ministrar as aulas de Educação Física de acordo com os planos aprovados;
- b) auxiliar o serviço biométrico;

Fonte: Folha do Norte (1951, p. 7).

Ao Serviço de Educação Física cabia o fichamento biométrico²⁰ dos alunos de todo o Estado do Pará. Seu

²⁰ Segundo Peregrino Junior (1947), para que a Educação Física pudesse ser praticada com caráter científico era necessário recorrer aos dados biométricos, sendo o fichamento morfológico/biométrico a base das atividades atlético-esportivas de orientação científica. O mencionado autor indica que os objetivos do trabalho biométrico em Educação Física eram em sínteses os seguintes: a) a fixação dos aspectos morfológicos ou fisiológicos dos indivíduos destinados à prática de Educação Física; b) a distribuição homogênea dos grupos individuais, de acordo com suas ap-

corpo de inspetores ministrava, fiscalizava e orientava a Educação Física nos estabelecimentos de ensino e tinha a responsabilidade pela promoção de torneios atlético-desportivos e pelas realizações de demonstrações de cultura física²¹ nas comemorações cívicas.

No tocante à formação de professores, cabia ao Serviço de Educação Física realizar palestras, conferências, conceder certificados e oferecer espaço para a leitura de publicações recebidas com finalidades educativas. As iniciativas efetuadas pareciam estar comprometidas para que essa reorganização e legitimação da Educação Física se concretizasse, como salienta o professor Nagib Coelho Matni²², no prefácio do livro de Santos (1985, p. 7):

Com a reestruturação do Serviço de Educação Física do Estado, mais tarde Departamento, novas esperanças para o desenvolvimento da educação física

tidões e tendências; c) o exame prévio daqueles que se destinam à prática da Educação Física, excluindo os incapazes e desaconselhando aos menos aptos a prática dos esforços inadequados às suas possibilidades morfofisiológicas; d) a verificação periódica do comportamento morfológico e funcional dos indivíduos sob nosso controle, em face dos exercícios físicos, até então praticados, para uma exata impressão dos seus resultados e da sua eficiência; e) a constatação em tempo oportuno dos sinais de fadiga ou de inadaptação, para poupar e defender a saúde dos que praticam a Educação Física, orientando-os e vigiando-os cientificamente; f) por fim, o balanço terminal, concluído o período de exercícios, para demonstrar o grau de rendimento do treinamento físico praticado durante determinado espaço de tempo.

²¹ De acordo com Targa (1962), Georges Hébert dizia que cultura Física ou Ginástica Culturista era uma expressão que “[...] deveria significar cultura das aptidões físicas, por analogia às expressões cultura intelectual ou cultura das qualidades de espírito, cultura moral ou cultura dos sentimentos nobres” (p. 159). Contudo, o autor nos diz que não é esse o sentido dessa expressão (na década de 1960). Por cultura física se entende certos exercícios praticados com ou sem aparelhos, cujo objetivo principal é promover o aumento do volume e do tônus muscular.

²² O professor Nagib Coelho Matni será mais historiado posteriormente.

voltaram a existir na mente daqueles que, de algum modo, estiveram envolvidos nessa área de trabalho educacional. A partir desse momento, para aqueles que, de algum modo, foram envolvidos pela prática da educação física, sentiram que o terreno passou a ser fértil, sobretudo pela conscientização, tanto das autoridades constituídas como também da comunidade em geral.

O professor Nagib Coelho Matni foi um dos diretores do Serviço de Educação Física, durante a década de 1950, a convite do governador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Durante sua gestão, aproveitou os alunos que possuíam curso de formação do magistério, e que já praticavam Educação Física, para serem auxiliares de ginástica nos colégios.

A biblioteca do Serviço de Educação Física, espaço para a leitura de publicações, oferecia obras que ficavam à disposição dos professores interessados. A figura 11 evidencia algumas das obras que eram disponibilizadas pela biblioteca do Serviço de Educação Física. Essas obras possibilitavam conhecimentos e informações do que se estava discutindo sobre Educação Física em âmbito nacional. As obras apresentadas a seguir foram recebidas da DEF/MEC em 1959.

Figura 11 – Publicações encaminhadas à biblioteca do Serviço de Educação Física, em 1959.

— x x —

O Serviço de Educação Física da SEC recebeu as seguintes publicações: Boletim de Educação Física, Manual Técnico de Massagista do Exército, Acidentes Gimno-Desportivos, Danças PanamERICANAS, Calistenia, Curso de Danças Folclóricas Internacionais, Instalações e Material, Treinamento Físico Militar, Atividades de Educação Física e Recreação Para Pré-Escolares, Danças Folclóricas de Todos Para Todos, Danças Regionais e Brinquedos Cantados, ns. 2 e 4; Boletim Interno da Divisão de Educação Física do MEC (junho).

O diretor do Serviço, por nosso intermédio, avisa que a biblioteca desse órgão está à disposição dos interessados.

— x x —

Fonte: Folha do Norte (1959, p. 5).

Ao longo da década de 1950, o Serviço de Educação Física do Pará foi fundamental na promoção de diferentes espaços de formação para professores de Educação Física. A partir da sua reorganização, o Serviço de Educação Física deixou vestígios que permitiram identificar aproximações e distanciamentos da Educação Física com a sociedade em seus diferentes momentos históricos. É possível afirmar que houve o reconhecimento da área pela população, pois o ensino da Educação Física passou a ter um sentido e apresentar algo significativo que permaneceu na socie-

dade paraense como bem destaca Matni (1985, p. 7), que foi “[...] a sensibilidade para a prática das atividades físicas, provavelmente pela existência de recursos humanos habilitados para o desempenho de tão nobre missão”.

Nesse sentido, pudemos perceber que alguns professores foram capazes de dar sentido ao seu ofício, ao incutir nas pessoas o interesse pela atividade física, o que corrobora com o que nos diz Tardif (2000), quando afirma que ensinar não é somente pensar o seu ofício, é vivê-lo e dar-lhe sentido.

3.2 A FORMAÇÃO PARA ATUAR NOS JOPAGICOS

Com a reorganização do Serviço de Educação Física, chamamos atenção para um importante evento no desenvolvimento da Educação Física paraense que possibilitou muitos debates acerca da formação de professores na área: os JOPAGICOS – hoje denominados Jogos Estudantis Paraenses (JEP’s) – evento no qual o esporte apareceu com centralidade, já que no Brasil, nesse período, o esporte exercia grande influência na Educação Física, sendo desenvolvido, segundo Betti (1991, p. 97), por meio do Método Desportivo Generalizado²³ que procurava “[...] incorporar o conteúdo esportivo aos métodos da Educação Física”.

Os JOPAGICOS foram eventos esportivos estudantis marcantes na vida de milhares de adolescentes que participavam das várias edições anuais dos jogos, em meados de 1950 e ao longo da década de 1960. Foram organizados pela

²³ Oliveira (2010) assegura que a educação física desportiva generalizada foi introduzida no Brasil por Auguste Listello, cujos princípios foram fundamentados por um “método” desportivo que os franceses criaram anos antes. O mencionado autor pontua que as aulas baseadas nesse método eram divididas da seguinte forma: aquecimento; exercícios de flexibilidade e desenvolvimento muscular; exercícios de agilidade e energia; e aplicações desportivas.

primeira vez em setembro de 1955, pelo Centro Propagador das Ciências, da Fundação Educacional Visconde de Souza Franco (Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária do Pará) e oficializados pelo Decreto nº 4.444, de 24 de agosto de 1964 (Silva, 2016), idealizados e desenvolvidos pelo professor Antonio Gomes Moreira Junior (FAUITEC, 2011).

Santos (1985) chama atenção para a relevância desses jogos, cujo intuito era integrar diferentes instituições de ensino, apontando que a partir deles houve a constatação de ausência de instalações desportivas no Estado e que os professores não estavam devidamente habilitados para atender às necessidades das equipes estudantis. O mesmo autor aponta para a colaboração de professores leigos²⁴ e/ou desportistas²⁵ com as equipes estudantis a cada ano que passava, com maior veemência.

Faria Júnior (1972) nos adverte, por sua vez, a não nos esquecermos de que até a criação das faculdades de filosofia e das escolas superiores de Educação Física, o ensino secundário no Brasil era ministrado por autodidatas tidos como competentes. A inclinação e as qualidades particulares para o magistério, associadas ao empenho próprio e ao estudo da especialidade, preenchiam as lacunas provenientes da ausência de formação sistematizada para o professorado.

A ideia de aperfeiçoamento do professorado se fazia necessária. As autoridades locais que estavam à frente da Educação e da Educação Física, especialmente do Serviço de Educação Física e das entidades desportivas, reconheciam a necessidade de formação dos professores que estavam responsáveis pelo treinamento das equipes estudantis, com o objetivo de participar dos JOPAGICOS e de competições em âmbito nacional, como os Jogos Estudantis Brasileiros

²⁴ Professores sem formação obtida por instituição de ensino superior.

²⁵ Atletas e ex-atletas.

(JEBS), criado em 1969 pela DEF/MEC, visto que, a cada ano que passava, essas competições ganhavam destaques no calendário esportivo estudantil (Santos, 1985).

Nesse período, também eram realizadas, na abertura dos JOPAGICOS, demonstrações de ginástica, que eram exibidas por grandes grupos de estudantes em campos de futebol. As demonstrações aconteciam e eram sugeridas por meio de formações específicas que começavam no segundo trimestre do ano e eram direcionadas aos professores para aprenderem os exercícios que iriam constituir as demonstrações. No mês de agosto, os exercícios deveriam ser repassados por intermédio de “alunos guias” a todos os alunos que iriam participar da abertura. Dependendo da temática da abertura, as apresentações adotavam o Método Francês, a calistenia, os brinquedos cantados ou a Ginástica Feminina Moderna, fatos estes que podem ser observados no depoimento da professora Joventina Cardoso:

Quando chegava no tempo da demonstração a gente ia à noite para aquele pavilhão do DEFRE [...] passava-se meses ensaiando, quando chegava no início de agosto reunia duas, três crianças de cada escola, e lá começávamos a ensinar aquelas crianças que iam servir de guia nas suas escolas. O trabalho era assim, levava uma ou duas crianças, que as professoras observavam que tinha mais ritmo, mais jeito pra ginástica [...] porque em agosto as professoras levavam as outras crianças pra treinar [...] e na segunda quinzena começava a ir pro campo, juntava todas as escolas e era aquela trabalhadeira porque era muita criança [...] isso que estou te falando é de 1954 pra cá [...] as demonstrações

de campo no início eram com crianças e depois com os grandes, ou seja, primeiro com os grupos escolares e depois com o Magalhães Barata, Lauro Sodré, Augusto Meira, IEP, por isso a sigla JOPAGICOS. As demonstrações com brinquedos cantados, com os movimentos do método francês, com o método calistênico. Era muito bonito! (Joventina Cardoso, 2004)²⁶.

Nesses termos, reforçamos as palavras da professora Joventina Cardoso, pois também vivenciamos esses momentos das Demonstrações de Campo nos JOPAGICOS, como estudantes e depois como professores. Asseguramos que uma parte de nossa vida e, conseqüentemente, da formação e memória, foram constituídas por esses momentos. É impossível não relembrar tudo isso.

Para surgirem certas recordações não basta somente que outros nos exponham seus testemunhos; é importante que nossas memórias não deixem de concordar com as deles, ou seja, é preciso haver uma identificação. Se tivermos nos distanciando do grupo aos quais esses outros pertencem, seria inviável reconstruir qualquer acontecimento. Desse modo, apenas assim “[...] podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (Halbwachs, 2003, p. 39).

Mediante as constatações desveladas pelos JOPAGICOS, começaram a ser organizados no Estado os cursos de aperfeiçoamento técnico e pedagógico em Educação Física (Santos, 1985), que se mostraram importantes recursos

²⁶ Excerto do depoimento de Joventina Cardoso feito durante uma entrevista realizada por Carmen Lilia da Cunha Faro, no ano de 2004.

para divulgação de novos conceitos e métodos para os professores que atuavam nestes jogos, seja com os esportes (atletismo, natação, basquetebol, arco e flecha, entre outros) ou nas demonstrações com brinquedos cantados, ginástica e dança.

Os docentes que participaram desses cursos tiveram a oportunidade de acumular conhecimentos teóricos e práticos que os levaram a aprender e ensinar as técnicas, as táticas e as regras dos esportes. Esses cursos se desenvolveram a partir de uma diversidade temática, foram ministrados por professores locais, de outros estados e de outros países e tinham a proposta de “[...] difusão e transmissão de ideias, conceitos, práticas e valores educacionais ainda pouco explorados na história da Educação Física brasileira da segunda metade do século XX” (Lima; Linhares, 2014, p. 1501).

É necessário ressaltarmos que, nesse período, professores à frente de departamentos, inspetorias, associações de professores, entre outros órgãos governamentais, no desejo de fazer cumprir com o seu dever, de fazer progredir e aperfeiçoar a Educação Física brasileira, utilizaram, para difundir suas ideias, vários espaços como congressos, cursos, seminários, periódicos, entre outros, “[...] como estratégia de legitimação de novos modos de pensar e fazer Educação Física” (Cunha, 2017, p. 14). Salientamos que muitos dos professores à frente desses espaços também concordavam com a divulgação desses ideais propagados.

Nesse cenário, os métodos de ginástica, paulatinamente, foram sendo substituídos pelo esporte enquanto conhecimento desenvolvido na escola. Nessa nova proposta, o jogo esportivo era o preferido. Segundo Betti (1991, p.

98) “[...] qualquer trabalho realizado fora do jogo deveria servir apenas para ensinar o indivíduo a jogar, a conhecer, compreender e amar o jogo”.

Nesses espaços de formação docente, os educadores, com pontos de vista diferentes, encontravam-se preocupados em melhorar a imagem do Brasil, que estava se estruturando após a segunda guerra. Por esse ângulo, Cunha (2017) sugere que as realizações de expansão, aperfeiçoamento e modernização, para obtenção do progresso necessário à nação brasileira, ajudaram como referência para a compreensão das questões próprias à Educação e à Educação Física na década de 1950, principalmente.

Cunha (2017) ainda pressupõe que a intenção de expandir, aperfeiçoar e modernizar a educação e o sistema escolar perpassava pela reestruturação e qualificação da formação e da atuação docente. É importante ressaltarmos que a execução dos cursos de atualização e aperfeiçoamento possibilitaram a formação de professores, o que favoreceu a organização e sistematização de conceitos e métodos no interior das escolas.

Em suma, para atender ao descompasso quanto à formação de professores de Educação Física no Pará – já que muitos não estavam devidamente habilitados para fazer frente às necessidades das equipes estudantis – e, assim, elevar o nível dos JOPAGICOS, foram instituídos, em 1956, o Curso Intensivo de Educação Física e, em 1958, o Curso de Atualização em Educação Física. Foram Cursos Preparatórios a Exames de Suficiência em Educação Física fomentados pela CADES e pela DEF/MEC, que possibilitaram, também, habilitar professores para o ensino secundário (Santos, 1985).

3.3 OS CURSOS PREPARATÓRIOS A EXAMES DE SUFICIÊNCIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ORGANIZADOS EM BELÉM NOS ANOS DE 1956 E 1958

Na década de 1940, alguns professores que atuavam nas escolas secundárias brasileiras, quando habilitados, eram formados em faculdades de filosofia, em escolas politécnicas ou militares ou, ainda, provenientes de outros cursos (Baraldi, 2016). Além disso, de acordo com a mesma autora, tais professores em exercício, apesar de serem poucos, passaram a ser convocados, na época, por diversas instituições. Perante essa carência de docentes, em 1946, de modo emergencial, os professores começaram a ser recrutados mediante o Exame de Suficiência (Brasil, 1946). “Quando aprovado no Exame, o candidato obtinha o direito de lecionar nas regiões onde não houvesse disponibilidade de professores habilitados por faculdade de filosofia” (Baraldi, 2016, p. 35).

Para diminuir a defasagem quanto à formação acadêmica dos professores, a CADES foi criada, em 1953, pelo governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), a partir do Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953, para fazer frente ao descompasso quanto à formação acadêmica dos professores. Tinha como objetivo difundir e elevar o nível do ensino secundário e possibilitar um maior número de jovens brasileiros com acesso à escola secundária. Desse modo, foi uma importante campanha para formar professores, incluindo professores de Educação Física.

A fim de que os seus objetivos fossem alcançados, a CADES viabilizou a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e agentes administrativos de estabelecimentos de ensino secundários; concedeu bolsas de estudo aos professores;

promoveu seminários; garantiu a participação de docentes em cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento, promovidos por entidades nacionais e estrangeiras; e incentivou a criação, nas escolas, do Serviço de Orientação Educacional e a discussão de propostas de aprendizagem docente e desenvolvimento profissional. Assim:

[...] a CADES mostrou-se como um importante veículo dos ideais da época no que diz respeito à formação de professores e uma maneira dos docentes se aperfeiçoarem, discutirem e formalizarem sua prática, num momento em que nosso país era raro um *lócus* para tal exercício (Baraldi; Gaertner, 2013, p. 2).

Na mesma época de criação da CADES, espalhadas por todo o país, existiam as Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário que eram subordinadas às Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pela administração do ensino nos municípios (Baraldi, 2016). Segundo a mencionada autora, a partir de 1956, a CADES passou a fomentar, nas inspetorias seccionais, cursos intensivos de preparação aos Exames de Suficiência que, de acordo com a Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1955, concediam aos aprovados o registro de professor do ensino secundário e uma garantia de ensinar no local em que não houvesse disponibilidade de licenciados em faculdade de filosofia. A intenção era atender às necessidades imediatas do aumento da demanda de docentes para atuar nas escolas, que estavam em plena ascensão.

Moreira (2007, p. 246) descreve nas palavras abaixo a dimensão que os cursos da CADES tiveram:

Ainda nessa mesma época, havia uma outra solução para o recrutamento de

docentes para o ensino secundário. Eram os cursos da CADES, ou Exames de Suficiência, como eram também conhecidos. Funcionavam assim: nos períodos de férias escolares, a Inspectoria Seccional do Ensino Secundário, organismo subordinado ao Ministério da Educação, importava professores especialistas de centros mais adiantados e promovia cursos intensivos de trinta dias, com disciplinas específicas e de carácter pedagógico. Findo esse período, os candidatos ao exercício do magistério, eram ‘aconselhados’ a se submeter ou não aos exames promovidos pela CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário). Se aprovados, recebiam um certificado que os autorizava ao trabalho docente. Caso não fossem aprovados, só poderiam fazer nova tentativa após decorrido determinado prazo.

As instituições de ensino superior existentes na capital Belém, no início da segunda metade do século XX, eram poucas e se localizavam em estabelecimentos separados. Desses estabelecimentos, cinco eram denominadas faculdades (Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia e Ciências Econômicas) e outras denominadas Escolas (Engenharia do Pará, Serviço Social, Enfermagem e Agronomia da Amazônia). Eram estabelecimentos isolados que tinham uma organização de subordinação, de alguma maneira, ao órgão Federal de Educação.

Moreira (2007) destaca que, nessa época, eram inexistentes instituições para a formação de professores para o ensino secundário. Nesse contexto, a saída encontrada no

Pará para ministrar as disciplinas de História, Geografia, Português e Latim, eram os advogados; Matemática, Física e Desenho, os engenheiros; Ciências Físicas e Naturais, Química e Biologia, os médicos; e Educação Física, os professores com formação nos Cursos Preparatórios a Exames de Suficiência, promovidos pela CADES que, conforme Santos (1985), habilitava os professores de Educação Física para o ensino secundário.

Para lecionar no ensino superior, eram convocados os professores com diploma desse nível e que tivessem cursado a disciplina que cogitavam ensinar. Não havia preocupação com a formação de caráter pedagógico. “É bom e justo ressaltar que muitos desses professores improvisados, autodidatas, foram excelentes e inesquecíveis mestres” (Moreira, 2007, p. 246).

A CADES, no decorrer de 1953 a 1971, autorizou que muitos professores tivessem acesso à formação profissional para trabalharem no ensino secundário em várias cidades do Brasil, principalmente nas cidades do interior. Essa situação é reconstruída nas memórias da professora Joentina Cardoso, quando revela que havia alguns cursos de Educação Física, em Belém-PA, que formavam e proporcionavam conhecimentos para os professores trabalharem nas escolas da capital e do interior, em virtude de não ter, nesta época, curso de Educação Física de nível superior. Ela rememora que esses cursos, inicialmente, eram ministrados pelos professores Olga Pinheiro da Silva Almeida, Nagib Coelho Matni e Francisco Evangelista Sarmanho.

Esses cursos davam conhecimentos para os professores, em virtude de não ter ainda a Escola de Educação Física [...] a professora Olga, o professor Nagib e o professor Francisco Evangelista Sar-

manho, eles promoviam os cursos e iam para os interiores ministrar (Joventina Cardoso, 2004).

Esta experiência da professora Joventina Cardoso, com a memória, aponta para o que afirma Bosi (1994), quando escreve que lembrar não se trata de reviver, mas de reconstruir, ressignificar com as experimentações de hoje, as experimentações do passado, valendo-se dos elementos disponíveis no presente. A professora Joventina Cardoso, nesse sentido, apropria-se de uma reminiscência, dos momentos em que viveu, nesse período, em relação à Educação Física e transforma esta lembrança em fala presente.

Com base em Moreira (2007), Baraldi (2016), e Baraldi e Gaertner (2013), encontramos evidências de que os cursos eram ministrados nas férias escolares para que os professores pudessem participar. Tinham duração de, aproximadamente, um mês e eram elaborados a partir das disciplinas Didática Geral, Didática Específica e Conteúdo Específico. Ao fim dos cursos ofertados pela CADES, era fundamental a aprovação no Exame de Suficiência para ter o direito de lecionar no ensino secundário.

Uma reportagem publicada pelo jornal Folha do Norte, no dia 28 de junho de 1956, intitulada “Preparando professores de Educação Física” (figura 12), faz referência ao Curso Intensivo promovido pela CADES e pela DEF/MEC.

Figura 12 – Curso Intensivo promovido pela CADES e pela DEF/MEC em 1956.



Fonte: Folha do Norte (1956, p. 6).

A Divisão de Educação Física (DEF) era um órgão do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), sendo uma de suas finalidades o incentivo à formação e promoção do aperfeiçoamento de profissionais em Educação Física e Desportos (Brasil, 1956). Assim como a CADES, a DEF/MEC ministrava cursos intensivos de preparação de candidatos a Exames de Suficiência, em localidades onde não havia professores legalmente licenciados para o ensino da Educação Física.

Segundo a reportagem, o regime do curso era de tempo integral, com seis (6) horas de aulas diárias no mínimo. Era obrigatória a frequência em pelo menos 90 por cento (90%) das aulas teóricas e práticas. Os alunos realizavam as aulas práticas com o uniforme apropriado, determinado pela DEF/MEC.

O aproveitamento dos alunos era avaliado por meio de provas e exercícios. Aos que satisfaziam a exigência de frequência e obtinham a nota mínima cinco (5) em cada uma das provas, eram conferidos certificados de aproveitamento. Aos que não apresentavam o certificado de grau

médio²⁷ e do primeiro ciclo do curso normal, só eram conferidos os certificados de aproveitamento caso satisfizessem as exigências anteriores e aprovação nos exames de cultura geral (Folha do Norte, 1956).

O curso foi realizado na Faculdade de Filosofia do Pará, com o objetivo de preparar professores, até então leigos, para o exercício da docência nos estabelecimentos de ensino secundário. A duração foi de 30 dias, com início no dia 2 de julho, e foi ministrado por meio de aulas teóricas e práticas, abordando aspectos pedagógicos e os conhecimentos específicos (ginástica, pequenos e grandes jogos, desportos, assuntos de natureza médica, assunto de natureza pedagógica).

Ao final de qualquer curso promovido pela CADES, era necessário, também, aprovação no Exame de Suficiência. Os alunos que concluíssem e fossem aprovados no referido exame, recebiam o registro de autorização da CADES para lecionar ou a possibilidade de solicitar prorrogação de sua licença. O professor Augusto Rodrigues Corrêa foi um dos participantes do Curso Intensivo oferecido pela CADES e pela DEF/MEC, e descreve nas seguintes palavras o que experienciou:

Nós não tínhamos Escola de Educação Física aqui, então teve um Curso Intensivo. Foi o primeiro, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém, no ginásio do Souza Franco, em 1956. Fizemos eu, o Raimundo Novaes Barata e a Raimunda Estela Bezerra. Eles fizeram esse curso, esperando professor que tivesse preparo físico. Fizemos se-

²⁷ O primeiro ciclo do grau médio era constituído pelos seguintes cursos: ginasial, comercial básico, industrial básico, mestria agrícola e regente de ensino normal.

leção, prova. Eu disse ‘eu vou fazer’. Fui aprovado com o registro de autorização para lecionar Educação Física no Grupo Escolar Floriano Peixoto, que era da Escola Normal, perto de casa. A Estela e o Barata também foram aprovados (Augusto Rodrigues Corrêa, 2004)²⁸.

O Curso Intensivo certificava, aos aprovados, o registro de professor do ensino secundário e a possibilidade de atuar em colégios em que não houvesse licenciados de Educação Física. Contudo, no relato do professor Augusto Rodrigues Corrêa, esse curso foi apresentado com uma formatação diferente, pois ele fez o Curso Intensivo, fez uma prova, e com esse exame recebeu licença para lecionar em um grupo escolar (ensino primário), embora o foco do curso tenha sido a preparação de professores para o ensino secundário.

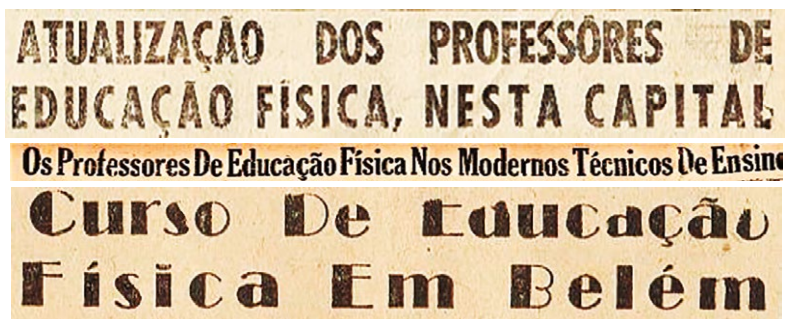
Diante do relato, sublinhamos que o curso da CADES foi se adequando conforme as necessidades do Estado. Como já destacado pelo professor Augusto Rodrigues Corrêa, o curso permitiu que ele tivesse acesso a uma formação para atuar no ensino primário, devido à carência de professores. Essas reflexões são fragmentos do que a leitura do contexto nos sugeriu como demanda do nosso pensamento.

Além desse Curso Intensivo promovido pela CADES e pela DEF/MEC, outros foram realizados na década de 1950, também com a finalidade de formar professores de Educação Física. Reportagens de jornais, de Belém do Pará, do ano de 1958 (figura 13) anunciaram um curso, instituído pela Portaria nº 37, de 31 de março de 1958, que foi realizado no período de 9 a 19 de abril, em Belém do Pará, nas instalações

²⁸ Excerto do depoimento de Augusto Rodrigues Corrêa feito durante uma entrevista realizada por Carmen Lília da Cunha Faro, em 2004.

do Centro Propagador das Ciências, mantenedor do Ginásio Visconde de Souza Franco. O curso foi anunciado como um importante espaço de atualização dos professores de Educação Física nas modernas técnicas de ensino e como uma oportunidade de troca de experiências entre professores do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. O Método Natural Austríaco²⁹ e a Ginástica Feminina Moderna³⁰ foram os principais destaques desse curso (Folha do Norte, 1958; O Estado do Pará, 1958; O Liberal, 1958).

Figura 13 – Títulos das reportagens sobre o curso promovido pela DEF/ MEC em 1958.



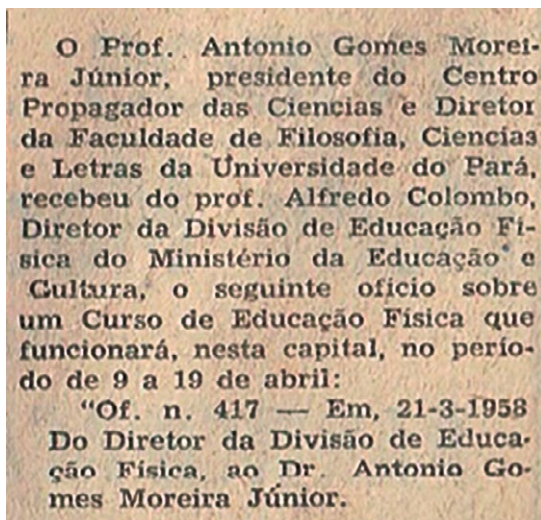
Fontes: Folha do Norte (1958, p. 12); O Estado do Pará (1958, p. 1); O Liberal (1958, p. 6).

²⁹ De acordo com Oliveira (2010), o Método Natural Austríaco foi introduzido no Brasil pelo professor Gerhard Schmidt. Suas origens remontam ao período pós I Guerra Mundial. O mencionado autor afirma que esse método combatia a formalidade que caracterizava a ginástica da época, promovendo a naturalidade, a liberdade de expressão e as preocupações de natureza pedagógica. O seu esquema de aula quase não diferenciava da ginástica moderna e era dividido da seguinte forma: animação (motivação), escola de movimentos e postura, habilidade e aplicação desportiva e volta à calma (Oliveira, 2010). Podemos afirmar que, até os anos de 1950, "[...] Schmidt foi que mais contribuiu no campo da metodologia da educação física escolar brasileira" (p. 106).

³⁰ A Ginástica Feminina Moderna (atual Ginástica Rítmica), procurava dar ênfase às linhas curvas dos movimentos focalizando o ritmo e a fluência deles. Este tipo de ginástica foi desenvolvido na contramão do caráter métrico e fragmentado de outros tipos de ginástica desse período (Vaz, 1954).

Na reportagem da Folha do Norte, do dia 3 de abril de 1958, é apresentado o Ofício nº 417, de 21 de março de 1958, enviado pelo professor Alfredo Colombo, Diretor da DEF/MEC, ao professor Antonio Gomes Moreira Junior, presidente do Centro Propagador das Ciências e Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Pará. No ofício foi pontuado que o curso de Educação Física teria duração de 10 dias e seria ministrado pelos professores Darcymires do Rego Barros, responsável por aulas envolvendo o “moderno” sistema de ginástica natural, e Ingrid Woebcken³¹, responsável pela ginástica feminina moderna. O curso foi dividido em dois momentos: um de ensino para professores de Educação Física (diplomados e leigos), e outro, de treinamento, para a comunidade em geral que desejasse participar. Algumas linhas do ofício podem ser visualizadas na figura a seguir.

Figura 14 – Ofício do Diretor da DEF/MEC ao presidente do Centro Propagador das Ciências.



O Prof. Antonio Gomes Moreira Júnior, presidente do Centro Propagador das Ciências e Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Pará, recebeu do prof. Alfredo Colombo, Diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, o seguinte ofício sobre um Curso de Educação Física que funcionará, nesta capital, no período de 9 a 19 de abril:

“Of. n. 417 — Em, 21-3-1958
Do Diretor da Divisão de Educação Física, ao Dr. Antonio Gomes Moreira Júnior.

Fonte: Folha do Norte (1958, p. 12).

³¹ Ingrid Woebcken ou Ingrid Hella Weebekem. As fontes documentais consultadas não mantêm um padrão na escrita do sobrenome desta professora.

A frequência dos professores no curso foi garantida mediante suspensão temporária das aulas de Educação Física nos educandários, autorizada pelo Diretor da DEF/MEC, por meio da publicação da Portaria nº 18, de 8 de abril de 1958. O diretor, de acordo com o que lhe facultava o art. 12 da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, combinado com o disposto no art. 37, da Portaria Ministerial nº 168, de 17 de abril de 1956, garantiu a suspensão das sessões de Educação Física nos educandários sediados nas capitais do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, durante a realização dos cursos previstos na Portaria nº 37, de 31 de março de 1958, da DEF/MEC, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do art. 10 da Portaria Ministerial nº 168, de 17 de abril de 1956 (Folha do Norte, 1958).

Segundo o ofício, as aulas seriam realizadas de preferência em ginásios ou salões. Os materiais utilizados no curso seriam plintos, colchões, maçãs, bolas de borracha e arco (um para cada aluno), piano (com um pianista), microfone e alto-falante. Os alunos das turmas de treinamento deveriam levar o seu próprio material, como pode ser observado abaixo:

A fim de possibilitarmos a atualização dos professores de Educação Física nas modernas técnicas dessa atividade e a criação de um clima propício ao trabalho dos responsáveis por essa prática educativa nos estabelecimentos de ensino, planejamos a realização, nessa cidade, de um curso rápido, com a duração de 10 (dez) dias, a ser ministrado pelos professores Darcymires do Rêgo Barros e Ingrid Weebekem, no mês de abril.

O curso será dividido em dois ramos: um, de ensino para aqueles que estão

trabalhando em Educação Física (diplomados e leigos); o outro de treinamento para a comunidade que deseja participar dele.

O curso, visando o ensino, será ministrado de forma intensiva, isto é, ocupará várias horas do dia. A frequência dos professores alunos será possível, pois autorizaremos a suspensão das sessões de Educação Física dos educandários, sem prejuízo do mínimo estabelecido na Portaria nº 37, de 27 de junho de 1956.

O professor ministrará dentre outras coisas, o moderno sistema de Ginástica Natural trazido ao Brasil pelo professor austríaco Gerhard Schmidt e, a professora, a Ginástica Feminina Moderna. Para tal, serão necessários locais para as aulas, de preferência ginásios ou salões, plintos, colchões, maçãs, bolas de borracha e arcos (uma para cada aluno), piano, pianista, microfone e alto-falante. Os integrantes das turmas de treinamento deverão ter o seu próprio material.

Para realizarmos esse plano, solicitamos, mais uma vez a colaboração de V. Sa., lembrando a providência de um entendimento pessoal com o órgão estadual de Educação Física, o Inspetor Seccional do Ensino Secundário, órgãos de divulgação e autoridade que V. Sa., julgar conveniente.

A Divisão de Educação Física oficiou aos estabelecimentos de ensino secundário dizendo que “tratando-se de uma iniciativa que trará inegáveis benefícios para os professores e particularmente, para

esse estabelecimento de ensino, solicitamos a V.Sa. dar conhecimento aos professores desse educandário e facilitar a participação deles no aludido curso.

A coordenação dos trabalhos será feita pelo Dr. Antonio Junior, com quem poderão ser obtidas outras informações.

Os professores interessados deverão procurar o professor coordenador, a fim de se inscreverem no curso, o qual, segundo comunicação telegráfica do prof. Alfredo Colombo, deverá ter início no dia 9 do corrente. (Folha do Norte, 1958, p. 4).

O curso da DEF/MEC teve incentivo e apoio do governador Magalhães Barata, que participou de uma visita às aulas. Num total de 74 inscritos, doze (12) eram homens e sessenta e dois (62) eram mulheres. Os professores, ao trabalharem com o Método Natural Austríaco e a Ginástica Feminina Moderna, ratificavam a ideia de uma reorientação da Educação Física paraense com uma proposta nas então modernas técnicas de ensino, que iam para além dos métodos de ginástica. Vários cursos dessa natureza, com ideias de mudanças na Educação Física brasileira, já estavam acontecendo na região sudeste do Brasil, em particular na ENEFD, no Rio de Janeiro, e na DEF/MEC (Cunha, 2017; Silva, 2017; Lima, 2012).

De acordo com Gomes (2013), a década de 1950 demarcou um processo de modernização com o crescimento da população brasileira. A sociedade se transformou profundamente e adquiriu novos e modernos padrões de consumo e comportamento³², o que nos faz compreender a busca por métodos considerados mais modernos, na época, na área da Educação e da Educação Física.

³² Sobre padrões de consumo e comportamento na década de 1950, consultar Gomes (2013, p. 86).

Foi revisitando os jornais em circulação e as memórias dos docentes que pudemos compreender o contexto de formação de professores de Educação Física no Pará, na década de 1950. Consideramos tal contexto semelhante ao cenário de debates vigentes na educação brasileira nessa época, no qual o termo “moderno” estava sempre impregnado nas ideias de desenvolvimento do país, como assevera Consorte (1997, p. 6):

É dessa época a percepção do país como dois Brasis, um arcaico, tradicional, e outro moderno, e a crença em que o desenvolvimento de sua porção moderna levaria à superação de suas contradições, fazendo-o, finalmente, dar o tão esperado salto para o futuro, ingressando no rol dos países-reitores, para usar uma expressão de Darcy Ribeiro.

O termo “moderno” era empregado no entendimento de recente, oposto a passado, oposto a antigo (Le Goff, 2013). Nessa perspectiva, compreendemos que na vanguarda dos processos de constituição da Educação Física no Pará, os cursos organizados pela CADES e pela DEF/MEC trouxeram o que havia de mais atual sobre a formação de professores, ao pautar o que estava acontecendo nos debates em âmbito nacional e internacional.

Em conformidade com Lyra (2013, p. 95), partimos do pressuposto de que havia um sentido de “[...] ‘inauguração’, de ‘criação’, de ‘novo’ que atravessava a concepção desses cursos e era embalado por um anseio de modernidade”. Tais cursos deveriam formar, em breve espaço de tempo, professores de Educação Física para as escolas, menos arcaicos e menos tradicionais, com o desejo de ensinar os sistemas modernos que estavam vinculados aos países da Europa.

Apoiando-nos em Lima (2012, p. 24), retomamos à compreensão de Educação Física que era difundida no Brasil e em nações europeias, quando a autora afirma que era “[...] atribuído ao nosso país o status de atrasado e aos países europeus foi creditado o avanço”. Portanto, ao ensinar os sistemas então ditos modernos, estávamos acompanhando o desenvolvimento de outros países, levando à compreensão de que a Educação Física estava tão avançada no Brasil quanto na Europa.

Tais suposições nos remete à fala do professor Augusto Rodrigues Corrêa que, ao narrar seu processo de identificação com os sistemas modernos de Educação Física, nos diz que a participação nos cursos orientou sua prática pedagógica:

Tinham as demonstrações de ginástica no campo, comecei a meter umas coisas modernas, que não usavam antigamente e o Nagib Coelho Matni nos dava apoio para isso. Foi muito legal no ginásio Visconde de Souza Franco, ele também lecionava lá. Fizemos, a primeira vez, demonstração com arcos. Saiu direitinho. Eu já mudava a indumentária também. Aquelas roupas que usavam, aquelas camisetas, mudei tudo! [...] umas professoras antigas, da Escola de Educação Física do Pará (1942), (Raimunda Fernandes, a “Dica”, e a Olga de Gaia Bastos), não admitiam essa coisa (silêncio). Então eu disse: eu vou fazer uma demonstração com arcos, mudei logo as indumentarias para umas túnicas gregas. Ficou bonito no campo. Eram trezentas a quatrocentas crianças. Nós fizemos, começou um vento, eu

disse: pronto vai acabar com a apresentação! Era no campo aberto com vento forte. Quando começou a música o vento parou, foi lindíssimo! [...] Eu ia para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, tinha possibilidades, tinha mais dinheiro, fazia cursos, jornadas, estágios, e tudo que era moderno, eu trazia (Augusto Rodrigues Corrêa, 2004).

Este relato do professor Augusto Rodrigues Corrêa, trazendo à tona sua memória, aponta para o que Bosi (1994, p. 480-481) afirma quando escreve que:

Quanto mais a memória revive o trabalho que se fez com paixão, tanto mais se empenha o memorialista em transmitir ao confidente os segredos do ofício [...] aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração como um valor [...]. A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia.

A narrativa mostra que a vida profissional explica uma trajetória. Entendemos por narrativa “[...] como a organização dos acontecimentos de acordo com determinado sentido que lhes é conferido” (Alberti, 2004, p. 92). O querer contar fatos, experiências e informações sobre o trabalho realizado foi importante para o docente. Identificamos que o professor Augusto Rodrigues Corrêa ressalta tópicos muito próprios de sua experiência; aqueles que, provavelmente, foram considerados mais significativos na construção de seu modo de ser professor e, sem dúvida, aqueles que julgou mais úteis para outras pessoas saberem. Nóvoa

(1991, p. 70) assegura que estar em formação “[...] implica um investimento pessoal, livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade profissional”.

Por meio de fontes documentais, especialmente artigos de jornais e registros fotográficos, pudemos conhecer mais detalhes sobre o curso de atualização em Educação Física promovido pela DEF/MEC, em 1958. As informações fotográficas sobre esse curso, encontradas nos jornais da época, registram uma história e revivem o passado, criam narrativas e rememoram fatos de algo que já foi vivido.

A figura 15 representa o momento de uma demonstração de Educação Física no solo, orientada pelo professor Darcymires do Rego Barros, no espaço do Ginásio Visconde de Souza Franco.

Figura 15 – Visita de autoridades paraenses ao curso promovido pela DEF/MEC em 1958.



Fonte: O Liberal (1958, p. 1).

A demonstração está sendo realizada com exercícios em grupo e sem aparelhos. Na figura é possível identificar a professora Joana D’Arc Guimarães (1935-2020) que, mais

tarde, na década de 1960, se destacou na formação de professores e, ao longo da década de 1970, atuou muitos anos como docente da Escola Superior de Educação Física do Pará (ESEFPA), na disciplina Recreação. Ao rememorar sobre esse curso, a professora Joana D'Arc Guimarães nos diz que conseguiu uma oportunidade de emprego para atuar na Educação Física escolar:

Eu fui logo em setembro, ainda de 1958, com o governador Joaquim Magalhães Barata. Eles estavam nomeando professores. Ele me atendeu [...] eu disse para ele: passei nesse curso e gostaria que o senhor me desse esse emprego. O governador trabalhava em comitiva, isso é importante dizer. Os secretários estavam presentes, não ficavam nos gabinetes. Então, Magalhães Barata chamou o Secretário de Educação, não lembro o nome, mandou que anotasse meu nome e, em questão de menos de um mês, fui nomeada [...] quando saiu minha nomeação, a professora Olga Pinheiro da Silva Almeida mandou me chamar e eu fui trabalhar pela primeira vez na rede estadual de ensino no Grupo Escolar Augusto Olímpio, em Canudos. Eu trabalhei cinco anos no Augusto Olímpio (Joana D'Arc Guimarães, 2004)³³.

O curso representou para a professora Joana D'Arc Guimarães um espaço de ensino-aprendizagem e, dessa maneira, garantiu uma possibilidade para atuar na escola, o que ratifica com o que nos diz Chaves e Gamboa (2000), quando alegam que formação é um processo que qualifica

³³ Excerto do depoimento de Joana D'Arc Guimarães feito durante uma entrevista realizada por Carmen Lília da Cunha Faro, em 2004.

os professores para atender a uma demanda da sociedade em relação ao que ele vai precisar ter (aprender) para poder atuar (ensinar).

Montenegro (2013) destaca que quando as pessoas narram situações que ultrapassam o fazer mais imediato das suas vidas, são sempre os conhecimentos que têm pontos comuns com experiências do dia a dia, as marcas lembradas. Na fala da professora Joana D'Arc Guimarães, por exemplo, o curso foi lembrado como uma possibilidade de opção para tornar-se docente, e há uma ênfase especial à importância da formação associada à necessidade de um emprego.

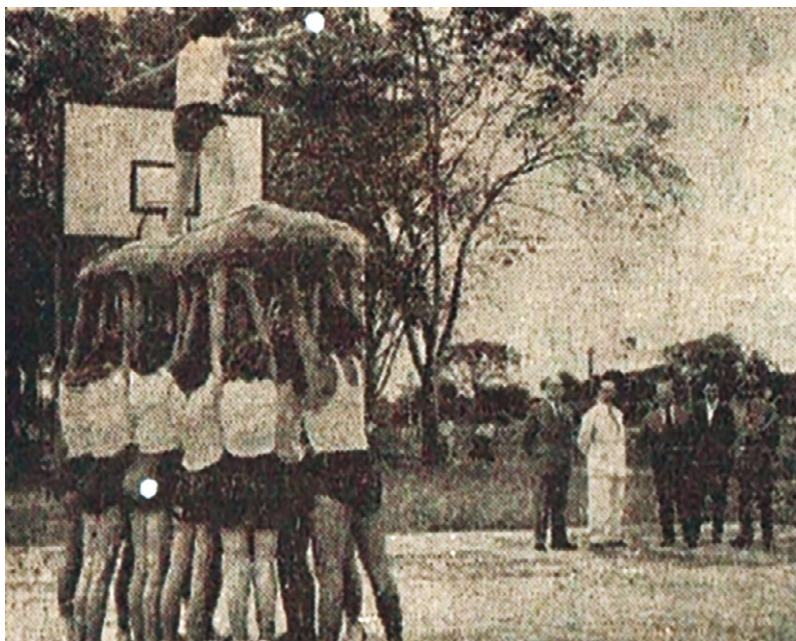
Figura 16 – O governador Magalhães Barata visita o Curso Intensivo de Educação Física.



Fonte: O Liberal (1958, p. 1).

Atendendo a um convite do professor Antonio Gomes Moreira Junior, o governador do estado na época, o General Magalhães Barata, foi prestigiar uma aula do Curso de Educação Física de 1958 (figura 16). O governador estava acompanhado do Dr. Cunha Coimbra, Secretário de Educação, e do capitão Aurino Viana. O governador prestigiou aulas do curso que estava sendo ministrado no Centro Propagador das Ciências, mantenedor do Ginásio Visconde de Souza Franco. Na ocasião da visita do governador, os alunos do curso realizaram uma demonstração de ginástica, como nos mostra a figura 17.

Figura 17 – Alunos do curso de 1958 em uma demonstração de ginástica.



Fonte: O Liberal (1958, p. 1).

Para Leite (2001, p. 99) “[...] uma fotografia revela muito mais do que as imagens do instante fotografado”. Ao compartilhar esta foto tivemos a sensação de presenciar o momento da demonstração e a impressão de conhecer pessoalmente os alunos, os professores, as autoridades, especialmente o professor Antonio Gomes Moreira Junior, e o espaço, o que talvez se justifique pela nossa vivência enquanto alunos na Fundação Educacional Visconde de Souza Franco, a partir dos anos finais da década de 1950 e ao longo da década de 1960, por aproximadamente treze (13) anos. Sensação que se assemelha ao que canta Lupicínio Rodrigues na letra da música “Felicidade”: “[...] o pensamento parece uma coisa à toa, mas como é que a gente voa quando começa a pensar”.

As fotos serviram de instrumento para a reconstrução das memórias sobre esse curso, tendo em vista que, conforme ressalta Le Goff (2003), a fotografia está entre as manifestações significativas da memória podendo revolucioná-la, pois é algo que remete à precisão, possuidora de uma verdade visual e, desse modo, viabiliza guardar a memória do tempo da evolução cronológica. As fotografias registram uma história, ressuscitam o passado e possuem enorme valor histórico.

Santos (2001, p. 61) destaca que, ao unirmos as imagens às lembranças que temos, criamos e recriamos novas interpretações e nos apropriamos de fatos que não vivemos, porém estes passam a integrar o acervo de nossas lembranças. Nessa linha, lembramos um fragmento do livro *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa (2001, p. 115), no qual o autor revela: “Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data”.

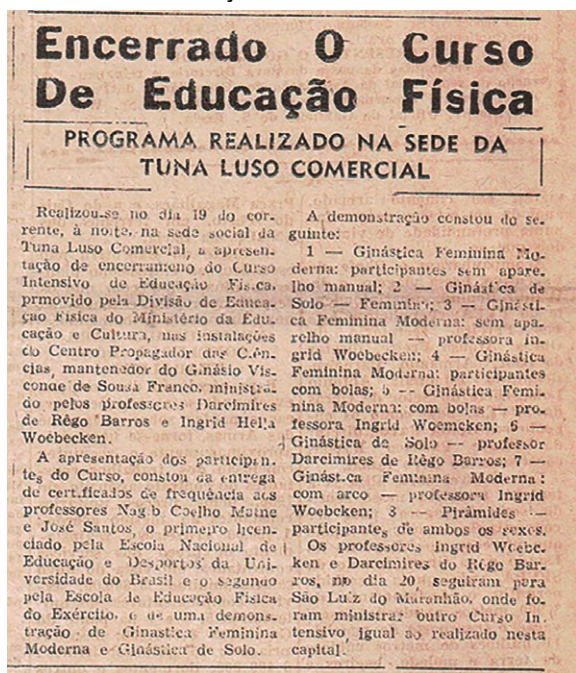
Por meio das fotografias, é possível retomar tais lembranças, além de preservar a própria identidade e história. Elas são documentos fundamentais na construção da história e para as futuras gerações. Em suma, as figuras 15 e 17 nos remetem a um cenário, a personagens, a leituras, a espaços aparentes e indicam uma mensagem que, ainda que sem palavras, muito se propôs a nos dizer sobre aqueles alunos que se preparavam para serem professores de Educação Física.

Posteriormente, o governador dirigiu-se ao andar superior da Fundação Educacional Visconde de Souza Franco, no qual assistiu a uma demonstração de Ginástica Feminina Moderna, sob a orientação da professora Ingrid Woebcken.

A solenidade de encerramento do Curso Intensivo de Educação Física de 1958, fomentado pela DEF/MEC, foi realizada na noite do dia 19 de abril, nas dependências da Tuna Luso Comercial, hoje Tuna Luso Brasileira.

O evento contou com a entrega de certificados de frequência aos professores Nagib Coelho Matni, formado pela ENEFD, e José Santos, formado pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e com as seguintes demonstrações de ginástica apresentadas pelas participantes e pelos professores do curso: Ginástica Feminina Moderna (sem aparelhos e com os aparelhos bola e arco), Ginástica de Solo e Pirâmides (participantes de ambos os sexos).

Figura 18 – Solenidade de encerramento do curso de Educação Física de 1958.



Fonte: O Liberal (1958 p. 6).

Os professores Ingrid Woebecken e Darcymires de Rego Barros, no dia seguinte à solenidade, seguiram para São Luiz do Maranhão, onde foram ministrar outro Curso Intensivo. As informações acerca da solenidade de encerramento do curso podem ser visualizadas na figura 18.

No contato com as fontes (documentais e orais), foi possível perceber uma ênfase em atribuir aos cursos de Educação Física um cunho de aperfeiçoamento técnico e pedagógico, que se desenvolveu para ampliar a formação de professores e instrutores que já atuavam em escolas e atualizar seus conhecimentos. Sublinhamos, também, que a diversidade temática presente nos cursos modelou, pedagogicamente, a Educação Física nas capitais e nas cidades do interior, como a Ginástica Feminina Moderna, o Método Natural Austríaco, a Ginástica de Solo, a Calistenia, a Ginástica Acrobática, Recreação, os pequenos e grandes jogos; Desportos; assuntos de natureza médica; assuntos de natureza pedagógica, entre outros conhecimentos.

A preocupação, ao longo da década de 1950, com as questões ligadas à formação de professores de Educação Física no Brasil, esteve vinculada a um debate educacional envolvendo os professores, a CADES e instituições como a DEF/MEC, os Serviços de Educação Física, os Departamentos Estaduais de Educação Física e as Associações de Professores de Educação Física e foi fundamentada pelo discurso da eficiência, do aperfeiçoamento técnico e do desenvolvimento nacional (Cunha, 2017), discursos esses pautados a partir das demandas da educação brasileira nesse período.

Nossa reflexão a respeito dessa sistematização inicial dos Cursos propagados pela CADES e pela DEF/MEC, em Belém, nos leva a acreditar em uma possível estruturação da Educação Física, nesse período, como consequência das demandas educacionais que reivindicavam uma formação especializada para o trabalho docente na área.

3.4 A FORMAÇÃO DE AUXILIARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO IEP

Para além da formação de professores para o ensino secundário realizada pela CADES, Moreira (2007) ressalta que, em Belém do Pará, a formação para o ensino primário era efetivada pelo IEP, antiga Escola Normal, hoje Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP), instituição fundada em 1871.

Segundo Castro (2014), em 1950 foi assinado, pelo governador Alberto Engelhard, o Decreto nº 636, de 30 de dezembro, o qual deu “nova”³⁴ redação ao art. 66 do Regulamento do ensino normal, normatizado com o Decreto nº 734, de 24 de janeiro de 1947. Na nova redação, ficou estabelecido que o curso de formação de professor primário da Escola Normal, a partir de 1951, ocorreria em três anos de estudos, nos termos da Lei Orgânica do Ensino (Pará, 1950). Cada ano de estudo compreendia uma série constituída de diversas disciplinas, como mostra o quadro 3.

³⁴ Ao usarmos no texto, a palavra “novo” e “nova” entre aspas nos baseamos em Selles e Santos (2019), os quais partem do pressuposto de que não há o novo genuíno em Educação e, conseqüentemente, nas reformas curriculares, sendo, portanto, produzido com base no que lhe antecedeu.

Quadro 3 – Disciplinas do curso de formação de professor primário do IEP, em 1951.

SÉRIE	DISCIPLINAS
Primeira Série	Português
	Matemática
	Física e Química
	Anatomia e Fisiologia Humana
	Música e Canto
	Desenho e Artes Aplicadas
	Educação Física, Recreação e Jogos
Segunda Série	Biologia Educacional
	Psicologia Educacional
	Higiene e Educação Sanitária
	Metodologia do Ensino Primário
	Desenho e Artes Aplicadas
	Música e Canto
	Educação Física, Recreação e Jogos
Terceira Série	Psicologia Educacional
	Sociologia Educacional
	História e Filosofia da Educação
	Higiene e Puericultura
	Metodologia do Ensino Primário
	Desenho e Artes Aplicadas
	Música e Canto
	Prática do Ensino
	Educação Física, Recreação e Jogos

Fonte: Elaboração da autora.

Ressaltamos que as mudanças no Ensino Primário do Pará, embora pareçam se posicionar numa ordem fixa e de modo linear, tiveram um caráter dinâmico, o que não nos permitiu considerar como uma simples mudan-

ça. É interessante apontar que a cada decreto, uma nova redação atualizava a anterior. Segundo Castro (2018), uma nova redação do Decreto nº 2.890, de 30 de junho de 1959, estabeleceu várias disciplinas como obrigatórias para o Curso Primário, entre elas, a **Educação Física, Recreação e Jogos** que, até então, não tinha este caráter.

Poucos dias depois, o governo estadual, por meio do Decreto nº 2.893, de 10 de julho de 1959, concedeu nova redação ao artigo 66 do Regulamento do ensino normal, determinando que a disciplina Educação Física, Recreação e Jogos fosse ministrada em aulas teóricas e práticas. Além disso, consta no referido Decreto que o aluno que concluisse o Curso de Formação de Professor Primário, com média superior a 60 nessa disciplina, receberia um certificado de Auxiliar de Educação Física e poderia lecionar nos cursos primários oficiais ou particulares, regidos pelo regulamento do Ensino Primário do Estado (Castro, 2018).

Como visto, as fontes documentais nos permitiram evidenciar um fato importante na formação de professores de Educação Física para o ensino primário no Pará, na década de 1950: egressos do Curso de Professor Primário da Escola Normal poderiam contribuir como Auxiliares no Ensino da Educação Física na escola primária, tendo como critério para atuação apenas um desempenho satisfatório (aproveitamento superior a 60%) na disciplina Educação Física, Recreação e Jogos, deste curso.

Ao mapear os cursos de formação docente da década de 1950, constatamos a sistematização inicial de cursos realizados em Belém-PA, que partiram da reativação do Serviço de Educação Física, dos JOPAGICOS, da CADES, da DEF/MEC e do IEP. Quando findavam esses cursos, os egressos recebiam o título de professores especializados,

ou auxiliares, de Educação Física e poderiam ser habilitados para ministrar aulas em estabelecimentos escolares, preenchendo lacunas relativas à falta de professores para ensinar essa atividade, tanto no ensino primário quanto no ensino secundário. Enfatizamos que quando findavam os cursos promovidos pela CADES e pela DEF/MEC, havia necessidade de aprovação nos Exames de Suficiência.

Tais iniciativas, representaram um grande avanço para a Educação Física se levarmos em consideração as décadas anteriores (1930-1940), nas quais as iniciativas de formação específica não foram bem-sucedidas, no sentido de atender às necessidades de qualidade e quantidade demandadas pela realidade local, marcada pela falta de professores, de espaços de formação e de atualização de conhecimentos. Com isso, a década de 1950 pode ser considerada um período fundamental para a organização e desenvolvimento da Educação Física paraense, principalmente no que se refere à formação de professores.

3.5 OUTRAS FORMAÇÕES, OUTROS LUGARES

Na década de 1950, além dos espaços de formação em Educação Física disponíveis no Pará, outros lugares se mostravam possíveis para formar professores paraenses. A ENEFD, no Rio de Janeiro, se mostrava, nesse período, como fundamental para o processo de formação de professores de Educação Física no Brasil. Sua influência serviu de modelo curricular para as demais escolas brasileiras de Educação Física, durante a primeira metade do século XX (Melo, 1996).

A ENEFD, na intenção de diminuir a deficiência no número de professores de Educação Física no país, oferecia bolsas de estudo para pessoas de diferentes estados e esse benefício era anunciado por meio de dispositivos legais.

Essa instituição lançou mão de várias ações para se tornar divulgada e propagar teorias, conhecimentos e práticas organizadas em seu interior (Azevedo, 2013; Grunennvaldt, 1997; Melo, 1996; Pires, 2007; Pires; Rocha Júnior; Marta, 2013, 2014).

Ao iniciarmos as buscas sobre formação de professores de Educação Física no Pará, em jornais locais, encontramos uma reportagem publicada pelo jornal O Estado do Pará, do dia 12 de fevereiro de 1950, intitulada “Vai fazer um curso de Educação Física Infantil”, fazendo referência a uma professora paraense, Maria Iracema de Carvalho Barros, que foi à ENEFD participar de um curso.

Essa publicação nos remete à possibilidade de ida de professores paraenses, na década de 1950, para a ENEFD, instituição fundamental para que o professorado de Educação Física entrasse em contato com o meio acadêmico. O curso realizado pela professora paraense era denominado Curso Normal de Educação Física, tinha duração de um ano e constava das seguintes disciplinas: Anatomia e Fisiologia Humanas; Cinesiologia; Higiene Aplicada; Socorros de Urgência; Fisioterapia; Biometria; Metodologia da Educação Física; História da Educação Física e dos Desportos; Organização da Educação Física e dos Desportos; Ginástica Rítmica; Educação Física Geral; Desportos Aquáticos; Desportos Terrestres Individuais; Desportos Terrestres Coletivos; Desportos de Ataque e Defesa (Brasil, 1939b).

O curso normal, assim como o curso superior oferecido pela ENEFD, tinha um currículo com objetivo de proporcionar a formação para atuação na escola, apesar da ausência de disciplinas de cunho pedagógico (Azevedo, 2013). Segundo essa mesma autora, para ingresso no Curso Normal, era exigida a apresentação do diploma de normalista.

A ENEFD foi importante para redimensionar e reorientar as ações de professores de Educação Física no ensino primário em vários estados do país (Melo, 1996; Cunha Júnior, 2011), inclusive no Estado do Pará.

Destacamos que a professora assumiu o compromisso de, ao final de seus estudos, retornar ao Pará para trabalhar na área da Educação Física. Assim aconteceu, a docente se formou e retornou para labutar com a Educação Física na escola primária (O Estado do Pará, 1950).

No final da década de 1950, além do Rio de Janeiro, outras capitais da Região Sudeste do país também disponibilizavam importantes espaços de formação em Educação Física. Em Belo Horizonte, entre 1957 e 1959, ocorreram três edições das Jornadas Internacionais de Educação Física que, segundo Lima (2012), se constituíam como um conjunto de cursos de aperfeiçoamento técnico e pedagógico realizado pela Diretoria de Esportes (DEMG), pela Escola de Educação Física de Minas Gerais (EEF-MG) e pela Associação de Ex-alunos da EEF-MG. Essa mesma autora alega que o principal objetivo dessas jornadas era o de trazer “os mais modernos conceitos e métodos” produzidos na Educação Física, com o intuito de atualizar os conhecimentos dos professores e especialistas da área.

Tais jornadas eram amplamente divulgadas em alguns jornais veiculados na imprensa brasileira, atraindo a participação de professores de vários estados do país. O jornal Folha do Norte, de Belém do Pará, do dia 2 de agosto de 1958, publicou matéria sobre a II Jornada de Educação Física que discutiu o tema “Novos Conceitos de Educação Física”. Na palestra de abertura da II Jornada, o professor Heli Menegale, diretor geral do Departamento Nacional de Educação, destacou a importância de se ter um plano

de trabalho organizado e, para isso, era preciso investir na melhoria das técnicas de trabalho, no aprimoramento dos programas e nos aspectos gerais das disciplinas.

Segundo uma publicação do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, do dia 22 de julho de 1958, a II Jornada contou com a participação de quatro professores estrangeiros, figuras destacadas no âmbito internacional de Educação Física, que foram convidados pelo diretor da DEF/MEC, professor Alfredo Colombo, para ministrar os cursos: Ângelo Poiani e Piera Mananini, da Itália; Juana Munizaga, do Chile; e Ivan Varga, da Iugoslávia.

Nessa edição, notamos a ênfase que foi dada ao Atletismo e à Dança Moderna, pois essas disciplinas possibilitariam aos estudantes o conhecimento das “[...] bases que lhes assegura um físico em condições de responder pela multiplicidade das situações que deverão enfrentar” (Folha do Norte, 1958, p. 8). Isso posto, cabe ressaltar com base em Soares (1994, p. 64), que o exercício físico seria aquele “cuidado com o corpo”, atribuído de poderes suficientes para resolver os problemas expostos pela sociedade industrial, capaz de paralisar os conflitos sociais e equilibrar a vida no mundo do trabalho. Esta assertiva reitera a concepção de melhoria da aptidão física, que fundamentava as práticas pedagógicas naquele período histórico.

Em outra publicação do jornal *Folha do Norte*, há informações sobre o III Estágio Internacional de Educação Física. Nessa reportagem, do dia 24 de julho de 1959, identificamos os nomes de três professores de Educação Física que integraram a delegação paraense que participou desse estágio, realizado em Niterói, Rio de Janeiro, no Estádio Caio Martins. São eles: Raimundo Xavier Barata, José Maria Guerra e Augusto Rodrigues Corrêa.

O jornal nos foi uma fonte documental muito rica que serviu de suporte para a fonte dos depoimentos orais. A ENEFD, as jornadas e os estágios internacionais se mostraram como espaços privilegiados de formação dos docentes brasileiros, na década de 1950, e de difusão do que estava se discutindo sobre Educação Física nesse período. Vários professores paraenses foram formados pela ENEFD e participaram dessas jornadas e estágios ao longo da década de 1950; todavia, não pudemos evidenciar todos os participantes. Ressaltamos que tais iniciativas continuaram a ser implementadas na década de 1960 e os professores paraenses seguiram participando desses espaços de formação.

No Pará, no início da década de 1960, uma das primeiras notícias sobre Educação Física, veiculadas no jornal Folha do Norte, diz respeito à concessão de duas bolsas a candidatos do Pará para estudar Educação Física na ENEFD. Foi o primeiro curso de formação civil vinculado a uma universidade, a Universidade do Brasil (Vilela; Rocha Junior, 2006) que, nessa década, já tinha experiência em formar profissionais de Educação Física.

Na publicação, consta que o documento das bolsas de estudo - cujo remetente foi o professor Waldemar Areno, diretor da ENEFD - foi endereçado ao professor Nagib Coelho Matni, inspetor regional da DEF/MEC e chefe do Serviço de Educação Física do Estado do Pará. Em anexo, havia um documento assinado pelo Reitor Pedro Calmon, a Portaria nº 1.139, de 11 de dezembro de 1952, que consistia no dispositivo legal que estabelecia as instruções reguladoras para a concessão das bolsas de estudo da ENEFD, instituídas pelos decretos-leis nº 4.029, de 19 de janeiro de 1942, e nº 8.192, de 20 de novembro de 1945 (Folha do Norte, 1960).

Figura 19 – Duas bolsas de estudo da ENEFD ao Pará, em 1960.

EDUCAÇÃO FÍSICA BOLSAS DE ESTUDO (2), DA ENEFD AO PARÁ

O prof. Nagib Matni, inspetor regional da Divisão de Educação Física do MEC e Chefe do Serviço de Educação Física do Estado, recebeu do prof. Waldemar Areno, diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, comunicação de que foram concedidas duas (2) bolsas de estudo a candidatos do Pará.

INSTRUÇÕES

Em anexo enviou, também, a exegese da Portaria n. 1.139 de 11 de Dezembro de 1952, que trata das instruções reguladoras da concessão das bolsas de estudo, que é a seguinte:

"O Reitor da Universidade do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 22, do Estatuto da Universidade aprovado pelo decreto n. 21.321, de 18 de junho de 1946, resolve baixar as seguintes instruções, reguladoras da concessão das bolsas de estudo instituídas pelos decretos-leis ns. 4.029, de 19 de Janeiro de 1942, e 8.192, de 20 de novembro de 1945, para a Escola Nacional de Educação Física e Desportos:

Art. 5o. — As bolsas de estudos deverão ser concedidas, preferentemente a funcionários estaduais, que sirvam em repartições cujas atividades se relacionem com a Educação Física.

Art. 13o. — Os bolsistas obrigam-se ao para com a Universidade do Brasil, mediante contrato devidamente assinado, a:

a) cumprir todos os dispositi-

vos legais, regulamentares e regimentais que regem a vida universitária em geral e a da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, em particular;

f) exercer pelo prazo mínimo de dois (2) anos consecutivos, na unidade federativa, de onde provém, a profissão para a qual se habilitou.

Art. 14o. — O bolsista perderá o direito à vantagem da bolsa de estudo:

a) por infração de qualquer das obrigações mencionadas no artigo anterior;

b) por falta de frequência ou de aproveitamento escolar;

c) por superveniente perturbação de saúde, comprovada pelo Serviço Médico da Escola.

Art. 16o. — A Universidade do Brasil obrigam-se-á, ao conceder a bolsa de estudo:

a) a pagar, mensalmente, ao bolsista, enquanto durar a vigência do contrato, a quantia de... Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros mensais);

b) a fornecer-lhe passagem de volta ao local de origem, logo que tiver concluído o curso e recebido o grau respectivo ou quando, por motivo de saúde, devidamente comprovado pelo Serviço Médico da Escola, não puder prosseguir no Curso Indicado.

as) PEDRO CALMON — Reitor.

Publicada no Boletim da Universidade do Brasil n. 51, de 19-12-52".

Fonte: Folha do Norte, 22 de janeiro de 1960, p. 5.

As diversas bolsas concedidas ao Pará, pela ENEFD, foram fundamentais para o desenvolvimento da Educação Física e dos esportes no Estado, pois contribuíram para a formação do primeiro corpo docente e criação da ESEFPA,

em 1970. Destacamos que, em 1963, professores bolsistas paraenses que se formaram na ENEFD e iriam compor o corpo docente de um projeto de criação de uma escola de Educação Física no Pará, não retornaram ao estado e, assim, não foi possível a sua criação.

3.6 A INICIATIVA DE CRIAR UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM 1963

Seguindo a busca por publicações, nos deparamos com uma reportagem em destaque no ano de 1963, do jornal Folha do Norte, do dia 4 de janeiro, versando sobre outra tentativa de estabelecer uma Escola de Educação Física no Pará. A figura 20 representa o destaque que possui essa publicação em relação a outras do mesmo jornal.

Figura 20 – Mosaico de publicações do jornal Folha do Norte.



Fonte: Elaboração da autora.

O desejo de possuir Escola de Educação Física já tramitava nos bastidores do Estado, afinal, a capital não poderia ficar sem local para a formação de professores

ditos especializados em Educação Física, que iriam ajudar na educação integral dos alunos paraenses.

Recordamos que a primeira iniciativa para a formação de professores em Educação Física no Pará se deu em 1934, na interventoria de Magalhães Barata. Apesar dos esforços iniciais e das iniciativas tomadas, o funcionamento do Curso de Educação Física de 1934 foi interrompido neste mesmo ano. A segunda iniciativa data de 1942, durante o governo do interventor federal Magalhães Barata, quando foi criada uma Escola de Educação Física no Estado, embora extinta no ano seguinte, pois não estava funcionando em situação regular, visto não satisfazer o disposto no art. 34³⁵ do Decreto-Lei Federal nº 1.212, de 17 de abril de 1939. A ENEFD servia de parâmetro para as escolas estaduais e privadas de Educação Física, pois era considerada “Escola Padrão” responsável por propagar e desenvolver a Educação Física no Brasil (Melo, 1996).

Nesse processo de avanços e recuos da Educação Física no Pará, no ano de 1963, outras medidas governamentais no sentido de criação de uma Escola de Educação Física foram tomadas, conforme anuncia uma publicação da Folha do Norte, em 4 de janeiro de 1963:

³⁵ No art. 34 do Decreto-Lei Federal nº 1.212, de 17 de abril de 1939, consta que nenhum estabelecimento de ensino ou qualquer outra instituição poderá expedir os diplomas de que trata o art. 32 desta lei, nem outros títulos de significação equivalente, sem que esteja reconhecido pelo Governo Federal.

Figura 21 – Fala de Nagib Coelho Matni à reportagem do jornal Folha do Norte, em 1963.

Falando à nossa reportagem especializada, o professor Nagib Coelho Matui, titular do Serviço de Educação Física do Estado, disse que o Pará voltará a possuir Escola de Educação Física, a qual funcionará no mesmo local da antiga, isto é, à rua D. Romualdo de Seixas, nos fundos do Grupo Escolar Dr. Freitas.

Fonte: Folha do Norte (1963, p. 5).

Na figura 22 podemos visualizar uma imagem da fachada do local que constituiria a sede da Escola de Educação Física do Pará, no ano de 1963.

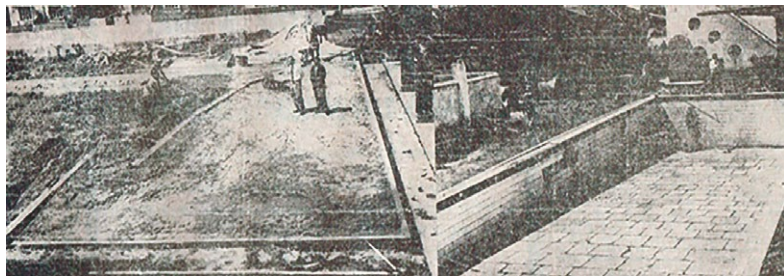
Figura 22 – Prédio onde funcionaria a Escola de Educação Física do Pará, em 1963.



Fonte: Folha do Norte (1963, p. 5).

Também é possível identificar na reportagem a construção da piscina e quadras de voleibol, futebol de salão, tênis, handebol e cestobol³⁶, como mostra a figura a seguir.

Figura 23 – A piscina e as quadras da Escola de Educação Física do Pará de 1963.



Fonte: Folha do Norte (1963, p. 5).

A criação de uma escola de Educação Física se justificava pela importância que esta área vinha apresentando no cenário estadual. Mas, para isso, era necessária a composição de um quadro docente qualificado, o que até então não fora possível. Assim, o processo de criação de um Curso de Educação Física em Belém-PA, no ano de 1963, não foi nem breve nem desprovido de atropelos. Parte desses atropelos foi consequência do não regresso de professores formados pela ENEFD.

Para implantar o curso, não bastava só a vontade e determinação do coordenador do Serviço de Educação Física do Estado, o professor Nagib Coelho Matni, mas era necessária a existência de uma estrutura física e, principalmente, a constituição de um corpo docente. Lembramos, nesse sentido, de um velho ditado popular: “uma andorinha só não faz o verão”, ou seja, fazia-se necessário esforço não somente de um único professor, mas de um quadro de professores para estabelecer a implementação e operacionalização do curso.

³⁶ Cestobol correspondia, na época, o mesmo que Basquetebol.

No início da década de 1960, o grupo de trabalho que estudou as providências necessárias para a criação da Escola de Educação Física foi constituído pelo professor Nagib Coelho Matni e pela professora Sônia Guimarães da Costa, licenciados pela ENEFD. O projeto previa um quadro reduzido, composto pelo professor Nagib Coelho Matni, pela professora Sônia Guimarães da Costa e também contava com os acadêmicos/bolsistas da ENEFD, Raimundo Azevedo e Sônia Martires, que iriam se formar no final do ano de 1963, mas por motivos diversos, contrariando o contrato de concessão de bolsas, os dois não retornaram ao Estado.

A respeito da concessão de bolsas de estudos da ENEFD e o regresso necessário do professor formado ao seu Estado de origem, Pires (2008, p. 64-65) afirma que:

A concessão de bolsas de estudos estava condicionada ao retorno dos profissionais, após o curso, aos seus Estados de origem, fato este que nem sempre aconteceu, para exercerem a profissão de professor de Educação Física, pois existia o objetivo claro de disseminar focos de Educação Física por todo o país, a partir de um modelo específico de formação, que se pretendia padrão. Esse compromisso era firmado entre a ENEFD e o bolsista em um contrato segundo o Decreto-lei nº 4.029, de 1940.

Com base nas entrevistas dos professores sujeitos desta pesquisa, evidenciamos que o não retorno dos bolsistas comprometeu a composição do quadro de professores para a Escola. Por consequência disso, o Pará continuou sem ter seu curso de Educação Física, ficando para trás em relação a vários estados brasileiros. Uma das carências para a criação da escola era, portanto, a falta de professores com formação acadêmica pois,

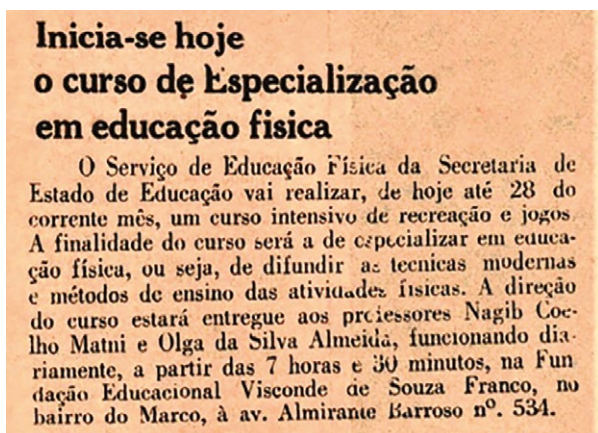
apesar de existirem professores locais, eles não possuíam experiências suficientes para lecionarem no ensino superior.

O prédio, apesar de não ter sido utilizado para o funcionamento da Escola, serviu de sede para o DEFRE. Suas instalações esportivas (piscina, quadras etc.) contribuíram para um processo identitário muito importante para a Educação Física, pois serviram para as competições dos JOPAGICOS, bem como para os treinos e aulas dos alunos das escolas que não possuíam instalações adequadas à prática esportiva, como quadras e, assim, supriram as demandas exigidas pela LDB de 1961, que regulamentava a obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização.

3.7 OS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA DÉCADA DE 1960

Em fevereiro de 1961, o jornal O Estado do Pará publicou anúncio sobre um Curso de Especialização em Educação Física. A publicação (figura 24) evidencia a sua finalidade, os estudos a serem feitos e os requisitos para as inscrições.

Figura 24 – Curso de Especialização em Educação Física, realizado em 1961.



Fonte: O Estado do Pará (1961, p. 5).

Iniciado no dia 16 de fevereiro e encerrado no dia 28 do mesmo mês, o curso configurou-se como um Curso Intensivo de Recreação e Jogos, em consonância com a modelagem das técnicas modernas e novos métodos de ensino das atividades físicas. Havia uma preocupação em sistematizar processos de ensino-aprendizagem necessários à formação de professores de Educação Física a partir da “[...] construção e disseminação de novos e modernos métodos de ensino” (Lima, 2015, p. 185). O termo modelagem das técnicas modernas foi usado no contexto de um modelo de práticas a partir de um repertório dividido em parte teórica e parte prática, apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 – Repertório do Curso de Especialização em Educação Física de 1961.

PARTE	PROGRAMAÇÃO
Teórica	Conceito, valor, objetivo da Recreação
	Teatro de sombra viva
Prática	Brinquedos cantados, danças folclóricas e jogos
	Arte infantil e fantoches improvisados
	Bandinha rítmica
	Teatro de sombra viva

Fonte: Elaboração da autora.

A programação citada acima foi orientada pela professora Joana D’Arc Guimarães, docente que alçou um lugar de notoriedade na Educação Física paraense no seu tempo-lugar, ao desempenhar o cargo de professora e gestora de Educação Física no Estado. Seu lugar de destaque se deu pela vasta experiência acerca do conhecimento Recreação, o que lhe conferiu a função Técnica de Orientação e de acompanhamento do fazer pedagógico de professores que atuavam em Educação Física nas escolas paraenses.

Nas solenidades de encerramento dos cursos de Educação Física, era comum contar com autoridades do Estado discursando e com demonstrações do que os participantes aprenderam nas aulas. A solenidade de encerramento do Curso de Especialização em Educação Física não foi diferente. O evento contou com a presença do Governador em exercício, Newton Miranda; do Secretário de Educação, Antonio Gomes Moreira Junior; e do professor Nagib Coelho Matni, diretor do Serviço de Educação Física, que proferiu uma fala sobre a finalidade do curso. Aos especializados em Educação Física, foi conferido o “Certificado de Assistência” (O Liberal, 1961).

Na solenidade de encerramento deste curso, a professora Joana D’Arc Guimarães preparou e organizou, junto aos alunos, demonstrações e oficinas divulgando os padrões apreendidos no curso. Houve apresentações de números variados com fantoches, sombra-viva, bandinha rítmica e danças folclóricas. Além disso, a professora Joana D’Arc Guimarães usou da palavra, ressaltando o valor de um Curso de Recreação e Jogos pela primeira vez realizado no Pará. Outra parte do encerramento constou da inauguração do salão de exposição dos trabalhos executados pelos alunos no decorrer do curso, sendo a fita simbólica desse espaço cortada pelo Governador Newton Miranda, que foi saudado por Nagib Matni, e elogiou o êxito do empreendimento (O Liberal, 1961).

Como podemos perceber, as publicações de jornais, assim como outros arquivos documentais, contam muitas histórias e permitem também muitas interpretações (Travancas, 2013); contudo, ao apresentarmos a nossa compreensão, destacamos que ela não é a única e nem a mais verdadeira; ela é uma interpretação possível.

Do ponto de vista político e cultural, enfatizamos que os jornais da época citavam os nomes dos governadores nesses cursos e não somente a instituição Estado, o que pode ser justificado pelo fato dos governadores providenciarem recursos financeiros, comparecerem em algumas solenidades e em seus discursos reservarem elogios ao curso e a seus organizadores.

No jornal Folha do Norte, do dia 13 de março de 1962, identificamos uma reportagem que versa sobre a designação dos professores formados no referido Curso de Especialização em Educação Física para trabalharem nos estabelecimentos de ensino de Belém do Pará, conforme apresentado no quadro 5.

Quadro 5 – Grupos escolares designados aos professores formados no Curso de Especialização em Educação Física de 1961.

PROFESSORES	GRUPOS ESCOLARES
Dora Alice Martyres Francisco Evangelista Sarmanho	Grupo Escolar Augusto Montenegro
Maria Alba Ferreira Evani Lima e Silva	Grupo Escolar Augusto Olímpio
Marieny Batista Cardoso	Grupo Escolar Benjamin Constant
Maria de Nazaré Evangelista Ana Cecília de Medeiros Gondim	Grupo Escolar Barão do Rio Branco
Lícia Ponte e Souza Osvaldina Queiroz dos Santos	Grupo Escolar Camilo Salgado
Raimunda Fernandes Albuquerque Carmen Cerqueira Rodrigues	Grupo Escolar Dr. Freitas
Wilma Monteiro da Silva	Grupo Escolar Frei Daniel

Augusto Rodrigues Corrêa Ermelinda Bussons dos Anjos	Grupo Escolar Floriano Peixoto
Thelma Gonçalves Sarmanho Eni do Perpétuo Socorro Corrêa	Grupo Escolar José Bonifácio
Nalmita da Costa Barradas Marlene Maria Raiol da Silva	Grupo Escolar Justo Chermont
Lourdes Marta Olga de Gaia Bastos	Grupo Escola José Veríssimo
Vega Alves de Souza Maria Cirinéa Ferreira Calado	Grupo Escolar Mario Chermont
Maria Ivone de Carvalho Luna Maria Ribeiro Vaz da Silva	Grupo Escolar Pinto Marques
Maria de Nazaré Maia	Grupo Escolar Professora Anésia
Orlandina Fernandes Nascimento Ana Catarina de Campos Ribeiro	Grupo Escolar Placidia Cardoso
(ilegível) Gomes Corrêa Aguida Silva Queiroz	Grupo Escolar Paulino de Brito
(ilegível) de Lima Maria de Nazaré Corrêa	Grupo Escolar Pedro II
Laurinéa de Lima Ferreira Maria José Mescouto	Grupo Escolar Vilhena Alves
Maria José Santana	Grupo Escolar anexo ao I.E.P.
Raimunda Queiroz dos Santos	Grupo Escolar Cornélio de Barros

Fonte: Elaboração da autora.

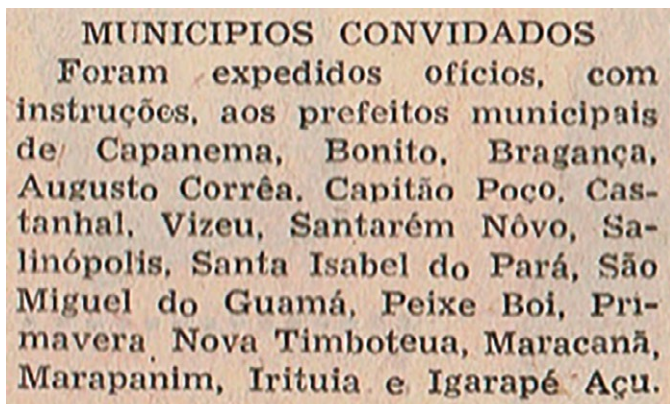
A notícia encontrada no jornal documenta uma história e rememora um passado. Esses professores têm um grande valor para a história da Educação Física paraense. Entre eles, por vezes, alguns assumiram diversas atividades relativas à Educação Física e aos esportes, tais como: os JOPAGICOS, as Demonstrações de Ginástica, cursos de

atualização para os professores, atendimento às entidades esportivas, cargos de professores, coordenadores e inspetores de Educação Física, entre outras.

É importante que as gerações presentes, envolvidas com a área, conheçam a história local onde estão inseridas e sabendo que também podem ser agentes de fortalecimento desta memória institucional. Como lembra Nunes, Matos e Cabral (2012), o resgate do passado por meio da pesquisa histórica em fontes documentais não estabelece unicamente a recuperação da informação armazenada, mas a reinvidicação do significado do passado pelo conhecimento a ser compartilhado.

Em 1963, outra reportagem da Folha do Norte, publicada no dia 19 de junho, informa sobre a realização de um Curso de Informações de Educação Física, no município de Bragança, que se situa a 213 km da capital. A publicação do jornal mostra o público pretendido, os estudos a serem feitos e os municípios convidados (figura 25) para participar, todos situados no nordeste paraense.

Figura 25 – Municípios convidados a participar do Curso de Informações de Educação Física, realizado em Bragança.



Fonte: Folha do Norte (1963, p. 7).

O curso foi promovido pelo Serviço de Educação Física do Estado, em colaboração com a Inspetoria Secional da DEF/MEC, e realizado para professores autorizados e leigos em Educação Física. Seu objetivo consistiu em atualizar e dar conhecimento a respeito das técnicas modernas e métodos de ensino das atividades físicas e da recreação. Nesse sentido, era importante pensar as escolas dos municípios do Estado como lugar em que a Educação Física já acontecia e isso demandava (in)formar professores.

Esse curso, efetivado no Instituto Santa Terezi-
nha, teve duração de vinte e um dias, com início no dia 1 de julho e término no dia 21 do mesmo mês. O plano pensado para direcioná-lo era constituído por temas variados: 1 – Educação Física Geral; 2 – Recreação e Jogos; 3 – Metodologia da Educação Física; 4 – Desportos Individuais e Coletivos. O reconhecimento de outros modos de ver e fazer Educação Física proporcionou mudanças para os professores do interior para que, assim, “[...] pudessem ensinar as novas proposições em voga” (Cunha, 2017, p. 78) em seus municípios. Era necessário que essas técnicas modernas e métodos de ensino das atividades físicas e recreação chegassem aos professores em atuação. Nessa edição, o curso foi ministrado pelo professor Raimundo Xavier Novais Barata, e pelas professoras Olga da Silva Almeida e Joana D’Arc Guimarães.

O referido curso visou autorizar os professores a lecionar Educação Física exclusivamente no município de origem do professor. Ao término, foi conferido um “Certificado de Frequência” para os alunos que obtiveram participação de 80% ou mais nas atividades do curso e que realizaram a prova de Didática. Chama a aten-

ção a notícia sobre a organização de demonstração de números variados no encerramento do curso. Esse momento era tido como apropriado para que os alunos colocassem em prática o que haviam aprendido nas aulas ministradas, sendo obrigatória a participação de todos os alunos matriculados.

Além do jornal, utilizamos, também, como fonte de coleta de dados, a entrevista realizada com uma professora que participou desse processo de formação em Educação Física na década de 1960, a professora Joventina Cardoso. Segundo ela:

A partir desses cursos os professores iam trabalhar com uma licença dada pelo Inspetor Seccional de Educação Física, o professor Nagib Coelho Matni. Foi uma evolução de metodologias, métodos de ensino. Todo ano tinham esses cursinhos e nós repetíamos o cursinho, porque só assim pegava licença para lecionar e serviam para nós continuarmos estudando e ensinando. Olha como acontecia: o professor tinha que fazer esses cursos de treinamento, depois requeria uma licença, pegava um documento que era assinado pelo Nagib e levava para a escola. A professora Olga e a professora Joana D'Arc ministravam esses cursos de Educação Física lá no Serviço de Educação Física e depois no Departamento de Educação Física, Recreação e Esportes (DEFRE). (Joventina Cardoso, 2004).

A professora Joventina Cardoso revela que os documentos sobre o desenvolvimento da Educação Física no Pará poderiam ser encontrados no Departamento

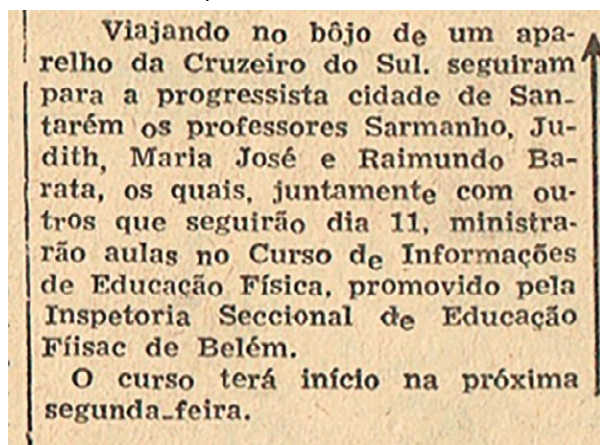
Educacional de Atividade Física (DEAF), atual Núcleo de Esporte e Lazer (NEL) que, nessa ordem, sucederam o precursor DEFRE, conforme revela a sua fala: “Lá no DEAF deve ter esses documentos, tem um arquivo, são documentos que acompanharam o desenvolvimento da Educação Física no Pará, acredito que não perderam, não devem ter se perdido.”³⁷

Contudo, durante a coleta de dados, provavelmente em razão de muitas obras e outras modificações estruturais, não conseguimos encontrar os referidos documentos, o que se constituiu como uma dificuldade para nossa pesquisa histórica sobre a história da Educação Física no Pará.

Os primeiros cursos de Educação Física, realizados na década de 1960, no Pará, contribuíram significativamente para a formação de professores, tanto que outras edições ocorreram nos anos seguintes. No período de 1964-1965, o Jornal Folha do Norte noticiou a realização de mais duas edições do Curso de Informação de Educação Física, Recreação e Esportes, sendo que a primeira aconteceu em julho de 1964, no município de Santarém, município situado no oeste paraense, com acesso através de avião, em uma hora de jato ou de barco, com duração de dois dias e meio; e a segunda, entre 10 de janeiro e 10 de fevereiro de 1965, no município de Cametá, que se situa na região do baixo Tocantins, na época com acesso apenas a viagem de barco, com duração de 10 horas (Folha do Norte, 1964).

³⁷ Excerto do depoimento de Joventina Cardoso feito durante uma entrevista realizada por Carmen Lilia da Cunha Faro, em 2004.

Figura 26 – Curso de Informação de Educação Física, Recreação e Esportes em Santarém.



Fonte: Folha do Norte (1964, p. 14).

Os cursos para as cidades de Santarém e Cametá foram responsáveis por novos espaços de aprendizagem de Educação Física escolar, pois objetivavam proporcionar conhecimentos sobre as técnicas modernas e métodos de ensino das atividades físicas e recreacionais, aos professores de Educação Física do interior do Estado. É importante ressaltar que nesse período vivíamos em plena ditadura militar, havendo intenso controle no modo de ser e de viver das pessoas e isso também repercutia na formação de professores.

Bracht (1992) aponta que nos anos da Ditadura Militar havia falta de definição do papel do professor de Educação Física, o que era útil para a consolidação do modelo pedagógico predominante:

Essa orientação parece, mais uma vez, adequar-se bem à orientação tecnicista que, principalmente nas décadas de 60 e 70, predominam no sistema educacional brasileiro, sob a égide da dita-

dura militar, do projeto “Brasil-Grande” (Bracht, 1992, p 23-24).

Nessa concepção pedagógica, uma das funções dos professores era manter a ordem e a disciplina, preceitos que se faziam presentes na formação docente. Durante o curso para a cidades de Santarém era exigido dos alunos um comportamento exemplar, trabalhar ativamente e com eficiência, posturas que deveriam se refletidas em suas aulas de Educação Física (Folha do Norte, 1964). De acordo com Arroyo (2013, p. 24):

Cada nova ideologia, nova moda econômica ou política, pedagógica e acadêmica, cada novo governante, [...] se julgam no direito de nos dizer o que não somos e o que devemos ser, de definir nosso perfil, de redefinir nosso papel social, nossos saberes e competências.

Não pretendemos neste trabalho nos debruçar no debate acerca da formação de professores de Educação Física relacionada com o contexto da Ditadura Militar no Brasil, mas reconhecemos a relevância da temática em voga e tentamos desenvolver estudos a posteriori.

Professores de renome estadual, especializados do Serviço de Educação Física do Estado que, posteriormente, se tornou o DEFRE, ministraram os cursos de Educação Física implementados em Santarém e Cametá e demais cursos ao longo da década de 1960, dentre os quais se destacam: professor Francisco Evangelista Sarmanho, professora Judith Poltronieri Lopes e professor Raimundo Barata.

O jornal O Liberal também informou, no dia 28 de fevereiro de 1964, sobre outro curso denominado Curso de Atualização de Educação Física e Recreação, que foi reali-

zado na capital Belém, pela APREFEP. De acordo com esse periódico, além da parte teórica, foram ministradas as seguintes disciplinas, com os respectivos docentes: Ginástica de Solo (sob a direção do professor Raimundo Barata); Ginástica Feminina Moderna (sob a direção da professora Raimunda Fernandes de Albuquerque – A “Dica”); Socorros Urgentes (sob a direção do professor Gerson Raposo); Dramatização e Danças Folclóricas (sob a direção da professora Joana D’Arc Guimarães); e Teatro de Fantoche (sob a direção do professor Francisco Evangelista Sarmanho).

Os professores que participaram dos Cursos Intensivos, de Atualização, de Informação, entre outros, foram fundamentais na divulgação dos conhecimentos de Educação Física no Pará. Eles ministravam e divulgavam o que aprendiam para os professores da capital e do interior. Alguns professores são mencionados como ministrantes em todas as edições; outros, têm o nome referenciado em uma ou duas edições. Contudo, é importante ressaltar que, independentemente do número de cursos que ministraram, estiveram à frente dos mesmos e contribuíram com suas ideias e ações.

Segundo nos apontam as fontes escritas e orais, Nagib Coelho Matni formou uma equipe de técnicos e professores para trabalhar com ele tanto no Serviço de Educação Física, como depois no DEFRE. Esses professores atuavam em meados da década de 1950 e na década de 1960. O Serviço de Educação Física e o DEFRE foram órgãos públicos especializados no âmbito estadual que se dedicaram à Educação Física e aos Esportes no Pará, sendo responsáveis por sistematizar e regulamentar todo o processo de formação dos professores da capital e do interior paraense, por intermédio dos cursos que promoviam. Os professores formados por esses cursos que viessem a lecionar nas escolas

deveriam pedir autorização para a Inspetoria Seccional de Educação Física.

Foi por meio desses cursos que o Estado do Pará formou seus primeiros professores de Educação Física devidamente credenciados para exercer a profissão. Foi um período basilar, mas muito interessante e necessário em virtude das ideias de formação docente que, na época, já eram defendidas pela área.

Após interpretar as reportagens de jornais sobre os conhecimentos que circularam nesses cursos, destacamos, como recorrentes, a recreação com brinquedos cantados, jogos, teatro de fantoches, danças folclóricas, a ginástica e suas ramificações. A iniciação desportiva e a presença dos desportos, foram inseridas com a justificativa de que as diversas modalidades esportivas eram de interesse e necessidade dos alunos, devido à participação deles nas aulas de Educação Física e nas competições esportivas dos JOPAGICOS, já que os esportes estavam em plena ascensão na escola nesse período (Betti, 1991).

Na década de 1960, diversas reportagens acerca dos desportos e dos eventos desportivos, realizados no Estado do Pará, como os JOPAGICOS, foram publicadas em jornais locais, e uma do jornal O Liberal nos chamou atenção, cujo título era “Maria Lenk – a primeira mulher que faz parte do Conselho Nacional de Desportos”, do dia 17 de setembro de 1964. Foi uma entrevista da Maria Emma Hulga Lenk (São Paulo, 15 de janeiro de 1915 - Rio de Janeiro, 16 de abril de 2007) para o jornalista Mario Alcântara, o qual exalta a palestra sobre o Treinamento Desportivo, que teve como local uma sala na sede do Clube do Remo.

Segundo o jornalista, Maria Lenk abordou a questão da necessidade em investir em pesquisas nessas áreas e,

referindo-se aos professores (instrutores/especializados), insistiu que precisavam conhecer a parte fisiológica para conseguir melhores resultados nas competições.

Nesse contexto, já tínhamos em Belém professores (instrutores/especializados) de Educação Física, que trabalhavam com Desportos Individuais e Desportos Coletivos dentro e fora das escolas. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, já se desenhava um processo de transformação do status profissional do professor de Educação Física, na cidade. Há evidências de que esta discussão foi afetada pelo crescimento do fenômeno esportivo no Brasil (Betti, 1991; Pinto, 2012). No Pará, principalmente em virtude da existência dos JOPAGICOS, a ginástica e as práticas esportivas compreendiam a Educação Física, o que pode ter justificado a existência e a procura de muitos professores por espaços de formação na área.

O aumento da procura por esses cursos de formação pode ter sido a necessidade de participação das escolas nos JOPAGICOS. Com a frequência cada vez maior de professores de Educação Física nas escolas, havia a necessidade de realizar mais cursos para continuarem com suas licenças, assim como, também, para obterem mais conhecimentos. De uma maneira geral, há uma ênfase à importância do processo de formação de professores na área, tanto na capital como nos demais municípios do Estado.

Os cursos e palestras realizados, na década de 1960, objetivavam, principalmente, informar e atualizar os conhecimentos dos professores que estavam atuando nas escolas. Na época, os conhecimentos advindos desses espaços de formação docente eram considerados os mais modernos e inovadores. A década de 1960 marcou a escalada do esporte em nível nacional e a integração do binômio Edu-

cação Física/Esporte nos planos e estratégias do governo brasileiro (Betti, 1991). O foco recaiu sobre o processo formador dos professores e foi desenvolvida a formação de recursos humanos para a Educação Física/Esporte.

Conforme visto nas reportagens da década de 1960, encontramos diversos registros sobre a implementação de cursos de formação de professores de Educação Física. Os cursos delineavam um discurso unificador que orientava a formação docente em todo o Pará, iniciando pela capital Belém, definindo uma política de informação e atualização de conhecimento obrigatória aos professores de Educação Física no Estado. A concepção dos cursos apontava um sentido do novo e era envolvida por um desejo de modernidade que já era observada na Educação Física da região sudeste e sul do país (Lyra, 2013).

Nesses cursos, eram valorizados a disciplina, a motivação e o interesse, que poderiam ser alcançados pela Educação Física. Cabia aos professores participantes dessas formações incutir essas características em seus alunos na escola. Segundo Lima (2012, p. 125), “[...] educando as vontades, reprimindo a agressividade, direcionando a motivação, a Educação Física contribuiria para a formação integral do sujeito trazendo benefícios para a sociedade”.

Nos anos finais da década de 1960, ainda desvelamos a realização de cursos de aperfeiçoamento em Educação Física no Pará. Em janeiro de 1968, foi anunciado no jornal *O Liberal*, um Curso de Atualização em Educação Física. Esse curso era de orientação aos candidatos inscritos no Exame de Suficiência e tinha a finalidade de credenciar professores de Educação Física ditos leigos, por não possuírem formação, para lecionar ou continuar lecionando no ensino secundário, tanto na capital como interior.

Ainda a respeito desse curso de atualização, recorremos ao Decreto nº 49. 639, de 30 de dezembro de 1960, que aprova o Regimento da DEF/MEC, e trata no seu capítulo III, art. 7, sobre a Seção de Estudos e Aperfeiçoamento (SEA), especialmente acerca da realização de cursos de preparação a exames de suficiência, conforme os seguintes parágrafos:

IX – Ministrar cursos intensivos de preparação de candidatos a exames de suficiência em localidades onde não haja pretendentes legalmente licenciados para o ensino das atividades de educação física.

X – Realizar os exames de suficiência a que se refere o item precedente.

O curso foi oferecido pela DEF/MEC, promovido pela CADES, realizado nas instalações do DEFRE e ministrado pela professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, pelo professor Armando Alcântara Von Grap e pelo professor Alberto Duarte de Oliveira.

Os participantes do curso, após o período das aulas, se submeteram ao Exame de Suficiência que era uma prova dividida em duas etapas: a prova escrita e a prova didática. A parte da didática orientava desde a postura do professor em aula até a organização dos planos de ensino (O Liberal, 1968).

Para realização desses cursos, o MEC contratava professores da cidade local onde o curso seria realizado, assim como outros de destaque nos grandes centros do país. Os docentes contratados pelo MEC, durante 30, 45 ou até 60 dias, ministravam cursos de vários conhecimentos de Educação Física e organizavam o Exame de Suficiência. A prova era para avaliar os conhecimentos concernentes à disciplina cursada.

As fontes documentais apontam que nos cursos de formação em Educação Física – por vezes intitulados de “Curso Intensivo”, “Curso de Atualização”, “Curso de Informação”, “Curso de Suficiência” e “Curso de Aperfeiçoamento” – os desportos foram aos poucos ganhando espaço. Nesses cursos, a ginástica e a dança também fizeram parte de suas programações, e as justificativas apresentadas para tal inclusão resultavam das experiências esportivas dos professores paraenses com os JOPAGICOS e com a Semana da Pátria. O quadro 6 explicita uma síntese dos cursos de Educação Física realizados na década de 1960, no Pará.

Quadro 6 – Cursos de Educação Física realizados no Pará na década de 1960

ANO	DENOMINAÇÃO	ORGANIZADOR(ES)	CIDADE
1961	Curso de Especialização em Educação Física	Serviço de Educação Física	Belém
1963	Curso de Informações de Educação Física	Inspetoria Seccional de Educação Física de Belém	Belém
1963	Curso de Informações de Educação Física	Serviço de Educação Física e Inspetoria Seccional de Educação Física	Bragança
1964	Curso de Atualização de Educação Física e Recreação	APREFEP	Belém
1964	Curso de Informações de Educação Física	Inspetoria Seccional de Educação Física	Santarém
1965	Curso de Informações de Educação Física, Recreação e Esportes	Inspetoria Seccional de Educação Física	Cametá
1968	Curso de Atualização de Educação Física	CADES e DEF/MEC	Belém

Fonte: Elaboração da autora.

Esses cursos de Educação Física, realizados na década de 1960, permitiram uma maior oxigenação para a formação de professores e se apresentaram como recursos para a divulgação de novas metodologias de ensino nos municípios do Pará, dando condições para que os professores continuassem estudando, como também deram direito a uma licença para ensinar Educação Física nas escolas. A preocupação com o aperfeiçoamento do professor de Educação Física nos parece ter sido intensificada nesse período.

O Serviço de Educação Física também priorizava a preparação do professor, por meio de Curso de Educação Física por Correspondência, que era tutelado pela DEF/MEC, como pudemos constatar na figura 27.

As publicações referentes às edições desses cursos são uma constatação de que os jornais da época foram fontes documentais imprescindíveis para esta pesquisa, pois ofereceram muitas informações sobre o delineamento dos métodos e das aulas com que os mencionados cursos foram desenvolvidos.

Sublinhamos as primeiras informações achadas e mencionadas em quase todos os cursos, que são: as cerimônias de abertura e de entrega dos certificados; a presença ilustre de autoridades; e as demonstrações de encerramento obrigatórias dos aprendizados nas aulas.

Figura 27 – Cursos de Educação Física por Correspondência – Ginástica Acrobática e História da Educação Física.



Fonte: Ministério da Educação e Cultura / Divisão de Educação Física (1965; 1967).

Na década de 1960, a formação docente em Educação Física já era uma realidade no Pará, tanto que a realização desses cursos para orientar os docentes era constante. Diante desse contexto, é possível afirmar que esses cursos eram comprometidos na produção de elementos para uma Educação Física na escola e para os esportes, e os professores lá formados aprendiam sobre a parte teórica, parte prática e didática, de um conjunto de conhecimentos, ditos modernos.

Neste capítulo, as fontes documentais (decretos, leis, artigos de jornais) e fontes orais (entrevistas) se constituíram importantes para compreender a formação de professores de Educação Física, nas décadas de 1950 e 1960, no Pará. Os dados que advém dessas fontes permitem ao

historiador/pesquisador construir sua narrativa. Na presente seção, os dados possibilitaram criar nossa narrativa e apreender com a vontade latente de “fazer dar certo”, identificada na formação de professores de Educação Física, nesse período, no Estado do Pará.

CAPÍTULO IV

MEMÓRIAS DO PERCURSO FORMATIVO DO PRIMEIRO CORPO DOCENTE DA ESEFPA: DO ENSINO PRIMÁRIO AO ENSINO SUPERIOR

A pergunta central que norteou a escritura deste capítulo foi a seguinte: **como se deu o processo de formação dos professores que constituíram o primeiro corpo docente da ESEFPA?** Como desdobramento desta, nos perguntamos também: quais experiências relacionadas à Educação Física vivenciaram os primeiros docentes, quando estudavam no ensino primário até o ensino secundário? Quais os percursos formativos vividos pelos docentes durante e depois da ENEFD? Quais as contribuições desses professores para a formação docente em Educação Física no Pará e para a gênese da ESEFPA?

Na busca dessas respostas, nosso objetivo foi reconstruir os caminhos formativos dos primeiros professores da ESEFPA, desde o ensino primário até o ingresso na instituição. Os objetivos específicos são: identificar as experiências formativas dos docentes relacionadas à Educação Física desde o ensino primário até o ensino secundário, verificar os percursos formativos vividos pelos docentes durante e depois da ENEFD e averiguar as contribuições desses professores à formação docente em Educação Física no Pará e à criação da ESEFPA.

Para dar conta dos objetivos, recorreremos às fontes dos documentos oficiais escritos e aos documentos orais, obtidos por meio de entrevistas realizadas com quatro professores: Armando Alcântara Von-Grap, Alberto Duarte de Oliveira, Eni do Perpétuo Socorro Corrêa e Vera Nazaré Cardoso de

Souza, que fizeram parte do primeiro corpo docente da ESE-FPA e que foram bolsistas, na década de 1960, da ENEFD. A escolha desses docentes se deu em razão de serem aqueles que, em nosso entendimento, se adequaram aos propósitos da pesquisa no sentido da constituição da ESEFPA.

Os depoimentos dos professores resultaram no movimento de transcrever³⁸ e transcriar³⁹ as entrevistas. A escrita do capítulo foi consequência do diálogo com os documentos existentes utilizados na pesquisa e do diálogo entre entrevistador e entrevistados. Em que pese as dificuldades enfrentadas e o trabalho realizado, somos sabedores de que, desse modo, não alcançaremos “[...] uma verdade absoluta, mas sentidos negociados, verdades circunstanciais” (Selles; Santos, 2019, p. 80). Assim, a entrevista na História Oral, segundo Alberti (2004, p. 34), é:

[...] ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista. Com uma diferença, é claro: enquanto na autobiografia há apenas um autor, na entrevista de história oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador. Mesmo que o entrevistador fale pouco para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte do seu próprio relato – científico, acadêmico, político etc. – sobre ações passadas e também de suas ações.

³⁸ “[...] destina-se à mudança do estágio da gravação oral para o escrito” (Meihy, 1996, p. 57).

³⁹ “As transcrições em história oral temática são mais limitadas e muitas vezes se restringem a corrigir repetições, mudanças estratégicas de parágrafo e complementação de frase interrompidas ou confusas” (Melhy; Seawright, 2020, p. 73).

As entrevistas não são somente relatos de ações passadas, mas resíduos dessas ações. São uma possibilidade de documentar as ações de constituição de memórias que o entrevistado e o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra (Alberti, 2004).

Trabalhamos na perspectiva da História Oral que, de acordo com Meihy e Seawright (2020, p. 27), é “[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas”, especificamente a modalidade da História Oral Temática, “[...] com ênfase não necessariamente sobre a totalidade da vida, mas sobre a informação que ajuda a explorar o tema que motiva a pesquisa” (Andrade; Almeida, 2019, p. 31).

A maneira que escolhemos para capturar as memórias dos docentes deu-se a partir de entrevistas semiestruturadas, quando o entrevistador parte de perguntas predefinidas, mas deixa o processo fluir como uma conversa de onde possa obter repostas aos seus questionamentos. Por meio das entrevistas procuramos saber sobre as vidas na infância e adolescência dos professores, as escolas onde estudaram, suas memórias na Educação Física escolar e os cursos que fizeram, e que ministraram, durante seus percursos formativos até seus ingressos na ESEFPA.

Depois de gravadas, as entrevistas foram transcritas e tratadas por meio da conferência de fidelidade (Alberti, 1989). Em seguida, a escrita do texto se entrecruzou com a articulação entre as orientações teóricas escolhidas e nossas experiências. A partir dos dados fornecidos pelas entrevistas, no que foi dito e no que não se quis dizer, pudemos observar como cada professor selecionou e organizou sua fala, de maneira a conceber a imagem que desejou mostrar.

Por meio das entrevistas, os professores analisaram suas participações e contribuições no processo de formação de professores de Educação Física. No caso desta pesquisa, a História Oral não foi utilizada para preencher as lacunas não reveladas pelos documentos existentes e sim, por ela ser de imensa potencialidade no sentido de elaborar outras versões históricas.

Nessa perspectiva, as perguntas realizadas trouxeram à tona as memórias individuais e coletivas dos docentes que nos desvendaram aspectos referentes ao objeto de estudo. É importante assinalarmos que, ao falar sobre determinado assunto, “[...] a memória do sujeito não consegue trazer à tona tudo aquilo que se passou, mas acreditamos que ela é capaz de atingir aspectos que ficaram despercebidos nos registros” (Baluta; Gomez, 2020, p. 10).

À vista disso, a partir das fontes orais, destacamos os seguintes aspectos do percurso formativo dos professores:

- **Experiências com a Educação Física na escola** se refere às experiências que os docentes tiveram nas aulas de Educação Física na escola primária, ginásial e secundária. Destacamos, ainda, a presença, ou não, da Educação Física na escola, os professores que ministravam as atividades, os conhecimentos vivenciados e os métodos adotados;
- **Experiências que antecederam à escolha de ser professor de Educação Física** traz à tona as influências da escola para a escolha profissional e o que os docentes haviam planejado antes de cursarem Educação Física;
- **Disciplinas estudadas na ENEFD e cursos vivenciados e ministrados** se referem às disciplinas que os docentes estudaram na ENEFD e aos

cursos que eles vivenciaram e ministraram depois do ensino secundário;

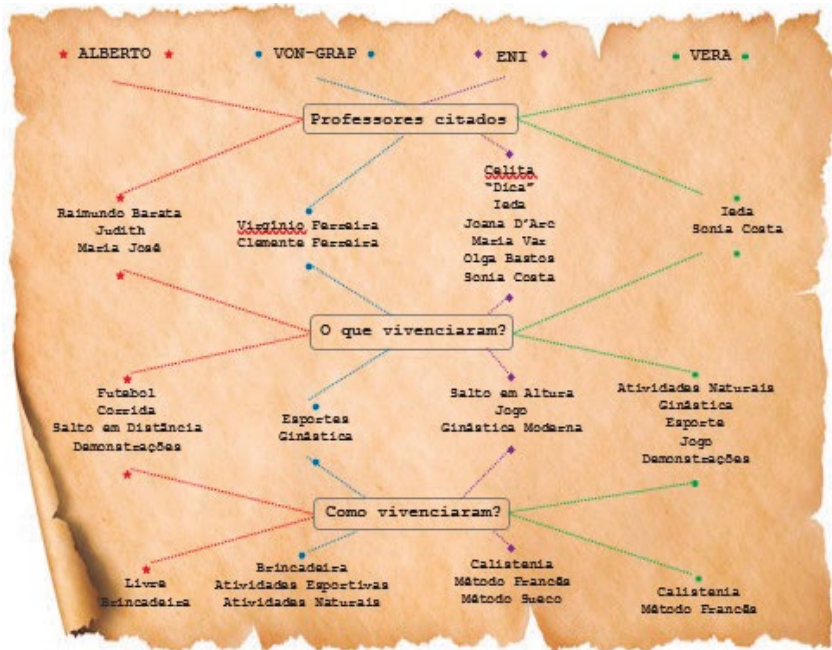
- **Contribuições à gênese da ESEFPA:** se refere aos encontros realizados para articular a criação da ESEFPA.

Esses aspectos serão esmiuçados a seguir.

4.1 “NA EDUCAÇÃO FÍSICA A GENTE NÃO FALTAVA”: EXPERIÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

Para construção deste momento, nos valem dos depoimentos dos docentes, mais especificamente por meio da seguinte pergunta: quais suas lembranças sobre Educação Física desde o primário até o secundário? De antemão, destacamos que os professores também se remeteram às experiências fora da escola, embora isto não tenha sido perguntado diretamente. Destacamos que depois das entrevistas, no decurso da transcrição, da leitura e da interpretação dos textos, identificamos a existência de material sobressalente, menção a fatos que não foram perguntados, bem como digressão, retificações etc. Assim, compete ao pesquisador recortar, selecionar e priorizar determinados excertos das entrevistas, que “[...] daquele texto resultante do diálogo serão retirados alguns discursos de acordo com os objetivos do estudo em questão” (Selles; Santos, 2019, p. 81).

Figura 28 – Experiências com a Educação Física na escola.



Fonte: Elaboração da autora.

De acordo com Bosi (1994), as memórias vêm à tona a partir de um mergulho nas raízes da história vivida. Assim fizeram os participantes desta pesquisa. Este cenário pode ser visualizado na figura 28, quando os docentes foram instigados a falar sobre suas experiências com a Educação Física na escola, relativamente aos professores citados, o que e como vivenciaram.

As demonstrações de ginástica, vivenciadas pelos professores Alberto Duarte de Oliveira e Vera Nazaré Cardoso de Souza, ocorreram em razão dos JOPAGICOS. O salto em altura, vivenciado pela professora Eni, era denominado como “Pula-Pau”, experiência que a docente vivenciou com a professora Raimunda Fernandes Albuquerque, conhecida como “Dica”. Ao destacar o jogo, nas experiências viven-

ciadas pela professora Eni, estamos nos referindo as suas memórias com um jogo popularmente conhecido, na época, como “Mãe de Barra”. Além disso, a Ginástica Moderna, vivenciada pela professora Eni, ocorreu mediante sua participação nos JOPAGICOS.

Na figura anterior, notamos as diversas versões acerca das experiências dos professores com a Educação Física na escola. Concebemos como conceituação o sentido da escola como “lugar de memória” (Nora, 1993) e focamos uma perspectiva histórica construída com as fontes orais que participaram da constituição dessa história. Ao serem perguntados sobre essas experiências, lembram, cada um ao seu modo, dos seus professores, o que estudaram e como estudaram.

4.1.1 A presença da Educação Física

Dos quatro professores, um recorda que não havia aula de Educação Física, ou um horário estabelecido pela escola para esta atividade. Esse docente, no entanto, revela que havia um professor e destaca o que faziam e como faziam. Portanto, acreditamos que as aulas aconteciam. Entretanto, na concepção do professor, aquilo não era aula de Educação Física. Nas palavras dele:

No primário, na Escola Agrícola do Outeiro, não tinha Educação Física. Meu professor de Educação Física era bem idoso [...] sem querer eu me desenvolvi por minha conta mesmo, porque não tinha aula de Educação Física, um horário, não existia praticamente [...] não tinha aula de Educação Física no secundário, de ir para uma turma e fazer exercícios (Alberto Duarte De Oliveira, 2019).

Quando o professor Alberto Duarte de Oliveira diz que durante o seu primário e secundário “não tinha aula de Educação Física”, o depoimento dele nos dá pistas para percebermos que naquele momento a Educação Física no Colégio Estadual Magalhães Barata era suspensa e substituída pelo treinamento das equipes que participavam dos JOPAGICOS e das demonstrações de ginástica. Em nível nacional, isso se coaduna com Betti (1991, p. 92), que nos chama a atenção quanto ao fato de que nesse período aconteceu “[...] a suspensão das atividades escolares para participações em competições esportivas e demonstrações de Educação Física”.

Todos os outros três professores recordam que tiveram experiências com a Educação Física na escola. Ressaltamos que o tempo histórico lembrado pelos professores data do período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, aproximadamente. Na década de 1960, a Educação Física estava se consolidando e era obrigatória no ensino primário e médio, mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Betti, 1991), como bem reforçado no depoimento da professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, quando se recorda que fez todo o seu primário no Instituto Suíço-Brasileiro, durante cinco anos: “Era obrigatória a Educação Física, pois fazia parte do currículo”.

Embora houvesse obrigatoriedade, desde 1882 como já citado anteriormente, para a prática de exercícios físicos na escola primária, essa obrigatoriedade não era cumprida efetivamente na maioria dos estados brasileiros, pois era praticamente inexistente (Costa, 1971).

Dos entrevistados, o professor Armando Alcântara Von-Grap que estudou o primário no Grupo Escolar Justo Chermont, afirma que raramente existiam aulas de Educa-

ção Física. Já no Colégio Estadual Paes de Carvalho, no qual estudou o ensino secundário, o professor lembra que eram obrigatórias as atividades de Educação Física. No seu relato, o professor rememora a sua vivência com a Educação Física e revela:

Quando eu frequentava o curso primário, não existia Educação Física nos grupos e nos colégios [...] No Colégio Paes de Carvalho, onde estudei todas as séries, eu frequentei as aulas que eram realizadas pela manhã ou à tarde, dependendo do horário das aulas. (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

A professora Vera Nazaré Cardoso de Souza não revela diretamente se havia ou não aula de Educação Física, mas a docente se reporta às diversas experiências no Grupo Escolar Dr. Freitas e no Instituto de Educação do Pará (IEP, antiga Escola Normal), destacando que foi no primeiro desses que começou a praticar “Atividades Naturais”.

4.1.2 Quem ministrava as aulas

No que diz respeito aos professores que ministravam as aulas/atividades, nesse período, os docentes lembram de todos com carinho e admiração.

O professor Alberto Duarte de Oliveira não cita o nome do seu professor no primário, mas lembra do professor do Colégio Estadual Magalhães Barata (Secundário) e diz que “[...] no Colégio Magalhães Barata tinha um professor de Educação Física, o Barata, que trabalhava com a Judith e com a Maria José, que eram professores não licenciados, mas já davam aulas”.

Da mesma maneira, o professor Armando Alcântara Von-Grap recorda dos docentes no Colégio Estadual Paes

de Carvalho, ressaltando que lá os professores eram Virgínio Ferreira e Clemente Ferreira, habilitados por cursos práticos. O depoimento abaixo delineia isso:

[...] o professor titular era o professor Virgínio Ferreira, muito conhecido em Belém. Ele, como já estava numa certa idade, deixou o filho dele, o Clemente Ferreira, tomar conta das aulas de Educação Física. Os dois professores de Educação Física, pai e filho, eram portadores de cursos práticos, pois não existia, no Estado, Escola de Educação Física. O professor Virgínio Ferreira demonstrava muitos conhecimentos sobre as matérias adquiridas em outros estados brasileiros (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

Ambos os professores trazem à tona a formação dos sujeitos que ministravam as aulas de Educação Física naquele momento pois, em vários estados do país, inclusive no Pará, não havia cursos de formação de professores de Educação Física em nível superior e, dessa maneira, “[...] cumpria-se a obrigatoriedade de Educação Física mediante a atuação dos leigos” (Menezes, 1998, p. 161).

Como discutido no capítulo anterior, no contexto paraense, os cursos de formação de professores, nas décadas de 1950 e 1960, promoviam aperfeiçoamento para os professores leigos que ministravam aulas nesse período, a exemplo dos realizados pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), pela Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), pelo Serviço de Educação Física, pelo Departamento de Educação Física, Recreação e Esportes (DEFRE), pela Inspetoria Seccional de Educação Física de Belém e pela

Associação dos Professores de Educação Física do Pará (APREFEP). Assinalamos, ainda, que esses professores iam obter formação em outros estados, mediante a participação em jornadas, estágios, cursos, entre outros espaços.

A professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa destaca que no primário, no Instituto Suíço Brasileiro, durante 5 (cinco) anos, teve o privilégio de ser aluna da professora Olga de Gaia Bastos⁴⁰ e da professora Raimunda Fernandes Albuquerque, a “Dica”⁴¹. Ela destaca:

Quando eu falo da minha referência de vida profissional e pessoal, tenho que ressaltar a minha querida Raimunda Albuquerque. Ela me chamava de Socorro. Eu acho que toda essa questão de perfeição de forma, tudo perfeito, veio da ‘Dica’. Uma coisa que ela deixou em mim foi o cuidado pela perfeição do movimento, os exercícios ocorriam e ela falava ‘estica o braço, mais embaixo’, não era alonga (risos), ‘faça correto’, ela corrigia muito, muito, muito (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

⁴⁰ Olga de Gaia Bastos foi uma das 25 professoras formadas pelo Curso Normal de Educação Física da Escola Paraense de Educação Física, em 21 de março de 1943.

⁴¹ Raimunda Fernandes Albuquerque, que era também conhecida como professora “Dica”, começou seus estudos no Grupo Escolar Dr. Freitas, onde estudou o primário. Posteriormente, na Escola Normal, ingressou nos cursos ginásial e normal e se formou em 21 de abril de 1942. No ano seguinte, concluiu o Curso de Educação Física, em 21 de março de 1943, pela Escola de Educação Física do Pará. Sua vida profissional começou aos 11 anos, como auxiliar da professora Lucy e, aos 22 anos, foi nomeada como professora primária na cidade de Santarém, onde passou um ano. Em 1945, retornou a Belém-PA e continuou como professora de Educação Física no Grupo Escolar Dr. Freitas. Foi diretora do Departamento de Educação Física, Recreação e Esportes (DEFRE), depois, Núcleo de Educação Física (NEF), Departamento Educacional de Educação Física do Pará (DEAF/SEDUC), hoje conhecido como Núcleo de Esporte e Lazer (NEL/SEDUC).

A professora Eni também rememora suas professoras de Educação Física na Escola Normal:

[...] fui prestar o concurso de admissão para fazer o Instituto de Educação do Pará, antiga Escola Normal, e passei. Fiz os quatro anos ginasiais e os três anos pedagógicos [...] lá eu estive com as professoras Sônia Costa, Joana D'arc de Oliveira, Ieda e ainda tinha outra, bem mais antiga, a Celita (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

A professora Vera, por sua vez, não recordou de suas professoras do Grupo Escolar, mas lembrou daquelas que lecionavam ginástica no IEP (Magistério) e se reporta às professoras Sônia Guimarães da Costa e Ieda: “No IEP, na parte da ginástica, eu acho que as professoras da época eram as professoras Sônia Guimarães da Costa e a Ieda, não lembro o sobrenome”.

4.1.3 O que vivenciaram

A partir das memórias dos professores com a Educação Física na escola, fluíram experiências concretas relacionadas aos esportes, ginástica e jogos. Essas práticas eram amplamente divulgadas na Educação Física brasileira da época (Oliveira, 2010) e marcaram a infância e a adolescência dos sujeitos entrevistados.

No que diz respeito aos conhecimentos que os professores experienciaram sobre a Educação Física, podemos destacar os diferentes esportes praticados, como: arco e flecha, futebol, voleibol, basquetebol, atletismo (corridas, salto em altura, “pula-pau”, salto em distância), jogos (queimada, “mãe de barra”) e ginástica. Os professores relatam, com riquezas de detalhes, suas vivências escolares com es-

sas atividades, conforme podemos verificar nos destaques a seguir:

O que se usava na época muito era o bastão, que era parte da calistenia, e atividades esportivas, como o vôlei, queimada, a gente chamava de cemitério. No Dr. Freitas nós não tínhamos essas atividades, a não ser próximas do período da demonstração que era setembro, a gente começava a ensaiar para as demonstrações de campo [...] no primário praticamente era jogo de bola, atividade da infância da gente, a cultura do povo, ensaio de quadrilha [...] O que me chamou atenção na Educação Física, no ensino primário, era a ginástica de campo, os exercícios localizados, a calistenia, hoje em dia identifico assim. No IEP os jogos, a parte dos desportos, o vôlei, o basquete. Mais o basquete, porque eu nunca fui chegada em voleibol (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

No primário, na Escola Agrícola de Outeiro [...] ainda era um pouquinho a lei do mais forte. A turma queria futebol todo tempo e eu nunca fui bom de futebol [...] eu ficava brincando no campo de futebol, pois lá tinha uma caixinha de salto em distância [...] Então eu não jogava bola, mas comecei a brincar de correr, sozinho mesmo. Tanto que quando eu estava no último ano ganhei a minha primeira corrida (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Quando eu frequentava as aulas de Educação Física no Colégio Paes de Carvalho, eu me dispunha a realizar todas as

tarefas que o professor exigia. As tarefas eram corridas (pequenas, no ambiente pequeno), pulos (diversos), futebol e outras tarefas criadas pelo professor. Tinha ginástica e esporte em geral (Armando Alcântara Von-Gráp, 2020).

Eu te ressalto que a gente já fazia atletismo com ela, o tal do ‘pula-pau’ que era um sarrafo com dois postes, quer dizer, a gente praticava atletismo [...] minha turma gostava muito de jogos, jogávamos ‘mãe de barra’, uma porção de atividades que a gente jogava. Na Educação Física a gente não faltava e foi lá que eu conheci a Ginástica Moderna (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Registramos que nas aulas de Educação Física, nas décadas de 1950 e 1960, começaram a aparecer outros tipos de ginástica como, por exemplo, a Ginástica Moderna. Vários professores, nesse período, adquiriam conhecimentos para ministrar aula de Ginástica Moderna, mediante cursos intensivos que aconteciam no Pará e em outros estados brasileiros.

Nessa época, foram convidados, para vir ao Brasil, estudiosos de Educação Física e de ginástica para ministrar cursos aos professores brasileiros. Enfatizamos os nomes das professoras Margareth Froelich, da Áustria, e Ilona Peuker, austro-húngara, que lecionaram aulas sobre Ginástica Moderna (Nedialcova; Barros, 1999), primórdio da atual Ginástica Rítmica⁴². Essas iniciativas contribuíram para a divulgação e aprendizado desta modalidade pelo país.

⁴² Variada terminologia: Ginástica Moderna (1963); Ginástica Feminina Moderna e Ginástica Rítmica Moderna (1972); Ginástica Rítmica Desportiva (1975) e Ginástica Rítmica (1998) – conferir em Gaio (2007).

Em conformidade com Peuker (1974), a Ginástica Moderna foi divulgada, no início da década de 1950, por intermédio dos cursos intensivos para professores de Educação Física em vários estados brasileiros e, com isso, ela passou a ser lecionada nas escolas primárias e secundárias. Além dos cursos, a Ginástica Moderna foi também introduzida nas demonstrações de ginástica no nível escolar, como também nos campeonatos realizados com a participação de colégios e escolas, como os jogos estudantis etc. Foi um momento, no ensino secundário brasileiro, em que a organização da Educação Física estava sendo disseminada pelo país (Lourdes, 2007).

Observamos que diversas foram as professoras protagonistas e disseminadoras de Ginástica Moderna no ensino secundário paraense, como Celita, Sônia Guimarães da Costa, Ieda, Maria Ribeiro Vaz da Silva e Joana D'Arc de Oliveira, que participavam dos cursos de aperfeiçoamento e atualização em Educação Física, nas décadas de 1950 e 1960 e, dessa forma, estavam envolvidas nas propostas de desenvolvimento da Educação Física no Brasil. A Ginástica Moderna era apresentada nas demonstrações de campo realizadas na abertura dos JOPAGICOS. A professora Eni relembra essas demonstrações:

A gente participava muito das demonstrações dos Jogos Paraenses Ginásio-Colegiais [...] e toda essa vivência de Ginástica Feminina Moderna acontecia nas aulas de Educação Física e nas exibições das festas cívicas, ou seja, na abertura da Semana da Pátria que, também, coincidia com a abertura dos JOPAGICOS (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

A professora Vera Nazaré Cardoso de Souza rememora o que aconteceu nas aulas de Educação Física na escola dizendo:

Faziam aquelas demonstrações de campo, não recordo os professores que eram. Eu me lembro que eu era guia que ficava em cima da mesa e lá as outras meninas olhavam, não sei se recordas como era antigamente essas atividades do grupo escolar [...] No IEP, na parte da ginástica, eu acho que as professoras da época eram as professoras Sônia Guimarães da Costa e a Ieda, não lembro o sobrenome, talvez me conhecessem do grupo escolar, então me colocavam na parte de execução das demonstrações (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

O professor Alberto Duarte de Oliveira relembra seu envolvimento com o esporte/atletismo desde os 14 anos, nas competições que participou. Representando a Escola Agrícola Manoel Barata (Outeiro/PA), este docente viveu sua primeira competição esportiva nessa modalidade. Em meados da década de 1950, o relato abaixo retrata experiência com o atletismo em uma corrida de rua:

[...] lá foi meu primeiro contato com o atletismo, porque quando o professor faltava, geralmente, nós ficávamos a manhã inteira livre e eu gostava de correr no tempo livre [...] como eu te falei, eu estudava o curso ginásial na escola agrícola e lá era só bola que jogavam e meu joanete me acabava. Quando não tinha uma ou duas aulas na semana, fazíamos tarefas relacionadas à limpeza da escola e o resto do tempo era bola

e todo mundo criticava, porque nós tínhamos de 8h às 11h, que era o período de aula, mas a gente só estudava de 8h às 9h, no máximo, e sobrava duas horas pra ir ao futebol, mas fui me esquivando de futebol, porque não conseguia jogar, era ruim, e comecei a ficar de fora, comecei a brincar, a saltar, brincar na caixinha de salto e, depois, lá no terceiro ano, comecei a brincar de correr no campo. De manhã cedo eu me levantava e começava correr. Teve uma corrida de rua que ia da Escola Agrícola até à praia de Outeiro e quase todos os alunos da escola participaram [...] Só entendi que ia ganhar essa competição quando estavam faltando uns 300 metros. Estava na frente correndo e o restante dos colegas andando. Depois eu entendi por que ganhei a corrida: todo dia eu corria, corria e corria [...] Ganhei a primeira corrida da minha vida. Foi uma frustração, porque a premiação era para ser dada por um comerciante do bairro, mas ele não compareceu e ficou para depois (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Como visto, o fato de o professor Alberto ter tempo livre para “brincar na caixinha de salto” se dava por um dos dois motivos: os professores faltavam ou as aulas terminavam mais cedo que o previsto. Sua turma aproveitava para jogar futebol, mas ele não gostava e seu joanete não permitia, por isso aproveitava o tempo livre para correr em volta do campo de futebol da escola e praticar saltos. Por conta desse fato, ele nos diz que, “sem querer”, se desenvolveu no Atletismo.

Depois da Escola Agrícola Manoel Barata (Outeiro/PA), o professor foi estudar no Colégio Estadual Magalhães Bara-

ta onde foi estimulado por vários professores a participar das demonstrações da abertura dos JOPAGICOS e da equipe de atletismo que representava o colégio. Ao participar dessa equipe, ele só fez aprimorar o que já estava praticando:

Eu gostava muito de esporte. Eu participava das demonstrações para abertura dos JOPAGICOS, fazia piruetas, cambalhotas [...] no secundário comecei a me envolver, comecei a brincar de treinar, era eu mesmo que me treinava. Tinha ajuda da Maria José e da Judith, elas me davam uma força. E o Barata que foi o professor que me marcou, ele me botou no circuito dos JOPAGICOS e do Clube do Remo, mas nunca fui treinado por ninguém. Competi pelo Magalhães Barata nos JOPAGICOS todos os anos. No terceiro ano eu já me destacava. Como ninguém treinava em lugar nenhum, você começa a aparecer. Era o tempo em que o Pelé⁴³ e o Lobato com seus irmãos eram as estrelas do atletismo. Eles eram ‘fera’ correndo. Ainda não era assim relacionado com nenhum deles. Eu gostava de ver os três correndo. Eu já corria 300 metros com barreira, treinava por minha conta mesmo, sem ter noção de treinamento, só de tentar fazer, fazer, fazer... então, inclusive arranjei um sapato de prego, mas acho que foi o Barata que me deu, o Barata sempre me deu força (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

⁴³ Ronaldo Estevão Lobato, conhecido como Pelé, foi um atleta paraense de destaque nacional nos saltos em distância e salto triplo, tendo representado o Brasil nas Universíades.

A professora Eni relembra que sempre participava dos JOPAGICOS, pois foi uma praticante de esporte, detalha também suas experiências esportivas no Clube do Remo. Além disso, ela fala sobre a inexistência de ensino e treinamento de algumas práticas esportivas no colégio:

Olha, vou te contar uma piada, num dos jogos, a Sônia Guimarães da Costa e a Joana D'Arc pediram para eu participar nos JOPAGICOS. A gente fazia de tudo. Lembro que num dos jogos tinha que preencher a equipe do arco e flecha, porque a participação nas modalidades marcava ponto para o Colégio. Eu nunca tinha pegado num arco e flecha (risos), 'Eni, tu vais?', eu disse 'Vou, não tem problema'. Eu fui, peguei esse arco e flecha e até hoje não sabem onde está a flecha (risos) [...] gostaria de falar mais uma coisa, no ginásio, nós, uma turminha de colegas do IEP, quando saíamos de lá e íamos para nossas casas, passávamos pelo Clube do Remo. Uma vez paramos lá e perguntamos se nos ensinavam a jogar basquete e vôlei (risos). Tinha um técnico de Pernambuco e perguntamos se podia nos ensinar. E nós fomos para lá 'cara de pau', tínhamos entre 14 e 15 anos, estávamos com tudo, e lá nos ensinaram. Foi lá que aprendi a jogar basquete e vôlei e isso serviu para que a gente fosse auxiliar o IEP nos JOPAGICOS. Nós não tínhamos uma formação esportiva, nós corríamos atrás. Lembrei, me lembrei. Quando era no final de se-

mana, eu estava no Clube do Remo ou no SESC, a Maria José também participava do SESC jogando voleibol e basquetebol. Então nós íamos treinar voleibol e basquete no SESC da Doca de Souza Franco para treinar para os JOPAGICOS. A gente ia lá, pedia a quadra e levava o nosso treinador para treinarmos, entendeu? Eu morava lá perto, me lembro que para chegar lá era difícil porque a Doca de Souza Franco era um lamaçal, era só capim, mas a gente ia treinar. A gente dava muito apoio aos nossos professores em termos de conseguir quadra, técnico. Nossos professores no colégio tinham pouca formação, pouco apoio (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Vejamos como foi o depoimento da professora Vera, quando ela falou sobre sua experiência nos JOPAGICOS e seu envolvimento com o basquete:

Eu treinava basquete pelo Paysandu e pelo IEP e, assim, competi pelo IEP nos JOPAGICOS e pelo clube [...] as professoras do IEP pegavam quem tivesse mais tendência para alguma atividade esportiva [...] me escolheram para jogar basquete. Fui ao Paysandu para aprender, aprendi, gostei e acabei ficando no time de basquete feminino do clube (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

Os JOPAGICOS constituíram “[...] uma das mais belas manifestações cívico-desportivas da juventude estudantil de nosso Estado [...] de grande valia para o progresso da

Educação Física e dos desportos no Pará” (O liberal, 1969, p. 6). Na década de 1960, esses jogos eram promovidos pelo DEFRE, da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, e envolviam a participação de vários colégios da capital, e atletas de ambos os sexos na abertura e competindo em diferentes modalidades.

O professor Alberto recorda que participava da abertura desses jogos: “Eu gostava muito de esporte. Eu participava das demonstrações para abertura dos JOPAGICOS [...] ia fazer uma demonstração pra abertura dos JOPAGICOS, me chamavam” (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Esses jogos, em suas aberturas, sempre contavam com autoridades civis e militares do Estado e do município. Eram quase sempre realizados em estádios de futebol e com uma programação que constava do hasteamento das bandeiras, das demonstrações de ginástica, da condução do fogo simbólico, da declaração de abertura, do juramento do atleta-estudante, da execução do hino nacional e, encerrando a programação, o desfile das equipes. A figura 29 apresenta vários momentos da abertura desses jogos.

Figura 29 – Abertura dos VII JOPAGICOS.



Fonte: O Liberal (1961, p. 8).

Os JOPAGICOS foram eventos esportivos presentes na vida dos sujeitos da pesquisa e de outros professores de Educação Física e técnicos, principalmente daqueles à frente das equipes estudantis. Esses jogos foram fundamentais para o estabelecimento de cursos de formação docente, em meados da década de 1950 e ao longo da década de 1960, que contribuíram para o aprendizado esportivo dos professores que atuavam com as equipes estudantis nos jogos.

Segundo os entrevistados, os JOPAGICOS foram espaços em Belém-PA para disseminar os esportes. Com essa competição, o esporte foi ganhando destaque dentro e fora da escola.

4.1.4 Como vivenciaram

Ressaltamos que, quando perguntados sobre os métodos que seus professores utilizavam nas aulas de Educação Física, os professores entrevistados fizeram referência ao Método Francês, ao Método Sueco, ao Método Calistênico, às atividades esportivas e atividades naturais, além de outras que visavam à integração dos esportes, dos jogos, das brincadeiras e das atividades livres nas sessões de

Educação Física escolar, conforme exposto anteriormente na figura 28.

Os cursos que aconteciam no Pará, durante as décadas de 1950 e 1960, eram importantes propagadores para a disseminação, entre os professores paraenses, dos métodos internacionais de Educação Física. Com a frequência maior de professores nas escolas, os cursos reforçavam as necessidades de se ter um método nas aulas que estavam ministrando. Com base nas memórias dos sujeitos da pesquisa, apresentamos, nos trechos dos depoimentos a seguir, os métodos que seus professores utilizavam nas escolas paraenses:

Eu acho que era ginástica, eram mais exercícios marcados, assim, digamos, tipo calistenia, método francês. Me lembro que lá na ENEFD nós aprendemos o método natural e o método francês. Eu acredito que era isso que usávamos no IEP (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

[...] as atividades esportivas e atividades de maneira extremamente natural. A Educação Física era utilizada como brincadeira para os alunos participantes das aulas (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

[...] o esporte que a gente fazia era livre (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Ainda no meu primário, a professora Raimunda Albuquerque, a 'Dica', falava em calistenia e método francês [...] No secundário, era o método francês, método calistênico, método natural, ginástica sueca e ginástica moderna (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Com base nos depoimentos, foi possível evidenciar alguns métodos presentes nas atividades da Educação Física vivenciadas pelos referidos professores. As apresentações das memórias dos professores nos fazem pensar que, de alguma maneira, esses métodos em tempos anteriores foram desenvolvidos e reconhecidos na Educação Física escolar paraense.

Salientamos que os professores Von-Grap e Alberto não fizeram referência aos termos Método Natural Austríaco e Educação Física Desportiva Generalizada. Contudo, pontuamos sobre esses métodos, que reorientaram a Educação Física brasileira, pois as falas dos professores se aproximaram de uma metodologia que recorda as temáticas de aulas dos métodos de origem francesa e austríaca que, também, foram divulgados, aceitos e utilizados, no Pará, nos cursos promovidos pela CADES e pela DEF/MEC, nas décadas de 1950 e 1960. Lembremos que tal “[...] proposta de reorientação da Educação Física brasileira, na década de 1950, não se apresentou como algo que determinou e condicionou a ação de todos os sujeitos envolvidos no debate da área” (Cunha, 2017, p. 153).

No Brasil, os métodos usados eram veiculados, entre outros, pelos seguintes professores estrangeiros: Gehard Schmidt (Método Natural Austríaco), Margareth Froelich (Ginástica Feminina Moderna) e Auguste Listello (Educação Física Desportiva Generalizada). Entretanto, sublinhamos que os métodos, por vezes, não eram utilizados por professores brasileiros, devido às limitações da realidade de cada Estado. Vários professores atuantes nas escolas buscavam alternativas do que acreditavam ser melhor para suas aulas ou o que eles conseguissem trabalhar a partir de suas realidades, como destacado por Villela (1992, p. 23):

[...] podemos, então, perceber uma elite dirigente, quase inocente, sempre bem-intencionada, buscando no estrangeiro as melhores ideias que, infelizmente, aqui nunca encontram campo fértil para vingar, devido às limitações da nossa realidade.

No Pará, nas décadas de 1950 e 1960, as temáticas recreação, jogos e brincadeiras eram recorrentes em cursos voltados à formação de professores de Educação Física, conforme consta em publicações de jornais da época⁴⁴. Souza Junior (2005) nos adverte, por sua vez, a não nos esquecermos que a Educação Física no ensino primário tinha caráter recreativo.

4.2 “O DESTINO ME ENCAMINHANDO PARA O MEU FUTURO”: A ESCOLHA DE SER PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

De acordo com Moita (2000, p. 116), o processo de construção de uma identidade profissional vai sendo delineado, além de outras coisas, por meio das interações que os sujeitos vão estabelecendo entre o “[...] universo profissional e os outros universos socioculturais”. Representam este universo o dia a dia, as referências de lugar, de amigos, de familiares, de professores etc. Portanto, as escolhas por uma profissão não ocorrem de forma simples, elas não estão definidas a priori.

A memória nos permitiu conceber um entendimento de como os professores significaram, ou ressignificaram, no tempo presente, suas experiências remotas com a Educação Física. O mergulho no cotidiano dos professores, en-

⁴⁴ Folha do Norte, 28 de junho de 1956, p. 6; O Liberal, 8 de abril de 1958, p. 6; O Estado do Pará, 16 de fevereiro de 1961, p. 5; Folha do Norte, 30 de dezembro de 1964, p. 5.

quanto estudantes nas escolas e antes de ir para ENEFD, nos mostrou uma mistura do vivido com o esperado, no que diz respeito à escolha da profissão.

4.2.1 A escola e suas influências

Sobre as influências das vivências na escola, recorremos às memórias da professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa ao narrar seu processo de identificação com a profissão:

No IEP, antiga Escola Normal, continuou o impulso a minha vocação, que já se apresentava como se fosse Educação Física [...] O Nagib já existia naquela época, eu lembro ainda do Nagib entrando lá no IEP, ele era Inspetor Federal, era algo inacessível... quando que eu ia pensar que eu ia me tornar uma filha profissional do Nagib, sabe o que é aquela garotinha, aquela adolescente que olha assim... ‘O Nagib chegou’. A vida dá tantas voltas, a vida é engraçada... uma coisa interessante! (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

O professor Alberto Duarte de Oliveira, quanto à influência na escolha profissional, relata que não escolheu a profissão de Educação Física; e que “foi ela que entrou” em sua vida, como consequência do seu contato com o esporte:

Olha, eu até diria o seguinte, eu não escolhi a profissão de Educação Física (risos), mas ela entrou na minha vida, não por um acaso, mas de uma forma indireta. Quer dizer, eu diria que talvez lá na Escola Agrícola do Outeiro eu comecei a me iniciar no esporte (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Por sua vez, o professor Armando Alcântara Von-Grap relembra que sempre gostava das aulas de Educação Física, que tinha uma aula por semana e que era obrigatória, porém participava todos os dias e, com isso, foi “classificado como futuro professor de Educação Física” e que, possivelmente, sua escolha pela Educação Física foi influenciada por suas aulas:

O fato é que quando eu fazia as aulas de Educação Física, eu era obrigado a frequentar apenas uma aula por semana. No entanto, como eu gostava dessas atividades de Educação Física, de esportes, eu dizia pra minha mãe, eu devia ter em torno de 13 anos, que eu tinha aula de Educação Física todo dia [...] e o professor chegava e dizia ‘mas tu tens obrigação só de uma vez, por que está vindo todo dia?’ eu disse, ‘eu venho porque eu gosto, posso ficar?’, ele disse ‘pode ficar’. Aí eu ficava fazendo aula de Educação Física. Então, isso me levou a gostar ainda mais das aulas de Educação Física. Quer dizer, parece-me, dava a entender, que a Educação Física já estava brotando no meu sangue (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

Nesse mesmo caminhar, a professora Vera Nazaré Cardoso de Souza destaca o seu envolvimento com a Educação Física, em virtude “do destino”:

E depois de lá desse grupo Pinto Marques, eu fui para o Dr. Freitas, e parecendo o destino me encaminhando para o meu futuro, porque atrás do Dr. Freitas tinha um lugar onde o Nagib trabalhava com a parte de Educação Física (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

Por meio das memórias e lembranças, os professores demonstraram que o interesse pela Educação Física teve motivações diferentes. Essa assertiva encontra apoio nas palavras de Cavaco (1999, p. 178), quando diz que:

[...] a escolha de uma profissão e a trajetória de trabalho de um indivíduo resultam de múltiplos factores: implicam redes de relações sociais e culturais tecidas a diversos níveis e atravessadas por lógicas próprias, feitas de acasos e circunstâncias, de aspirações e de constrangimentos, de coincidências e de decisões.

Nos foi possível perceber que os depoimentos dos professores entrevistados convergiram com o exposto por essa pesquisadora portuguesa.

4.2.2 As tramas depois do ensino secundário

Levando em conta as palavras de Cavaco (1999), antes de escolher a Educação Física, destacamos que três dos quatro docentes entrevistados haviam planejado outros caminhos que perpassaram pela ideia de seguir profissionalmente, que seriam: a medicina (Vera), a engenharia (Alberto) e a administração (Von-Grap). Apenas a professora Eni vislumbrava, como alternativa profissional, o magistério, ensinando Educação Física, mesmo sendo um objetivo difícil de se alcançar na época. Devido às diversas circunstâncias, todos os quatro fizeram a opção por viajar para prestar vestibular na ENEFD, no Rio de Janeiro, na década de 1960.

4.2.2.1 Do pensamento em Medicina para a Educação Física

Vera Nazaré Cardoso de Souza estudava no IEP junto com sua colega Vandete da Horta Guimarães que disponibilizava sua casa para se prepararem juntas para fa-

zer vestibular de medicina. De acordo com os relatos da docente seu pai “[...] não podia ajudar a cursar medicina” pois, na época, era muito difícil entrar nessa faculdade e os livros eram caríssimos. Em uma dessas idas para a casa da Vandete, a docente relata o encontro com a professora Raimunda Estela Bezerra⁴⁵:

[...] e a professora Estela virou para mim e disse: ‘Vera, por que essa história de fazer medicina se tu eras chegada ao esporte e a ginástica?’.

Aí eu disse ‘aqui tem faculdade de medicina, aqui não tem Educação Física’, e a Estela respondeu ‘vai lá no DEFRE te inscrever para uma seleção para fazer vestibular de Educação Física na ENEFD’. Eu disse ‘nunca fui nem no Mosqueiro⁴⁶, quanto mais no Rio de Janeiro’ (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

Motivada pela professora Raimunda Estela Bezerra, a docente foi ao DEFRE falar com a professora Olga Almeida, responsável naquele momento pela inscrição para a seleção de bolsas da ENEFD. Após isso, continuou sua vida normal. De acordo com a fala da docente, em janeiro de 1963, a professora Olga Almeida foi até sua casa e a chamou para fazer o teste de seleção e concorrer a uma vaga no vestibular da ENEFD.

Segundo Pires, Rocha Júnior e Marta (2013), para o ingresso na ENEFD, era obrigatório um exame vestibular que compreendia: provas de sanidade, capacidade física e

⁴⁵ Raimunda Estela Bezerra foi aluna do Curso Intensivo de Educação Física promovido pela CADES, em 1956. Foi uma professora influente na Educação Física e no Esporte no cenário paraense, nas décadas de 1950 e 1960, e trabalhou como professora de Educação Física no Colégio Visconde de Souza Franco.

⁴⁶ Distrito de Belém, distante 60 km da capital.

provas intelectuais. De acordo com os critérios da época, os candidatos, ao irem para o Rio de Janeiro, para se candidatar às bolsas de estudos da ENEFD, eram submetidos primeiramente a uma seleção nos seus estados de origem.

Seguindo suas lembranças, a docente relatou sobre sua ida com a professora Olga Almeida ao Colégio Estadual Visconde de Souza Franco e sobre o processo de seleção:

Aí eu fui com ela para pegar a Rural Willys do Nagib e dali nós fomos eu, a Iracema, a Cândida e uma outra que não lembro o nome, para o Souza Franco fazer o exame de seleção naquele bosque maravilhoso. Lá, nós fizemos prova De Salto Em Distância, Salto Em Altura, Corrida e Exercícios Rítmicos (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

A docente revela que não foi classificada na corrida, mas conseguiu classificação nas provas de salto em distância, salto em altura e nos exercícios rítmicos. Para que acontecesse essa seleção, foi necessária uma comissão encarregada com tal propósito, e que, segundo a professora Vera, seria constituída pela professora Sônia Mártires e (talvez) pela professora Sônia Guimarães da Costa. Diante desse cenário, a docente foi selecionada para prestar o vestibular da ENEFD com bolsa de estudo e, assim, descreve sua experiência:

[...] Eu cheguei em casa, fui avisar meu pai, não tinha nem mala. Quando entrei na Rural Willys as meninas já tinham até enxoval pronto para ir para o Rio de Janeiro. Me lembrei que a mamãe fez toalha de saco de trigo para eu levar porque não tinha toalha felpuda nessa época, se tinha era muito cara. Eu levei

a roupa, o uniforme de ginástica que eu usava no IEP, aquele ‘shortão’ fofo e aquela blusa branca com zíper na frente sem manga. Eu acho que levei rede (pensativa). Não me lembro como eram as companhias aéreas, mas era muito caro, fui pelo avião da FAB (Força Aérea Brasileira), que se sentava de lado. E aí chegamos ao Rio (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

Chegando ao Rio de Janeiro, era necessário os pré-selecionados realizarem o exame vestibular para ingresso na ENEFD e obtenção da bolsa de estudo. A docente ressalta que o paraense Raimundo Azevedo a ajudou muito a ser aprovada nessa seleção.

Embora a docente estivesse certa do que queria para seu futuro, que era ser médica, não foi o que veio a ocorrer. Estimulada pela professora Raimunda Estela Bezerra e indicada pelo professor Nagib Coelho Matni, ingressou na ENEFD, em 1963.

O governador em exercício, Dionísio Bentes de Carvalho [...] no expediente de 03 de maio de 1963 [...] assinava várias portarias, entre as quais a de nº. 81, que autorizava a se afastarem do Estado, as professoras Iracema Rayol Aranha e Vera Nazareth Cardoso de Sousa, ocupantes do cargo de Professor Auxiliar, a partir de 28 de março do corrente ano até o término da Bolsa de Estudos concedida pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, no Estado da Guanabara⁴⁷,

⁴⁷ A Guanabara foi, entre 1960 e 1975, um estado brasileiro que atualmente equivale ao município do Rio de Janeiro, razão pela qual essas

sem perda de seus vencimentos (Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2012, p. 72).

Sobre sua colação de grau na ENEFD, Vera relembra:

Fui com aquela roupa preta horrorosa, aquele chapéu. Na colação teve aquela história de jogar o chapéu pra cima, que depois vai procurar e não acha e tem que devolver pra faculdade. Meu pai foi meu paraninfo e cheguei atrasada, porque meu pai foi daqui de Belém para o Rio de Janeiro. Não me lembro do local. Recebi um diploma imenso, acho que quase meio metro de comprimento [...] não fui para o baile de formatura, não tinha dinheiro pra comprar roupa (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

As memórias da professora Vera nos possibilitaram a reconstrução de momentos significativos na mudança de rumo do trajeto sonhado para estudar medicina à concretização profissional por meio da Educação Física.

4.2.2.2 Do pensamento em Engenharia para a Educação Física

O professor Alberto Duarte de Oliveira cursava o terceiro ano científico do Colégio Estadual Magalhães Barata, na área de exatas, no ano de 1964. Estava se preparando para realizar o vestibular para o curso de Engenharia. No final do ano, sua mãe lhe diz que o professor Nagib Coelho Matni tinha perguntado se ele queria cursar Educação Física na ENEFD, no Rio de Janeiro. Diante do convite, ficou pensativo, pois “não sabia que Educação Física era curso superior”. A esse respeito, assim se expressou:

distintas denominações são por vezes utilizadas para designar o mesmo município.

Isso aconteceu perto do Natal. A minha mãe era muito amiga da esposa do professor Nagib. Morava perto de casa, ali na rua Municipalidade, entre as travessas Dom Pedro I e Soares Carneiro, quase próximo da esquina da rua Municipalidade. Me falou que o Nagib mandou perguntar se eu queria fazer a ENEFD no Rio de Janeiro. Eu não tinha intimidade com ele, era um cara conhecidíssimo... acho que quem me indicou para ele foi o Barata, meu professor de Educação Física [...] fui conversar com o professor Nagib, pois não sabia que era curso superior. O professor Gerson Raposo, professor de Matemática do Colégio Magalhães Barata, me chamou e falou ‘tu estás doido, cara? Tu sabes se isso é curso superior?’, falei ‘não sei’. Mas eu não estava pensando em fazer Educação Física, eu ia aproveitar a ida para lá para fazer vestibular para a Engenharia, só que eu não tinha a menor ideia do que era o Rio de Janeiro e que precisava de dinheiro para isso [...]. Essa realidade de frequentar cursinho, eu vi que não tinha condições de fazer para prestar vestibular, eu não podia pagar, o dinheiro que levei acabou em dois ou três dias, a bolsa levei seis meses para receber (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Para ter acesso ao curso da ENEFD, o professor passou por exame vestibular que consistiu em provas teóricas. Ele conta sobre seu processo de seleção:

Eu cheguei atrasado, mas o professor Nagib era muito amigo do diretor da

ENEFD e eu pude fazer a prova sozinho e quase que não passo. Eu não estudava biologia, eu estudava física, química e matemática [...]. Fiz provas de português, biologia [...] sei que consegui passar. Era mais relação teórica. Eu sempre achei que o professor de Educação Física não precisa ser um atleta, precisa ter cabeça (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

O professor traz à tona suas lembranças, depois de ter sido aprovado:

Aí eu comecei a competir atletismo no Rio de Janeiro, comecei a viajar, comecei a gostar da ENEFD, esqueci engenharia. Eu não iria conseguir estudar mesmo. Então, não me arrependo, porque minha vida de professor de Educação Física, profissional e de empresário, foi 100%. Então, foi mais ou menos assim (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

O professor Alberto, em sua juventude, estava ligado ao esporte. Escolhendo o atletismo, desde cedo começou a participar de competições e era estimulado pelo professor Raimundo Barata, no Colégio Estadual Magalhães Barata. Segundo o docente, ao concluir o secundário, na área de ciências exatas, nesse colégio, por se julgar muito bom em Matemática, dizia que queria ser engenheiro. Porém, não foi o que aconteceu. Convidado pelo professor Nagib Coelho Matni, em 1965, ingressou na ENEFD.

4.2.2.3 Do pensamento em Administração para a Educação Física

O professor Armando Alcântara Von-Grap, depois de cursar o ensino secundário, fez vestibular para Adminis-

tração e já havia passado em duas provas quando desistiu. Em seu relato, destaca a importância do professor Francisco Evangelista Sarmanho, encarregado das atividades físicas com a Recreação do Serviço Social do Comércio (SESC), na escolha pela Educação Física.

O docente relembra que, ao concluir o secundário, teve a oportunidade de trabalhar no SESC e lá encontrou o referido professor (que já conhecia o professor Nagib Coelho Matni do DEFRE). Nos momentos de recreação dos funcionários, o professor Sarmanho o observava jogando futebol e, também, percebeu que ele gostava muito de Educação Física.

Segundo o docente, em uma determinada ocasião, o professor Sarmanho, ao perceber sua paixão pela área, perguntou se ele queria cursar Educação Física: “Von-grap, tu não queres fazer Educação Física?”. Ele revela que se sentiu desafiado e perguntou onde faria o curso se aceitasse. Sobre esse momento, nos diz:

As palavras finais do professor Sarmanho, na ocasião do convite, eu gravei na memória: ‘te indico na Secretaria de Educação para te mandar para o Rio de Janeiro e formar em Educação Física, com ensino superior’. A minha resposta para o Sarmanho, foi esta: ‘rapaz, escreve meu nome aí, eu vou participar’ (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

Seguindo suas lembranças, o professor Von-Grap quando rememorou sobre o processo de bolsas de estudos da ENEFD, lembrou da mediação do professor Nagib Coelho Matni na seleção dos bolsistas paraenses que foram à ENEFD, ao longo da década de 1960, bem como sobre o vestibular desta escola e a obrigação do retorno após o término do curso.

Quando o governador nomeou o professor Nagib Coelho Matni como chefe do Serviço de Educação Física, ele começou a lutar pela Educação Física no Pará. Ele mandou buscar alguns professores de fora, e começou a fazer cursos, justamente para desenvolver a Educação Física aqui no Estado. Através do Secretário de Educação Física ele entrou em contato com a ENEFD, onde ele estudou, para mandar candidato para lá, para estudar e voltar para cá com o intuito de fundar uma escola. Quando chegou, em 1961, ele conseguiu com o governador e com o Secretário de Educação mandar dois candidatos bolsistas para o Rio de Janeiro. Ia para lá prestar vestibular para estudar. Os dois primeiros foram a professora Sônia Martires e o professor Raimundo Nonato de Azevedo. Eles se formaram, mas ficaram por lá, não voltaram. Com isso, o governador e o secretário de educação quiseram cortar a bolsa. 'Olha, foram dois, não vieram, por que eu vou mandar de novo?'. Aí o Nagib lutou, lutou e quando chegou em 1962, não foi ninguém. Em 1963, foram duas candidatas daqui, as professoras Iracema Rayol Aranha e Vera Nazaré Cardoso de Souza. Estudaram, se formaram e voltaram. O curso era de três anos, elas foram em 1963, ficaram 1963, 1964 e 1965. Em 1964, fomos eu e a professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa e nos formamos em dezembro de 1966, com o compromisso de voltarmos para Belém. No ano de 1965, foram mais

dois candidatos, Alberto Duarte de Oliveira e a Múcia Martires (que não era bolsista) que, depois de formados, se casaram e voltaram para Belém. Quando chegou, em 1966, no último ano, o Nagib só encontrou uma moça para ir ao de Rio de Janeiro, chamada Alice Pina, mas ela também não voltou. Aí, o Nagib achou que era suficiente aquele grupo de pessoas. Começamos indo com bolsa de estudos para o Rio de Janeiro, comprometidos em voltar e fundar essa escola [a ESEFPa] (Armando Alcântara Von-Gráp, 2020).

Em sua fala, o professor Von-Gráp ressalta que viajou junto com a professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa e que realizaram os exames vestibulares da ENEFD e foram aprovados:

Eu e a Eni viajamos juntos no mesmo dia, no avião da antiga Paraense Transportes Aéreo. Nós nos apresentamos na ENEFD, da Universidade do Brasil, frequentamos um curso grátis para o vestibular. No mesmo ambiente da escola realizamos as provas práticas e teóricas e tempos depois veio a comunicação: fomos aprovados e, para mim era uma felicidade total (Armando Alcântara Von-Gráp, 2020).

O professor Armando Von-Gráp queria, para seu futuro, ser administrador; entretanto, não foi o que veio acontecer. Entusiasmado com a Educação Física, incentivado pelo professor Francisco Evangelista Sarmanho e convocado pelo professor Nagib Coelho Matni, formou-se na ENEFD, em 1966. O seu diploma pode ser visualizado no Anexo I.

4.2.2.4 Rumo à Educação Física

Como já relatado, a professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa cursou o ensino superior na ENEFD, no mesmo período que o professor Armando Alcântara Von-Grap. Os dois foram contemporâneos nos anos de 1964, 1965 e 1966.

A professora Eni faz uma narrativa das experiências que vivenciou antes do convite do professor Nagib Coelho Matni para cursar a ENEFD, até o seu aceite. As memórias da docente fazem emergir sua afeição pela Educação Física e pela docência, desde o curso pedagógico no IEP, o que se contrapõe ao idealizado pelos demais professores entrevistados.

A entrevistada relata que, logo após a conclusão do magistério no IEP, obteve um certificado de Auxiliar de Educação Física e, com isso, teve a oportunidade de exercer a docência na área.

Tudo era no IEP, antiga Escola Normal, e esses três anos nos credenciaram. Quando formamos saímos com certificado, um mini diploma de auxiliar de Educação Física. Na nossa colação de grau nós fomos, eu lembro perfeitamente, condecoradas pelo professor Jonathas Pontes Athias com as medalhas que a gente tinha obtido nos JOPAGICOS. Além do diploma, recebemos, também, isso, essas medalhas que acho que tenho algumas por aí e o diploma de auxiliar de Educação Física. Nós nos formamos e naquela época a faculdade era distante, era um sonho para minha família muito humilde, meu pai era funcionário público, trabalhava para sustentar a nossa família (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Ao tomarmos como fonte essa entrevista, ela nos permitiu entender a formação do Auxiliar de Educação Física no IEP, para lecionar no ensino primário, pela perspectiva de quem participou levando em consideração as experiências, as vivências, os sentidos que ela atribuiu a cada lembrança que se apresentou, como bem traduz Guimarães Rosa (2001, p. 114-115), em *Grande Sertão: Veredas*: “a lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento”. São essas lembranças de vivências armazenadas na memória que são capazes de nos narrar trechos de uma história que não se revela por completo nos documentos (Selles; Santos, 2019).

A professora Eni relata que, nessa época, a Secretaria de Educação e Cultura de Belém-PA oportunizava vagas para trabalhar com a Educação Física a pessoas portadoras do certificado de Auxiliar de Educação Física com um bom desempenho esportivo, parâmetros nos quais se enquadrava. Assim ela rememora:

[...] nós tivemos, depois de formadas, que ir à Secretaria de Educação para saber em que escola nós estaríamos lotadas. Me avisaram e eu fui para a Secretaria de Educação que havia em frente ao IEP. Quando cheguei, encontrei com a Ana Lucia, essa que era a amiga da Eterilda, que também jogava basquete. A Ana Lucia, a Constância eram de uma turma que adorava atividade física. A Ana Lúcia me disse ‘Eni, tu já soubeste?’, eu disse ‘Que foi, Ana Lúcia?’ e ela respondeu ‘A Secretaria de Educação está pedindo o seguinte, aqueles que quiserem optar em vez de trabalhar em Letras, trabalhar em Educação Física, podem ir lá na Secretaria de Educação

que eles aceitam, desde que tenha um currículo bom nos Jogos Paraenses Ginásio-Colegiais, e nós temos, Eni, nós fomos campeãs’, respondi ‘É verdade, Ana Lucia! Eu vou lá’ (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

A atividade física sempre chamou sua atenção. Jogar em clubes, participar de demonstrações, dos JOPAGICOS, e seu aprendizado e convivência com professores de Educação Física contribuíram para o seu processo de formação docente. Antes de indicar a professora Eni, o professor Nagib Coelho Matni já tinha recomendado outras pessoas para prestar vestibular e cursar a ENEFD. A formação superior na referida escola, nesse período, envolvia a indicação desse professor àqueles que tinham interesse em cursar Educação Física:

Uma vez o Nagib conversou comigo, se eu não gostaria de fazer a ENEFD. Era o nosso mundo aquele DEFRE. Eu tinha saído do IEP, como auxiliar de Educação Física, não tinha muita coisa, tinha muita vontade e tinha aptidão para a coisa. E o Nagib voltou a conversar comigo sobre a bolsa de estudo da ENEFD, disse que tinha observado meu trabalho. Eu disse ‘gostaria, mas meu pai era tradicional e disse não, não e não’. Meu pai não me deixou ir da primeira vez, o que eu podia fazer? Aí quando foi pela segunda vez o Nagib disse ‘Eni, você quer ir? Eu vou falar com teu pai’. O paizinho deixou e eu fui fazer o vestibular (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

A professora ressalta que iniciou seus preparativos para o vestibular da ENEFD estudando em sua residência

e treinando a parte prática no Colégio Estadual Visconde de Souza Franco, “naquele bosque que existia ali em volta”, rememora Eni. Além disso, continuava seus treinos de basquete e voleibol nos clubes e participava dos festivais do professor Augusto Rodrigues Corrêa e, ainda, ministrava aulas. Todas essas atividades a ajudaram no vestibular da ENEFD: “A minha atividade física permaneceu o tempo todo, então eu tinha um bom condicionamento físico para fazer a faculdade. Engraçado, eu tinha certeza de que ia passar” (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Antes de sua ida para cursar a ENEFD, Eni conversou com a professora Raimunda Fernandes Albuquerque (também conhecida por “Dica”), que a influenciou na sua vida profissional:

[...] eu nunca vou esquecer que quando eu fui para o Rio de Janeiro para fazer minha faculdade, eu falei com a “Dica”, conversamos e ela disse ‘vai e você vai passar, agora toma esta oração’, a oração dizia assim: *‘Valei-me Nossa Senhora Sant’Ana, Jesus Cristo com seu poder, Nossa Senhora das Graças que eu estou pedindo vencer’*. Isso foi o que a professora Albuquerque me ensinou e, graças a Deus, fui lá e venci (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Ao chegar na ENEFD para prestar o vestibular, a professora Eni rememora que, além de realizar a prova prática de atletismo (corrida de resistência, salto em altura, salto em distância) e de natação, realizou uma prova de coordenação e uma prova escrita que consistia em uma redação de um tema. Por fim, fez prova oral, uma arguição feita por professores catedráticos sobre várias disciplinas.

A docente já estava certa do que queria para o seu futuro: ser professora de Educação Física e foi o que aconteceu. Eni se formou e recorda sobre sua colação de grau:

[...] a nossa formatura foi com pompas e circunstância. A nossa missa foi na capela da Universidade do Brasil, que ficava na Avenida Pasteur. A colação de grau foi na Escola de Música da universidade que fica na Cinelândia. Ainda existe hoje essa escola de música. E houve outra cerimônia, onde recebemos o certificado de beca. A festa de formatura foi na Secretaria de Educação do Estado da Guanabara. A minha colação foi com o Armando. Nos formamos na mesma turma (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Após seu retorno a Belém-PA, Eni integrou, juntamente com Alberto e Von-Grap, o grupo que desenvolveu o projeto de criação da ESEFPA “[...] e a ideia do Nagib era isso, realmente, mandar a gente para a ENEFD para depois voltar para formarmos um grupo para criar a ESEFPA” (Eni, 2019). De fato, com suas ideias, o professor Nagib Coelho Matni empolgou esses docentes para os estudos na área da Educação Física e, posteriormente, para a criação da ESEFPA.

Foi possível perceber que as experiências vividas inicialmente com a Educação Física na escola exerceram fortes influências na escolha de ser docente de Educação Física. Nesse sentido, concordamos com Moita (2000) quando diz que a escola pode ser um espaço de abertura de perspectivas e valores sobre ser professor.

As experiências da escola e a influência de professores anteriores à formação profissional marcaram a vida dos professores e, como diz Gonzaguinha: “[...] toda pessoa sem-

pre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas” (Trecho da música “Caminhos do Coração”). Nos relatos de vida dos professores entrevistados, é possível perceber que os contatos diários com professores, com os esportes e com a prática da Educação Física, no período de escolarização, influenciaram, de maneira significativa, suas escolhas profissionais.

Em conformidade com Souza e Almeida (2013), é possível o entendimento de que as narrativas dos educadores são frutos de interações sociais e da compreensão de que a formação é um trabalho reflexivo acerca dos percursos de vida e das opções que cada um faz ao longo de sua existência, entrelaçando com motivadores políticos e socioeconômicos de cada momento histórico.

4.3 “TUDO O QUE EU PODIA FAZER EU FAZIA”: DISCIPLINAS DA ENEFD E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COM A DOCÊNCIA

Ao chegarem à ENEFD, os docentes, então estudantes, vivenciaram diversas disciplinas coordenadas por professores conhecidos na área. Concomitante ao curso superior, os alunos também procuraram complementar os conhecimentos participando de diversos eventos referentes à Educação Física, assim como desenvolveram a docência em diversos espaços educacionais. Diante desse contexto formativo, esses professores sempre eram chamados ao Estado do Pará e a outros estados do país para disseminar seus conhecimentos.

4.3.1 Disciplinas estudadas e seus respectivos professores

A professora Vera Nazaré Cardoso de Souza recorda que depois de aprovada começou a estudar diversas dis-

ciplinas no primeiro ano, como natação (ministrada pela famosa professora Maria Lenk), ginástica, dança, entre outras, como destacamos no trecho abaixo:

[...] com a Maria Jacy estudei ginástica; com as professoras Helena Sá Earp, Glória Futuro e Erica Saur estudei dança [...] tinham outras matérias que era para o lado da medicina como anatomia, cinesiologia, fisiologia, essas assim (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

Nesse caminho da formação, o professor Alberto Duarte de Oliveira teve a companhia de diversos professores e vivenciou inúmeras disciplinas. Mas, no momento da entrevista, nem todos foram lembrados, ou seja, suas lembranças resultaram do trabalho da memória no tempo presente; de lembranças, esquecimentos e silêncios (Pollak, 1989). Levando em conta este pensamento, mostramos a narrativa deste professor ao longo do seu percurso formativo.

Eu me lembro de algumas disciplinas teóricas, como a Psicologia, Anatomia, Biometria, Didática e Fisioterapia. Tinham outras que não me lembro. As aulas teóricas eram ministradas em sala de aula, com uma certa deficiência, como todas as escolas têm [...] na aula prática de Nataação, para ser aprovado no primeiro ano tinha que nadar 1000 metros de *crawl*. Eu achava um absurdo. Eu não tinha que ser atleta, tinha que estar na beira da piscina e saber ensinar. Tinha que saber nadar os quatro estilos, mas não precisava nadar 1000 metros. Preciso saber se consigo nadar, se vou conseguir ensinar alguém (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

A fonte oral possibilitou rememorar o percurso formativo, desvendando sentimentos ocultos no decurso da história. O professor Alberto carrega consigo os sentimentos e seus pensamentos sobre as disciplinas em seu processo formativo. Nesse sentido, afirma que:

Tá meio difícil lembrar os nomes dos professores. Eu gostava do professor de Fisioterapia e do de Voleibol [...] eu gostava do professor de Atletismo, o Oswaldo Gonçalves, era um cara que gostava de mim, e eu tinha uma certa admiração e respeito por ele, ele era do Atletismo, muito conhecido [...] eu gostava da aula de Natação, mas não gostava da forma de avaliação e da metodologia [...] no futebol, eu não gostava da disciplina, mas gostava do professor. Ele levava uma foto para tentar imaginar o que teria acontecido naquela foto. Um dos poucos professores que agia assim. Ele tinha umas colocações bacanas na hora da aula [...] tinha uns professores bons, sabe? Tu vais aprendendo o que tu podes. Era aquele sistema de apostila (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Verificando outra linha de lembrança, o professor Armando Alcântara Von-Grap conta que o currículo da ENE-FD estava organizado em três anos e oferecia disciplinas ligadas aos departamentos de Biologia, de Terapêutica, de Pedagogia e de Ginástica e Recreação. No trecho abaixo, o docente assinala algumas das disciplinas que desenhavam a matriz curricular utilizada no curso quando estudou, entre os anos de 1964 e 1966:

As aulas teóricas eram de Anatomia, Fisiologia, Psicologia, entre outras e eram

ministradas nas salas de aulas. As disciplinas práticas como ginástica geral (ginástica de aparelho) e as atividades desportivas (natação, atletismo, voleibol, basquetebol, futebol) eram realizadas quase em todas as séries. Eram importantes para a formação de professores. Os conhecimentos das aulas eram variados para empregar depois na minha profissão. Os docentes eram médicos, professores de Educação Física, psicólogos, entre outros (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

A ENEFD, em 1965, oferecia em seu curso disciplinas do Departamento de Biologia⁴⁸, Departamento de Terapêutica⁴⁹, Departamento de Atividades Desportivas⁵⁰, Departamento de Pedagogia⁵¹ e Departamento de Ginástica e Recreação⁵² (Arquivos Da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, 1965).

Sobre os professores, Von-Grap revela:

Eu tive muitos professores que me influenciaram, aprendi muito com eles. Um que me chamou atenção foi o professor de ginástica geral. Me transformei em um professor de ginástica geral quando vim para cá. Trouxe todos esses conhecimentos (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

⁴⁸ Anatomia Humana e Higiene Aplicada; Cinesiologia Aplicada; Fisiologia Aplicada; Biometria Aplicada.

⁴⁹ Fisioterapia Aplicada; Metabologia Aplicada; Traumatologia Desportiva e Socorros de Urgência.

⁵⁰ Desportos Aquáticos e Náuticos Masculinos; Desportos Aquáticos Femininos; Desportos Terrestres Individuais e Coletivos; Desportos de Ataque e Defesa.

⁵¹ Psicologia Aplicada; Pedagogia; História, Organização e Administração da Educação Física.

⁵² Ginástica geral masculina; Ginástica Geral Feminina; e Dança.

No que diz respeito às disciplinas e professores, a docente Eni, em sua lembrança, cita a existência de professores catedráticos, adjuntos, entre outros. Além da presença de médicos, havia professores com formação superior em Educação Física e em outras áreas. As aulas eram teóricas e práticas com professores reconhecidos, enfatizando que “A Maria Lenk foi minha professora de natação. Eu fazia Ginástica Rítmica Moderna com a Érica Saur e Fernanda Beltrão e a dança com a Helena Sá Earp e com as assistentes dela”.

Em suas memórias, a professora Eni ressalta a importância dos seus estudos na ENEFD, para a sua atuação como docente de Educação Física.

Nós não tínhamos noção da relevância da ENEFD, foi a primeira escola superior de Educação Física no Brasil ligada a uma universidade. Foi uma honra, um privilégio. Eu era uma leiga aqui em Belém. Foi uma contribuição incomensurável, foi para mim como abrir uma cortina de um grande universo de conhecimento (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

As memórias sobre as disciplinas vivenciadas pelos professores entrevistados, quando alunos na ENEFD, se mostraram importantes no momento da gênese da ESEFPA, como será possível constatar mais adiante.

4.3.2 Cursos vivenciados e ministrados

Além de estarem cursando a ENEFD, os professores aproveitaram as oportunidades que a cidade do Rio de Janeiro lhes proporcionava e participaram de outros cursos, eventos e trabalhos relacionados à Educação Física.

Muitos foram os cursos e eventos realizados pelos professores Von-Grap, Alberto, Eni e Vera e, em razão de mais de meio século decorrido, mostrá-los não foi tarefa simples. Apresentamos o que eles lembraram de mais relevante das décadas de 1960 a 1970. Ao trazer as narrativas desses docentes, observamos a possibilidade de compreender suas participações, mediante suas memórias, articuladas aos documentos escritos, como o *Curriculum Vitae* e o Currículo da Plataforma Lattes⁵³, assim como os contextos históricos vivenciados nessas décadas.

Ainda que os eventos e cursos tenham sido vivenciados apenas pelos sujeitos docentes, concordamos com Halbwachs (2003) quando diz que a memória, como no caso dos professores, pode estar ligada ao contexto social e que suas lembranças permanecem coletivas e entrelaçadas nas lembranças dos outros. “Isto acontece porque jamais estamos sós” (p. 30).

Vejamos, agora, a fala da professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa.

No Rio de Janeiro, muitos professores sabiam que eu era de Belém do Pará, abriam as portas de sua casa para eu pesquisar, estudar em seus livros. Encontrei bons professores, professores amigos. Eu cansei de ir à casa da Érica Saur, lá em Santa Tereza, onde ela morava, pedir ensinamentos. A Ilona Peuker me recebeu no grupo dela como estagiária. Nós fomos muito ajudadas, acho que eles viam nosso interesse. Nós éramos carentes de conhecimentos, tinha pouco material aqui em Belém, eu participava de cursos, congressos. A vi-

⁵³ Disponível em <https://lattes.cnpq.br>

vência lá na ENEFD e no Rio de Janeiro foi uma contribuição incomensurável. Os professores eram amigos. Eu sugava tudo o que podia, eu passava o dia todo naquela escola. Lá no Rio de Janeiro, eu ia muito ao Ministério da Educação e Cultura pegar livros, documentos que o professor Nagib Matni pedia. No Rio de Janeiro eu tinha acesso à legislação da Educação Física, o que estava acontecendo. Eu não parava. Fiz curso de Orientação Educacional, de Atletismo, de Voleibol, de Dança, de Ginástica, de arbitragem, participei dos Jogos da Primavera (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

A “voz” da professora Eni nos permitiu narrar as memórias de suas experiências quando esteve no Rio de Janeiro, ao longo de seu processo de escolarização na ENEFD. Nos fica visível o elo de suas vivências envolvendo a cidade, as pessoas e o contexto social. Isso também contribuiu para sua formação. Quanto ao percurso formativo, a professora Eni destaca:

Tudo isso enriqueceu o conhecimento (o contato com os colegas, com os professores e instituições). Eu aproveitava tudo. Chegava aqui em Belém, passava para o pessoal. Eu sempre acrescentava mais alguma coisa, que vinha de mim. É isso, é o padrão, eu vou dar só isso? Não! Eu pegava o conhecimento e sempre aumentava com minha contribuição, eu sabia como as pessoas daqui precisavam aprender (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Ao relatar sua formação, a professora Eni fez um resgate do que viveu, como essa experiência representou e o que ela construiu de lá até chegar em Belém. Ou seja, suas lembranças demonstraram como a percepção do vivido foi se transformando com o tempo e com a reflexão de sua prática, a partir de outras práticas. Nesse mesmo sentido, Freire (1991, p. 58), ao se referir a esse processo em torno da formação de professores, destaca: “[...] ninguém nasce educador ou marcado para ser educador, faz-se educador, formamo-nos como educadores permanentemente, na prática e na reflexão da prática”.

Na década de 1960, o professor Armando Alcântara Von-Grap participou de eventos e cursos na Guanabara, entre os anos de 1964 e 1966, se apropriou de conhecimentos e os divulgou como professor formador; posteriormente, a partir de ideias e experiências sobre Educação Física veiculadas nos eventos e cursos. Nesse período, o professor Von-Grap participou dos seguintes cursos⁵⁴: Mecânica do Atletismo – Guanabara/1964; Regras Oficiais de Voleibol – Guanabara/1964; Alimentação e Desporto – Guanabara/1964; Regras Oficiais de Atletismo – Guanabara/1965; Mecânica do Halterofilismo – Guanabara/1966; e Orientação Educacional – Guanabara/1966; XVIII Jogos da Primavera (desfile) – Rio de Janeiro/1966.

Depois de licenciado pela ENEFD, o professor Von-Grap retornou ao Pará e continuou a participar de cursos e eventos, dessa vez na capital Belém: curso de Técnica de Basquetebol – Belém/1972; de Técnica de Voleibol – Belém/1972; de Técnicas de Ensino – Belém/1972; Aperfeiçoamento em técnicas desportivas do Voleibol – Belém/1974; Aperfeiçoamento em técnicas desportivas do

⁵⁴ Extraído do *Curriculum Vitae* do professor Armando, datilografado em 1996.

Basquetebol – Belém/1974; Aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior – Belém/1976; Aperfeiçoamento em Metodologia do treinamento Desportivo – Belém/1978; e Metodologia do Ensino Superior – Belém/1979.

Além de Guanabara e Belém-PA, o professor Armando Von-Grap participou de cursos nos seguintes lugares: Aperfeiçoamento em Didática da Educação Física – SP/1977; Curso Internacional de Atualização de Didática da Educação Física – Fortaleza/1977; e Curso Internacional de Ginástica escolar especial (1ª etapa) – João Pessoa/1979. Esses eventos e cursos foram significativos no itinerário de formação do professor Von-Grap, sobre isso ele relata que “[...] além das práticas esportivas, participei de vários cursos de aprofundamento das atividades físicas que me foram importantes após a minha licenciatura”.

O professor Alberto recordou, com ajuda de seu Currículo *Lattes*, que tanto no Rio de Janeiro, quanto em Belém, e até mesmo em outros países, ele gostava de participar de eventos e cursos⁵⁵, nas décadas de 1960 e 1970, e ainda completou dizendo “[...] os que eu tinha condições de fazer, eu fazia!”. Dentre eles, destacamos: Competições de Atletismo – 1965 a 1967; Orientação Educacional – Guanabara/1966; Atualização em halterofilismo – Guanabara/1966; Introdução a Moderna Ciência do Treinamento do Esporte, 1968; Atualização em Handball, 1968; Atualização em Natação, 1968; Ginástica de Solo e Olímpica – Belém/1971; Especialização em Aperfeiçoamento de Atletismo, Johannes Gutenberg – Universität Mainz (JGU), Alemanha/1974; Especialização em Técnico de Atletismo: Escola Superior de Educação Física do Pará, Belém/1974; Especialização em Aperfeiçoamento em Atletismo: JGU, Alemanha/1975;

⁵⁵ Extraído do Currículo *Lattes* do professor Alberto, atualizado em 2006.

e Especialização em Aperfeiçoamento em Atletismo: TU Dortmund University, Alemanha/1976. No final da década de 1970, o docente ainda iniciou o Mestrado em Educação Física na Brigham Young University (BYU), em Provo/Utah, nos Estados Unidos, no período de 1979 a 1981.

Enquanto líamos a transcrição da entrevista do professor Alberto, encontramos várias lembranças sobre suas experiências com o atletismo. O docente destacou os reflexos de sua participação como atleta em eventos competitivos que o fizeram conhecer vários estados do Brasil e outros países como Argentina e Uruguai. Em suas palavras:

[...] comecei a me dar bem em competições de atletismo, comecei a viajar. Eu tinha pelo menos duas competições oficiais por ano. Eu competia pela ENEFD, competia pelo estado do Rio de Janeiro. Então eu viajei muito, com isso conheci quase todo o Brasil “com as pernas”. E deu certo! (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Na entrevista, em um certo momento, o docente diz de suas frustrações e sonhos não realizados em competições esportivas. Por meio das entrevistas, os sujeitos podem expressar impressões, sentimentos e sonhos e falar sobre sua experiência pessoal segundo sua vontade e condições.

Eu tive frustrações no curso universitário na ENEFD. Consegui índice para competir no Japão. Mas acabei sendo cortado, me tiraram e colocaram um outro, era no revezamento. Aquele técnico do João do Pulo, que por sinal hoje é meu amigo. Mas fui selecionado, fui para São Paulo, dormi no vestiário. No dia seguinte, foram embora e me deixa-

ram com passaporte na mão e não fui competir no Japão. Não ia ganhar nada, mas treinei feito um louco, sabe? (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

O amadurecimento docente vai se consolidando em meio às experiências, situações inusitadas, imprevistos e releituras, que levam ao enfrentamento de desafios (Soares, 2014) presentes no exercício da docência. Sobre esse assunto, ao rememorar sobre seu egresso da faculdade, o professor Alberto faz a seguinte reflexão:

Olha, quando a gente sai da faculdade a gente pode até sair com aquela vontade tremenda, mas eu acho que o conhecimento a gente vai ganhando com o tempo. Foi o que aconteceu comigo. No Rio de Janeiro eu não tive experiência em sala de aula, já vim ter mais experiências aqui (em Belém). Dediquei maior parte da minha vida ao atletismo, em aprender treinamento. Lá (no Rio de Janeiro) tudo o que eu podia fazer eu fazia. Eu fiz curso de atualização em handebol, halterofilismo e natação (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Outras experiências foram aguçadas, ajudaram no seu percurso formativo e contribuíram para o seu aperfeiçoamento profissional na década de 1960. Desse modo, o Rio de Janeiro lhe oportunizou experiências com o atletismo, com a docência superior interligando com outros conhecimentos como: Curso de Orientação Educacional; Curso de Introdução à Moderna Ciência do Treinamento do Esporte.

A professora Vera Nazaré Cardoso de Souza, por meio de suas memórias, nos possibilitou conhecer o que ela experienciou no Rio de Janeiro, quando estudante da ENEFD:

Quando cheguei no Rio de Janeiro fui trabalhar numa escola maternal, como professora de Educação Física, sem entender muitas coisas. Mas, sempre fui curiosa, procurava pesquisar, estudar e fazer. Tempos depois eu fui para a Associação Cristã de Moços (ACM), trabalhei natação com as crianças também [...]. Eu joguei pelo Flamengo, pelo Botafogo e pelo Vasco [...] Queria saber das atividades, dos jogos. Eu jogava muito (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

Em suas memórias, Vera afirma que participou do Curso de Pedagogia e obteve habilitações em Supervisão e Administração Educacional e Educação Especial.

[...] eu era muito amiga do professor Antônio Gomes Moreira Junior, do “Moreirinha”, ele era não sei o quê da universidade, que era uma sede ali na Generalíssimo Deodoro, quase com a Antônio Barreto, e a gente conversando ele me disse: ‘minha filha, você tem que fazer um curso superior, o Curso Pedagógico, porque daqui mais uns anos ninguém vai poder ministrar aulas se não tiver pedagogia, ninguém vai poder ser professor se não tiver conhecimento da didática, essas disciplinas pedagógicas’. E assim eu fui para a Universidade Federal do Pará [...] já tinha sido graduada pela ENEFD e já estava trabalhando na Escola de Educação Física do Estado do Pará. Aí eu fiz o Curso de Pedagogia, especialidade Supervisão Educacional, Administração e Educação Especial (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

Nas memórias acima, a professora Vera se refere a um período em que o curso de Pedagogia, mediante a Reforma Universitária de 1968 – Lei nº 5.540, de 28 de novembro, oferecia o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação, no âmbito de escolas e sistemas escolares.

Os professores Von-Grap, Alberto, Eni e Vera, a partir do que vivenciaram e estudaram na ENEFD, da participação em cursos e eventos esportivos e acadêmicos, ministraram vários cursos de Educação Física, em meados da década de 1960 e ao longo da década de 1970, no Pará e em outros estados brasileiros.

De acordo com o *Curriculum Vitae* do professor Von-Grap, entre os anos de 1965 e 1966, quando ainda era estudante da ENEFD, ele ministrou em Belém duas edições do Curso de Atualização em Educação Física e Esportes. Da mesma forma, no currículo do professor Alberto, no período em que ainda cursava a ENEFD, encontramos que ele ministrou, em 1966, a VI edição do Curso de Informação de Educação Física, Recreação e Esporte, em Belém do Pará.

Em 1967, já licenciado em Educação Física, o professor Von-Grap ministrou aula no Curso Preparatório ao Exame de Suficiência em Educação Física. Conforme uma publicação do jornal O Liberal, do dia 4 de novembro de 1966, este curso se destinava à formação de professores e médicos especializados em Educação Física, fora promovido pela DEF/MEC e seria realizado no dia 2 de janeiro de 1967, em Belém-PA.

Figura 30 – Curso de Suficiência em Educação Física de 1967.

**DEFRE VAI FAZER
EXAME DE SUFICIÊNCIA
EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Assunto : Curso e Exame de Suficiência de Educação Física.
Senhor Diretor:

Tenho o prazer de comunicar a V. Sa. que a Divisão de Educação Física do M.E.C. promoverá, através desta Inspeção Seccional, o Curso e o Exame de Suficiência em Educação Física.

O Curso em apreço destina-se à formação de professores e médicos especializados em Educação Física, e terá início no dia 2 de janeiro de 1967, em regime de tempo integral, e terminará no dia 31 do mesmo mês seguindo-se o Exame de Suficiência.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sa. meus protestos de apreço e consideração.

NAGIB COELHO MATNI — Inspetor Seccional.

Fonte: O Liberal (1966, p. 7).

Após o término do referido curso de 1967, o participante era submetido ao Exame de Suficiência e caso fosse aprovado seria habilitado para exercer a função de professor de Educação Física nas escolas do município de Belém.

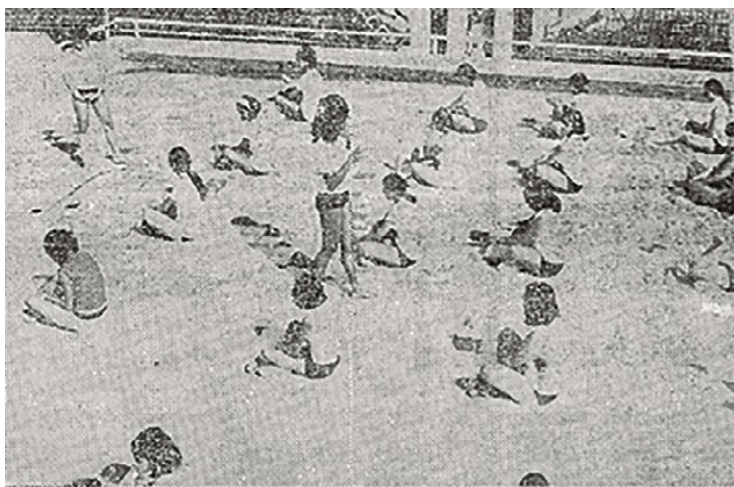
Ainda em 1967, o professor Von-Grap ministrou aulas no Curso de Informações de Educação Física, Recreação e Esportes, realizado pela Divisão de Educação Física, por meio da Inspeção Seccional de Educação Física de Belém, no município de Abaetetuba-PA, no período de 13 de novembro a 16 de dezembro de 1967.

Nesse mesmo ano, a professora Eni, já licenciada em Educação Física pela ENEFD, também ministrou, a partir de

uma parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a então Secretaria de Educação e Cultura, o primeiro curso de Dança Moderna organizado em Belém do Pará. A realização desse curso foi fundamental para a fundação do Grupo Coreográfico da UFPA, que se transformou em um espaço de experimentação e responsável pela formação de importantes personagens da Dança no Pará (Universidade Federal do Pará, 2010).

Em 1968, a professora Eni, o professor Von-Grap e o professor Alberto ministraram juntos um curso denominado Curso de Atualização em Educação Física, Recreação e Esportes. Na figura 32, podemos visualizar a professora Eni e o professor Von-Grap em um momento de aula.

Figura 31 – Curso de Atualização em Educação Física, Recreação e Esportes realizado pelo DEFRE, em 1968.



Foi iniciado na manhã de ontem, o Curso de Atualização de Educação Física nas dependências do DEFRE, para professores do ensino médio e conta com grande número de candidatos. Nas fotos, vemos o professor Von Grap ministrando aula para os rapazes e a professora Eny em palestra com um grupo de alunos.

Fonte: O Liberal (1968, p. 7).

O curso foi promovido pela Divisão de Educação Física, por intermédio do DEFRE, onde foi realizado, entre os dias 8 de janeiro a 10 de fevereiro de 1968. A solenidade de abertura do curso foi presidida pelo Secretário de Educação do Estado, Dr. Orlando Carneiro e teve como orador o professor Nagib Coelho Matni, diretor do DEFRE.

No referido curso, a professora Eni ministrou aula de Dança Moderna, o professor Alberto lecionou aulas de Atletismo e o professor Von-Grap ministrou aulas de Ginástica Geral. Este último lembra, a seguir, o que viu e viveu:

Em torno de janeiro de 1968, a Divisão de Educação Física, de Brasília, realizou em Belém um curso oficial com duração de 60 dias que tinha como objetivo preparar professores a fim de atender as escolas de todos os níveis. Os alunos aprovados recebiam um certificado de professor com direito a lecionar em qualquer série e colégio, com validade até a formação de professores licenciados por escola de nível superior no Estado. Este curso de especialização foi programado para Belém, a fim de atender suas necessidades com a Educação Física. Foi um curso realmente importante, com apenas uma turma de 60 alunos e selecionados de acordo com certas situações, inclusive certificado de conclusão de curso secundário e atestado de frequência em terceiro grau. Eu, Eni e Alberto fomos selecionados como professores de disciplinas. O professor Alberto em Atletismo, a professora Eni em Dança Moderna e eu em Ginástica Geral. Mas além de nós três, vieram três outros professores, um do Rio de Janeiro

ro, Tenente Coronel do Exército, que lecionava Ginástica Acrobática e uma professora, também do Rio de Janeiro, que lecionava Pedagogia e, finalmente, um professor de Brasília para lecionar Legislação. O curso teve excelente procura, inclusive pessoas que participaram durante todo o tempo e se submeteram a testes físicos e prova escrita para seleção de ingresso no curso (Armando Alcântara Von-Gräp, 2020).

O professor Armando Alcântara Von-Gräp ainda re-memora que, nesse curso, se destacou um aluno que hoje é considerado um notável político no Estado do Pará:

Dentre os alunos, um deles se transformou numa figura muito importante no nosso Estado e na política brasileira. Ele era o aluno Jader Fontenelle Barbalho, ainda bastante jovem e frequentou com assiduidade e interesse o curso, e ao final recebeu seu certificado de professor, que lhe dava o direito de lecionar Educação Física em qualquer estabelecimento escolar da capital e do interior do Estado. Logo após o término do curso, ingressou como professor de Educação Física na antiga Escola Técnica Federal. Pouco tempo depois, prestou vestibular na UFPA para o curso de Direito, e ao receber seu diploma e assumir suas novas funções, deixou de exercer as funções de professor de Educação Física. Jader Barbalho foi o escolhido para ser o orador da turma no encerramento, para representar a turma e

agradecer o apoio do governador do Estado que, na ocasião, era o Coronel do Exército Alacid da Silva Nunes. Tempos depois companheiro de política e bem mais tarde adversários por intrigas políticas (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

Já a professora Eni, ao recordar sobre esse curso, menciona, da mesma forma, esse aluno e uma aluna que, mais tarde, também se tornou uma notável figura política no Estado:

[...] eram muitas pessoas, eu tenho uma foto da Elcione Zaluth fazendo aula com bola nesse curso. O Jader Barbalho foi o orador da turma. Eles fizeram esse curso conosco. Olha essa foto, a Elcione com bola aqui na mão. Os movimentos eram os balanceamentos para um lado, para o outro, balanceia com um braço, balanceia com o outro, os dois braços, tinha efeito (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Para Bosi (1994, p. 53) “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora a consciência na forma de imagens-lembrança”. A professora Eni, ao lembrar sobre o curso de 1968, descreve as imagens-lembrança dos movimentos da Ginástica Feminina Moderna executados pela aluna Elcione Zahluth (que, depois de casar-se com Jader Barbalho, passou a ser conhecida como Elcione Barbalho), que envolvia o aparelho manual bola e exercícios de balanceamentos.

Figura 32 – Elcione Barbalho durante o Curso de Atualização em Educação Física e Recreação, realizado em 1968.



Fonte: Acervo pessoal da professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa.

As memórias da professora Eni, sobre esse curso, surgiram a partir de uma foto do seu acervo pessoal, que remete “[...] a um tempo passado trazido à memória e reatualizado no tempo presente” (Souza; Almeida, 2013, p. 49). Lowenthal (1998) nos diz que os entrevistados também podem buscar em seus guardados, documentos de grande utilidade para a pesquisa, como fotografias, livros antigos, recortes de jornais, poemas, fragmentos de discursos etc.

Nas falas do professor Armando Alcântara Von-Grap e da professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa há uma expressão de carinho e agradecimento às duas autoridades paraenses. O governador Alacid da Silva Nunes, que promoveu passos importantes para a efetiva implantação da ESEFPA e autorizou a sua criação e funcionamento em nível estadual, e a Jader Barbalho, orador do Curso de Atua-

lização em Educação Física e Recreação de 1968 que, mais tarde, fez (e faz) parte da história política do Pará, onde foi vereador, deputado federal, senador e governador, sendo, atualmente, senador.

Os depoimentos exemplificam como o professor Von-Grap e a professora Eni, ao rememorem sobre o referido curso, compartilham memórias das mesmas pessoas e ambiências. Deste modo, ressaltamos a importância dos depoimentos desses docentes que viveram esse momento de formação em Educação Física e, por meio de suas memórias, mostram-nos os bastidores do que ainda não foi escrito e não foi publicizado a respeito dessa história.

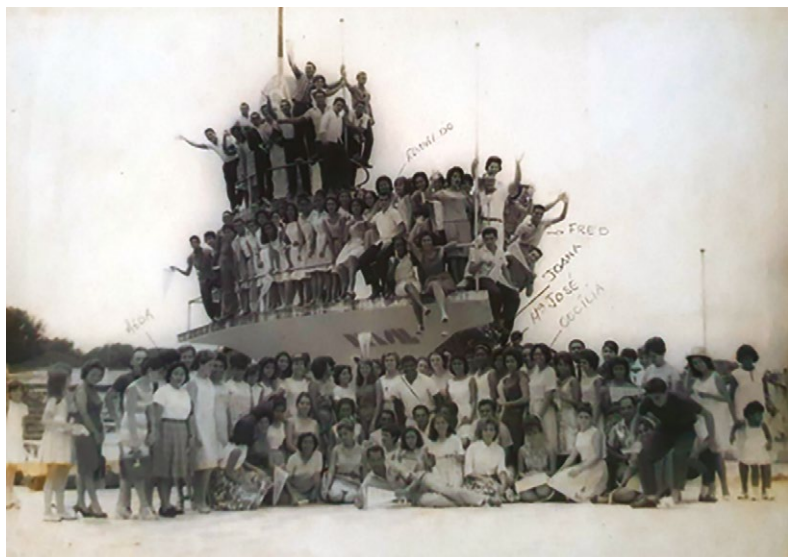
A figura 33 registra os participantes de um curso de Educação Física realizado em Belém, no ano de 1968. Nesse ano, o professor Von-Grap ministrou mais três cursos de Educação Física: Curso de Suficiência em Educação Física e Desportos, em Belém-PA; Atualização em Educação Física e Recreação, em Santarém-PA; e Educação Física e Esportes, em Teresina-PI.

Já em 1969, o professor Von-Grap ministrou aulas nas chamadas “Praças de Recreio”. Segundo uma publicação do jornal *O Liberal*, do dia 17 de junho de 1968, as “Praças de Recreio” eram promovidas pelo DEFRE, nos principais locais públicos da capital do Pará, ministradas por professores ditos especializados e tinham por finalidade “arregimentar” a Educação Física nas crianças.

Entre janeiro e fevereiro de 1969, o professor Von-Grap e o professor Alberto ministraram aulas no Curso de Educação Física e Recreação, organizado pelo DEFRE em Belém do Pará. Ainda em 1969, o professor Von-Grap, a professora Eni e o professor Alberto, ministraram aulas no I Curso Básico de Atualização em Educação Física e Es-

portes, organizado em Manaus, no Amazonas. A professora paraense Joana D'Arc e o professor Rupênio Aguiar, de Brasília, também ministraram aulas nesse curso.

Figura 33 – Registro fotográfico de alunos de um curso de Educação Física nas dependências do DEFRE, em 1968.



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria José de Souza Gomes.

A respeito desses cursos de Educação Física, realizados na década de 1960, o professor Armando Alcântara Von-Grap faz questão de ressaltar:

Como as atividades de Educação Física em nosso Estado estavam se tornando um fator de muita procura, o professor Nagib Matni organizava vários cursos a fim de preparar professores para ministrar aulas nos vários colégios da capital e interior do Estado. Esses cursos tinham duração mínima de 160 horas/aula, eram realizados sempre ao final e início dos anos e nas férias escolares do

mês de julho. A procura por esses cursos era enorme, chegando até a montagem de três turmas no mesmo período, cada uma com cerca de cinquenta alunos. O mestre Nagib Matni não parava de organizar cursos na capital e nos municípios, e isso, para nós professores, foi muito importante haja vista que conseguíamos experiências muito fortes para serem aplicadas quando fôssemos professores da ESEFPA (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

Os cursos supriram a carência de professores nas escolas paraenses, conforme rememora o professor Von-Grap:

Quando o professor Nagib Matni assumiu a direção do Serviço de Educação Física, em 1958, lhe veio à mente a criação da Escola de Educação Física, porém não poderia ser tomada tal decisão em vista de vários fatores, inclusive a falta de professores para atender às necessidades dos colégios regionais. Baseado nesta situação, o professor Nagib Matni optou para que o Serviço de Educação Física oferecesse cursos rápidos, de 30 a 60 dias, a fim de preparar professores para atender os colégios da capital e do interior que necessitavam desses mestres, em vista de que o Ministério da Educação estava colocando como obrigatória as atividades de Educação Física nos colégios secundários. A decisão do Ministério da Educação faz com que o Serviço de Educação Física, pouco depois mudado seu nome para Departamento de Educação Física, Recreação e Esportes – DEFRE, criasse

curso rápidos a fim de atender várias entidades, não só da capital como do interior do Estado (Armando Alcântara Von-Gráp, 2020).

O professor Von-Gráp também lembrou das professores Judith Poltronieri Lopes, Maria José Santana e Ronaldo Amanajás, afirmando que eles contribuíram para a promoção dos cursos de Educação Física realizados naquela época em Belém e que, posteriormente, tornaram-se alunos da ESEFPA:

Aqui, preciso destacar a colaboração de professores não licenciados em Educação Física, mas que participaram de cursos em Belém e em outras capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, e passaram a colaborar com o Departamento. Dentre esses colegas, cito Maria José Santana, Judith Poltronieri Lopes e Ronaldo Amanajás. Esses professores tornaram-se alunos da ESEFPA quando foi fundada e outros colegas que não recordo seus nomes (Armando Alcântara Von-Gráp, 2020).

À frente desses cursos estavam docentes que acreditavam em desenvolver e avançar a Educação Física no Pará e em outros estados brasileiros. Como visto, entre esses professores estavam Armando Alcântara Von-Gráp, Alberto Duarte de Oliveira e Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, que rememoram suas experiências vividas “conforme concebido por quem viveu” (Alberti, 1989, p. 5).

Essas memórias nos foram expostas conforme destacadas a seguir:

A gente já ia para o interior, para Santarém, para Abaeté, a gente foi se soltando, nós começamos a dar aula em várias cidades do Estado, ia para a cidade de Manaus, no Amazonas, para a cidade de Rio Branco, no Acre. O Nagib sempre mandava, quando a gente podia, ministrar cursos. A gente estava aqui, eu acho, em um estágio bem mais avançado que outros estados do Norte e Nordeste. Quando nós chegamos aqui, foi programado pelo Nagib e pela Secretaria de Educação cursos aqui em Belém, em Santarém e em Bragança, essas cidades mais ou menos grandes. Fomos para São Luís no Maranhão, Manaus no Amazonas, nós íamos para lá ministrar esses cursos, não tinham escolas de Educação Física e nós passávamos um mês ou um mês e meio ministrando aulas nos cursos e os professores depois pegavam a licença para ser professor de Educação Física (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Os cursos de Educação Física continuaram a ser realizados em Belém e em diversos municípios do Estado. Deles, participei muitas vezes e era comum que sua realização se dava quase sempre nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro e no mês das férias, julho. Eram cursos muito interessantes e que davam oportunidade a pessoas dedicadas à tarefa, ao término do curso, ser indicada para um dos estabelecimentos educacionais como professores de Educação Física.

Tive a oportunidade e a enorme satisfação de ser convidado pela Divisão de Educação Física, do Departamento Nacional de Educação, com sede em Brasília, a fim de ministrar cursos em diversos estados, juntamente com outros professores de nossa terra e outros de cidades fora do nosso Estado (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

Nas férias eu vinha para Belém e o Nagib nos colocava para dar cursos. Foram três anos que fiquei no Rio de Janeiro, trazia muita coisa e queria passar tudo, eu, Alberto e Armando. Quando cheguei no Rio de Janeiro para cursar a ENEFD a ginástica moderna estava vivendo um apogeu, estudei com as professoras Maria Jacy, Erica Saur e Fernanda Beltrão. Na dança eu tive os professores Helena Sá Earp e a Dora Pinto, irmã da Deisy Barros. Nessa época, o Rio de Janeiro tinha uma evolução muito grande na área da Dança e Ginástica. Sempre nós estávamos dando cursos aqui em Belém, eu me formei e vim para cá trabalhar. Comecei a fazer parte de uma equipe do Ministério de Educação e Cultura, tive o privilégio de fazer parte dessa equipe, junto com o Armando e o Alberto. Nós fazíamos parte da Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura. Tinha um programa, um projeto. Eram cursos de atualização em Educação Física, eram cursos mandados para vários estados, a exemplo daqueles

curso que o professor Nagib Matni mandava para o interior do Estado. A minha disciplina era Ginástica Moderna, ministrei curso no Maranhão, Piauí e em Manaus no Amazonas. Em Manaus encontro a Artemis Soares, foi minha discípula, uma lutadora, começou comigo depois estudou com a Deisy Barros, foi campeã dos Jogos Estudantis Brasileiros (JEB's) de Ginástica Rítmica Desportiva. Os cursos vinham todos escritos, era só repassar, era um manual com todas as aulas. Chamei o Félix d'Ávila, ele era do MEC, da Divisão de Educação Física, coordenava os cursos de Atualização em Educação Física... 'eu não vou seguir isto, a clientela daqui é diferente do Rio de Janeiro, não estou conseguindo com eles nada do que está aqui'. Ele me deu liberdade, trabalhei o conhecimento do Método Natural e o pessoal adorou e eu passei a ministrar em outros lugares. A única coisa que segui foi a série obrigatória do 'coquinho'⁵⁶ (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Reconhecemos, aqui, a negociação e o ponto de vista da professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, a partir das experiências no I Curso Básico de Atualização em Educação Física e Esportes de Manaus, promovido pelo professor Félix d'Ávila, acerca do processo de mudanças a que se propunha, naquele momento, a respeito do pro-

⁵⁶ A série obrigatória do 'coquinho', correspondia ao material alternativo "coco" que era modificado e usado para dar ritmo ao movimento, podendo substituir materiais ditos oficiais. Era de baixo custo e de fácil acesso.

grama e da construção de uma “nova” proposta de aulas.

Dando enfoque às palavras da professora: “eu não vou seguir isto [...], trabalhei o conhecimento do Método Natural”, verificamos que para ela, a contribuição do material didático com uma proposta de ensino aprendizagem de Ginástica Moderna, era desenvolvido sem apoio na realidade da região, tendo como referência apenas o Rio de Janeiro. Nesse sentido, é importante “[...] reconhecer que essa diversidade de discursos e práticas não foi a expressão pacífica de ideias, pois decorreu de aproximações e negociações em torno do projeto de Educação Física” (Cunha, 2017, p. 81).

Figura 34 – Certificado do professor Armando Alcântara Von-Grap como ministrante do I Curso Básico de Atualização em Educação Física, realizado em Manaus.



Fonte: Acervo pessoal do professor Armando.

No I Curso Básico de Atualização em Educação Física de Manaus, realizado no formato dos cursos promovidos pelo DEFRE, foram ministradas as seguintes disciplinas: Basquetebol, Organização de Competições, Ginástica Mas-

culina, Natação, Atletismo, Handebol, Ginástica Feminina, Voleibol, Recreação e Legislação. Conforme podemos visualizar na figura 34, nesse curso, o professor Armando Alcântara Von-Grap lecionou as disciplinas Atletismo e Ginástica Masculina.

No I Curso Básico de Atualização em Educação Física de Manaus, a professora Eni ministrou aulas de Voleibol e Ginástica Feminina Moderna, como pode se ver na figura abaixo.

Figura 35 – Certificado da professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa como ministrante do I Curso Básico de Atualização em Educação Física, realizado em Manaus.



Fonte: Acervo pessoal da professora Eni.

Félix d'Ávila, citado anteriormente no relato da professora Eni, foi o coordenador geral dos Cursos Básicos de Atualização em Educação Física realizados na cidade de Manaus (Amazonas), Natal (Rio Grande do Norte), João Pessoa (Paraíba), Maceió (Alagoas), Aracaju (Sergipe), Cuiabá (Mato Grosso) e Brasília (Distrito Federal), no período compreendido entre 30 de junho e 2 de agosto de 1969 (Andrade, 2014). Com base no mencionado autor,

que se dedica a compreender o tempo relacionado à vida, profissão e carreira do professor Félix d'Ávila, recorremos a um trecho no qual deixou claro que:

O trabalho que Félix d'Ávila desenvolveu no Rio de Janeiro, fez com que ele fosse reconhecido enquanto o homem que seria capaz de levar 'o modelo de professor de Educação Física' que a União desejava para o país, pois estes locais acima descritos, além de não possuírem escolas com nível superior em Educação Física, hipoteticamente poderiam fazer parte de um projeto piloto para implementação de novas escolas de Educação Física pelo país (Andrade, 2014, p. 97).

Os professores Armando Alcântara Von-Grap e Eni do Perpétuo Socorro Corrêa relembram que ministraram aulas em cursos organizados em diversas capitais das regiões Norte e Nordeste do país:

Fora dos municípios paraenses eu e a colega Eni Corrêa, fomos destacados para ministrar cursos nas capitais fora do nosso estado, como São Luís (Maranhão), Manaus (Amazonas) e Teresina (Piauí) (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

Eu participei de uma equipe da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura que ministrava cursos em outros estados para formar professores. Naquela época, era território do Amapá (Macapá), Maranhão, Amazonas. Tinham dois professores de Brasília, tinha um que foi campeão

Panamericano de Atletismo, outro o Ruthênio de Aguiar e outros professores do Rio de Janeiro. O Alberto e o Armando foram várias vezes. Nas férias nós íamos ministrar cursos pela DEF/MEC para formar essa região. Nós preparamos essa região (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Em olhar retrospectivo, podemos perceber que a professora Eni ministrou aulas de Ginástica Feminina Moderna em diversos cursos de Educação Física organizados no Pará e em estados circunvizinhos. A figura 36 registra a professora Eni no curso de Educação Física efetivado no Território Federal do Amapá (Macapá), ministrando aula com o material fita, um dos aparelhos manuais da Ginástica Feminina Moderna.

Os cursos coordenados por Félix d'Ávila, em âmbito nacional, e por Nagib Coelho Matni, em nível estadual, foram uma espécie de “licenciatura experimental” e, como já existia em várias cidades o desejo pela criação de uma escola de Educação Física, após estes cursos, consolidou-se a certeza de que as instituições estavam prontas para implantar o nível superior de Educação Física.

Figura 36 – A professora Eni do Perpétuo Socorro Correia ministrando aula de Ginástica Feminina Moderna



Fonte: Acervo da professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa.

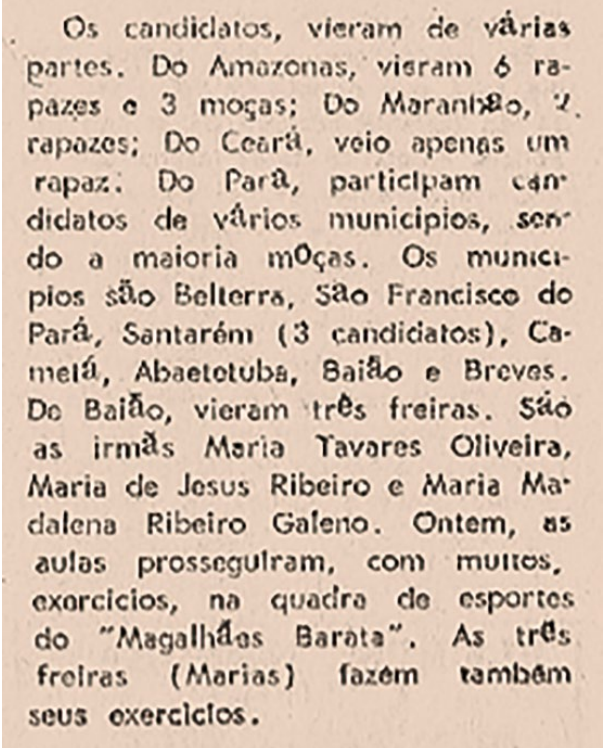
No final do ano de 1969, o DEFRE, com apoio da DEF/MEC e em convênio com a Escola de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), deu início à promoção de outro Curso Básico de Atualização em Educação Física. Para o curso, foram designados⁵⁷ os seguintes professores de Educação Física, com suas respectivas aulas: **Alberto Duarte de Oliveira** (Natação e Handebol); **Armando Alcântara Von-Grap** (Organização de Competições e Ginástica Masculina); **Eni do Perpétuo Socorro Correia** (Ginástica Feminina Moderna e Voleibol); Mário Ribeiro Cantarino Filho (Atletismo e Didática); Raimundo

⁵⁷ Os professores de Educação Física foram designados por meio da Portaria nº 67, de 31 de dezembro de 1969, da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura.

Nonato de Azevedo (Basquetebol e Futebol); Nagib Coelho Matni (Legislação e Organização da Educação Física e Desportos no Brasil); e Cleobery Braga da Silva (Assuntos de Natureza Médica).

E os cursos continuavam. Em 1970, mais um curso foi organizado pelo DEFRE. Segundo uma publicação do jornal Folha do Norte, do dia 21 de janeiro de 1970, o curso foi denominado Curso Básico de Atualização em Educação Física, realizado em Belém, com a participação de 90 inscitos e teve início no dia 12 de janeiro. A figura 37 evidencia os municípios de origem dos alunos que participaram do curso.

Figura 37 – Municípios e participantes do Curso Básico de Atualização em Educação Física, promovido pelo DEFRE em 1970.



Os candidatos, vieram de várias partes. Do Amazonas, vieram 6 rapazes e 3 moças; Do Maranhão, 2 rapazes; Do Ceará, veio apenas um rapaz. Do Pará, participam candidatos de vários municípios, sendo a maioria moças. Os municípios são Belterra, São Francisco do Pará, Santarém (3 candidatos), Cametá, Abaetetuba, Baião e Breves. De Baião, vieram três freiras. São as irmãs Maria Tavares Oliveira, Maria de Jesus Ribeiro e Maria Madalena Ribeiro Galeno. Ontem, as aulas prosseguiram, com muitos exercícios, na quadra de esportes do "Magalhães Barata". As três freiras (Marias) fazem também seus exercícios.

Fonte: Folha do Norte (1970, p. 8).

Na mesma publicação do jornal Folha do Norte, ainda é registrado que o objetivo do curso era suprir a demanda de professores de Educação Física do interior do Estado do Pará e, também, de São Luís, Manaus e Fortaleza. As aulas práticas ocorreram na quadra de esportes do Colégio Estadual Magalhães Barata e as aulas teóricas no DEFRE, sendo as provas do Exame de Suficiência realizadas no dia 12, 13 e 14 de fevereiro de 1970.

O professor Nagib Coelho Matni foi designado para coordenar⁵⁸ o curso e orientar⁵⁹ o Exame de Suficiência. Constituíram a Banca Examinadora do Exame os seguintes professores: Nagib Coelho Matni, Inspetor Seccional de Belém; Eulier Fávaro Machado, Diretor da Escola de Educação Física da UFES; Guilma Machado Santana e Ignácio Thomaz Pessoa Netto, ambos da referida escola; e Mário Ribeiro Cantarino Filho, também do Espírito Santo.

Os cursos realizados ao longo da década de 1960 e início da década de 1970 objetivavam preparar professores leigos e conceder aos mesmos uma licença para continuarem exercendo a docência em estabelecimentos de ensino. Tais cursos eram proporcionados em âmbito nacional por diferentes entidades, tais como a CADES e a DEF/MEC.

Com o tempo e pela característica efêmera que possui uma campanha, a CADES chega em seu período terminal no ano de 1971. Como consequência, os cursos de orientação aos Exames de Suficiência passaram a ser menos difundidos na maioria das capitais, o que pode ter relação também com o surgimento de Escolas de Educação Física, a exem-

⁵⁸ O professor Nagib Coelho Matni foi designado coordenador do curso por meio da Portaria nº 66, de 31 de dezembro de 1969, da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura.

⁵⁹ Art. 9º da Portaria nº 56, de 17 de novembro de 1969, da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura.

plo de Belém do Pará, onde surgiu a ESEFPA, em 1970. No entanto, os cursos continuaram a ser divulgados e organizados em capitais que não possuíam as referidas escolas e, principalmente, nos interiores dos estados brasileiros, mediante iniciativas de diversas entidades.

Como ocorrera na segunda metade da década anterior, ao longo da década de 1970 o professor Von-Grap ministrou aulas em diversos cursos de Educação Física. No Território Federal do Amapá, durante o Curso de Atualização e Aperfeiçoamento em Educação Física e Esportes, ministrou aulas de Ginástica Geral na segunda edição (1971) e terceira edição (1973) do referido curso. Em 1971, o curso ocorreu no período de 5 de janeiro a 19 de fevereiro, sob a responsabilidade da Divisão de Educação Física, com apoio da Coordenação da Seção de Educação Física, Esportes e Recreação. Em 1973, o curso foi desenvolvido no período de 15 de janeiro a 17 de fevereiro, sob a responsabilidade do Território Federal do Amapá/Divisão Escolar e Cultural, com apoio da Coordenação da Seção de Educação Física, Esportes e Recreação.

Na capital Belém, o professor Von-Grap lecionou nesse período os seguintes cursos: Formação de Professores de Educação Física de 1ª a 4ª série – Belém/PA, 1972; Formação de Professores de Educação Física de 1ª a 4ª série – Belém/PA, 1974; Medicina Aplicada a Educação Física – Belém/PA, 1977; e Medicina Aplicada a Educação Física – Belém/PA, 1979. Para os municípios do interior do Pará, o docente ministrou aulas no Curso de Formação de Professores de Educação Física de 1ª a 4ª série – Bragança/PA, 1972; e no Curso de Licenciatura curta em Educação Física – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEM, Belém/PA, 1977. Esse último, representava uma política para formar professores para os interiores do Estado, mesmo sendo efetivado em Belém.

Ao longo da década de 1970, o professor Alberto Duarte de Oliveira ministrou os seguintes cursos: Curso de Educação Física (1973, 1975, 1977); Medicina Aplicada a Educação Física (Disciplinas: Atletismo e Sistemas e Métodos de Treinamento), no ano de 1976; e Curso de Atualização Desportiva (Disciplina: Atletismo), em 1977.

Cabe ressaltar que, em 1977, o professor Von-Grap e a professora Vera representaram a ESEFPA no Estágio de Aperfeiçoamento de Didática em Educação Física, realizado em São Paulo, no período de 31 de janeiro a 12 de fevereiro.

Os eventos e cursos vivenciados e ministrados pelos professores Alberto, Von-Grap, Eni e Vera, em meados da década de 1960 e ao longo da década de 1970, constituíram importantes propagadores de conhecimentos para disseminação do que estava se discutindo durante esse período no país e, muitas vezes, influenciados pelo cenário internacional, tendo em vista que professores estrangeiros eram convidados para participar e, assim, divulgar os métodos dos seus países.

Esses eventos e cursos foram significativos nos seus itinerários de formação docente e contribuíram para a criação e atuação na ESEFPA. Sobre os conhecimentos dos cursos os quais ministraram, o professor Von-Grap afirma: “[...] e isso, para nós professores, foi muito importante haja vista que conseguíamos experiências muito fortes para serem aplicadas quando fôssemos professores da ESEFPA”.

Nesse sentido, com base no relato do docente percebemos que a formação não se encerra na vida universitária, se dá de forma continuada, na ação docente e na vivência com outras pessoas, entre elas alunos e professores, bem como na participação em cursos, eventos e em outros espaços formativos.

As lembranças ocorrem de diferentes maneiras, a exemplo da lembrança de um/a amigo/a, colega, parente, vizinho/a, professor/a, que ajudam a materializar o cotidiano, a recompor o itinerário formativo (Souza; Almeida, 2013), foi o que ocorreu com a memória da formação docente dos entrevistados. Na presente pesquisa, os professores lembram de como aprenderam com seus amigos, colegas e professores, com quem e o quê aprenderam no dia a dia na ENEFD, nos cursos e eventos realizados no Rio de Janeiro, no Pará, bem como em outros estados do país, que se constituíram em importantes espaços formativos.

Nas narrativas dos docentes, algumas imagens-lembrança, cenas, fatos, vão cintilando, se destacando. Memórias algumas vezes semelhantes, coletivas, outras vezes diferenciadas, singulares. Corroborando com Souza e Almeida (2013), gestos, cores, sabores, saberes, cheiros e sons, dão forma e densidade à narrativa, compondo teias, redes, laços, lacunas, lembranças. Assim, risos, choros, inquietações e pausas vão tecendo o cenário, descortinando a vida e as histórias de vida.

4.4 “NÓS VIEMOS PARA CRIAR A ESEFPA”: A GÊNESE

Como já mencionado nos capítulos anteriores, antes da gênese da ESEFPA, diversas foram as tentativas institucionalizadas para criar um curso de Educação Física no Estado do Pará. A primeira iniciativa se deu em 1934, quando ocorreu o Curso de Educação Física do Departamento de Educação Física do Pará. A segunda investida é reconhecida com a criação da Escola de Educação Física do Pará, no ano de 1942, com a implantação de um Curso Normal de Educação Física, funcionando por meio do Departamento de Educação e Cultura do Estado. Em ambas as iniciativas, apenas uma turma de professoras foi formada.

Esforços, também, foram empreendidos no ano de 1939 e no ano de 1963 para criar cursos institucionalizados de Educação Física no Pará. Todavia, não chegaram a entrar em funcionamento. Com a ausência de uma escola de Educação Física, outros caminhos foram seguidos, nas décadas de 1950 e 1960, para formar professores de Educação Física no Estado.

Na década de 1950, o Serviço de Educação Física, os JOPAGICOS, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), a Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Instituto de Educação do Pará (IEP), contribuíram decisivamente para formar professores de Educação Física.

Na década de 1960, a Inspetoria Seccional de Educação Física de Belém-PA, o Serviço de Educação Física do Pará, o Departamento de Educação Física, Recreação e Esportes (DEFRE), a CADES, a DEF/MEC e a Associação dos Professores de Educação Física do Pará (APREFEP), continuaram a conceber a formação do professor de Educação Física. As ações viabilizadas por essas entidades contribuíram para a formação de professores de Educação Física no Estado do Pará e para a formação de professores que constituíram o primeiro corpo docente da ESEFPA e colaboraram para o seu surgimento.

Destacamos que as ações voltadas para formar professores de Educação Física no Pará, durante as décadas de 1950 e 1960, ocorreram por esforços de educadores como Antonio Gomes Moreira Junior e Nagib Coelho Matni. Eles contavam com apoio de dirigentes educacionais e governadores para promover os cursos para formar professores de Educação Física, a fim de atuar nas escolas e nos clubes esportivos paraenses.

Para falar da origem da ESEFPA, faz-se necessário citar, sempre e bastante, o personagem Nagib Coelho Matni. Em palestra proferida durante a comemoração dos 26 anos da criação da ESEFPA, o professor Nagib Coelho Matni relata que, em 1945, viajou para o Rio de Janeiro em um voo que saiu de Belém-PA às 5h da manhã e chegou às 19h no Aeroporto Santos Dumont, para frequentar, como bolsista, o curso de Educação Física da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), da Universidade do Brasil. Durante o discurso ele disse: “É uma luta muito antiga... os jovens discentes de hoje irão dizer ‘por que criar um curso de Educação Física na Amazônia?’ e eu diria a vocês o porquê” (informação verbal)⁶⁰.

O que foi fazer Nagib Coelho Matni na ENEFD? Foi estudar e se preparar para ser técnico de futebol dos clubes Paissandu Sport Clube (hoje Paysandu), Paulista, Clube do Remo, Tuna Luso Comercial (hoje Tuna Luso Brasileira) e buscar conhecimento para fazer o que ele mais gostava: ministrar aula de Educação Física, conforme ele mesmo afirmava: “[...] a minha vocação era dar aula de Educação Física na Fundação Educacional Ginásio Visconde de Souza Franco... eu realmente comecei aqui” (informação verbal).

O porquê de sua ida estava atrelado também à necessidade de formar professores em Educação Física no Pará para atuarem nas escolas, em razão da obrigatoriedade estabelecida pela Constituição de 1937. Havia, ainda, demanda de formação de professores e técnicos para atuarem com os esportes nos clubes e de formar médicos especializados em Medicina Desportiva.

O professor Nagib Coelho Matni recebeu o diploma do Curso Superior de Educação Física da ENEFD, em 1946,

⁶⁰ Trecho do discurso de Nagib Coelho Matni feito durante a missa dos 26 anos da ESEFPE, em 1996.

e seu nome é contemplado na ata da sessão solene da Congregação dessa escola, como nos mostra o anexo II.

Em entrevista ao jornal O Estado do Pará, publicada no dia 11 de maio de 1978, o professor Nagib Coelho Matni expressa que, no final do ano de 1952, foi convidado pelo professor Antonio Gomes Moreira Júnior, então diretor do Colégio Estadual Visconde de Souza Franco, para ser professor nesse colégio. O convite foi aceito e ele assumiu as turmas de Educação Física na instituição, assim como também aceitou a coordenação das competições esportivas que o colégio promovia internamente.

Em anos posteriores, os professores Nagib Coelho Matni e Antonio Gomes Moreira Júnior levaram essas práticas esportivas a nível estadual aos colégios existentes na época na capital e nos municípios (O Estado do Pará, 1978). Ao atuar com a Educação Física e com os esportes, o professor Nagib identificou a necessidade de criar cursos para a formação de professores de Educação Física, além disso, começou a idealizar uma escola de Educação Física.

Na referida entrevista, o professor Nagib Coelho Matni descreve que, ao obter o título de Licenciatura em Educação Física, retornou ao Pará e, ao chegar, deparou-se com o seguinte cenário:

Quando cheguei ao Pará encontrei o setor de Educação Física do Estado fechado e o jeito foi ir para o quartel onde fiquei marginalizado pela falta de um melhor desenvolvimento da Educação Física no Pará. Em 1948, fui treinar a equipe do Paissandu Sport Clube até 1949 quando fui para o Clube do Remo, sagrando-me campeão como preparador físico nos anos de 1949, 1950, 1952, 1953 e 1954, indo para a Tuna

Luso Comercial para ser campeão em 55. Enquanto isso, em 1952, o então diretor do Colégio Estadual Visconde de Souza Franco, professor Moreira Júnior, me convidou para trabalhar naquele estabelecimento, o que aceitei de pronto. Depois disso, é que senti mais de perto a necessidade de ser criada no Pará uma Escola de Educação Física, porque existiam 25 grupos escolares e somente cinco tinham condições de manter a Educação Física (O Estado do Pará, 1978, p. 10).

No âmbito do Estado do Pará, Nagib Coelho Matni está, portanto, associado à Educação Física desde a década de 1940, quando foi fazer o curso superior na ENEFD. Durante a década de 1950, foi técnico e preparador físico de futebol e assumiu o cargo de diretor do Serviço de Educação Física, o que o possibilitou contribuir com a Educação Física no Estado.

Na década de 1960, o nome do professor Nagib já se destacava na esfera federal, quando se instalou em Belém-PA, no ano de 1961, a Inspetoria Seccional de Educação Física e ele foi nomeado inspetor regional. Na mesma época, o professor Nagib foi, também, empossado Diretor do DEFRE, pelo Secretário de Estado de Educação e Cultura, Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, por meio da Portaria nº 875, de 2 outubro de 1964. Em suas memórias, a professora Eni do Perpétuo Socorro Corrêa relembra o interesse do Secretário de Educação em fomentar a organização de uma escola de Educação Física no Estado:

[...] eu lembro que num desses cursos que eu dei, ainda era aluna da ENEFD, o Édson Franco era Secretário de Educação, ele mandou um bilhetinho para mim, até um dia desses eu vi esse bilhe-

te: ‘professora Eni, precisamos sentar para conversar sobre a futura escola de Educação Física do Pará [...]’ (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Ainda na década de 1960, por iniciativa do Secretário de Educação e Cultura, Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira e a pedido do Governador do Estado do Pará, Jarbas Gonçalves Passarinho, o professor Nagib Coelho Matni saiu em viagem, em 1968, para visitar Escolas de Educação Física de nível superior na Região Sul e Sudeste do país, com o intuito de verificar a infraestrutura e o funcionamento dessas instituições, a fim de colher experiências e informações para providenciar um projeto arquitetônico para a criação da vindoura ESEFPA.

Também visitaram outros centros de formação de Educação Física e Desportos do país, os professores Armando Alcântara Von-Grap e Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, com o objetivo de reunir informações para a instalação da ESEFPA (Santos, 1985).

Durante o seu discurso na missa de 26 anos da ESEFPA, o professor Nagib Coelho Matni disse as seguintes palavras: “Em 1968, fui daqui para o Rio de Janeiro, mandei planejar todas as instalações esportivas. Na época era muito difícil, lembro muito bem [...]”.

Entre as dificuldades encontradas pelo professor Nagib Coelho Matni para a criação da ESEFPA, estava a de encontrar uma área para construção da escola. Inicialmente, solicitou terreno ao Colégio Estadual Magalhães Barata, mas seu pedido foi negado. Em seguida, requereu um terreno na Avenida Tito Franco (atual Avenida Almirante Barroso), mas o terreno já tinha sido cedido à Escola Técnica Federal do Pará. Diante disso, resolveu procurar o professor Antônio Gomes Moreira Júnior (O Estado do Pará, 1978).

O professor Antônio Gomes Moreira Júnior representou uma ponte para a criação da ESEFPA, nos anos de 1970, pois, como presidente da Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária do Estado do Pará, que era a instituição mantenedora do Colégio Estadual Visconde de Souza Franco, foi o responsável pela alocação do terreno onde a escola iria ser construída, mediante o Decreto nº 5.336 de dezembro de 1966, o qual, anteriormente, fazia parte da área do Colégio Estadual Visconde de Souza Franco (O Estado do Pará, 1978). Sobre a área de construção da ESEFPA, recorreremos às memórias presentes no trabalho de Moreira (2007, p. 247-248):

O espaço físico onde ela foi instalada, no bairro do Marco, é essa área compreendida entre as Avenidas Almirante Barroso e João Paulo II, e as travessas Timbó e Vileta, já ali existiam o Colégio Visconde de Souza Franco e a Escola de Agrimensura do Pará. Não foi difícil abrir ali um espaço para a Faculdade de Filosofia. Anos mais tarde, surgiu também a Escola Superior de Educação Física e tiveram que ser construídos campos de futebol e piscina olímpica, ambos com arquibancada. De todas as mudanças ocorridas na estrutura material de nossa faculdade, há uma que nos deixou grandes saudades. É que havia ali também, pelos lados da travessa Timbó, um belíssimo bosque de castanheiras, mas de castanhas de sapucaia (deliciosas), circundado por uma pista utilizada para competição de atletismo. Essas castanheiras foram derrubadas. Contentamo-nos em justificar que foi por uma boa causa.

Moreira (2007), como um dos guardiões da memória dessa época, traz lembranças em seu testemunho escrito sobre

o espaço alocado para a construção da ESEFPA e, no excerto acima, emocionado, relembra esse momento. O sentimento que possuímos sobre esse fato, ao relembrar a história da ESEFPA, é o de que os nomes dos professores Antônio Gomes Moreira Júnior e Nagib Coelho Matni, não podem ser esquecidos e nem perdidos no tempo. Bosi (1994) nos diz que quando não se recupera o tempo que correu e aquelas coisas quando não são lembradas ou perdidas, nos sentimos diminuir e morrer.

Em 1969, com as informações trazidas pelo professor Nagib, foi elaborado um projeto para a construção das futuras instalações e, com isso, aconteceu:

A visita de três diretores da firma Engenharia de Esporte, Indústria e Comércio Ltda. – ENGESPORTE, do Rio de Janeiro para a apresentação do Ante-Projeto de construção das Instalações da Escola, ao Ten. Cel. Alacid da Silva Nunes, Governador do Estado, submetido a exame detalhado pelo Secretário de obras do Estado, Dr. José Maria de Azevedo Barbosa, e sendo aprovado pelo Governador, no valor total de Cr\$ 80.000,00 cruzeiros. (Santos, 1985, p. 51).

Acerca do projeto de edificação da ESEFPA, a professora Eni lembra:

[...] acho que foi um projeto regional. Isso se deve muito ao Nagib, ele foi o grande incentivador, estimulador, ele tinha os contatos com as pessoas, engenheiros, ele era uma pessoa de muita penetração na Secretaria de Educação aqui e do Ministério de Educação e Cultura. Ele levava o secretário de obra. (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

No dia 14 de janeiro de 1969, o jornal O Liberal, de Belém do Pará, publicou a seguinte notícia:

Figura 38 – Anúncio de construção da ESEFPA.



Fonte: O Liberal (1969, p. 4).

As reuniões feitas pelos professores para a elaboração do projeto de criação da ESEFPA iniciaram no DEFRE, enquanto o prédio com as primeiras instalações era erguido para dar início às aulas, como rememora o professor Alberto:

Então, antes a escola não era nada, a gente foi caminhando, a gente foi preparando para começar a escola de Educação Física e essa escola começou lá no DEFRE, porque isso aqui não existia era o Souza Franco aqui [...]. Era aquela pista de atletismo, aquele bosque, aquela coisa toda, aí começou a fazer, ele conseguiu fazer esse prédio na frente para começar a ter aula, mas a escola aí, depois não sei que negociação foi feita com o Moreira [...]. Era “Moreirinha” que a gente chamava [...]. Como o Nagib era membro do Conselho de Educação, acho que o Moreira também era, ele tinha muitos contatos, ele foi conseguindo muita coisa, tanto que conseguiu, que até hoje a escola foi construída do zero aqui, mas foi de lá para cá, as coisas começaram lá no DEFRE, acho que ninguém se lembra muito disso. (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

A professora Eni lembra, também, que as reuniões ocorriam inicialmente no DEFRE: “Começamos a trabalhar no DEFRE, lado a lado com o Nagib pensando na ESEFPA, como fazer, como não fazer, regulamento, desde o bê-á-bá”. Dessa forma, concordamos com Halbwachs (2003), quando reitera que a memória coletiva é composta pelos fatos lembrados em comunhão com o grupo e sobrevive enquanto houver pessoas que a mantenham. Para existir, ela precisa ser alimentada.

O prédio administrativo da futura Escola Superior de Educação Física foi inaugurado no dia 1 de fevereiro de 1969, contendo salas de aula, auditório, biblioteca, secretaria, diretoria, protocolo, sala de professores, almoxarifado, gabinete médico, vestiários, depósito de material etc. (O Estado do Pará, 1978).

Figura 39 – Primeiras instalações da ESEFPA – biblioteca, sala de aula, auditório e gabinete médico.



Fonte: Acervo da Biblioteca “Prof. Jonathas Pontes Athias”.

Para criar uma instituição de ensino superior era necessária a constituição de um corpo docente qualificado, além da estrutura física. Isso só foi possível porque os professores Alberto, Von-Grapp, Eni e Vera, foram estudar na ENEFD, voltaram e contribuíram para pensar a criação de uma escola superior de Educação Física. “[...] e a ideia do Nagib era essa, mandar a gente pra ENEFD, se formar e vir para cá para podermos criar a ESEFPA” (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

Assim, após as visitas às escolas de Educação Física do Sul e Sudeste, o professor Nagib formou uma comissão, em 1969, da qual ele era o presidente e que contava com mais quatro professores egressos da ENEFD. A comissão estava sob a orientação do professor Jonathas Pontes Athias, e o seu principal objetivo era a elaboração do regimento interno da futura ESEFPA.

4.4.1 O primeiro regimento da ESEFPA

Sobre os momentos de reunião da referida comissão da qual fez parte, o professor Alberto Duarte de Oliveira recorda dos personagens envolvidos com a elaboração do primeiro regimento da ESEFPA:

A gente começou a sentar com o professor Nagib lá no Departamento de Educação Física, no DEFRE, já mudou tanto de nome aquilo. Normalmente, no fim da manhã eu, Armando e outros professores, como a Eni, a gente se sentava no DEFRE para trocar ideias, montar o projeto da escola. Nós levamos um tempo fazendo o regimento da Escola de Educação Física do Pará (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Cabe ressaltar que o primeiro Regimento da ESEFPA foi elaborado coletivamente. O professor Nagib Coelho

Matni aguardou o retorno dos professores, outrora qualificados no Rio de Janeiro, para iniciar a redação.

[...] nós viemos para criar a ESEFPA. Nós demos um passo bem rápido, quando chegamos, montamos o regimento da escola, o Nagib conseguiu aprovar pelo Conselho Estadual de Educação, a Escola Superior se estabeleceu, a gente começou a trabalhar (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Na elaboração do primeiro Regimento, seguir o modelo de formação da ENEFD foi inevitável, já que os seus autores eram formados por essa escola, o que corrobora com Pires, Rocha Júnior e Marta (2014), quando sugerem que uma das funções da ENEFD era capacitar professores de Educação Física para que estes, ao retornarem aos seus estados de origem, contribuíssem para a criação de cursos na área. Segundo os mencionados autores, a ENEFD foi a primeira instituição a oferecer Curso de formação acadêmica civil em nível superior na área da Educação Física no país, o que teve início com a sua criação na Universidade do Brasil, em 1939.

No seu primeiro Regimento, aprovado por meio da Resolução nº 22, de 10 de abril de 1970, do Conselho Estadual de Educação do Pará, e publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.762, de 11 de abril de 1970, a ESEFPA possuía, nos termos do Art 1º, as seguintes finalidades: Formar e aperfeiçoar pessoal técnico em Educação Física, Desportos e Recreação; Imprimir ao Ensino da Educação Física, dos Desportos e da Recreação, em todo o Estado, unidade teórica e prática; Difundir conhecimentos e realizar pesquisas relacionadas à sua especialização. Tais finalidades eram similares às estabelecidas pela ENEFD,

por meio do Art. 1º do Decreto-lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. A diferença entre as finalidades da ESEFPA e da ENEFD residia no fato da primeira contemplar a Recreação na redação do seu primeiro Regimento.

Ainda sobre suas finalidades, no Art. 2º do primeiro Regimento da ESEFPA, consta que a escola se articularia com as demais Escolas de Educação Física do país e com outras de ensino superior no exterior, com intuito de oferecer e receber apoio cultural e científico.

Tendo por base o seu primeiro Regimento, a ESEFPA ofereceria os seguintes cursos: Cursos de Graduação (Curso Superior de Educação Física e Curso de Técnica Desportiva); Cursos de Especialização (Curso de Educação Física Infantil; Curso de Recreação; Curso de Massagem; Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos; e Curso de Dança); e Curso de Extensão Universitária.

Para realizar o Curso de Técnica Desportiva, o discente deveria escolher dois desportos de uma lista que seria organizada pela própria ESEFPA. No caso dos egressos do Curso Superior de Educação Física, eles poderiam realizar o Curso de Técnica Desportiva mediante o estudo e aprovação em disciplinas não oferecidas durante sua formação superior. Traumatologia e Nutrição eram disciplinas lecionadas e presentes no primeiro Regimento, mas que não constavam no currículo do Curso Superior.

Conforme o Regimento de 1970, as disciplinas oferecidas eram alocadas em três departamentos. O **Departamento Pedagógico**, constituído pelas disciplinas: Didática; História, Legislação, Organização, Administração da Educação Física e dos Desportos, Psicologia, Sociologia, Educação Moral e Cívica (Estudos de Problemas Brasileiros) e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau;

O **Departamento Biológico**, composto pelas disciplinas: Anatomia, Biologia, Biometria, Fisiologia, Cinesiologia, Higiene, Socorros Urgentes, Fisioterapia, Traumatologia e Nutrição; e o **Departamento Gímico Desportivo**, constituído pelas disciplinas: Ginástica, Rítmica, Recreação, Desportos (com exceção de Natação e Atletismo, visto que eram disciplinas separadas).

As disciplinas ministradas pelos professores Alberto, Eni, Vera e Von-Grap destacam-se nos trechos a seguir:

[...] depois de formados, voltamos. A parte pedagógica, psicológica, médica tudo o Nagib conseguiu aqui (Belém-PA), mas a parte do esporte e tudo mais ele mandou várias pessoas para lá (Rio de Janeiro). Claro, quando nós voltamos, quem tinha habilidade ficava com mais de uma disciplina e eu, como sempre gostei de fazer mais coisas, quando cheguei na escola trabalhei com o Atletismo, Natação, Ginástica de Solo, Handebol, umas três, quatro ou cinco disciplinas depois quando foram se formando, aparecendo mais gente foram ocupando (as disciplinas). (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Em primeiro lugar, foram selecionados os professores de acordo com as disciplinas que iriam lecionar, o que caberia para cada um de nós, duas ou três delas, de acordo com os conhecimentos dos professores. Eu, por exemplo, no início dos trabalhos assumi as responsabilidades das disciplinas Ginástica Geral, Futebol e História da Educação Física, porém no decorrer dos anos e com o ingresso de outros professores, assumi

apenas a primeira disciplina, Ginástica Geral, por todo o tempo, onde era aplicada da primeira a quarta série do referido curso. (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

Então a gente pegava várias turmas, várias disciplinas. Eu fiquei com Dança; Voleibol; História, Legislação, Organização, Administração da Educação Física e dos Desportos. A gente podia acumular várias disciplinas, faltava professor, vieram professores de fora. Sabe, eu acho hoje que nós éramos professores de tudo. (Eni do Perpétuo Socorro Corrêa, 2019).

[...] cada um de nós ficou com mais de uma disciplina. Eu me lembro que eu cheguei a trabalhar com Natação, Atletismo, Rítmica, Ginástica Feminina Moderna [...]. Na parte teórica eu cheguei a ministrar, como outros colegas, várias disciplinas. E assim foi, começamos a trabalhar, a ministrar as aulas no DEFRE, na Tuna, naquele quartel que tem ali na Avenida Almirante Barroso. (Vera Nazaré Cardoso de Souza, 2019).

Conforme as memórias da professora Eni: “A grade curricular teve muita influência da ENEFD, com algumas modificações. Cada professor da ENEFD deixou muita coisa boa, o que a gente aprendeu procurou aplicar”.

Nascimento (2010), ao buscar compreender as bases teóricas que deram suporte ao primeiro Regimento da ESEFPA, evidencia a influência recebida da ENEFD, por meio de suas diretrizes orientadas pela dimensão biológica de formação, com indicadores de uma Educação Física

esportivizada. Segundo Pires (2007), na ENEFD, o perfil de formação profissional idealizado:

[...] apontava para a formação de um homem e uma mulher, biologizados, influenciados, e preocupada em reproduzir as mais variadas técnicas esportivas, expressão de uma concepção de educação tecnocrata, centralizada, elitista e competitivista (Pires, 2007, p. 67).

Quando o primeiro Regimento foi criado, os currículos de formação profissional em Educação Física eram regidos pela Resolução nº 69, de 6 de dezembro de 1969, do Conselho Federal de Educação (CFE), e Parecer nº 894, de 2 de dezembro de 1969, também do CFE, que restringia os cursos de formação de professores apenas aos cursos de Educação Física e Técnico de Desportos, previsto para três anos de duração, com uma carga horária de 1.800 horas-aula e redução das matérias básicas de fundamentação científica (Souza Neto *et al.*, 2004).

Treptow (2008) nos diz que o Regimento de 1970 da ESEFPA atendia às propostas vigentes na Resolução supracitada, bem como às expectativas do contexto da época. Segundo a autora, a Educação Física, nesse contexto de regime militar, era um instrumento fundamental para a segurança nacional e para a formação de mão de obra saudável para o desenvolvimento econômico.

O processo de elaboração do primeiro Regimento da ESEFPA foi um dos grandes desafios enfrentados pelos seus idealizadores, em razão de haver dificuldade na composição de um quadro docente inicial qualificado, além da realidade local que era desprovida de estrutura física para realização de práticas desportivas (Nascimento, 2010). Devia-se, portanto, ter cuidado na

transposição das experiências oriundas das instituições de ensino superior do Sul e Sudeste do país, em especial da ENEFD.

Com base no Capítulo IV, Art. 22, do primeiro Regimento da ESEFPA, destacamos que no Curso Superior de Educação Física havia predomínio de disciplinas na área desportiva e biológica, em comparação às disciplinas voltadas para a formação pedagógica, o que evidencia a tendência para uma formação profissional de caráter tecnicista.

Com a elaboração do primeiro Regimento pela comissão de professores formados pela ENEFD, Alberto, Eni, Vera e Von-Grap, presidida pelo professor Nagib Coelho Matni e coordenada pelo professor Jonathas Pontes Athias, tornou-se realidade o funcionamento inicial da ESEFPA, no ano de 1970. Assim, é possível vislumbrarmos as contribuições desses professores e demais personagens para esse intento.

Em seu funcionamento inicial, a ESEFPA era caracterizada como uma unidade da Fundação Educacional do Estado do Pará (FEP), uma instituição com sede e foro na capital Belém, criada pelo Decreto nº 2.395, de 29 de novembro de 1961, do Governo do Estado do Pará, e reorganizada pela Lei nº 3.759, de 3 de novembro de 1966. A FEP era uma entidade sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, didática e financeira, vinculada à Secretaria de Educação do Estado. Essa Fundação desenvolveu, inicialmente, suas atividades como órgão responsável pelos estabelecimentos de ensino médio e superior, da capital e do interior, mantidos pelo Governo Estadual. Em 1994, a FEP transformou-se na Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Figura 40 – Fachada da ESEFPA em 1970.



Fonte: Acervo da Biblioteca “Prof. Jonathas Pontes Athias”.

Em termo legais, a ESEFPA foi criada pela Resolução nº 010, de 12 de fevereiro de 1970, do Conselho Diretor da FEP, homologada pelo Decreto Estadual nº 6.953, de 25 de fevereiro de 1970, assinado pelo Governador Alacid da Silva Nunes. Seu funcionamento foi autorizado por meio do Parecer nº 41, de 9 de abril de 1970, e Resolução nº 22, de 10 de abril de 1970, do Conselho Estadual de Educação do Pará. O Decreto nº 66.548, de 11 de maio de 1970, assinado pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici e pelo Ministro da Educação e Cultura, Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, autorizou o funcionamento da Escola em âmbito federal, sob a direção da professora Sônia Guimarães da Costa.

Figura 41 – A professora Sônia Guimarães da Costa, primeira diretora da ESEFPA, e outras autoridades, em 1971.



Fonte: Acervo da família da professora Sônia Guimarães da Costa.

A figura 41 é um registro fotográfico da presença da professora Sônia Guimarães da Costa, diretora da ESEFPA, e de outras autoridades, da esquerda para a direita: Sr. Carra-patoso; Coronel Gerônimo Bastos (presidente do Conselho Nacional de Desportos (CND)); Nagib Coelho Matni e, ao seu lado, o Coronel Eric Tinoco Marques, então diretor do Departamento de Educação Física e Desporto (DED), durante a inauguração da piscina da ESEFPA, no ano de 1971.

A professora Sônia Guimarães da Costa (Roraima, 1944 – Pará, 1985), licenciada em Educação Física pela ENEFD, em 22 de dezembro de 1954, foi a primeira Diretora da ESEFPA, indicada em 17 de fevereiro de 1970. Tomou posse em maio de 1970 e exerceu o cargo até 12 de novembro de 1971. Assumiu o cargo de Vice-Diretora no

período de 12 de novembro de 1971 a 1 de março de 1972, foi diretora interinamente no período de 13 a 31 de julho de 1973, e chegou a ser professora da disciplina Ginástica Feminina (Santos, 1985). Antes de assumir a direção da ESEFPA, atuou com a Educação Física no Pará, entre as décadas de 1950 e 1960.

Recentemente, em 2019, a professora Sônia Guimarães da Costa foi reconhecida e homenageada pela Academia Brasileira de Educação Física (ABEF), recebendo o título de patrona da cadeira nº 21, assumida, atualmente, pelo membro efetivo professor Dr. Helio José Bastos Carneiro de Campos.

O processo de criação da ESEFPA foi concluído com a publicação do Decreto nº 78.610, de 21 de outubro de 1976, assinado pelo Presidente Ernesto Geisel, por meio do qual foi reconhecido o Curso Superior de Educação Física, com habilitações em Licenciatura e em Técnico em Desportos.

Em sessão realizada em agosto de 1976, o CFE, conforme consta em publicação do jornal O Estado do Pará, do dia 7 de agosto de 1976, aprovou a regularização do funcionamento da ESEFPA. De acordo com a matéria, após a decisão, os diplomas expedidos pela escola, para os alunos que concluíram anteriormente ou que viessem a concluir o Curso Superior de Educação Física no Estado do Pará, seriam válidos em todo o território nacional, habilitando-os para lecionar nos três graus de ensino.

O funcionamento inicial da ESEFPA não significava que sua estrutura física estivesse pronta, muito pelo contrário, havia grande dificuldade na realização das aulas práticas que aconteciam em diferentes locais da cidade, devido à ausência de uma infraestrutura. As aulas de Atletismo aconteciam, por exemplo, no Estádio Sargento Ca-

margo, do I Comando Aéreo Regional, e as aulas de Natação ocorriam na piscina do DEFRE (Santos, 1985).

Outras instalações iriam ser construídas na Escola, conforme aponta a publicação do jornal *O Liberal*, do dia 14 de janeiro de 1969, sendo que na segunda parte da obra era prevista a construção de um conjunto esportivo, com campo de futebol, pista para atletismo, uma piscina olímpica e um ginásio.

Figura 42 – Instalações construídas na década de 1970 – ginásio e piscina olímpica.



Fonte: Acervo da Biblioteca “Prof. Jonathas Pontes Athias”.

O projeto desse complexo esportivo foi elaborado por um arquiteto carioca chamado Hugo Repsold (*O Liberal*, 1969). Esta estrutura prevista para a ESEFPA foi concluída ainda na década de 1970 e perdura até os dias de hoje.

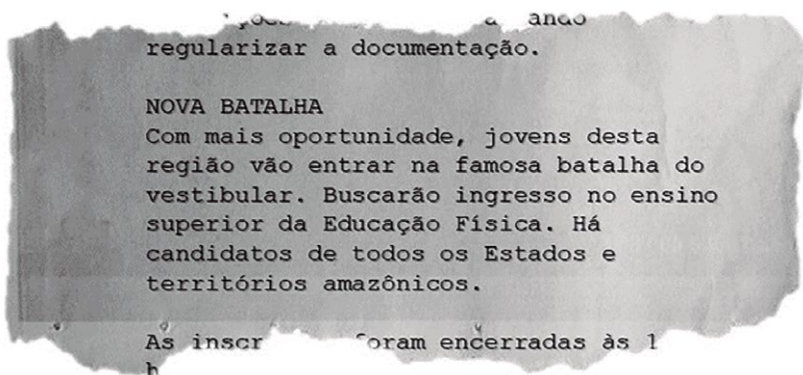
No Pará, o primeiro Curso de formação acadêmica civil em nível superior em Educação Física iniciou-se, portanto, com a criação da ESEFPA, em 11 de maio de 1970, cuja finalidade era desenvolver atividades no âmbito do ensino superior, proporcionar habilitações profissionais, maior acesso à educação e à cultura, promover a pesquisa e a cultura física, bem como elevar o índice educacional do país, especialmente da Região Amazônica (Matni; Santos, 1984).

4.4.2 O vestibular inaugural e a primeira turma discente

Os primeiros exames de vestibular, promovidos para ingresso na ESEFPA, foram realizados entre os dias 21 e 30 de maio de 1970. Santos (1985) alega que era enorme a expectativa nos meios educacionais acerca desse primeiro vestibular, visto que um curso superior novo gerava especulações em relação ao mercado de trabalho.

No dia 21 de maio de 1970, o Jornal Folha do Norte noticiou que “há candidatos de todos os estados e territórios amazônicos” (figura 43), inscritos no primeiro vestibular da ESEFPA, totalizando 76 inscrições até aquele momento. Contudo, a matéria informava que o professor Nagib Coelho Matni afirmou que o número de candidatos poderia chegar a 90, pois muitos candidatos estavam com inscrições pendentes, faltando regularizá-las.

Figura 43 – O primeiro vestibular da ESEFPA com candidato de estados e territórios amazônicos.



Fonte: Adaptado do jornal Folha do Norte (1970, p. 7).

Após serem resolvidas as pendências referentes às inscrições, o número de candidatos inscritos subiu de 76 para 86 candidatos, conforme nos mostra uma publicação do dia 23 e 24 de maio de 1970, do jornal O Liberal, cujo título pode ser visualizado na figura 44.

Figura 44 – Candidatos inscritos no primeiro vestibular da ESEFPA.



Fonte: O Liberal (1970, p. 7).

Na mesma publicação, o jornal O Liberal informou que no primeiro vestibular inscreveram-se 44 candidatos do sexo masculino e 42 do sexo feminino, disputando o total de 70 vagas, que seriam divididas em 35 para o sexo masculino e 35 para o feminino.

As provas dividiram-se em exames de aptidão morfofisiológica, provas práticas e provas teóricas (provas de Português, Ciências Físicas e Biológicas, Matemática, Francês ou Inglês). A direção geral das provas estava sob responsabilidade do professor Nagib Coelho Matni. O professor Armando Alcântara Von-Grap recorda os professores que contribuíram para a organização dos exames:

Como na época alguns professores e professoras estavam à disposição do estado, a fim de proceder os exames vestibulares, oficialmente, a Secretaria de Educação nomeou os professores, eu, Armando Von-Grap, Alberto Duarte de Oliveira e João Sérgio da Silva para os procedimentos do exame vestibular físico masculino, enquanto que as colegas Eni Corrêa, Iracema Aranha e Vera Cardoso preparavam os exames para o sexo feminino que se realizariam nas mesmas datas. Após os testes físicos, os candidatos se submeteram aos exames de conhecimen-

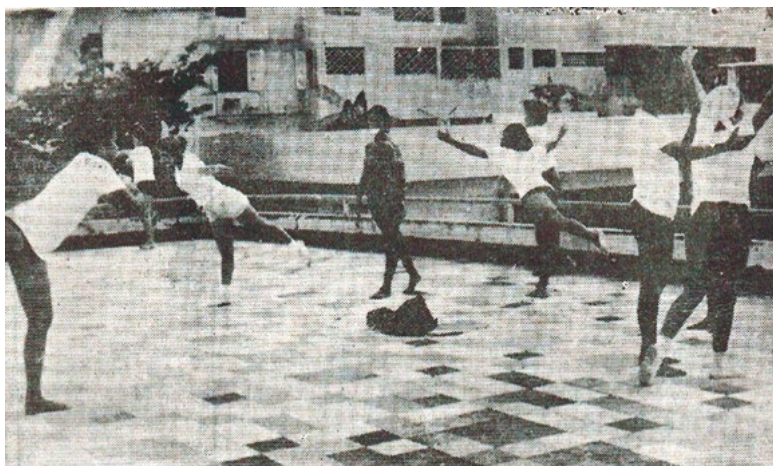
to geral e pouco depois, foram matriculados na 1ª série da Escola Superior de Educação Física do Pará (Armando Alcântara Von-Grapp, 2020).

O jornal Folha do Norte, em uma publicação do dia 22 de maio de 1970, noticiou que no dia 21 do mesmo mês, quinta-feira à tarde, foi iniciado o exame médico dos vestibulandos, constituinte do exame de aptidão morfofisiológica, cujo prazo seria até o dia 22. O jornal O Liberal também publicou uma notícia dos primeiros exames de vestibular da ESEFPA, e afirmava que o primeiro exame prático, constituído de uma série de exercícios, seria realizado em um sábado, dia 23 de maio 1970, nas instalações do DEFRE. A figura 45 apresenta vestibulandas realizando o primeiro exame prático.

O segundo exame prático, uma prova de natação, foi realizado no mesmo dia, às 14 horas, na piscina da Tuna Luso brasileira. Na segunda-feira, dia 25 de maio de 1970, ocorreram as provas de Atletismo no estádio Sargento Camargo da Aeronáutica, com corridas cronometradas e saltos em altura e distância.

Realizados no Colégio Estadual Visconde de Souza Franco, os exames teóricos iniciaram na terça-feira, dia 26, com a prova de Português. No dia seguinte, foi a vez da prova de Ciências Físicas e Biológicas; na Sexta-feira, dia 29, os candidatos realizaram a prova de Matemática; e no sábado, dia 30, a prova de Inglês ou Francês. Para aprovação, a nota mínima, em cada prova, devia ser três, em uma escala de zero a dez.

Figura 45 – Vestibulandas na primeira prova prática para o vestibular da ESEFPA.



Fonte: Folha do Norte (1970, p. 12).

De acordo com publicações dos dias 26, 28 e 30 de maio de 1970, do jornal Folha do Norte, 65 candidatos foram considerados aptos na avaliação fisiológica e aprovados nos exames práticos. Além disso, 8 (oito) foram eliminados na prova de Português, 9 (nove) na de Ciências Físicas e Biológicas, e um foi reprovado na prova de Matemática. Os candidatos aprovados iniciaram o curso no mês de junho de 1970.

A Aula Magna da primeira turma foi proferida pelo Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, no dia 19 de junho de 1970, no auditório da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Pará (O Estado do Pará, 1978). Dos 56 discentes que iniciaram o Curso de Licenciatura em Educação Física, apenas 19 conseguiram concluí-lo.

A solenidade de colação de grau foi realizada no dia 20 de dezembro de 1972, no Teatro da Paz. A turma nomeada “Prof. Nagib Coelho Matni”, teve o Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, então Ministro da Educação, como patrono; a professora Sônia Guimarães da Costa como

paraninfa; a colanda Maria das Graças Pereira de Vilhena como oradora, e ainda se prestou uma homenagem póstuma à Maria Doracy Ferreira Leal, que foi discente da turma (O Liberal, 1972).

Os 19 concluintes foram: Arthur Domingos Brito Zaluth, Benedito Luís Farias de Aguiar, Carlos Alberto Abdon dos Santos, Demóstheneis Humberto da Silva Dias, Eliana Kzam Smith de Moraes, Joana D'Arc Guimarães de Oliveira, José Maria Barbosa Marques, Judith Poltronieri Lopes, Luís Haroldo de Melo e Silva, Manoel Liarte de Matos, Manoel Francisco Gonçalves de Oliveira, Margarida Akiki Harada, Maria das Graças Pereira de Vilhena, Maria Helena Miranda de Andrade, Maria José de Souza Gomes, Marilene Lopes de Melo e Silva, Osvaldo Magalhães da Silva, Regina Braga de Paula e Walnir da Silveira Viana.

Figura 46 – Egressos da primeira turma que fizeram parte do corpo docente da ESEFPA.



Fonte: O Liberal (1972, p. 7).

Segundo Nascimento (2010), durante a formação acadêmica dos discentes da primeira turma houve um grande empenho institucional, pois não se tratava apenas da formação dos primeiros docentes de Educação Física em nível

superior no Estado do Pará, mas também de professores e professoras que, provavelmente, iriam integrar o quadro docente da própria instituição. Foi o caso dos discentes que realizaram o primeiro vestibular, diplomados pela primeira turma e se encontram destacados na figura 46.

Os discentes da turma de 1970, como Benedito Luís Farias de Aguiar, Joana D’Arc Guimarães de Oliveira, José Maria Barbosa Marques, Judith Poltronieri Lopes, Luís Haroldo de Melo e Silva, Marilene Lopes de Melo e Silva assim como Maria José de Souza Gomes e grande parte dos egressos da primeira turma da ESEFPA, antes do ingresso na escola, já trabalhavam como professores nas escolas, como rememora o professor Alberto Duarte de Oliveira:

[...] eu acho que foi uma coisa boa, porque a gente era mais colega do que professor e aluno. Tinha alunos que eu posso citar como a Maria José, a Judith e o Haroldo que já trabalhavam como docentes e eles, antes de começarem, já tinham feito uns cursos com a gente (Alberto Duarte de Oliveira, 2019).

Frisamos que as professoras Joana D’Arc Guimarães de Oliveira, Judith Poltronieri Lopes e Maria José de Souza Gomes, formadas na primeira turma e diversamente citadas no decorrer do texto, há muito labutavam na Educação Física, ministrando cursos para professores de Educação Física no Pará, na década de 1960 e, assim, contribuíram para a formação docente e incentivaram vários professores no início de suas carreiras.

Os diplomados na turma “Prof. Nagib Coelho Matni” representam um marco na história da Educação Física paraense, pois foram os primeiros professores e professoras

formados em nível superior no Pará e personagens importantes para o desenvolvimento da Educação Física e dos esportes.

4.4.3 O primeiro corpo docente

Como visto anteriormente, para a gênese da ESEFPA, um dos primeiros passos foi dado por iniciativa do Secretário de Educação e Cultura, Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, quando designou o professor Nagib Coelho Matni para visitar Escolas de Educação Física de nível superior nas Regiões Sul e Sudeste do país. Outra importante iniciativa foi quando o Governo do Estado, em parceria com o DEFRE, encaminhou, ainda na década de 1960, oito estudantes para fazerem, na condição de bolsistas, o Curso Superior de Educação Física da ENEFD, como relatou Nagib Coelho Matni ao jornal O Estado do Pará, em 1978:

Somente a partir de 1961 é que os primeiros professores foram mandados para o Rio de Janeiro para fazerem o Curso de Educação Física, mas poucos voltaram. Esses poucos não tinham onde atuar para promover instrução a novos professores e uma área para construir a Escola Superior se fez mais do que necessária (p. 10).

O primeiro corpo docente da ESEFPA foi admitido pela Portaria nº 632/70.SP, de 4 de setembro de 1970, da FEP e era constituído por dez professores licenciados em Educação Física, Iracema Rayol Aranha, Luiz Carlos de Lima Santos, Múcia Graça Martyres, Raimundo Farias, Sônia Guimarães da Costa, Vera Fontenelle Furtado, **Alberto Duarte de Oliveira, Armando Alcântara Von-Gräp, Eni do Perpétuo Socorro Corrêa e Vera Nazaré Cardoso**

de Souza; três médicos, Dr. Hamilton da Silva Pinto, Dr. Manoel da Silva Braga, Dr. Cleobery Braga da Silva; e por um Bacharel em Direito, Dr. Jonathas Pontes Athias. Estes profissionais foram fundamentais para o desenvolvimento inicial da Escola. Na história da Educação Física no Pará, podemos considerá-los pioneiros na formação superior de professores de Educação Física.

As ações viabilizadas pelo primeiro corpo docente da ESEFPA favoreceram a consolidação do primeiro curso superior de Educação Física do Pará, bem como a formação dos primeiros professores de Educação Física no Estado.

Passado mais de meio século da gênese da ESEFPA, tentamos rememorar partes importantes dessa história, mas não podemos retornar ao passado exatamente como ele foi, e sim, apenas recorrer a possíveis registros do que ficou nas fontes documentais e nas memórias dos professores.

Como visto, os personagens Alberto, Eni, Vera e Von-Grap se entrelaçam a momentos históricos relacionados à formação docente em Educação Física, por contribuírem para a formação de professores nas décadas de 1960 e 1970 e na criação da ESEFPA, o que permitiu que professores leigos nesse cenário se formassem em nível superior.

Da mesma forma, pudemos perceber que o professor Nagib Coelho Matni, quando esteve à frente da Inspetoria Seccional de Educação Física, do Serviço de Educação Física e, posteriormente, do DEFRE, e na condição de representante do Estado para visitar outras Escolas de Educação Física e nomeado presidente da comissão que elaboraria o regimento da ESEFPA, foi figura fundamental e ativa na origem desta Escola e na formação de professores de Educação Física no Pará, nas décadas de 1960 e 1970.

As memórias do professor Armando Alcântara Von-Grap resumem bem a história do personagem Nagib com a gênese da ESEFPA: “O mestre Nagib Coelho Matni tinha no seu pensamento, desde que se formou em Educação Física, criar em Belém, no Estado do Pará, uma Escola Superior de Educação Física. Ele criou”. (Armando Alcântara Von-Grap, 2020).

Ao interpretar o percurso formativo dos docentes pudemos constatar que todos tiveram experiências com a Educação Física na escola primária e secundária vivenciando a ginástica, os esportes e os jogos. Alguns dos professores mencionaram métodos utilizados na época como a calistenia, o método natural austríaco, o método francês e a Ginástica Feminina Moderna.

A definição pela Educação Física não foi a primeira opção dos professores Alberto, Vera e Von-Grap. Estes inicialmente planejaram escolher a Engenharia, a Medicina e a Administração. Somente a professora Eni delineou seu caminho, desde o início, em direção à Educação Física.

As memórias dos professores trouxeram à tona a relevância de entrar em contato com o ensino superior e com o que de mais novo estava sendo discutido pela Educação Física brasileira, durante seu percurso na ENEFD. Nesse ínterim, os docentes tiveram a oportunidade de participar de eventos e cursos que os capacitaram a organizar eventos, bem como a ministrar cursos no Estado do Pará e em outros estados.

As experiências dos quatro docentes nesse período contribuíram para a criação da ESEFPA, visto que seus conhecimentos possibilitaram a discussão e a elaboração do regimento que alicerçou sua origem. Além disso, depois de formados os professores encontravam-se qualificados a compor o corpo docente de uma instituição de ensino superior, fato que também facilitou a criação da ESEFPA.

Nesse caminho, os professores pioneiros foram responsáveis pelo exame vestibular que constituiu a primeira turma de discentes do curso de Educação Física em nível superior do Estado do Pará. As vivências traçadas durante o caminho dos professores permitiram que ministrassem várias disciplinas no curso de Educação Física, preenchendo as lacunas deixadas pela carência de docentes qualificados. Ademais, estes sujeitos docentes desenvolveram seu trabalho em outras instituições impulsionando a formação de professores e o ensino da Educação Física no Estado do Pará.

EPÍLOGO

Neste livro quisemos reconstruir os caminhos formativos dos primeiros professores da ESEFPA, desde o ensino primário até o ingresso na instituição. Assim, foi possível registrar o legado desses sujeitos, ouvir suas memórias de experiências e vivências de formação docente na área da Educação Física, considerando suas emoções, reações, alegrias, paixões, tristezas e desejos.

No percurso desta pesquisa, a partir das interpretações das memórias dos professores e das fontes documentais, foi possível reconstruirmos fragmentos da história de formação docente em Educação Física no Pará, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 e dos caminhos formativos dos primeiros professores da ESEFPA. Nessa movimentação, tivemos o privilégio de ouvir seus ensinamentos e aprendizados e pudemos conhecer mais sobre os percursos individuais dos professores a partir de suas narrativas, pois são sujeitos históricos, ou seja, cheios de história.

Nesta pesquisa, escritos e depoimentos se conjugaram nos esforços de compreender os sentidos de uma história. Essa verificação do passado foi com base nessas fontes e, naturalmente, a partir de nossos pontos de vista. A isso associamos o entendimento de que “[...] não se trata de analisar os escritos ou os depoimentos isoladamente, tão pouco compreendê-los como complementares no sentido de construir a história verdadeira e linear” (Selles; Santos, 2019, p. 66). Os documentos escritos constituíram-se em possibilidades de construirmos uma compreensão de um processo histórico, que foi registrado para fins de comprovação junto à posteridade, com relação às escolhas realizadas. As fontes orais, por sua vez, expressaram, de acordo

com Alberti (1989), não mais o passado, tal como efetivamente ocorreu, e sim, as versões dos entrevistados.

As experiências, os acontecimentos, as recordações, não foram entendidos em *ipsis litteris* e não voltaram ao estado anterior tal como aconteceu, porque variaram em função do tempo e devido a determinados fatores em relação ao presente. Cada sujeito construiu sua própria história por meio de recordações, não só em função da verossimilhança do que ocorreu, mas também em função das dificuldades, possibilidades, necessidades e expectativas.

As memórias dos professores foram capturadas e registradas mediante a metodologia da História Oral, a partir da realização de entrevistas. Os sujeitos, ao reelaborarem o acontecido, assumiram a influência de uma construção imaginária e suas repercussões. O tempo da memória é uma construção ligada às experiências vividas no passado, atualizado e renovado no tempo presente.

Quando entrevistamos os sujeitos da nossa pesquisa, o que mais nos chamou atenção foi que a pessoa do professor Nagib Coelho Matni ficou marcada nas histórias de vida desses docentes. Ao escutar as falas dos professores e ao ler e pesquisar a história da Educação Física no Estado do Pará, percebemos quanto o nome de Nagib é ligado à formação de professores nessa área. Uma das mais importantes ações do professor Nagib Coelho Matni, em nossa concepção, foi a mediação no envio de jovens bolsistas ao Rio de Janeiro para cursarem a ENEFD, para se formarem em nível superior e retornarem para criar a ESEFPA.

Esses bolsistas, que também fizeram parte do primeiro corpo docente da ESEFPA, sujeitos da presente pesquisa, são importantes para a história da Educação Física no Pará. A interpretação das fontes históricas aqui escolhidas nos

autorizou dizer que esses docentes possibilitaram a formação de professores especializados em Educação Física, nas décadas de 1960 e 1970, contribuíram nos JOPAGICOS, na criação da ESEFPA e na formação dos primeiros professores em nível superior no Pará.

Os professores Alberto Duarte de Oliveira, Armando Alcântara Von-Grap, Eni do Perpétuo Socorro Corrêa e Vera Nazaré Cardoso de Souza, ao falarem sobre suas formações na ENEFD, não se restringiram aos conhecimentos de sala de aula, pois foram buscar aprendizados além dos muros dessa escola ao participarem de cursos e eventos no Rio de Janeiro e em outros estados do país.

As lembranças evidenciaram que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela ausência de um curso para formar professores de Educação Física em nível superior no Pará. O Estado somente teve seu primeiro curso superior de Educação Física, por meio da ESEFPA, no ano de 1970. Antes do surgimento dessa escola, diversas foram as instituições que contribuíram para a formação docente em Educação Física no Pará, tais como: o Serviço de Educação Física, a Inspetoria Seccional de Educação Física de Belém, o DEFRE, a CADES e a DEF/MEC.

Pela interpretação dos aspectos observados, podemos apontar que essa formação de professores, nas décadas de 1950 e 1960, auxiliou na constituição de um imaginário sobre a Educação Física em Belém. Temos o entendimento de que os cursos de formação de professores idealizados e realizados nesse período foram diversificados em ações e marcantes para o desenvolvimento da Educação Física na escola que ajudaram a erguer.

Com a gênese da ESEFPA, as primeiras gerações de professores em nível superior foram formadas em âmbito

paraense. A partir de então, a ESEFPA se configurou como importante instância formadora de professores que atuaram com a Educação Física no Pará e em estados circunvizinhos. Esta pesquisa nos permitiu afirmar que esta escola, edificada no final da década de 1960, tem muitas histórias guardadas de forma fragmentada nos documentos e nas memórias de professores, docentes esses que o tempo urge em ouvi-los, em razão das avançadas idades.

Pela observação dos aspectos interpretados, nossas experiências como ex-alunos da ESEFPA levaram-nos a tecer comparações entre o passado e o presente, pela forma como os professores falavam, contavam e lembravam. Foi muito bom relembrarmos essas histórias e nelas ver espelhadas nossas histórias. Ao mergulharmos nessas lembranças, destampamos uma caixa de saudades.

Além de fundamentarem a narrativa dos seus caminhos formativos, as memórias dos professores possibilitaram a recuperação de fragmentos da história de criação da ESEFPA e pedaços da história de formação em Educação Física nas décadas de 1950, 1960 e 1970. A História Oral contribuiu para a construção desse relatório de pesquisa e, desse modo, possibilitou apresentar essas narrativas ao público, que dificilmente seriam conhecidos sem essa intermediação. Levando-se em consideração esses aspectos, concluímos, em conformidade com Delgado (2006), que a História Oral é um procedimento, é um meio e é um caminho, método e técnica, para a produção do conhecimento histórico.

Registramos que o acervo documental consultado no Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará causou limites nesta pesquisa, pois precisa de organização e tratamento. Os documentos referentes à gênese

da ESEFPA, à formação de seu primeiro corpo docente e ao início de suas atividades, não estavam preservados e organizados, o que dificultou o acesso a essa documentação e pode, também, implicar dificuldades para a efetivação de outras pesquisas sobre a sua história, que se faz importante em razão de ser o 1º curso superior de Educação Física no Pará. A ESEFPA, dessa forma, demanda rememoração de seus feitos e registros que nos permitam conhecer mais suas histórias.

As dificuldades por nós encontradas estão em conformidade com Bacellar (2010), ao prescrever que aventurar-se pelos arquivos é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal preservados e mal organizados. Dessa maneira, há sempre o desafio de se permanecer por meses, até mesmo anos, nesses espaços pouco acolhedores em termos de conforto e condições de trabalho, mas é um esforço que sempre rende bons frutos. Como bem pontua o referido autor, encontrar os documentos que servem ao tema trabalhado, é uma sensação que todos que passaram pela experiência a recordam com prazer. No presente estudo, depois de anos de pesquisa em arquivos, certamente recordaremos essa sensação com prazer e com nostalgia.

Outro limite para o desenvolvimento da pesquisa foi o contexto da pandemia de COVID-19, que afetou o nosso cronograma estipulado, especificamente nos momentos pensados e programados para a coletas de dados, tanto na pesquisa documental como na realização das entrevistas. Nessa conjuntura, tivemos que retificar roteiros, repensar fontes e retardar etapas.

Ao confrontarmos com essa inesperada realidade tivemos que, aos poucos, superar as dificuldades encon-

tradas, principalmente porque, nesse momento, passamos por situações desafiadoras relacionadas à insegurança, ansiedade e medo. Esse turbilhão de emoções nos ocorreu, embora no nosso íntimo sempre houvesse o desejo de superar todas essas adversidades e continuar buscando meios para responder às nossas questões de pesquisa. Acreditamos que passamos pela inquietação indicada na fábula da águia e a galinha de Leonardo Boff, pois vivenciamos experiências que muitas vezes foram limites, contudo, a partir de mudanças necessárias, alçamos voo. Mesmo com as dificuldades que se apresentaram, acreditamos que as enfrentamos, superamos e demos importantes passos em relação aos nossos objetivos de pesquisa.

Como perspectiva de futuras pesquisas, é premente que novos estudos com inúmeras fontes documentais, aprofundem o conhecimento sobre a história da Educação Física no Pará, em outros espaços e em outros tempos, assim como o horizonte de continuar a investigar vozes de outros sujeitos.

As fontes mobilizadas para essa pesquisa mostram que sujeitos como os professores Nagib Coelho Matni, Raimunda Fernandes Albuquerque, Joana D'Arc Guimarães de Oliveira e Sônia Guimarães da Costa, podem ser objetos de outras pesquisas históricas, visto que são professores que se encontram no anonimato e esquecidos pela comunidade acadêmica. O que temos e somos hoje, em relação ao desenvolvimento da formação de professores de Educação Física no Estado do Pará, inequivocamente, tem raízes no preparo e dedicação desses professores.

Sendo assim, acreditamos que o recorte temporal proposto nesta pesquisa precisa ser investigado com mais aprofundamento no que concerne a outros aspectos histó-

ricos da Educação Física no Pará. Nesse sentido, as instituições e os sujeitos apresentados nesta pesquisa podem demandar investigações futuras para, assim, nos permitir interpretar melhor a área da Educação Física: sua continuidade e suas transformações.

Futuros estudos podem investigar temáticas ainda pouco estudadas como: os JOPAGICOS, as demonstrações de ginástica e as festas cívicas, a Ginástica Feminina Moderna, os Cursos Preparatórios a Exames de Suficiência em Educação Física, a Educação Física no ensino primário, o papel do Serviço de Educação Física, do DEFRE e da CADES, entre outros.

Na mesma direção, o texto das entrevistas com os professores Alberto, Eni, Vera e Von-Grap, abrem espaço para possibilidades de narrativas sobre outras histórias. Persistimos, ainda, no desejo e na importância de se investigar as memórias da primeira turma de discentes da ESEFPA.

Na narrativa construída neste relatório de pesquisa, tentamos apresentar nossa satisfação e nosso amor pela pesquisa histórica ao longo do texto e consideramos que a nossa versão pode ser aceita, contestada e recontada. Acreditamos que ela, dentre outras contribuições, contemplou a expectativa de dar visibilidade aos professores que constituíram o primeiro corpo docente da ESEFPA.

Não esgotamos o assunto, pois não era a nossa intenção. Somos sabedores que há muito a ser pesquisado, mas esperamos ter contribuído para despertar outras temáticas sobre a história da Educação Física no Pará e para que mais pesquisadores tenham acesso às memórias de um tempo que, passados mais de meio século, se tornou muito distante. A história não acaba aqui. Na verdade, ela não acaba. **A história continua...**

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Aluizio Ramos; MARINHO, Inezil Penna. **História e organização da educação física e dos desportos**. Rio de Janeiro, RJ: Baptista de Souza, v. 1, 1956.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2013.

ANDRADE, André Augusto. **Félix d'Ávila e o campo da Educação Física em Sergipe, (1958-1959)**. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Diretoria de Pesquisa e Extensão, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju - SE, 2014.

ANDRADE, Everardo Paiva de; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Em busca de tempos da experiência: história de vida, profissão e narrativas de professores na perspectiva educacional. *In*: Ernesto Paiva de Andrade; Juniele Rabêlo de Almeida (org.). **História oral e educação**: experiência, tempo e narrativa. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2019. p. 13-40.

ARENO, Waldemar. **Relatório da viagem ao Norte do Brasil**. Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, Rio de Janeiro, RJ, 1948.

ARQUIVOS DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: Memória Documental da ENEFD Volume 1 - *DocReader Web* (docvirt.com). Acesso em: 27 ago. 2020.

ARQUIVOS DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. Rio de Janeiro, 1948. Disponível em: Memória Documental da ENEFD Volume 1 - *DocReader Web* (docvirt.com). Acesso em: 27 ago. 2020.

ARQUIVOS DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. Rio de Janeiro, jun./dez. 1965. Disponível em: Memória Documental da ENEFD Volume 1 - *DocReader Web* (docvirt.com). Acesso em: 27 ago. 2020.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Ofício de mestre:** imagens e autoimagens. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. **História da educação física no Brasil:** currículo e formação superior. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.

AZEVEDO, Fernando. **Da educação física.** 3. ed. São Paulo, SP: Edições Melhoramentos, 1960.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes históricas.** São Paulo, SP: Contexto, 2010. p. 23-79.

BALUTA, Inês Florinda Luís Buissa; GOMES, Maria Laura Magalhães. Trajetória da formação de professores de matemática no Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (1998-2009). **História oral**, v. 23, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 2020.

BARALDI, Ivete Maria. A Cades e a formação de professores para o ensino secundário: uma campanha nos anos de 1950-1960. *In*: 3º Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática, 2016, 3., São Mateus, ES, **Anais do 3º Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática**: história da educação e formação de professores. São Mateus, ES: SBHMat, 2016. 1069 p.

BARALDI, Ivete Maria; GAERTNER, Rosinéte. Uma campanha e suas orientações: história da educação matemática. *In*: simpósio internacional de pesquisa em educação matemática, 4., 2013, Curitiba, PR, **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba, PR, 2012. Disponível em: <https://proativa.virtual.ufc.br/sipemat2012/papers/372/submission/director/372.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. Origens da universidade brasileira. **Química Nova**, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007.

BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade**. São Paul, SP: Editora Movimento, 1991.

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 9, n. 26, p. 51-65, 1994.

BOSI, Éclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.

BRACHT, Valter. **Educação física e ciência**: cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2007.

BRACHT, Valter. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992. 122p.

BRÁS, José Gregório Viegas. Metamorfoses na formação de professores de Educação Física. **Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física**, n. 14, p. 47-54, 1996. Disponível em: <https://boletim.spef.pt/index.php/spef/article/view/179/166>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. **Parecer nº 224, de 12 de setembro de 1882**. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução publica. Rio de Janeiro, RJ, 1882. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242356>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931a. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 1 maio. 1931, p. 6945.

BRASIL. **Portaria nº 70, de 30 de junho de 1931**. [S.l.], 1931b. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/compilacao-legislacao-educacao-fisica-desportos/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 21.324, de 27 de abril de 1932. Aprova o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes). **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 4 maio 1932, p. 8530.

BRASIL. Decreto nº 23.252, de 19 de outubro de 1933. Aprova o Regulamento da Escola de Educação Física do Exército. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 23 out. 1933. Seção 1, p. 20337.

BRASIL. Lei nº 452, de 5 de julho de 1937. **Organiza a Universidade do Brasil**. 1937a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0452.htm. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. 1937b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 421, de 11 de maio de 1938. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 12 mai. 1938, p. 8990.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 1939a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1190.htm. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. 1939b. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 20 abr. 1939, p. 9073.

BRASIL. Decreto nº 5.723, de 28 de maio de 1940. Concede reconhecimento ao Curso Superior de Educação Física da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, administrada pelo Governo do Estado. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 24 maio de 1940a.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.412, de 30 de outubro de 1940. Concede reconhecimento ao curso normal de educação física da Escola Superior de Educação Física, com sede em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 14 nov. de 1940b. Seção 1, p. 21392.

BRASIL. Decreto nº 7.219, de 27 de maio de 1941. Concede autorização para funcionamento da Escola Superior de Educação Física, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 14 jun. 1941a. Seção 1, p. 12093.

BRASIL. Decreto nº 7.366, de 10 de junho de 1941. Concede reconhecimento ao “Curso Provisório de Educação Física”, de Santa Catarina. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 4 jul. 1941b. Seção 1, p. 13565.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.384, de 3 de julho de 1941. Estende aos alunos dos cursos de Educação Física de Vitória, Estado do Espírito Santo, as regalias dos licenciados em educação física. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 5 jul. 1941c. Seção 1, p. 13636.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.270, de 3 de dezembro de 1945. Altera disposições do Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 5 dez. 1945. Seção 1, p. 18245.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 29 jan. 1946, p. 1448.

BRASIL. Lei nº 1.821, de 12 de maio de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 16 mar. 1953a. Seção 1, p. 4505.

BRASIL. Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. **Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, DF, v. 8, 1953b. p. 1622.

BRASIL. Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1955. Dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 02 mar. 1955, p. 3337.

BRASIL. Decreto nº 40.296 de 06 de novembro de 1956. **Regimento da Divisão de Educação Física**. Disponível em: Diário das leis - Aprova o Regimento da Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação. (diariodasleis.com.br). Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 49. 639, de 30 de dezembro de 1960. Aprova novo Regimento da Divisão de Educação Física, do Departamento Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1960. Disponível em: Decreto nº 49.639, de 30 de Dezembro de 1960 - DEC-49639-1960-12-30 - 49639/60 :: Legislação::Decreto 49639/1960 (Federal - Brasil) :: (lexml.gov.br). Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 dez. 1961b, p. 13301.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, Congresso Nacional, 29 nov. 1968. Seção 1, p. 10369.

BRASIL. Portaria nº 66, de 31 de dezembro de 1969. **Ministério da Educação e Cultura**, Divisão de Educação Física. Brasília, DF, 1969.

BRASIL. Portaria nº 56, de 17 de novembro de 1969. **Ministério da Educação e Cultura**, Divisão de Educação Física, Brasília, DF, 1969.

BRASIL. Portaria nº 67, de 31 de dezembro de 1969. **Ministério da Educação e Cultura**, Divisão de Educação Física. Brasília, DF, 1969.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971.** Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. 1971b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm. Acesso em: 27 ago. 2020.

CAMARGO, Tarciso Alex. **A Revista Educação Física e a Eugenia no Brasil: (1932-1945).** 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

CASTELANNI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta.** 12 ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

CASTRO, Magali de. ANDRADE, Raquel de Sá. Ser professor de história em Minas Gerais (1964-1980). In: FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar e aprender história: formação, saberes e práticas educativas** (Org.). Campinas, SP: Editora Alínea, 2009. p. 17-54.

CASTRO, Ribamar (Org.). **Atos dos governadores: 1947 a 1951.** v. 4, Belém, PA: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2014.

CASTRO, Ribamar (Org.). **Atos dos governadores: 1951 a 1961.** v. 5, Belém, PA: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2018.

CAVACO, Maria Helena. Ofício do professor: o tempo e as mudanças. In: NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. Porto, Portugal: Porto Editora, LDA, 2. ed. 1999. p. 155-191.

CHAVES, Márcia; GAMBOA, Silvio. **Prática de ensino: formação profissional e emancipação**. Maceió, AL: EDUFAL, 2000.

CONSORTE, Josildeth Gomes. Culturalismo e educação nos anos 50: o desafio da diversidade. **Cadernos CEDES**, Campinas - SP, v. 18, n. 43, dec. 1997.

CORREIO DA MANHÃ. II jornada de educação física. Rio de Janeiro, RJ, 22 jul. 1958, p. 14. (1º caderno).

COSTA, Emília Viotti da. **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2015.

COSTA, Lamartine Pereira da. **Diagnóstico de educação física/desportos no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971.

COSTA, Lamartine Pereira. **O novo currículo de formação de professores de Educação Física: implantação, desenvolvimento e perspectivas - 1988/1998**. Relatório de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, referente ao processo no 521417/93-7-documento final. Rio de Janeiro, RJ, 1998.

CUNHA, Luciana Bicalho. **A Educação Física Desportiva Generalizada no Brasil: princípios e sistematizações de um método de ensino em circulação (1952-1980)**. 2017. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2017.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da (Org.). **História e memórias do esporte em Minas Gerais**. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas - SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de. **Introdução à didática de educação física**. Forum Editora, São Paulo, SP, 1972.

FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de. Professor de educação física, licenciado generalista. In: OLIVEIRA, Vitor de Marinho; FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes (Org.). **Fundamentos pedagógicos educação física**. Rio de Janeiro, RJ: Ao Livro Técnico, 1987. p. 15-54.

FAUITEC. Colégio Souza Franco: um pedaço da UFPA. Laboratório Virtual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará, Belém - PA, 2011. Disponível em: Colégio Souza Franco; um pedaço da UFPA (IN POST) | F A U — Laboratório Virtual — I T E C / U F P A (fauufpa.org). Acesso: em 20 jan 2021.

FAUSTO, Bori. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder**. Rio de Janeiro, RJ: Achiamé, 1980.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2013. 464 p.

FERREIRA NETO, Amarílio. **Pesquisa histórica na educação física**. v. 3. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz: 1998.

FERREIRA NETO, Amarílio. **A pedagogia no exército e na escola**: a educação física brasileira (1880-1950). Aracruz, ES: FACHA, 1999.

FERREIRA NETO, Amarílio. **Pesquisa histórica na educação física**. v. 5. Aracruz, ES: FACHA, 2000.

FERREIRA NETO, Amarílio. **Pesquisa histórica na educação física**. v. 6. Vitória, ES: PROTEORIA, 2001.

FIGUEIREDO, Priscilla Kelly. **A história da educação física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil**: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958). 272 p. Tese (Doutorado em Educação–Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

FOLHA DO NORTE. Escola paraense de educação física. Belém, PA, p. 2, 12 jun. 1942.

FOLHA DO NORTE. Grupo Escolar Dr. Freitas. Belém, PA, p. 9, 8 jan. 1943.

FOLHA DO NORTE. Escola de Educação Física do Pará: encerramento do curso e colação de grau. Belém, PA, p. 8, 20 mar. 1943.

FOLHA DO NORTE. Vai ser reorganizado o Serviço de Educação Física. Belém, PA, p. 7, 29 mar. 1951.

FOLHA DO NORTE. Preparando professores de educação física. Belém, PA, p. 6, 28 jun. 1956.

FOLHA DO NORTE. Atualização dos professores de educação física nesta capital. Belém - PA, p. 12, 3 abr. 1958.

FOLHA DO NORTE. Iniciada a II jornada de educação física. Belém, PA, p. 8, 2 ago. 1958.

FOLHA DO NORTE. Educação física: regressam os delegados do Pará ao III Estágio Internacional. Belém, PA, p. 5, 24 jul. 1959.

FOLHA DO NORTE. Bolsas de estudo da ENEFD ao Pará. Belém, PA, p. 5, 22 jan. 1960.

FOLHA DO NORTE. Designados para o Serviço de Educação Física. Belém, PA, p. 7, 13 mar. 1962.

FOLHA DO NORTE. Voltará o Pará a possuir escola de educação física. Belém, PA, p. 5, 4 jan. 1963.

FOLHA DO NORTE. Curso de educação física para o interior em Bragança. Belém, PA, p. 7, 19 jun. 1963.

FOLHA DO NORTE. Professores de educação física seguiram ontem para Santarém. Belém, PA, p. 14, 5 jul. 1964.

FOLHA DO NORTE. Curso de informações de educação física r. e esportes. Belém, PA, p. 5, 30 dez. 1964.

FOLHA DO NORTE. Curso de educação física forma mestres para o interior. Belém, PA, p. 8, 21 jan. 1970.

FOLHA DO NORTE. Vestibular de educação física encerrou as inscrições com 76. Belém - PA, p. 7, 21 maio 1970.

OLHA DO NORTE. Iniciados os exames para educação física. Belém, PA, p. 10, 22 mai. 1970.

FOLHA DO NORTE. Exames práticos aprova 65 nomes em educação física. Belém, PA, p. 12, 26 mai. 1970.

FOLHA DO NORTE. Vestibular de educação física prossegue com 57 concorrentes. Belém, PA, p. 5, 28 maio 1970.

FOLHA DO NORTE. Resta apenas 55 candidatos no vestibular de educação física. Belém, PA, p. 2, 30 mai. 1970.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Ave-lino. O professor como profissional da educação. *In*: FARES, Josebel Akel. **Memória de mestre:** Belém antiga em narrativa de professores. Belém, PA: Paka-Tatu: EDUEPA, 2017. p. 133-149.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** São Paulo, SP: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

GAIO, Roberta. **Ginástica rítmica popular:** proposta educacional. 2. ed. Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2007.

GOELLNER, Silvana Vilodre; MELO, Victor Andrade de. Educação Física e história: a literatura e a imagem como fontes. *In*: CARVALHO, Yara Maria de; RÚBIO, Kátia (Org.). **Educação Física e ciências humanas.** São Paulo, SP: Hucitec, 2001. p. 115-128.

GOMES, Angela de Castro. **População e sociedade.** *In*: GOMES, Angela de Castro. Olhando para dentro: 1930-1964. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2013. p. 41-89.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: o projeto de uma época.** 1997. 184 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, São Cristóvão, SE, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução Beatriz Sidou. São Paulo, SP: Centauro, 2003.

IMPrensa Oficial do Estado do Pará. **A história no diário oficial.** 29 set. 2012. Disponível em: www.ioepa.com.br/portal/atos.aspx. Acesso: em 18 jan 2021.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado.** Tradução Lúcia Haddad e Marina Maluf. São Paulo, SP: Projeto História, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão; Irene Ferreira; Suzana Ferreira Borges. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão *et al.* 5. ed. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Marcia. Remexendo fotografias e cotidianos. *In:* ALVES, Nilda; SGARBI, Paulo (Org.). **Espaços e imagens na escola.** Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. p. 99-114.

LENK, Maria. **Organização de educação física e desportos.** 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1943.

LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. **Ensino e formação: “os mais modernos conceitos e métodos” em circulação nas jornadas internacionais de educação física (Belo Horizonte, 1957-1962).** 2012. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

Horizonte, MG, 2012.

LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias; LINHALES; Meily Assbú. Sujeitos, saberes e práticas em circulação nas Jornadas Internacionais de Educação Física: tessituras e modelagens pedagógicas (Belo Horizonte, 1957-1962). **Movimento**, Porto Alegre, RS, v. 20, n. 4, p. 1499-1521, out./dez. de 2014.

LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. Ensino e formação: “os mais modernos conceitos e métodos” em circulação nas jornadas internacionais de educação física. In: JINZENJI, Mônica Yumi; MORENO, Andrea (Org.). **Histórias da educação – instâncias educativas**: políticas, instituições e cultura material. Jundiaí, SP, Paco Editorial, 2015. p. 169-192.

LOURDES, Luiz Fernando Costa de. **Antonio Boaventura da Silva**: o professor e suas concepções sobre a educação física nas décadas de 1940-1970. 2007. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

LYRA, Vanessa Bellani. **A criação da Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul**: a formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970). 276 f. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, RS, 2013.

MANESCHY, Pedro Paulo. **Educação e corporeidade**: o vivido e o pensado na ESEFPA. 1996. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 1996.

MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de Oliveira. **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém, PA: EDUEPA, 2010.

MARINHO, Inezil Penna. **Contribuição para a história da educação física no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1943.

MARINHO, Inezil Penna. **Formação do pessoal especializado no Brasil e a Escola de Educação Física do Exército**. Revista de Educação Física / Journal of Physical Education, v. 21, n. 71, p. [s. n], 1952.

MARINHO, Inezil Penna. **História da educação física e dos desportos no Brasil**. Revista de Educação Física / Journal of Physical Education v. 3, Rio de Janeiro, RJ, 1953.

MARINHO, Inezil Penna. **Educação física, recreação e jogos**. 2^a ed. São Paulo, SP: COMPANHIA BRASIL, 1971.

MATNI, Nagib Coelho; SANTOS, Carlos Ubiratan da Silva. **A formação do docente de educação física e sua realidade local**. Escola Superior de Educação Física, Belém, PA, 1984.

MATNI, Nagib. Prefácio. *In*: SANTOS, Carlos Ubiratan. **Histórico da Escola Superior de Educação Física do Pará 1970 – 1985**. Belém, PA: ESEFPA, 1985. p. 7-8.

MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história**. 1996. 199f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

MELO, Victor Andrade de. ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. Centro de memória da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. **Revista Portuguesa**

de Ciências do Desporto. Porto, Portugal. v.4., p. 357, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** São Paulo, SP: Edições Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e Narrativas:** história oral aplicada. São Paulo, SP: Contexto, 2020.

MENEZES, José Américo Santos. Escola de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe: uma possível história. In: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física.** v. 3. Espírito Santo: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, ES, 1998. p. 153-179.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Divisão de Educação Física. **Curso de educação física por correspondência.** 1967.

MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, António (Org.). **Vidas de professores.** Porto Editora, Porto: Portugal, 2. ed. 2000. p.111-132.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. 6. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2008.

MOREIRA, Wilton. Meu tempo de universitário. In: MELLO, Alex Bolonha Fiúza de (Org.). **UFPA 50 anos:** relatos de

uma trajetória. Belém, PA: EDUFPA, 2007. p. 245-249.

MORENO, Andrea. O Rio de Janeiro e o corpo do homem fluminense: o “não-lugar” da ginástica sueca. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, SP, v. 25, n. 1, p. 55-68, set. 2003.

NASCIMENTO, Vanderson Cunha do. **Escola Superior de Educação Física do Estado do Pará: uma análise das concepções pedagógicas em sua gênese (1960-1970)**. 2010. 135f. Tese (Doctorado em Ciências de la Educación) – Universidad Autónoma de Asunción, Assunción, Paraguay, 2010.

NEDIALCOVA, Guirga T.; BARROS, Daisy Regina. **ABC da ginástica**. Rio de Janeiro, RJ: Grupo Palestra Sport, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, dez. 1993.

NÓVOA, Antonio. **A formação contínua entre a pessoa-professor e a organização escola**. Lisboa, Portugal: Inovação, 1991.

NUNES, Antonietta d'Aguiar; MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; CABRAL, Ilma da Silva. Os arquivos e a memória da educação na Bahia: recordando localmente para conhecer globalmente. *In*: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012. p. 47-65.

O ESTADO DO PARÁ. Vai fazer um curso de educação infantil. Belém, PA, p. 6, 12 fev. 1950.

O ESTADO DO PARÁ. Os professores de educação física nas modernas técnicas de ensino. Belém, PA, p. 1, 4 abr. 1958.

O ESTADO DO PARÁ. Inicia-se hoje o curso de especialização em educação física. Belém, PA, p. 5, 16 fev. 1961.

O ESTADO DO PARÁ. Escola de educação física está legalizada. Belém, PA, p. 6, 7 ago. 1976.

O ESTADO DO PARÁ. Escola de Educação Física faz hoje 8 anos de fundação. Belém, PA, p. 10, 11 maio. 1978.

O LIBERAL. Curso de educação física em Belém. Belém, PA, p. 6, 8 abr. 1958.

O LIBERAL. Visitado o curso de educação física. Belém, PA, p. 1, 18 abr. 1958.

O LIBERAL. Encerrado o curso de educação física. Belém, PA, p. 6, 22 abr. 1958.

O LIBERAL. Entregue diplomas no curso de recreação. Belém, PA, p. 2, 28 fev. 1961.

O LIBERAL. “Show” de muita graça e esplendor na abertura do VII JOPAGICOS. Belém, PA, p. 8, 16 ago. 1961.

O LIBERAL. Educação física encerra curso. Belém, PA, p. 8, 28 fev. 1964.

O LIBERAL. Maria Lenk, a primeira mulher que faz parte do C.N. de desportos. Belém, PA, p. 7, 17 set. 1964.

O LIBERAL. DEFRE vai fazer exame de suficiência em educação física. Belém, PA, p. 7, 4 nov. 1966.

O LIBERAL. DEFRE iniciou ontem curso de educação física. Belém, PA, p. 7, 9 jan. 1968.

O LIBERAL. DEFRE realizará praças de recreio. Belém, PA, p. 6, 17 jun. 1968.

O LIBERAL. Governo constrói moderna escola de educação física. Belém, PA, p. 4, 14 jan. 1969.

O LIBERAL. XV jogos paraenses ginásio colegiais tem abertura solene hoje pela manhã. Belém, PA, p. 6, 1 set. 1969.

O LIBERAL. Vestibular para a ESEFPA começou: 86 candidatos. Belém, PA, p. 7 23, 24 mai. 1970.

O LIBERAL. Turma “Prof. Nagib Matni”. Belém, PA, p. 7, 20 dez. 1972.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. **O que é educação física.** São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. **Educação física humanista.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Shape, 2010.

PARÁ. Decreto nº 1.138, de 30 de dezembro de 1933. Crêa o Departamento de Educação Física. Belém, PA: **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1933. Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 1.164, de 8 de janeiro de 1934. Dá organização ao curso de Educação Física subordinado a Diretoria Geral da Educação e Ensino Público. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1934a. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 1.222, de 16 de fevereiro de 1934. Concede vantagens às professoras estaduais que foram diplomadas pelo Departamento de Educação Física e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1934b. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 1.405, de 19 de outubro de 1934. Interrompe o funcionamento do curso de educação physica. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1934c. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Departamento de Educação Física: os seus fins e o resultados já obtidos desde a sua fundação. **Diário Oficial do Estado do Pará**. Belém, PA, p. 13, 17 jun. 1934.

PARÁ. Decreto nº 3.272, de 22 de maio de 1939. Manda reabrir o curso de educação física do Estado. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1939. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Portaria de 16 de maio de 1941. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1941. Belém, PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

PARÁ. Portaria de 27 de janeiro de 1942a. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1942. Belém, PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 4.046, de 9 de junho de 1942. Cria a Escola de Educação Física do Estado. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1942b. Belém, PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 4.053, de 19 de junho de 1942. Aprova o Regulamento da Escola de Educação Física do Estado. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1942c. Belém, PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 4.313, de 4 de maio de 1943. Extingue a Escola de Educação Física do Estado por não ter funcionamento legal ante o que dispõe a legislação federal vigente e cria, no Departamento de Educação Física e Cultura do Estado, o Serviço de Educação Física do Estado, dando outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1943. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Portaria nº 197, de 19 de agosto de 1947. O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições, e considerando que por motivos supervenientes de vária ordem e irremovíveis no vigente exercício, o Serviço de Educação Física do Estado, criado pelo Decreto-lei n. 4.313, de 4 de maio de 1943, não se acha em condições de atingir as suas finalidades legais. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1947. Belém, PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 636, de 30 de dezembro de 1950. Dá nova redação ao art. 66 do Regulamento do Ensino Normal. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1950. Belém, PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 683, de 21 de março de 1951. Reorganiza o serviço de educação física. Reorganiza o Serviço de Educação Física do Estado, anexo ao Departamento de Educação e Cultura. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1951. Belém, PA: Documento do Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Lei nº 2.395, de 29 de novembro de 1961. Dispõe sobre a instituição da Fundação Educacional do Pará e dá outras providências. Belém, PA: **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1961. Documento da Assembleia Legislativa do Pará.

PARÁ. Portaria nº 875, de 2 de outubro de 1964. Belém, PA: **Secretaria de Educação e Cultura**, 1964.

PARÁ. Lei nº 3.759, de 3 de novembro de 1966. Reorganiza a Fundação Educacional do Estado do Pará (FEP) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1966. Belém, PA: Documento da Assembleia Legislativa do Pará.

PARÁ. Resolução nº 010/70, de 12 de fevereiro de 1970. Criação da Escola Superior de Educação Física. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1970a. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 6.953, de 25 de fevereiro de 1970. Homologa Resolução Educacional do Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1970b. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Parecer nº 41/70, de 9 de abril de 1970. Autorização para funcionamento da Escola Superior de Educação Física do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1970c. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Resolução nº 22, de 10 de abril de 1970. Aprova o pedido da Fundação Educacional do Estado do Pará, para funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Belém. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1970d. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Regimento da Escola Superior de Educação Física do Pará. **Diário Oficial do Estado**. Belém, PA, 11 abr. 1970e, nº 21.762.

PARÁ. Decreto nº 66.548, de 11 de maio de 1970. Autoriza o funcionamento da Escola Superior de Educação Física do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1970f. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Decreto nº 78.610, de 21 de outubro de 1976. Concede reconhecimento ao curso de educação física, da Escola Superior de Educação Física do Pará, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1970g. Belém, PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará.

PARÁ. Portaria nº 632/70.SP, de 4 setembro de 1970. Belém, PA: **Fundação Educacional do Estado do Pará**, 1970.

PEREGRINO JUNIOR. Justificação do atual fichamento morfológico na escola de educação física. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**. Rio de Janeiro, RJ, n. 3, jun. 1947. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ufrj_ene-fd&pagfis=412. Acesso em: 13 jan. 2021.

PEUKER, Ilona. **Ginástica moderna sem aparelhos**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fórum, 1974.

PINTO, Joélcio Fernandes. **Memórias de professores/as de educação física sobre formação e prática pedagógicas (1950 a 1970)**. 2012. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

PIRES, Roberto Gondim. **Educação Física na Bahia**: cenas e flashes de uma história. Salvador, BA: Editora Arcádia, 2008.

PIRES, Roberto Gondim. **História da educação física na Bahia**: o percurso da formação profissional. 2007. 154f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2007.

PIRES, Roberto Gondim; ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da; MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. Memórias de pioneiros da Educação Física: baianos na ENEFD. **Revista de História do Esporte**, v. 6, n. 2, jul./dez. Rio de Janeiro, RJ: 2013.

PIRES, Roberto Gondim; ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da; MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. Primeiro curso de Educação Física na Bahia: trajetórias e personagens. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 1, Porto Alegre, RS, jan./mar. 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, RJ: 1989.

RAMOS, Mário Marques. **Educação Física**. Porto Alegre, RS: Livraria do Globo, 1944.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2001.

SÃO PAULO. Decreto nº 4.855, de 27 de janeiro de 1931. Crea o Departamento de Educação Physica, subordinado á Secretaria do Interior. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. 1931. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1931/decreto-4855-27.01.1931.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SÃO PAULO. Decreto nº 6.583, de 1 de agosto de 1934. Aprova o Regulamento do Departamento de Educação Física. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. 1934. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6583-01.08.1934.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SÃO PAULO. Decreto nº 10.034, de 4 de março de 1939. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Educação Física, do Departamento de Educação Física. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. 1939. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto-10034-04.03.1939.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História e documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

SANTOS, Carlos Ubiratan. **Histórico da Escola Superior de Educação Física do Pará 1970 – 1985**. Belém, PA: ESEFPA, 1985.

SANTOS, Marcos Antônio Barros dos. **Rizoma da ginástica**: histórias de vidas de professores da Escola Superior de Educação Física do Estado do Pará na década de 1970. 2013. 239f. Tese (Doctorado em Ciências de la Educación) – Universidad Autónoma de Asunción, Assunción, Paraguay, 2013.

SANTOS, Selma Ferro dos. Memórias, histórias de vida, imagens... In: ALVES, Nilda; SGARBI, Paulo (Org.). **Espaços e imagens na escola**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. p. 56-72.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2015.

SELLES, Sandra Escovedo; SANTOS, Tatiane Castro dos. A entrevista na pesquisa educacional, seus usos etnográficos e a perspectiva da história oral. In: ANDRADE, Everardo Paiva de; ALMEIDA, Juliene Rabêlo de (Org.). **História oral e educação: experiência, tempo e narrativa**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2019. p. 65-86.

SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. Memórias dos “JOPAGICOS”: esporte estudantil no Pará (1964-1970). In: XIII Encontro Nacional de História Oral, 2016, 8., Porto Alegre, RS, **Anais eletrônicos do XIII Encontro Nacional de História Oral**. Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: XIII Encontro Nacional de História Oral - Anais eletrônicos (historiaoral.org.br). Acesso em: 13 jan. 2021.

SILVA, Elis Priscila Aguiar da. **Educação física no ensino público primário no Pará (1890 – 1930)**: prescrições e prática. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, 2015.

SILVA, Giovanna Camila. **A Associação Cristã de Moços e experiências de escolarização da Educação Física no Brasil**: sujeitos, ideias e práticas acemistas em circulação. 2017. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2017.

SILVA, Maria Betânia e; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892-1899). In: JIZENJI, Mônica Yumi; MORENO, Andrea (Org.). **Histórias da educação** – Instâncias educativas: políticas, instituições e cultura material. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015. p. 193-216.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física**: raízes europeias e Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SOARES, Marta Genú. **Uma incursão sobre o que vivi até aqui**: memorial. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

SOUZA JUNIOR, Marcílio. História da educação física escolar no Brasil. In: Terezinha Petrucia da Nóbrega (Org.). **O ensino de educação física de 5ª a 8ª séries**. Natal, RN: Paidéia, 2005. p. 13-32.

SOUZA, Elizeu Clementino de; ALMEIDA, Joselito Brito de. Memórias de educadores baianos: semelhanças e diferenças na constituição da vida na/da escola. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; PASSEGGI, Maria da Conceição; VICENTINI, Paula Perin (Org.). **Pesquisa (auto)biográfica**: trajetórias de formação e profissionalização. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2013. p. 41-57.

SOUZA FILHO, Eugênia. Écos da colação de grau das professoras normalistas de educação física. **FOLHA DO NORTE**, Belém, PA, p. 3, 23 mar. 1943.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista de Educação**, Campinas, SP, n. 1, p. 42-58, ago. 1996.

SOUZA NETO, Samuel de; ALEGRE, Atilio de Nardi; HUNGER, Dagmar; PEREIRA, Juliana Martins. A Formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, SP, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

SUASSUNA, Ítalo. Brasileiros pioneiros na história da microbiologia médica 2 - Gaspar Vianna (1885-1914). **Revista Paraense de Medicina**, v. 20, n. 2, Belém, PA, jun. 2006.

TARDIF, Maurice. **As concepções do saber dos professores de acordo com diferentes tradições teóricas e intelectuais**. Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2000.

TARGA, Jacinto F. Conceituação e classificação da ginástica. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**. Rio de Janeiro, RJ, n. 17, jun. 1962 Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ufrj_enefd&pagfis=821. Acesso em: 13 jan. 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Orlando Moreira. A Educação Física no Pará. **Revista de Educação Física/Journal of Physical Education**, v. 5, n. 4, p. 11, out. 1936.

TRAVANCAS, Isabel. Entrando no arquivo do Drummond e lendo suas crônicas na imprensa. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (Org.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2013. p. 229-247.

TREPTOW, Anahy Garcia. **A formação do professor de educação física no Pará**: o que revela a história do currículo do Curso de Educação Física da Universidade Estadual do Pará? 2008. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2008.

UM DIA GRANDIOSO PARA OS QUE TRABALHAM PELA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 1, p. 18, 1934. Disponível em: Vista do Um Grandioso Dia para os que Trabalham pela Educação Física | Revista de Educação Física / Journal of Physical Education (emnuvens.com.br). Acesso em: 22 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências das Artes. Instituto de Letras e Comunicação. **Projeto “Ribalta”**: Memória e Trajetória do Teatro e da Dança no Pará (Programa Piloto com Eni Corrêa). Autoria de Margaret Refkalefsky e Maria Ataíde Malcher. Concepção e desenvolvimento: Projeto Academia Amazônia e Escola de Teatro e Dança. Entrevistado: Eni Corrêa. Belém, PA: UFPA, 2010. 1 vídeo (1h 36min 42seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/794>. Acesso em: Acesso em: 22 fev. 2020.

VAZ, Maria Jacy Nogueira. Ginástica feminina moderna. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**. Rio de Janeiro, RJ, a.7, n.7, p.39-48, jan. 1954.

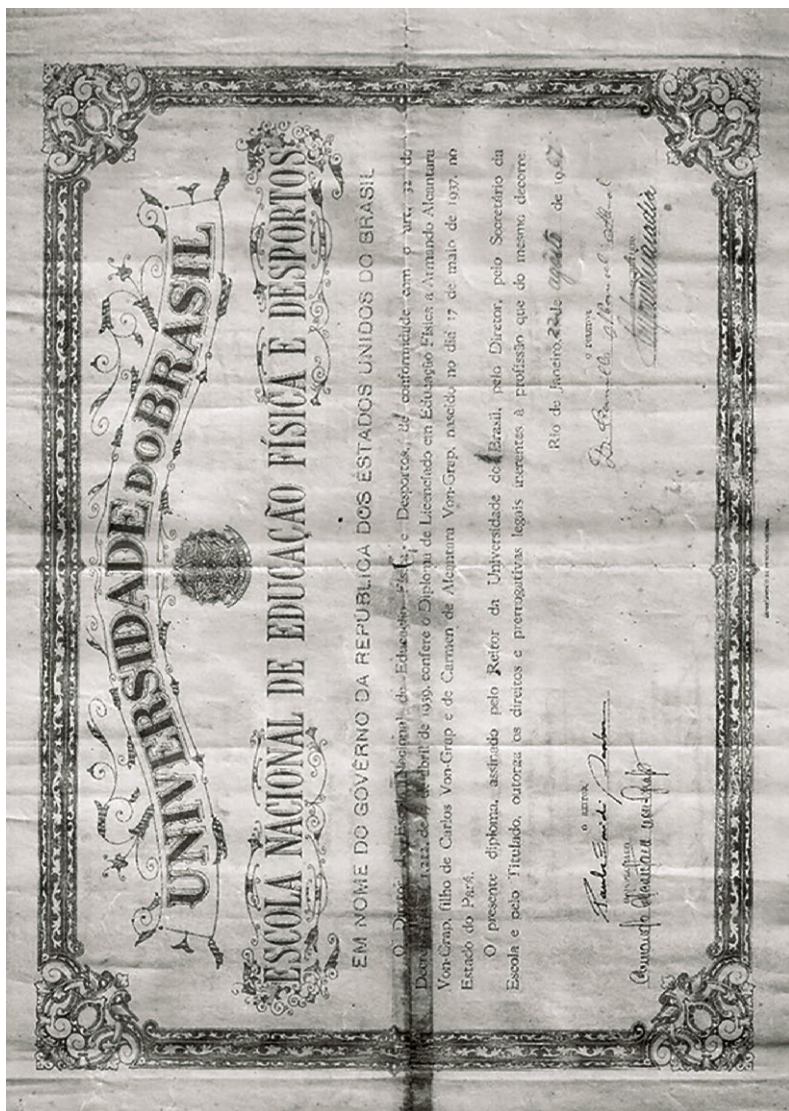
VEIGA, Raí Medeiros. Os significados que emergem da formação do primeiro corpo docente da ESEFPA: entre a memória e a história. 2016. Disponível em: <https://bibc3.files.wordpress.com/2016/03/veiga-rac3ad-medeiros-os-significados-que-emergem-da-formac3a7c3a3o-do-primeiro-corpo-docente-da-ESEFPa-entre-a-memc3b3ria-e-a-histc3b3ria-2016.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

VILELA, Silvio Henrique; ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. Memórias do curso de educação física de Volta Redonda: da criação à regulamentação. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2006.

VILLELA, Heloisa. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (Org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 17-42.

ANEXOS

ANEXO I - Diploma do professor Armando Alcântara Von-Grap



ANEXO II - Ata de 1946 da Congregação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos

Camillo Alaud
1946 educação / bulw. 1946

Ata da Sessão Solene da Congregação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, da Universidade do Brasil, realizada para a entrega dos diplomas aos alunos desta Escola, que concluíram os respectivos cursos, no ano de mil novecentos e quarenta e seis.

Aos vinte dias do mês de dezembro de mil novecentos e quarenta e seis, às vinte horas e trinta minutos, no Ginásio da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, sob a presidência do Professor Doutor Camillo Manuel Alaud, Diretor Substituto da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, e com a presença do Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Inácio Manuel Azevedo do Amaral, Reitor da Universidade do Brasil, dos professores, alunos e funcionários da Escola, autoridades civis e militares, e pessoas gradadas diversas, realizou-se a sessão solene da Congregação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, para a cerimônia de entrega dos diplomas aos alunos desta Escola, que concluíram, no ano letivo de mil novecentos e quarenta e seis, os diversos cursos.

Os diplomandos são os seguintes:

do Curso Superior de Educação Física -

Paulo Ferreira

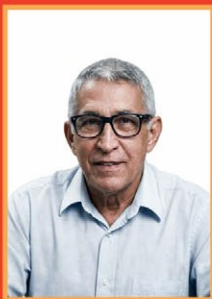
Paulo Lima Amaral

ANEXO II - Ata de 1946 da Congregação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (continuação)

Maria Célia de Aguiar Vemício de Al-
 buquerque
 João Antônio Leitão
 Newton Celso Amet
 Asselina Barroso Beltrão
 Lúcia Gonzaga dos Santos Braga
 Claudino Viado de Castro
 Bernardete Cavalcante
 Renato Miquel de Gaiá Brito Cunha
 Stelio Marinho Falcão
 Lida Salgado Gies
 Alcides Sebes
 Zelma Alexandre Waluf
 Magis Coelho Matni
 Nilda Carneiro de Melo
 Olga Emília de Mendonça
 Helena Cardoso de Moraes
 Benjamim Martins Rêgo Monteiro
 Júlio Martins Lima Rodrigues
 Agnora Santana
 Durval Macário dos Santos
 Maria Vilce de Melo e Silva
 Lida Maria Granha Soares
 Renice Matos de Souza
 Célia Trompo
 Jayna Santos Vilella
 Carlos Abaillo Barros Lima
 Paulo Alves + Alana, 1022 Brasileiro, color from ca. 1946
 1º Curso de Educação Física Infantil-
 Nancy Rodrigues de Albuquerque
 Renice Gonçalves Borba
 Rênie Dornino Borges
 Benina de Souza Castro



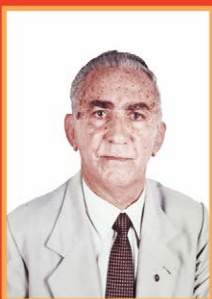
♦ Sônia da Costa ♦



♦ Alberto de Oliveira ♦



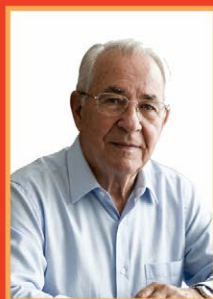
♦ Vera Souza ♦



♦ Nagib Matnij ♦



♦ Eni Corrêa ♦



♦ Armando Von-Grap ♦